



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 393 – 'Uf DCF Q, 3; DE QWWDTQ DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p style="text-align: center;">Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 21 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106,110)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p style="text-align: center;">SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<p style="text-align: center;">Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL	
Nº 45/2013	74030
2 – ATA DA 182ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2013	74031
2.1 – ABERTURA	74031
2.2 – EXPEDIENTE	74031
2.2.1 – Comunicação	
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor dos Avisos nºs 60 a 62; e 64 a 67/2013, com posterior envio ao Arquivo (Ofícios nºs 250 a 252; e 264 a 267/2013).....	74031
2.2.2 – Parecer	
Nº 1.178/2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 54/2013.	74033
2.2.3 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 54/2013.	74037
Recebimento dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao segundo quadrimestre de 2013, dos seguintes órgãos: Superior Tribunal Militar e Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 31/2013-CN); Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (Ofício nº 25/2013-CN), Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 4ª a 8ª, 10ª a 16ª, 18ª a 24ª Regiões (Ofício nº 35/2013-CN); Tribunais Regionais Federais da 1ª a 4ª Regiões (Ofício nº 39/2013-CN); e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (Ofício nº 24/2013-CN).	74037
2.2.4 – Avisos do Tribunal de Contas da União	
Nº 1.556/2013, na origem, encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2013 (autuado como Aviso nº 19/2013-CN). Estabelecimento de calendário para tramitação do Aviso nº 19/2013-CN.	74128
Nº 1.642/2013, na origem, informando constatação de indícios de irregularidade em obra pública.	74138
2.2.5 – Ofício do Ministro de Estado do Turismo	
Nº 132/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 583/2013, de autoria do Senador Jader Barbalho.....	74138
2.2.6 – Discursos do Expediente	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro do transcurso do Dia do Médico.....	74138
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Perplexidade com a posição do Governo Federal sobre o leilão para exploração do pré-sal no campo de Libra; e outro assunto.	74142
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Apoio à mobilização dos professores; e outros assuntos.	74148
SENADOR GIM, como Líder – Relato de proposições aprovadas com a colaboração de S. Exª; e outros assuntos.	74152
SENADOR ACIR GURGACZ – Registro de audiência pública na CRA para tratar de questões sociais, econômicas e ambientais que afetam comunidades indígenas nos Estados de Rondônia e Mato Grosso; e outros assuntos.....	74156
2.2.7 – Comunicação da Presidência	
Recebimento do Relatório Parcial nº 4/2013, da Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal, com apresentação de proposição; autuação da proposição como Projeto de Lei do Senado nº 432/2013.	74159
2.2.8 – Comunicação	
Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Ofício nº 125/2013). Designação da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Antonio Carlos Valadares, como titulares, para comporem a referida Comissão.....	74171
2.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Indignação com o leilão para a exploração de petróleo no campo de Libra.....	74171

2.2.10 – Pareceres

Nº 1.179/2013, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242/2013.. 74175

Nºs 1.180, 1.181 e 1.181-A/2013, das Comissões de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 369/2011..... 74185

Nºs 1.182 e 1.183/2013, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 428/2012..... 74224

Nºs 1.184 e 1.185/2013, das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 165/2012..... 74236

2.2.11 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 242/2013, 369/2011, e 428 e 165/2012, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 257 a 260/2013-CAS). ... 74252

2.2.12 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR BLAIRO MAGGI – Questionamentos acerca dos problemas no sistema educacional do País..... 74252

2.3 – ENCERRAMENTO..... 74254

3 – RETIFICAÇÕES

Ata da 137ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 22 de agosto de 2013, publicada no **Diário do Senado Federal nº 130**, do dia subsequente. 74255

Ata da 148ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 5 de setembro de 2013, publicada no **Diário do Senado Federal nº 140**, do dia subsequente. 74268

Ata da 178ª Sessão, Não Deliberativa, em 14 de outubro de 2013, publicada no **Diário do Senado Federal nº 167**, do dia subsequente..... 74269

4 – ATA**4.1 – Comissão Diretora**

Ata da 11ª Reunião, realizada em 12 de setembro de 2013 74293

5 – ATOS ADMINISTRATIVOS**5.1 – Atos da Comissão Diretora**

Nº 24/2013, que *disciplina o planejamento das contratações do Senado Federal para o exercício de 2014*..... 74294

Nº 25/2013, que *modifica a redação do inciso V, alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, incluindo alíneas “f” e “g” do artigo 258 e altera o artigo 262, inciso X e XI, todos do Anexo II do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013*. 74296

Nº 26/2013, que *dá nova redação ao art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 18, de 2006, para redefinir os órgãos que serão representados na Comissão Permanente de Acumulação de Cargos*.... 74298

Nº 27/2013, que *revoga a Decisão da Comissão Diretora de 28 de outubro de 2005, que aprovou o Parecer nº 242/2005-ADVOSF, e determina a*

aplicação do item 9.2.1 do Acórdão nº 2602/2013, do Plenário do Tribunal de Contas da União. 74299

5.2 – Ato do Presidente

Nº 44/2013, de designação dos servidores Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Breno Gomes da Silva Mesquita, Gustavo Antonio Mendonça de Freitas, Carlos Roberto de Oliveira, Pedro Leonardo Tonaco Alexandre, João Henrique Pederiva e Alberto Machado Cascais Meleiro, para integrarem a Comissão instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 18/2006. 74300

SENADO FEDERAL**6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação 74301

Bancadas dos Partidos 74302

Por ordem alfabética 74303

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 74304**8 – LIDERANÇAS 74305****9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 74309****10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 74311****11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 74328

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 74336

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 74340

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 74346

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 74352

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 74361

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 74369

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura . 74378

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 74386

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 74392

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 74396

CSF – Comissão Senado do Futuro 74400

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 74401

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) 74402

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 74403

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 74404

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 74404

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001)	74405
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009)	74407
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	74409
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	74411
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012)	74413
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	74415

CONGRESSO NACIONAL

13 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	74417
--	-------

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)	74425
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)	74429
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)	74430
Comissões Mistas Especiais	74431
14 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/ 1972)	74435
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	74436
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011)	74437

DESIGNAÇÃO**ATO DO PRESIDENTE Nº 45, de 2013**

Altera a composição da Comissão destinada a debater e propor soluções para o financiamento da Segurança Pública no Brasil.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE designar o Senador **SÉRGIO SOUZA** para compor a Comissão destinada a debater e propor soluções para o financiamento da Segurança Pública no Brasil, instituída pelos Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013.

Senado Federal, 11 de outubro de 2013. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 5335 Seção 2, de 15/10/2013

Ata da 182ª Sessão, Não Deliberativa, em 18 de outubro de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Roberto Requião, Acir Gurgacz e Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 6 minutos e encerra-se às 11 horas e 51 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 250 a 252; e 264 a 267, de 2013**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor dos **Avisos nºs 60 a 62; e 64 a 67, de 2013**, respectivamente, e recomendando os seus arquivamentos.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 250/2013/CAE

Brasília, 24 de setembro de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 60ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 24 de setembro de 2013, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 60 de 2013 (Aviso nº 118 de 28-8-2013, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 037.897/2011-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 47/2013-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lindbergh Farias**
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 251/2013/CAE

Brasília, 24 de setembro de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 60ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 24 de setembro de 2013, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 61 de 2013 (Aviso nº 1.164 de 11-9-2013, na origem) do

Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 032.321/2012-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 47/2013-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lindbergh Farias**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 252/2013/CAE

Brasília, 24 de setembro de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, a ocasião do 60ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 24 de setembro de 2013, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 62, de 2013 (Aviso nº 1.171, de 11-9-2013, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 046.709/2012-6, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 47/2013-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lindbergh Farias**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 264/2013/CAE

Brasília, 1º de outubro de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 63ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 1º de outubro de 2013, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 64 de 2013 (Aviso nº 1.214 de 18-9-2013, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 046.708/2012-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O expediente foi

encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 49/2013-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lindbergh Farias**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 265/2013/CQE

Brasília, 01 de outubro de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 63ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 01 de outubro de 2013, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 65 de 2013 (Aviso nº 1228 de 18-09-2013, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 026.036/2012-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 49/2013-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lindbergh Farias**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Of. nº 266/2013/CAE

Brasília, 1º de outubro de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 63ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 1º de outubro de 2013, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 66 de 2013 (Aviso nº 1.194 de 19-9-2013, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão

proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 046.707/2013-3, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 49/2013-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lindbergh Farias**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 267/2013-CAE

Brasília, 1º de outubro de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 63ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 1º de outubro de 2013, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 67 de 2013 (Aviso nº 1.230 de 18-9-2013, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 019.852/2013-4, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 49/2013-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lindbergh Farias**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Os **Avisos nºs 60 a 62; e 64 a 67, de 2013**, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER

Nº 1.178, DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2013 (nº 4.223/2012, na Casa de origem), do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho.

RELATOR: Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**

RELATOR “AD HOC”: Senador **EDUARDO SUPLICY**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2013, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoa da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho*.

Na justificação que acompanha a proposição é sustentado que o objetivo é *adequar o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho – TST às necessidades de aperfeiçoamento das funções gerenciais e das atividades estratégicas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, a fim de possibilitar o cumprimento da missão institucional de prestar jurisdição célere e efetiva à sociedade*.

A proposição chegou à Câmara dos Deputados com parecer favorável do Conselho Nacional de Justiça.

Pelos seus termos, são criados vinte e dois cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, na área de tecnologia da informação.

Em tramitação regimental e constitucional pela Câmara dos Deputados, mereceu aprovação, tendo sido enviado à esta Casa para o deslinde da função revisional, dentro da fase constitutiva do processo legislativo ordinário.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

O Tribunal Superior do Trabalho provocou o processo legislativo ordinário ao abrigo da prescrição contida no art. 96, II, *b*, da Constituição Federal, pelo que não há reparos quanto à constitucionalidade formal da autoria do projeto de lei em análise.

A técnica legislativa é adequada e não exige reparos.

No mérito, é fundamental a referência ao pronunciamento favorável do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), uma vez que a Lei de Diretrizes Orçamentárias exige parecer desse órgão de controle interno do Poder Judiciário relativamente a projetos de lei relacionados ao aumento de gastos com pessoal e encargos pessoais. Nessa linha, o posicionamento favorável do CNJ atrai o deste Relator, para quem o desenvolvimento e incremento da área de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito daquele Tribunal Superior é de grande importância para o incremento da celeridade na prestação jurisdicional no âmbito da Justiça Trabalhista, mormente em face do sensível incremento da litigiosidade nas relações de trabalho.

Como oportunamente ventilado nos termos da justificação, o TST recebeu 211.734 processos em 2011, o que produziu uma carga de trabalho individual, a cada um dos seus vinte e sete Ministros, da ordem de 7.842 feitos. Essa realidade demanda – e impõe – um constante investimento em recursos humanos e materiais, principalmente voltado à implantação de ferramentas de funcionalidade tecnológica, como a de que ora nos ocupamos.

Especificamente quanto aos cargos, e ainda com base nos termos da justificação acostada, Tribunais com mais de 3.001 e menos de 5.000 usuários internos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) devem ter, no mínimo, cento e vinte servidores na área. O TST, com 4.241 usuários, contava, em março de 2012, com noventa e oito servidores para essa atividade, revelando um déficit de vinte e dois, com relação ao mínimo estabelecido pela Resolução nº 90 do CNJ.

Esses elementos fáticos, aliados à análise relativa à constitucionalidade, técnica legislativa e juridicidade, conduzem esta Relatoria ao posicionamento favorável.

III – VOTO

Somos, por todo o exposto, pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2013, nesta Comissão.

Sala da Comissão, 16 de outubro de 2013.

SENADOR VITAL DO RÊGO, Presidente


Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

PROPOSIÇÃO: PL 110 Nº 110 DE 2013

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/10/2013, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>VITAL DO RÉGO</u>	
RELATOR: <u>EDUARDO SUPLICY</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ANÍBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
RANDOLFE RODRIGUES	8. LINDBERGH FARIAS
EDUARDO SUPLICY	9. WELLINGTON DIAS
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. CIRO NOGUEIRA
VITAL DO RÉGO	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
ROMERO JUCÁ	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA	5. CYRO MIRANDA
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. ALFREDO NASCIMENTO

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

LEI Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

RESOLUÇÃO-CNJ Nº 90, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009

Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.178, de 2013**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2013**.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – A Presidência recebeu os Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao segundo quadrimestre de 2013, dos seguintes Órgãos do Poder Judiciário da União:

Superior Tribunal Militar e Superior Tribunal de Justiça;

Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte;

Tribunais Regionais do Trabalho das 1ª, 2ª; 4ª a 8ª; 10ª a 16ª; 18ª a 24ª Regiões;

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Tribunais Regionais Federais da 1ª a 4ª Regiões;

São os seguintes os expedientes:

RELATÓRIO

(GESTÃO FISCAL)

Ofício nº 435 /PRES- 191 -SEPLA-GS

Brasília, 03 de outubro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente do CONGRESSO NACIONAL

Brasília-DF

Referência: Lei de Responsabilidade Fiscal

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União – Período de setembro de 2012 a agosto de 2013.**

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar cópia do Relatório de Gestão Fiscal desta Justiça Militar da União, publicado no Diário Oficial da União, nº 189, de 30 de setembro de 2013, Seção I, página 135, conforme exigência do art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101 de 04 de maio de 2000.

Atenciosamente,



Gen Ex RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO
Ministro-Presidente do STM

Nº 189, segunda-feira, 30 de setembro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

135



SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 43, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências

O MINISTRO PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de setembro de 2012 a agosto de 2013.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 04 de maio de 2000, observadas as prescrições da Portaria nº 268/SINMF, de 14 de maio de 2013, a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, o Acórdão nº 804/2012 - TCU - Plenário e a Resolução CNU nº 177/2013, conforme quadro anexo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

1) LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - RGF - ANEXO I

DESPESA COM PESSOAL

DESPESAS EXPECTADAS (últimos 12 meses)

R\$ LOU

	DESPESAS EXPECTADAS (últimos 12 meses)		TOTAL
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	358.462.056,59	426.522,98	358.888.579,57
Pessoal Ativo	164.962.242,68	362.357,13	165.324.599,81
Pessoal Inativo e Pensionistas	193.439.813,91	64.165,85	193.503.979,76
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0,00	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	138.137.880,51	0,00	138.137.880,51
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0,00	0
Despesas de Exercícios Anteriores	49.363,25	0,00	49.363,25
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	14.205.408,63	0,00	14.205.408,63
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	220.264.176,08	426.522,98	220.690.699,06

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		625.461.567.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,035216%	0,000568%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= >	0,080576%	503.971.912,23
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= >	0,076547%	478.773.316,61
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <= >	0,072518%	453.574.721,00

FONTE: SIAFI 2012/2013 e CÉLULAS 2012/2013.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU 0,076547%, conforme Resolução CNU nº 177/2013.

3) Do valor de R\$ 37.213.253,26, relativos a Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$ 43.007.844,63 se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagas com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

4) Do valor de R\$ 110.202,32 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial apurados no período, R\$ 60.836,75 se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagas com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

5) Do valor total da Despesa com pessoal apurada no período foram aplicadas as exclusões previstas no Acórdão TCU 894/2012 - Plenário.

6) LRF, art. 55, inciso II: Nada a informar, considerando que as despesas em causa não ultrapassaram os limites estabelecidos.

Gen Ex RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO
Ministro-Presidente do TribunalMOZART ARRUDA CAVALCANLI
Diretor-Geral
Em exercícioAFONSO IVAN MACHADO
Secretário de PlanejamentoOSCAR HENRIQUE GRAULT VIANNA DE LIMA
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.018, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o inciso III do art. 34 e o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o decidido pelo E. Conselho de Administração deste Tribunal, em Sessão realizada em 26.09.2012, resolve:

Art. 1º Aprovar, "ad referendum" do Conselho de Administração, o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 5ª Região referente ao 2º quadrimestre de 2013, na forma dos anexos, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trf5.jus.br/arquivos.html>, pelo código 00012013093000135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Superior Tribunal de Justiça

OFÍCIO STJ N. 892/GP

Brasília, 27 de setembro de 2013.

À Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal 2º quadrimestre 2013

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em conformidade com o inciso I do artigo 5º da Lei n. 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 2º quadrimestre de 2013.

Atenciosamente,


Ministro FELIX FISCHER
Presidente

PORTARIA STJ N. 538 DE 26 SETEMBRO DE 2013.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, Inciso XXXI, do Regimento Interno e considerando o disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo, o relatório de gestão fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2013, bem como autorizar sua publicação na imprensa oficial e disponibilização na internet, consoante o previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Ministro FÉLIX FISCHER

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	730.093,65	11.910,35	742.004,00
Pessoal Ativo	497.123,50	6.987,71	504.111,21
Pessoal Inativo e Pensionistas	212.970,15	4.922,64	217.892,79
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	192.188,41	8.507,04	200.695,45
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	425,00	0,00	425,00
Despesas de Exercícios Anteriores	3.733,16	8.507,04	12.240,20
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	188.030,25	0,00	188.030,25
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	537.905,24	3.403,31	541.308,55

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	625.461.367,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III x IV) x 100	0,866001%	0,000544%	0,866545%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	0,223802%		1.399.839,18
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 21 da LRF) - < % >	0,212619%		1.329.847,31
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - < % >	0,201428%		1.259.855,35

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Conforme recomendação constante do Acórdão nº 894/2012 - TCU, de 12/04/2012 e orientação do Ofício-Circular Conjuntivo nº 16/SEAF/SOFA/MP-SUCONSTN-MF, de 02/07/2012, não foram computados os benefícios não previdenciários de auxílio-maternidade e auxílio-funeral.

Os percentuais aplicados foram aferidos conforme Resolução nº 177, de 06 de agosto de 2013, do CNJ.

Maurício Antonio do Amaral Carvalho
 Diretor-Geral

Antonio Carlos Faleiro de Oliveira
 Secretário de Administração e Finanças

Angela Merox Teixeira Neves
 Secretária de Controle Interno



130

ISSN 1677-7012

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 189, segunda-feira, 30 de setembro de 2013

TC-018.841/2013-9

Natureza: Relatório de Auditoria.

Interessado: Congresso Nacional.

Entidade: Secretaria Especial de Portos da Presidência da República - SEP/PR.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.577/2012-2

Natureza: Relatório de Levantamentos.

Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (vinculados).

Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator: Ministro substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-013.750/2013-5

Natureza: Relatório de Levantamento.

Entidade: Superintendência Regional do Ictna no Tocantins (SRTO/TO).

Interessados: Superintendência Regional do Ictna em Tocantins (SRTO/TO) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-Sede).

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.731/2011-5

Apenso: TC-007.287/2012-7.

Natureza: Relatório de Auditoria.

Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Vice Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - MT.

Responsáveis: Celso Roberto Lacerda - Sanções Tripaloni - Sobrenome;

Conselheiro Construtor - Egea - Pedras - Estação - CMT; Jorge An-

tonio Mesquita Pereira de Almeida; José Francisco das Neves; Luiz

Carlos Oliveira Machado; Nelson Estácio Fernandes Gonçalves;

Ricardo Humberto de Souza Wanderley.

Interessados: Congresso Nacional e Secretaria do Programa de Ace-

leração do Crescimento.

Advogados constituídos nos autos: Marcelo Akishoshi Loureiro

(OAB/DF 19.046), peça 234; Jamil Josepelti Junior (OAB/PR

16.587), peça 222; Luis Justiniano de Azeites Fernandes (OAB/DF

2.193/A), peça 205.

Secretaria das Sessões, 27 de setembro de 2013.

MARIA PAULA SARTORI

Subsecretária da Presidência

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 204, DE 13 DE MAIO DE 2013

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do artigo 147 da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971,

Considerando que a empresa MADEIRA - Comércio, Indústria de Embalagens e Cartões Ltda. EPP, localizada no Setor de Expansão Econômica - Quadra 11 - Lote 11 - Subdivisão - DE, inscrita no CNPJ sob o nº 23.608.042.0001-08, não forneceu o objeto das Notas de Empenho 2012NE000462 e 2012NE001343 (Processo nº 131.982/2010), resolve:

Aplicar a empresa a multa de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), correspondente a 10% do valor total empenhado, conforme previsto no subitem 14.10 do Edital do Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 113/2011, bem como a suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara dos Deputados pelo período de 02 (dois) anos, de acordo com o subitem 10.2, alínea "c", do Edital.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 194, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

O VICE-PRESIDENTE DO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso das atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e tendo em vista o disposto no artigo 117 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Toda publicação, na forma do anexo desta Portaria, a respeito do relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mia. RICARDO LEWANDOWSKI

ANEXO

UNião - Poder Judiciário
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO 2013

RGE - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$1,00
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	301.433.131	4.971.548	
Pessoal Ativo	191.838.404	1.627.767	
Pessoal Inativo e Pensionistas	109.594.727	1.164.281	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	15.799.000	2.884.348	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)			
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração			
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração			
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados			
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - DTP (III) = (I) - (II)	275.552.020	2.107.200	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III) + (II b)		227.459.250	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		625.461.567.000	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = DTP (IV) x (RCL (V) / 100)		363.632.725	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,073720%		461.127.795	
LIMITE PRUDENCIAL (8 único, art. 22 da LRF) - 0,070040%		438.021.205	
LIMITE DE ALERTA (único II do § 1º do art. 59 da LRF) 0,066353%		415.015.015	

Fonte: SIAFI e Port. 82/2005 - STF

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são automaticamente canceladas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

* Na Despesa Bruta com Pessoal foram descontados os salúdos natalidade e funeral dos servidores ativos, inativos e pensionistas no total de R\$ 38.535,70. Esse desconto foi efetuado tendo em vista que o Ofício Circular Conjunto nº 68/BAT/SOF/MP-SUCONFIN-MF e o Relatório TCU (TC-017.001/2010-1) orientam que tais despesas não se enquadram no conceito de despesa com pessoal (a partir de 2012).

ARMANDO AKIO SANTOS DOL
Secretário de Administração e FinançasEDNA ISABEL BRITO GONÇALVES PRANDINI
Secretária de Controle InternoMIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS
Diretor-Geral

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 538, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e considerando o disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo, o relatório de gestão fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2013, bem como autorizar sua publicação na imprensa oficial e disponibilização na internet, conforme previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mia. FELIX FISCHER

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.stj.gov.br/portal/33333.html>, pelo código 00012013093000132.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2004, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 189, segunda-feira, 30 de setembro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

131



ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2012 A AGOSTO 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	DESPESAS LIQUIDADAS (II) - 12 meses		TOTAL (c) = (a) + (b)
	LIQUIDADAS	DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES A PAGAR NA DATA DA CESSAÇÃO	
Pessoal Ativo	1.371.935,65	11.910,45	1.383.846,10
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.971.937,18	4.922,54	1.976.859,72
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (3) do art. 4º da Lei 8.745/95	0,00	0,00	0,00
DESPESA NÃO COMPROMETIDAS (4) do art. 19 da LRF (II)	192.188,41	8.507,81	200.696,22
Contratos por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Despesas de Despesa Judicial	423,00	0,00	423,00
Despesas de Exercícios Anteriores	7.733,16	8.507,81	16.240,97
Salvata e Pensionistas com Recursos Vinculados	332.905,24	3.403,37	336.308,61
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) - (I - II)			
APURAÇÃO DO LIMITE IMPRIMIDO DO LIMITE LEGAL			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DIP sobre a RCL (V) = (II + IV) x 100			625.461.567,00
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III, art. 20 da LRF - 4%)	0,2238992%	0,0086042%	0,0086952%
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III, art. 20 da LRF - 4%)	0,2238992%	0,0086042%	0,0086952%
LIMITE DE ADEQUAÇÃO (inciso II do art. 39 da LRF - 4%)	0,201428%		0,201428%

NOTA: SIAFI GERENCIAL

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas são segmentadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material no serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 15 da Lei 4.320/64.

Conforme recomendação constante do Acórdão nº 894/2012 - TCU, de 12/04/2012 e orientação do Ofício Circular Conjunta nº 15/SR/SP/MP-SUCONVISTA, de 02/07/2012, não foram computados os benefícios não previdenciários de auxílio natalidade e auxílio-funeral.

Os percentuais aplicados foram alterados conforme Resolução nº 177, de 06 de agosto de 2013, da CNJ.

MAURÍCIO ANTONIO DO AMARAL CARVALHO
Diretor-Geral

ANTÔNIO CARLOS ELETTO DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

ANGELA MERCE TEIXEIRA NEVES
Secretária de Controle Interno

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÕES DE JULGAMENTOS

PROCESSO N. CJF-PJM-2012/00037

PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

DATA DA SESSÃO: 23/9/2013

ASSUNTO: REFERENDO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RUS-2013/00250, QUE DISPÕE SOBRE OS LIMITES MÁXIMOS PARA A REALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR N. 109/2001 - LRF - PARA OS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E PARA O CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou a resolução."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Gilson Dipp, Arnaldo Esteves Lima, Humberto Martins, Maria Thérza de Assis Moura, Mário César Ribeiro, Sérgio Schwartz, Newton de Lucca, Tadaqui Hirose e Francisco Wílton Lacerda Dantas.

Presentes, também, o Juiz Federal Ivanir Cesar Ireno Júnior (vice-presidente da Ajufe - 1ª Região) e o Dr. Márcio Kayatt (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

PROCESSO N. CJF-LOF-2013/00089

PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

DATA DA SESSÃO: 24/9/2013

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS DAS UNIDADES DA JUSTIÇA FEDERAL REFERENTES AOS MESES DE AGOSTO, SETEMBRO DE 2013 E REFERENDO DAS RESOLUÇÕES N. CJF-RUS-2013/00254, 255 E 256, DATADAS DE 4 DE SETEMBRO DE 2013.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou as solicitações de créditos adicionais e referendou as resoluções."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Gilson Dipp, Arnaldo Esteves Lima, Humberto Martins, Maria Thérza de Assis Moura, Mário César Ribeiro, Sérgio Schwartz, Newton de Lucca, Tadaqui Hirose e Francisco Wílton Lacerda Dantas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.stj.jus.br/portal/portal.do>, pelo código 00012012093000131

Schwartz, Newton de Lucca, Tadaqui Hirose e Francisco Wílton Lacerda Dantas.

Presentes, também, o Juiz Federal Ivanir Cesar Ireno Júnior (vice-presidente da Ajufe - 1ª Região) e o Dr. Márcio Kayatt (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

PROCESSO N. CJF-ROF-2013/00051

PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER

INTERESSADA: Justiça Federal de primeiro e segundo graus

DATA DA SESSÃO: 23/9/2013

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS DAS UNIDADES DA JUSTIÇA FEDERAL REFERENTES AOS MESES DE SETEMBRO DE 2013 E REFERENDO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RUS-2013/00257, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou as solicitações de créditos adicionais e referendou a resolução."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Gilson Dipp, Arnaldo Esteves Lima, Humberto Martins, Maria Thérza de Assis Moura, Mário César Ribeiro, Sérgio Schwartz, Newton de Lucca, Tadaqui Hirose e Francisco Wílton Lacerda Dantas.

Presentes, também, o Juiz Federal Ivanir Cesar Ireno Júnior (vice-presidente da Ajufe - 1ª Região) e o Dr. Márcio Kayatt (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

PROCESSO N. CJF-ADM-2013/00091

PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER

INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

DATA DA SESSÃO: 23/9/2013

ASSUNTO: REFERENDO DA PORTARIA N. CJF-POR-2013/00032, QUE DESIGNA O JUÍZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI PARA COMPOR, COMO MEMBRO EFETIVO, A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, E OS JUÍZES FEDERAIS DANIEL MACHADO DA ROCHA E FERNANDO CASTANHO MENDES, TODOS DA 4ª REGIÃO, COMO MEMBROS SUPLENTE.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou a portaria."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Gilson Dipp, Arnaldo Esteves Lima, Humberto Martins, Maria Thérza de Assis Moura, Mário César Ribeiro, Sérgio Schwartz, Newton de Lucca, Tadaqui Hirose e Francisco Wílton Lacerda Dantas.

Presentes, também, o Juiz Federal Ivanir Cesar Ireno Júnior (vice-presidente da Ajufe - 1ª Região) e o Dr. Márcio Kayatt (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

PROCESSO N. CJF-ADM-2013/00091

PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER

INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

DATA DA SESSÃO: 23/9/2013

ASSUNTO: REFERENDO DA PORTARIA N. CJF-POR-2013/00033, QUE DESIGNA OS JUÍZES FEDERAIS HUGEN- TURA JOÃO ANDRADE E PABLO COELHO CHARLES GOMES, AMBOS DA 2ª REGIÃO, PARA COMPOR, COMO MEMBRO EFETIVO E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou a portaria."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Gilson Dipp, Arnaldo Esteves Lima, Humberto Martins, Maria Thérza de Assis Moura, Mário César Ribeiro, Sérgio Schwartz, Newton de Lucca, Tadaqui Hirose e Francisco Wílton Lacerda Dantas.

Presentes, também, o Juiz Federal Ivanir Cesar Ireno Júnior (vice-presidente da Ajufe - 1ª Região) e o Dr. Márcio Kayatt (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

PROCESSO N. CJF-ADM-2013/00082

PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER

INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

DATA DA SESSÃO: 23/9/2013

ASSUNTO: REFERENDO DA PORTARIA N. CJF-POR-2013/00032, QUE DESIGNA O JUÍZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI PARA COMPOR, COMO MEMBRO EFETIVO, A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, E OS JUÍZES FEDERAIS DANIEL MACHADO DA ROCHA E FERNANDO CASTANHO MENDES, TODOS DA 4ª REGIÃO, COMO MEMBROS SUPLENTE.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

RELATÓRIO (GESTÃO FISCAL)

Ofício nº 4.267 SOF/GP

Brasília, 2 de outubro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Renan Calheiros**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de setembro de 2013.

Atenciosamente,


Ministra **CARMEN LÚCIA**
Presidente

Nº 188, sexta-feira, 27 de setembro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

125



Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PORTARIA Nº 43, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente nos arts. 18, 19, 31, 33 e 71, resolve, ad referendum da Mesa:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE EDUARDO ALVES

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	3.324.332.298,91	31.920.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.485.959.041,93	13.600.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.240.263.253,96	8.320.000,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	719.549.147,43	250.000,00
Despesas de Decisão Judicial	23.702.256,14	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Indenizações e Pensionistas com Recursos Vinculados	226.840.671,06	250.000,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	469.006.213,35	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL = DTP (IV) = (III) + (IIIb)	3.096.673.757,30	31.670.000,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		8.538.743.137,36
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		363,46
LIMITE MÁXIMO (limites I, II e III, art. 20 da CR) - (L2000/92)		0,185796
LIMITE DE ALERTA (artigo 1º da Lei nº 4.320/64, parágrafo único, art. 22 da LRF) - (L1990/93)		2.568.081.969,10
LIMITE DE ALERTA (artigo 1º da Lei nº 4.320/64, parágrafo único, art. 22 da LRF) - (L1990/93)		1.189.680.712,27
Fonte: SIAFI, MINTIN, 10 ago 2013, 10h		9.811.276.654,63

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 61 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÉRGIO SAMPAIO CONTRIFRAS DE ALMEIDA
Diretor-Geral

RICARDO SUARES DE ALMEIDA
Secretário de Contas Internas

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor de Pesquisa, Orçamento e Controladoria

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 489, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, considerando os artigos 54, inc. III e parágrafo único, e 55, §2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o conteúdo do Procedimento Administrativo nº 7.432/2013, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2013, nos termos do Anexo.

Mm. CARMEN LÚCIA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2012 A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	175.045	49.301
Pessoal Inativo e Pensionistas	116.725	43.954
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	38.311	330
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	40.369	39.750
Despesas de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	2.299	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	189	39.400

Este documento pode ser verificado na endereço eletrônico <http://www.tse.jus.br/assessoria/inf/inf>, pelo código 0001201302100123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24-08-2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



126

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 188, sexta-feira, 27 de setembro de 2013

Despesas e Receitas com Recursos Vinculados	32.681	350
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) - (II) - (I)	131.331	3.551
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (II) + (III)		134.881
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		675.461.867
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (II) + (III) = 100		100,0000
LÍMITE MÁXIMO (INCLUI O LIMITE DO ART. 10 DA LRF) - LIM	0,011887	1,1887
LÍMITE PRÓPRIO (INCLUI O LIMITE DO ART. 27 DA LRF) - LPP	0,011887	1,1887
LÍMITE DE ALERTA (INCLUI O LIMITE DO ART. 27 DA LRF) - LA	0,011887	1,1887

Fonte: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SGF/STN, Data da emissão 19/09/2013 e hora de emissão 14h e 57m.

*Valor referente à Portaria SIN nº 528, de 16/9/2013.

Nota:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material do serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas comprometidas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64;

c) Limite Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria SIN nº 38/2013, conforme Resolução CNU nº 177, de 6 de agosto de 2013;

d) As Despesas com qualquer natureza e fim, a serem inscritas na classificação como despesas de exercícios anteriores, foram descontadas da apuração da despesa total com pessoal, conforme Acórdão TCU - Plenário nº 494/2012 e Ofício Circular Conjunta nº 18 SEAF/SOPAF/SGF/CONSTR/NF, de 2 de julho de 2012.

ANDERSON VIGAL CORRÊA

Diretor-Geral

JOSE RODRIGUES ARAUJO NETO

Secretário de Administração

MARCIA CARVALHO

Secretária de Controle Interno e Auditoria

ROD MOREIRA DE OLIVEIRA

Secretário de Planejamento, Documentação, Formação e Capacitação

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2013

PRESIDENTE: EXMO. SR. CONSELHEIRO FELIX FISCHER
SECRETARIA: DR. EVA MARIA FERREIRA BARROS

Às 14 horas, no edifício-sede do Conselho da Justiça Federal - CJF, em Brasília - DF, presentes os Conselheiros GILSON DIPP (vice-presidente), ARNALDO ESTEVES LIMA (Corregedor-Geral da Justiça Federal), CASTRO MEIRA, HUMBERTO MARTINS, MÁRIO CÉSAR RIBEIRO, SÉRGIO SCHWARTZ, NEWTON DE LUCENA, TADAAQUI HIROSE (membros efetivos) e o Conselheiro EDILSON FERRAZ NOBRE (membro suplente), bem como o Representante Federal NINO OLIVEIRA TOLDO (presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil - Ajufb) e o Dr. VALDÉRIO ANDRADE MONTEIRO (representante do Conselho Federal da OAB), foi aberta a sessão.

Ausente, justificadamente, o Conselheiro FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS.

Inicialmente, o Presidente noticiou, com pesar, o falecimento, nesta data, em Porto Alegre, da Dra. Maria Helena Marques de Castro Zavanella, juíza Federal aposentada, esposa do Exmo. Sr. Ministro Teori Zavanella, o qual foi Presidente do TRF-4 Região, membro do Colegiado do CJF, atual conselheiro ministro no STJ e hoje se encontra no STJ. Na sequência, propôs que se fizesse, em nome do Colegiado, votos de condolências e se encaminhassem a família, a que foi acolhido por todos.

Na sequência, o Presidente informou aos Conselheiros acerca do subverbiagem do processo referente ao projeto de lei que dispõe sobre a estruturação dos Tribunais Regionais Federais das 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões.

O EXMO. SR. CONSELHEIRO FELIX FISCHER (presidente): "Como é do conhecimento de todos, a sessão realizada no dia 28 de junho último, este Colegiado, apreciando o Processo n.º CJF-PPN-2013/00038, aprovou projeto de lei dispondo sobre a estruturação dos Tribunais Regionais Federais das 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões, criados por meio da Emenda Constitucional n.º 73, de 2013, e autorizou a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 1º, inciso I, do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Sobreveio, contudo, a medida cautelar proferida pelo Exmo. Sr. Ministro Joaquim Barbosa nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 3017, movida pela Associação Nacional dos Promotores Federais, suspendendo temporariamente os efeitos da referida Emenda. Nesse contexto, comuniquei a Vossas Excelências que estou desobediecendo o subverbiagem do processo que dispõe sobre o projeto de lei aqui aprovado, até nova decisão da E. Corte Suprema sobre a matéria. Ou seja, ainda, de noticiar que o Processo n.º 2004-16-1265, o qual versa sobre projeto de lei que altera a composição dos tribunais regionais federais, aprovado por este Colegiado em 12/9/2011, está no STJ e será submetido ao plenário daquele órgão na primeira oportunidade, segundo informações que obtive do Ministro João Otávio de Noronha, que se encontra com os autos em mãos de pedido de vista".

A seguir, submeteu ao Colegiado a ata da sessão anterior, a qual, como não houve impugnação aos seus termos, foi aprovada.

J. U. O. A. M. E. N. T. O. S.

PROCESSO N.º CJF-EDF-2013/00018

ASSUNTO: ALTERAÇÃO DO PLANO DE OBRAS CONSOLIDADO DA JUSTIÇA FEDERAL PARA O PERÍODO DE 2012-2013.

INTERESSADA: Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a alteração do Plano de Obras consolidado da Justiça Federal.

PROCESSO N.º CJF-EDF-2013/00017

ASSUNTO: PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS - EXERCÍCIO 2014.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER

DECISÃO: O Colegiado, por unanimidade, aprovou a Proposta Orçamentária do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus - exercício 2014.

PROCESSO N.º CJF-PPN-2012/00003

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N.º 4, DE 14 DE MARÇO DE 2008, QUE REGULA, ENTRE OUTROS, O PAGAMENTO DO BENEFÍCIO ASSISTÊNCIA PRESTACIAR

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de alteração da Resolução n.º 4/2008 nos termos do voto do relator.

PROCESSO N.º CJF-ADM-2013/00008

ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A GESTÃO DOS VALORES CONSIGNADOS NO ORÇAMENTO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DA MAGISTRATURA FEDERAL.

INTERESSADAS: Escolas da Magistratura Federal

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução nos termos do voto do relator.

PROCESSO N.º CJF-PPN-2012/00012

ASSUNTO: PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES DESTINADOS AO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.

INTERESSADO: Conselho da Justiça Federal

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o projeto de lei e determinou a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 8º, inciso I, alínea "a", do RICF.

PROCESSO N.º CJF-PPN-2013/00026

ASSUNTO: PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE DUAS VARAS FEDERAIS NO ESTADO DO TOCANTINS.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o projeto de lei e determinou a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 8º, inciso I, alínea "a", do RICF.

PROCESSO N.º CJF-PPN-2013/00048

ASSUNTO: PEDIDO DO TRF-1 REGIÃO PARA ANTECIPIAR A INSTALAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO DE 2013, DAS VARAS FEDERAIS DE UBERLÂNDIA/MG E QUERÁBAMO E, EM CONTRAPARTIDA, ADIAR A INSTALAÇÃO DAS VARAS DE ITUIUTABAMG E JANAUBAMG, PARA 2014.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, deferiu o pedido nos termos do voto do relator.

PROCESSO N.º CJF-PCU-2012/00004

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO QUE OBJETIVA REVISAR DECISÃO EM PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADO NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.

INTERESSADO: Representador Federal Esteliano Nunes Silva

ADVOGADA: Dra. Vera Carla Nelson Cruz Silveira

RELATOR: Conselheiro CASTRO MEIRA

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, seguiu as premissas suscitadas nos autos pelo representante, nos termos do voto do relator. Impedido o Conselheiro Arnaldo Estêves Lima. Declinou suspensão o Conselheiro Mário César Ribeiro. Sustentou, em nome da Dra. Vera Carla Nelson Cruz Silveira, na sequência, quanto ao mérito, pediu vista antecipada o Conselheiro Sérgio Schwartz, aguardando os demais o seu voto.

PROCESSO N.º CJF-ADM-2013/00030

ASSUNTO: PEDIDO DE ROSA MARIA FREIRE DE AGUIAR LESSA, SERVIDORA APOSENTADA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, RELATIVO A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO UTILIZADA NA ATIVIDADE, EM FACE DA EDIÇÃO DA RESOLUÇÃO STJ N.º 38, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

INTERESSADA: Rosa Maria Freire de Aguiar Lessa

RELATOR: Conselheiro MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, determinou a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos termos do voto do relator.

PROCESSO N.º CJF-PPN-2012/00017

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N.º 1, DE 10 DE ABRIL DE 2004, QUE REGULAMENTA A REMOÇÃO DE SERVIDORES NO ÂMBITO DO CJF E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATORA: Conselheira MARIA HELENA CISNE

PEDIDO DE VISTA: Conselheiro NEWTON DE LUCENA

DECISÃO: Prosseguindo o julgamento, após o voto-vista de Conselheira Newton de Lucena, pediu vista o Conselheiro Tadaaki Hirose.

Registre-se que os Processos n.ºs CJF-ADM-2013/00121, CJF-ADM-2012/00647 e CJF-PPN-2013/00047, por indicação dos respectivos relatores, foram retirados de pauta.

Antes do término da sessão, o Corregedor-Geral da Justiça Federal pediu a palavra ao Presidente, a qual lhe foi concedida, para noticiar aos Conselheiros sobre a inspeção noturna que será realizada no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O EXMO. SR. CONSELHEIRO ARNALDO ESTEVES DE LIMA (Corregedor-Geral da Justiça Federal): "Informo a Vossas Excelências que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de ter sido a Corregedoria em meio quando a lista calendarária definiu para realização a Vossa Excelência que será realizada Inspeção Noturna no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 16 a 25 de setembro próximo, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. Embora a previsão regimental imponha apresentação do cronograma no primeiro trimestre, o fato de

Ofício nº 435/2013-GP

Natal/RN, 27 de setembro de 2013

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
Brasília/DF CEP: 70.160-900

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, e considerando os termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que trata das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, encaminho a Vossa Excelência cópia do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao segundo quadrimestre de 2013, publicado aos 27 de setembro de 2013 no Diário Oficial da União, à Seção 1, fl. 154.

Por oportuno, informo que o aludido Relatório encontra-se publicado na página eletrônica deste Tribunal, cujo endereço é www.tre-rn.gov.br, bem como que foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico – DJe , Edição nº 1270, de 27/09/2013, fl. 15.

No ensejo, manifesto a mais elevada consideração e distinto apreço.


Desembargador **AMÍLCAR MAIA**
Presidente



154

JSSA 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 188, sexta-feira, 27 de setembro de 2013

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 396, de 20 de setembro de 2013, publicada no DOU nº 187, de 26-9-2013, Seção 1, página 132, no Anexo, onde se lê: Des. José Fernandes de Lemos - Presidente do Conselho, lê-se: Des. José Fernandes de Lemos - Presidente do Tribunal.

(N. da Corte)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 374, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013

Dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2013.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 34, combinado com o § 2º do art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. AMILCAR MAIA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013

RGE - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL

	R\$ Milhares	
	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	82.477	2.003
Pessoal Ativo	65.666	2.003
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.811	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	16.552	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores do período anterior ao da apuração	149	0
Matéria e Pensionistas sem Recursos Vinculados	16.403	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	65.925	2.003
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DIP (IV) = III + II.51	-	67.927
ATUALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	624.361.467	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DIP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	00,0109	
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III do art. 30 da LRF) - 4%	25.044,89	
LIMITE ORÇAMENTAL (parágrafo único do art. 30 da LRF) - 4%	25.044,89	
LIMITE DE APROVAÇÃO (inciso I e II do art. 32 da LRF) - 4%	25.044,89	
FORTE: SEAP/RSO, 19/09/2013, às 13h00	117.509	

Notas:

1) Para referência à Portaria STN nº 521, de 08/09/2013.

2) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 69 da Lei 4.320/64;

b) Despesas executadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

3) Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 355/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

4) As Despesas com auxílio-salário e funeral, inclusive as classificadas como despesas de exercício anteriores, foram descontadas da apuração da despesa total com pessoal, conforme Acórdão TCU - Plenário nº 894/2012 e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAP/SOPIMP-SU-OR-STN-007, de 2 de julho de 2012.

Des. AMILCAR MAIA

Presidente do Tribunal

ANDREA CARLA GUEDES TOSCANO CAMPOS

Diretora-Geral

LIGIA REGINA CARLOS LEMBRER

Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

YVETTE BEZERRA GUERREIRO MAIA

Secretária de Administração e Planejamento

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 195, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O Desembargador Eládio Torret Rocha, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 34 e § 2º do art. 35, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período do 2º quadrimestre de 2013, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ELÁDIO TORRET ROCHA

ANEXO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANFEO A AGOSTO DE 2013

RGP - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	112.159	618
Pessoal Ativo	90.740	119
Pessoal Inativo e Pensionistas	21.389	539
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	21.028	539

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trf3.jus.br/secretaria/fiscal.html>, pelo código 00012013092700154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRE/RN - DJe nº 1270/2013

Divulgação: 26/09/2013

Publicação: 27/09/2013

Página 15

PORTARIA N.º 374/2013-GP

Dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2013.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Natal, 19 de setembro de 2013.

Desembargador Amílcar Mala

Presidente

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO			
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013			
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			R\$ Milhares
DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS	
(Últimos 12 meses)		LIQUIDADAS	
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	(a)	(b)	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)
82.477	2.003		Pessoal Ativo
65.666	2.003		Pessoal Inativo e Pensionistas
16.811	-		Outras Despesas do Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)
-	-		DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)
16.552	0		Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária
-	-		Decorrentes de Decisão Judicial do período anterior ao da apuração
-	-		Despesas de Exercícios Anteriores do período anterior ao da apuração
149	-		Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados
16.403	-		DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)
66.925	2.003		DESPESA TOTAL COM PESSOAL - OTP (IV) = (III a + III b)
67.927			
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)¹		625.461.587	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - OTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,010860	

TRE/RN - DJe nº 1270/2013

Divulgação: 26/09/2013

Publicação: 27/09/2013

Página 16

LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <=	0,024499	153.232
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <=	0,023274	145.570
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <=	0,022049	137.909
FONTE: SIAFI, COF/SAO, 19/09/2013 às 13h00 Valores referentes à Portaria STN nº 526, de 16/09/2013		
Notas: 1º) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:		
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;		
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 36 da Lei 4.320/64.		
2º) Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013. 3º) As Despesas com auxílios natalidade e funeral, inclusive as classificadas como despesas de exercícios anteriores, foram descontadas da apuração da despesa total com pessoal, conforme Acórdão TCU - Planário nº 894/2012 e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAF/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 2 de julho de 2012.		
Desembargador Amílcar Maia	Andréa Carla Guedes Toscano Campos	
Presidente	Diretora-Geral	
Lígia Regina Carlos Lima	Yvette Bezerra Guerreiro Mala	
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria	Secretária de Administração e Orçamento	

PORTARIA Nº 381/2013 - GP

Lota a servidora Tatiana Millions Rivasplata no Cartório da 69ª Zona Eleitoral – Natal/RN.

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX, do Regimento Interno desta Casa, e tendo em vista o que consta do PAE nº 3957/2013 (prof. 8772).

RESOLVE:

Art. 1º Lota a servidora TATIANA MILLIONS RIVASPLATA, Assistente em Administração, matrícula nº 1542824, do Quadro de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, requisitada nos termos do art. 2º da Lei nº 6.999, de 07/06/1992, no Cartório da 69ª Zona Eleitoral – Natal/RN

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/09/2013, data da apresentação da servidora ao Serviço Eleitoral.

Natal, 26 de setembro de 2013.

Desembargador AMÍLCAR MAIA

Presidente

RESUMO DE DIÁRIAS**RESUMO DE DIÁRIAS nº 070/2013**

Processo nº 5222/2013 (Protocolo nº 11.470/2013) - Quadro 01										
SERVIDOR	Cargo/ Função	De	Para	Período	diárias	Valor unit.	Traslado	Valor Bruto	Aux. Alim.	Vlr LIQUIDO
RODRIGO JORGE CARNEIRO LEITE	ANALISTA JUDICIÁRIO	AREIA BRANCA/RN	JANDUÍS/RN	08/09/2013 a 11/09/2013	3,5	224,00	0,00	784,00	96,81	687,19

RELATÓRIO (GESTÃO FISCAL)

Ofício nº 169/2013/TRT-DG

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2013.


Excelentíssimo Senhor Presidente
Senador José Renan Vasconcelos Calheiros
Congresso Nacional
Senado Federal - Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar
Cep: 70.165-900 – Distrito Federal - DF

Assunto: Encaminhamento do RGF – 2º Quadrimestre de 2013
Anexo: Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Em atendimento à mensagem CFIN/CSJT Nº 036/2013, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2013.

Atenciosamente,


Luciano de Sousa Campos Pereira
Diretor-Geral Substituto

**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM, 2 = NÃO) 2

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 378

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL - (I)	1.238.402,49	153,52	1.238.556,01
Pessoal Ativo	800.346,50	82	800.428,60
Pessoal Inativo e Pensionistas	408.005,90	72	408.077,41
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	352.326,25	0,00	352.326,25
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.124,64	0,00	1.124,64
Decorrentes de Decurso Judicial	1.031,23	0,00	1.031,23
Despesas de Exercícios Anteriores	17.406,68	0,00	17.406,68
Inativas e Pensionistas com Recursos Vinculados	347.760,70	0,00	347.760,70
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	886.076,24	153,52	886.229,76

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	525.161.567,60		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	0,135272%	0,000025%	0,135297%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= %>	0,327331%		2.047.329,60
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= %>	0,310964%		1.914.963,12
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º da art. 59 da LRF) - <= %>	0,291598%		1.812.595,61

FONTE: DECIF, CCIN, SORFRT 1º Regim - 12/09/2013 - 12/08/13

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.370/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 33, inciso II da Lei 4.370/64;

2) As despesas liquidadas com auxílio-maternidade e auxílio-funeral, no valor total de R\$ 262.240,83, classificadas como Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídas da apuração deste RGF, em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 15 SEAF/SOF-MP-SUCON-STEN-MF e no Acórdão nº 594/2012 do TCU. Com relação às despesas executadas por inscrição em restos a pagar não processados não foi apurado saldo no período.

3) Despesa com Proventos da Administração Judicial executadas por meio de descentralização externa de crédito (despesa), despesa liquidada R\$ 55.083.017,23

4) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) e creditadas por meio de descentralização externa de crédito (despesa), despesa liquidada R\$ 15.405.852,12 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 3.912,10.

5) Despesa liquidada de Precatórios da Administração Judicial: R\$ 27.723.836,82.

6) No período de setembro/2012 a agosto/2013, não foi contabilizado saldo no contr. 126.40200 - Ofícios cancelados de 18, sobre a ação 0625.

Desembargador Carlos Alberto Araújo Dourado
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região

Luciano de Souza Campos Pereira
Diretor-Geral Substituto

Cristina Maria Belarmino da Silva Aquino
Diretora Substituta da Secretaria de Controle Interno

Augusta Simas Vieira
Diretora Substituta da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade



- 1) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- 2) Despesas empilhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar, não processados, considerando limitadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei 4320/61.
- 3) As despesas liquidadas com amplitude e auxílio funeral, nos termos do art. 262, 263, 264, 265, classificadas como Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, foram e serão do âmbito deste RGF, em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunta nº 16/SB/AF/OP/MF SUCON/STN/MF e no Acórdão nº 9942012 da TCU, bem como as despesas decorrentes por inscrição nos restos a pagar não processados, não foi registrada sobre o período.
- 4) Despesa com Períodos da Administração Direta executada por meio de descentralização externa de crédito (despesas liquidadas: R\$ 55.083,01 e 2.273,32).
- 5) Despesa com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executada por meio de descentralização externa de crédito (despesas liquidadas: R\$ 15.105.892,12 e despesa inscrita em Restos a Pagar por professores: R\$ 3.592,10).
- 6) Despesa liquidada de Períodos da Administração Indireta: R\$ 27.723.836,82.
- 7) No período de setembro 2012 a agosto 2013, não foi contabilizado sobre a conta 105140200 - Outros cancelamentos de RP, salvo no caso 0935.

Des. CARLOS ALBERTO ARAUJO DRUSMOND
Presidente do Tribunal

LUCIANO DE SOUSA CAMPOS FERREIRA
Diretor-Geral
Substituto

CRISTINA MARIA DELARMINO DA SILVA AQUINO
Diretora da Secretaria de Educação Infantil
Substitua

MARIA AUGUSTA SIMAS VIEIRA
Ministra do Secretariado de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Substituta

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

PORTAUNA N.º 50, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

O EXMO. SENHADOR DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 51 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

DES. EVÂNILDO DA CUNHA ANDRADE

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
REATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SILTEMBRO/2013 A AGOSTO/2013
ANEXO À PORTARIA TRT-OP Nº 050/2013
RGF - ANEXO I (LRF) art. 53, inciso I, alínea "a" R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADA (II)	DESPESA FINANCEIRAS		TOTAL (I) + (III) + (IV)
		LIQUIDADA (III)	DEBITADA (IV)	
DESPESA FINANCEIRA COM PESSOAL (I)				
PROVA II ANO I	495.056,60		166,41	495.223,01
PROVA II ANO II	370.556,49		353,41	370.909,90
PROVA II ANO III	253.802,29		237,77	254.040,06
Outras despesas de pessoal decorrentes de atos normativos (art. 19 do art. 19 do LRF)	0		0	0
DESPESAS NÃO COMERCIALIZADAS (I) do art. 19 do LRF (II)	124.055,63		8.963,33	133.018,96
Despesas com transporte e passagens e diárias (art. 19 do LRF)	0		0	0
Despesas de transporte local	5,11		0	5,11
Despesas de transporte aéreo	1.790,91		5.993,33	7.784,24
Despesas e passagens com transporte marítimo	117.069,51		0	117.069,51
DESPESA FINANCEIRA COM PESSOAL (II) = (I) + (II)	958.545,92		12.367,44	970.913,36
ATUALIZADO DO CANCELAMENTO DO LÍMITE LEGAL				
NOTA CANCELAMENTO LEGAL (I) = (I) + (II)				
NOTA CANCELAMENTO LEGAL (II) = (I) + (II) + (III) + (IV)				
LÍMITE MENSAL (I) = (I) + (II) + (III) + (IV)	6.000.000,00		0,00	6.000.000,00
LÍMITE ANUAL (I) = (I) + (II) + (III) + (IV)	6.000.000,00		0,00	6.000.000,00
LÍMITE TRIMESTRAL (I) = (I) + (II) + (III) + (IV)	6.000.000,00		0,00	6.000.000,00
LÍMITE DIÁRIO (I) = (I) + (II) + (III) + (IV)	6.000.000,00		0,00	6.000.000,00

18/09/2018

1) Durante o período, somente as despesas liquidadas são consideradas e incluídas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inseridas em notas a pagar são processadas de forma semelhante.

Desse forma para poder ter acesso ao dinheiro necessário para se cuidar e

a) Proprietariedade, isto é, a pessoa física ou jurídica que possui o direito de propriedade sobre o imóvel, nos termos do art. 1.320 (1);

b) Despesas comprovadas, mas não liquidadas, inscritas em contas a pagar são consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 33 da Lei 4.320/64.

2) Portaria nº 68, de 2.11.2010, e de 1.03.2008, referentes à Previdência da Administração Urban e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, respectivamente, na FFA 70104.

3) No período foi pago o valor de R\$ 622.378,71 a título de Prejuízos de Município ao Instituto (Município).

4) No período de junho a agosto de 2013 não houve cancelamento de Renda Fixa e não processados no Grupo de Despesa 1

Os dois documentos foram publicados em volumes 25 100652 e 25 116153 respectivamente em 4 de maio com Anuário Brasileiro e Anuário Sefaradim. Se trata-se, por sua vez, de Anuário Sefaradim, pages 15-22, 60 estão incluídas no: Revue

Page:

Des. IVANILDO DA CUNHA ANDRADE
Presidente do TCU

VLADIMIR DE SILEX & RDM
Dexter Street

FLAVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças

ENRIQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor do Serviço de Auditoria e Controle Interno

Ofício GDG/SCOF nº 22/2013

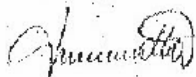
São Paulo, 27 de setembro de 2013

Senhor Senador

Em cumprimento aos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como em observância ao disposto no artigo 5º da Lei nº 10.028/2000, encaminhamos a Vossa Excelência o anexo Quadro Demonstrativo "Despesa com Pessoal", em relação à Receita Corrente Líquida, que compõe o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, do período de setembro de 2012 a agosto de 2013.

Esclarecemos que o referido Demonstrativo foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 135, em 26 de setembro de 2013, e, igualmente, está sendo enviado, nesta data, ao C. Tribunal de Contas da União.

Na oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência nossos protestos de estima e elevado apreço.



DENIZE MOTA

Diretora Geral da Administração Substituta

**Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
DD. Presidente do
Congresso Nacional
BRASÍLIA-DF**

Nº 187, quinta-feira, 26 de setembro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ASSN 1677-7042

135



APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	625.461.567,98
DE DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = RCL (IV) - (RCL (IV) x 10%)	552.915.411,18
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,01104	83.446,18
LIMITE PRESIDENCIAL (inciso único do art. 22 da LRF) - 0,011433	83.446,18
LIMITE DE ALERTA (inciso II do art. 22 da LRF) - 0,011725	83.446,18

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFINSAO/TRE-SE, Data de emissão: 23/09/2013, hora da emissão: 08h e 10m.

Valores referentes à Portaria STN nº 528, de 15/09/2013.

Nota:

- 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega de material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas as liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64; c) No período de setembro a dezembro de 2012, as despesas com multas, penalidades e honorários não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário, de 18 de abril de 2012 e, Ofício Circular Conj. nº 16/SEAF/SCFMP/SECUNST/MP, de 2 de julho de 2012; d) A despesa com pessoal foi apurada por Unidade Orçamentária - UO, exceto para a ação orçamentária Planos Eleitorais, cujos valores foram apurados por Unidade Gestora - UG, conforme determinação do item 9.3 do Acórdão nº 1.093/2012 - TCU - Plenário, de 8 de maio de 2013.

WILLIAMS DE LUCENA ALVES
Secretário de Administração e Orçamento

ADRIANA VIEIRA DE ALMEIDA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

ELCIANO AUGUSTO BARRETO CARVALHO
Diretor-Geral
Substituto

IRIS MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA
Presidente do Conselho

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATO Nº 10, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no DOU de 03/05/2000, resolve publicar o quadro "Demonstração da Despesa com Pessoal", referente ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de setembro de 2012 a agosto de 2013.

Desª MARIA DORALICE NOBRES

ANEXO

UNião - Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RDF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)	R\$ Mil
	Liquidadas (a)	Total (c) = (b) + (d)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (b)	1.453.618,12	1.474.265,22
Pessoal Ativo	1.059.889,08	1.079.001,37
Pessoal Inativo e Pensionistas	393.729,04	395.263,85
DESPESA NÃO COMPUTADAS (c) (1) do art. 19 da LRF (II)	0	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	323.120,45	328.815,25
Benefícios de Despesa Judicial	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	192,29	197,30
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.636,42	19.251,08
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (d) = (b) - (c)	1.130.497,67	1.065.429,92

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	R\$ Mil
DE DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = RCL (IV) - (RCL (IV) x 10%)	0,1710312	625.461.567,98
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,1611599	552.915.411,18
LIMITE PRESIDENCIAL (inciso único do art. 22 da LRF)	0,1621765	552.915.411,18
LIMITE DE ALERTA (inciso II do art. 22 da LRF)	0,1639926	552.915.411,18
CONTEÚTO: SIAFI - CUNTA/CONT/RT/2 - RCL (IV) - 20 set 2013 - 12h00m		
Nota:		
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega de material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas as liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64; c) Em atendimento ao disposto no item 9.3 do Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário, as despesas com pessoal não estão computadas as despesas executadas por meio de descentralizações externas (Despesas) a seguir indicadas: a) Ombudsman de Pessoa: Valor, classificadas no item de despesa 33190.91.05, no montante de R\$ 4.440,83 (em milhares); b) Práticas de Administração Incrta, classificadas no item 33190.91.01, no montante de R\$ 312,00 (em milhares, referentes a 2012); c) Práticas de Administração Direta e Indireta, classificadas no item de despesa 33190.91.02, no montante de R\$ 22.561,52 (em milhares, referentes ao exercício de 2013); d) As despesas com as Ações de Natalidade e Funeral, no montante total de R\$ 201,35 em milhares, referentes ao exercício de 2012, foram executadas dentro RCP, conforme Ato nº 894/2012 - TCU - Plenário. A partir de 2013, essas despesas são executadas no GAB 1390.08.		
Assinatura (assinatura eletrônica) de:		
MARIA DORALICE NOBRES	DENIZE MOTA	
Desembargadora Presidente do TRT 2ª Região	Diretora Geral de Administração - Substituta	
SIVALDO CATANA	RISSA KOTOMI YURI	
Diretor da Secretaria de Administração, Organização e Finanças	Diretora da Secretaria de Controle Interno	

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 24 de setembro de 2013

Processo nº 4328-2013

Vistos, Ratifico a inexistência de impedimento para a contratação da empresa Enthusiasmus Consultoria em Talentos Humanos LTDA., CNPJ nº 11.735.375/0001-62, com sede no art. 25, II do art. 43, VI, da Lei nº 8.666/91, no valor de R\$ 8.689,00, para a realização do curso e workshop "Gestão estratégica de pessoas - comprometimento com resultados e excelência no desenvolvimento", a ser conduzido pelo palestrante Eduardo Cezarillo, no dia 18/10/2013, com carga de 8 horas, em evento destinado à capacitação de Magistrados e de Servidores em funções de cargo em comissão com poder decisório e subordinação, aproximadamente 80 pessoas.

IRIS FRANCISCO DAS C. LIMA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trt2.jus.br/portal/>, pelo código 00012013092620135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ofício DG nº 683/2013

Porto Alegre, 30 de setembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Senhor Presidente,

Tendo em vista o contido no art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União de 27-09-2013.

Atenciosamente,

MARIA HELENA MALLMANN
Presidente

Ofício GP Nº 1942/2013

Salvador, 23 de setembro de 2013

A Sua Excelência o Senhor

SENADOR JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS

Presidente do Congresso Nacional

Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 6º Andar. Brasília-DF


CEP: 70.160-900

Assunto: encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre.

Senhor Senador:

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a cópia do Relatório de Gestão Fiscal do 2.º quadrimestre de 2013, demonstrativo da despesa com pessoal, orçamentos fiscais e da seguridade social referente ao período de setembro/2012 a agosto/2013, ao tempo em que levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o referido relatório foi publicado no DOU do dia 23/09/2013 - Seção I, págs. 747/8 -, e se encontra disponível no Portal deste Tribunal no endereço www.trt5.jus.br.

No ensejo, apresento protestos de consideração e apreço.



VANIA J. T. CHAVES
Desembargadora do Trabalho
Presidente do TRT 5ª Região

Ofício TRT-GP nº 384/2013

Recife, 30 de setembro de 2013.

Exmo. Senhor Presidente do Congresso Nacional
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Senado Federal
Brasília - DF

Assunto: **Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao segundo quadrimestre de 2013.**


Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 59 da LRF c/c o art. 5º, inciso I da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, referente ao segundo quadrimestre de 2013 (período de setembro de 2012 a agosto de 2013).

O aludido relatório foi publicado no Diário Oficial da União do dia 30 de setembro de 2013, seção I, página 139.

Saliento, por fim, que o relatório foi encaminhado, eletronicamente, para o endereço cmo@camara.leg.br.

Respeitosamente,


IVANILDO DA CUNHA ANDRADE
Desembargador Presidente do TRT da 6ª Região

OF. TRT7. GP nº 542 /2013

Fortaleza, 27 de setembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal (LRF, art. 54), encaminha

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência cópia do Diário Oficial da União com a publicação do Ato desta Presidência, que dá publicidade ao Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal deste Regional, referente ao 2º quadrimestre de 2013.

Respeitosamente,

Maria Roseli Mendes Alencar
Desembargadora-Presidente
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

OFÍCIO TRT 8ª Região GP/SEADM Nº 016/2013

Belém, 27 de setembro de 2013

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar
CEP: 70.165-900
Brasília/DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre de 2013

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, e em atendimento ao disposto no art. 117 da Lei 12.708/2012 (LDO 2013), encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal deste Órgão relativo ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 27/09/2013, Seção 1, páginas 156 e 157.

Respeitosamente,



ODETE DE ALMEIDA ALVES
Desembargadora Presidente

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM, 2 = NÃO)

2

8

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ MIL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	341.558,55	1,92	341.560,47
Pessoal Ativo	239.269,27	0,52	239.269,79
Pessoal Inativo e Pensionistas	102.289,28	1,40	102.290,68
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	99.320,00	0,00	99.320,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes do Decisão Judicial	11,09	0,00	11,09
Despesas de Exercícios Anteriores	5.702,57	0,00	5.702,57
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	93.606,34	0,00	93.606,34
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	242.238,55	1,92	242.240,47

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DIP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,038730%	0,000000%	0,038730%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	0,101200%		632.967,11
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	0,096140%		601.816,75
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - < % >	0,091050%		569.670,40

FONTE: SIAFI - COAUD/TRT8ª REGIÃO, 24/sep/2013 às 17h10.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ao serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) As despesas com auxílio-maternidade (ativo civil: R\$ 4.354,00) e auxílio-funeral (ativo civil: R\$ 4.267,53), no valor total de R\$ 8.621,53, relativas a despesas liquidadas, foram excluídas da apuração deste Relatório, em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SRAFI/SOF/MP-SUCONSTN-MF e no Acórdão nº 394/2012 – TCU-Plenário.

TCU-Plenário

3) Despesas com Outros Órgãos Judiciais:

- a) Despesas liquidadas: R\$ 7.979.144,37
b) Despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados: não há.

4) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV):

- a) Despesas liquidadas: R\$ 1.320.332,84
b) Despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados: não há.

ODETE DE ALMEIDA ALVES
Desembargadora Presidente

REGINA UGUETA DE AZEVEDO
Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora da Despesa

VALDENOR MONTEIRO BRITO
Coordenador da Coordenadoria de Execução Financeira e Orçamentária

FRANCISSALIM DE LIMA LINS PEREIRA
Coordenadora da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno

ATO Nº 317, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

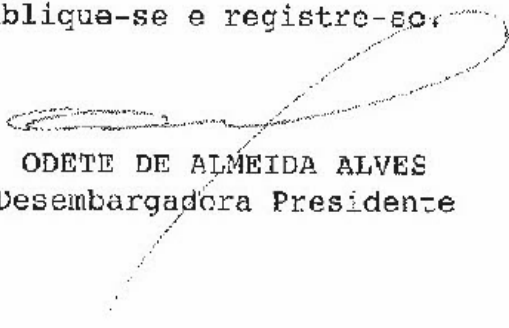
A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e

Tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, inciso I, a) e § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04.5.2000, e na Portaria STN nº 637/2012;

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 2º quadrimestre de 2013, conforme Anexo deste Ato, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Publique-se e registre-se.


ODETE DE ALMEIDA ALVES
Desembargadora Presidente



156

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 188, sexta-feira, 27 de setembro de 2013

4.4. DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (IV) - (RV) * 100		0,162095%
LIMITE MÁXIMO (função I, II e III) da Lei 4.320/64	6.218.000%	1.780.618,30%
LIMITE ORÇAMENTAL (Lei Complementar nº 101, de 22 de 2000)	0,216164%	1.697.616,34%
LIMITE DE ALERTA (função II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,214823%	1.618.621,05%

FONTE: SIAFI, Órgão Central - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

NOTA:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Nesta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas comprometidas, ou seja liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64;

2) As despesas não computadas relativas a férias e gratificações são incluídas nas despesas executadas no período de apuração da RCL. Assim, para garantir o respeito dos dados, foi considerada apenas a despesa com férias, considerando-se a gratificação excluída, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 22 de 2000;

3) As despesas não computadas relativas a férias e gratificações são incluídas nas despesas executadas no período de apuração da RCL.

MÁRCIA ORRICO DE ARAÚJO
Secretária de Recursos Orçamentários e Transições
Sistêmicas
JULIA BATISTA DA SILVA
Secretária de Controle Interno
CARVALHO REIS COUTINHO
Secretária-Geral

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 7.153, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

A VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, ao uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 24 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL constante no Processo Administrativo Eletrônico TRT 4ª nº 6001003-43.2010.5.04.0000.

ROSANE SERAFINI CASA NOVA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RCL - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (a)	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		Total (c) = (a) + (b)
	Liquida em (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	
Pessoal Ativo	587.315,00	3.101,48	590.416,48
Pessoal Inativo e Pensionistas	667.717,33	1.605,14	669.322,47
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	319.342,03	1.802,32	321.144,35
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (B)	0,00	0,00	0,00
Incentivos por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	263.275,12	1.785,00	265.060,12
Decorrentes de Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Exercício Anterior	4.316,76	0,00	4.316,76
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.041,84	0,00	6.041,84
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (B)	253.214,52	1.785,00	254.999,52
	723.279,85	1.622,46	724.902,31

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		625.421.569,60
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (IV) - (RV) * 100	0,111251%	0,111251%
LIMITE MÁXIMO (funções I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,216164%		1.992.926,72
LIMITE ORÇAMENTAL (função única, art. 22 da LRF) - 0,216164%		1.618.621,05

FONTE: SIAFI - COFINTECOP/RETR 4ª Região - 23/sep/2013 - 18:01

NOTA:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Nesta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas comprometidas, ou seja liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;

2) As despesas liquidadas de auxílio natalidade e auxílio funeral no valor de R\$ 62.234,84 foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício Circular Conjunta nº 16/SEAFUSOP/MP-SUCO/VSTN-MF e no Acórdão nº 894/2012.

3) Despesas com Proenunciados da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (detraque): despesa liquidada R\$ 6.177.616,02.

4) Despesas com Requisições de Seguro Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (detraque): despesa liquidada R\$ 1.694.887,22.

5) Despesa Liquidada de Proenunciados da Administração Indireta: R\$ 3.304.124,64.

Dona. ROSANE SERAFINI CASA NOVA
Presidente em exercício

SANDRO SCHIAYON
Ordinador de Despesas

TATIANA PEDRAGOSA SEVERO
Coordenadora de Orçamento e Finanças

TANIA MORA DE ARAÚJO BORGES
DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ATO Nº 317, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, ao uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, inciso I, "a" e § 2º da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, e na Portaria STN nº 613/2012; Resolve: TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 2º quadrimestre de 2013, constante do Anexo Único Ato, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, liquidada e registrada.

COSTE DE ALMEIDA ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trt8.jus.br>, pelo código 00012013092700135

Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 189, sexta-feira, 27 de setembro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

157



ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013 (R\$)

DESPESA COM PESSOAL	Despesa Executada (Últimos 12 meses)		
	Liquidada	Inscrita em Restos a Pagar - Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Despesa Ativa	211.515,53	1.642	213.157,53
Despesa Passiva e Passivos	212.242,27	1.642	213.884,54
Outras despesas de pessoal decorrentes de encargos (art. 1º, III, da Lei 4.320/64)	102.219,23	1.642	103.861,23
(I - II) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 1º, § 1º, da Lei 4.320/64)	0	0	0
Despesas com indenizações e benefícios à Demissão Voluntária	0	0	0
Despesas de Exercício Anterior	0	0	0
Despesas de Exercício Anterior	11,69	0	11,69
Despesas com Pensões e Aposentadorias	0	0	0
Despesas com Pensões e Aposentadorias	0	0	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (II = I - III)	93.652,11	0	93.652,11
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	9.929.220,75	9.929.220,75	9.929.220,75
PERCENTUAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - DLP (V) = (II / IV) x 100	0,9432%	0,0000%	0,9432%
LIMITE MÁXIMO (art. 1º, § 1º, da Lei 4.320/64)	0,0000%	0,0000%	0,0000%
LIMITE FUNDACIONAL (art. 1º, § 1º, da Lei 4.320/64)	0,0000%	0,0000%	0,0000%
LIMITE DE ALEATORIEDADE (art. 1º, § 1º, da Lei 4.320/64)	0,0000%	0,0000%	0,0000%

Fonte: SIAFI e COAUD/TRT8 - REGIÃO - 26/09/2013, às 17h e 30min

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não líquidas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas líquidas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 6º da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;
2) As despesas com auxílios (auxílio-civil: R\$4.354,00) e auxílio-funeral (auxílio-civil: R\$4.267,53) no valor total de R\$8.621,53, relativas às despesas liquidadas, foram excluídas da apuração deste relatório, em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAF/SCMP/SUCONSTEN/ME e no Acórdão nº 894/2012, do Tribunal de Contas da União/Plenário.

3) Despesas com outros Encargos Judiciais:
a) Despesas Líquidas: R\$ 7.379.144,37
b) Despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados: não há.
4) Despesas com Reajustes de Pequeno Valor (RPV):
a) Despesas Líquidas: R\$ 1.320.102,81
b) Despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados: não há.

Des. ODETE DE ALMEIDA ALVES
Presidente do Tribunal

REGINA UCHÔA DE AZEVEDO
Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora de Despesa

VALDENOR MONTEIRO BASTO
Coordenador da Coordenadoria de Organização e Finanças

IZANIDE GALIM DE LIMA LINS PRINHEIRO
Coordenadora da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PORTARIA Nº 265, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto nos artigos 54, II, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 01-05-2000, resolve:

A.1. E.1. Emitir o Relatório da Gestão Fiscal, com demonstrativo da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida, referente ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013.
Art. 2º O Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, será publicado na forma do disposto no § 2º do artigo 54 da Lei Complementar nº 101 de 04-05-2000.

CARIBALDI TADEU PEREIRA FERREIRA

ANEXOS

UNIDADE: PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

DESPESA COM PESSOAL	Despesa Executada (Últimos 12 meses)		
	Liquidada	Inscrita em Restos a Pagar - Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Despesa Ativa	437.290	0	437.290
Despesas Judiciais Sem Preparação (do Próprio Órgão)	394.236	0	394.236
Despesas Judiciais Sem Preparação (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	43	0	43
Despesas com Pessoal Ativo	314.277	0	314.277
Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	102.534	0	102.534
Despesas Judiciais Sem Preparação (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	102.534	0	102.534
Outras despesas de pessoal decorrentes de encargos de concessão (art. 18, § 1º, da LRF)	0	0	0
(I - II) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 1º, § 1º, da LRF)	0	0	0
Despesas com Demissão e Benefícios à Demissão Voluntária	0	0	0
Despesas de Exercício Anterior	0	0	0
Despesas com Pensões e Aposentadorias	0	0	0
Despesas com Pensões e Aposentadorias	0	0	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (II = I - III)	437.290	0	437.290
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,053944%	0,000000%	0,053944%
PERCENTUAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - DLP (V) = (II / IV) x 100	0,053944%	0,000000%	0,053944%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico: <http://www.tst.jus.br/portal/controle-fiscal>, pela chave: 0004201309270457

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/05/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ofício PRE/CDCOI n.º 010/2013

Brasília, 30 de setembro de 2013.

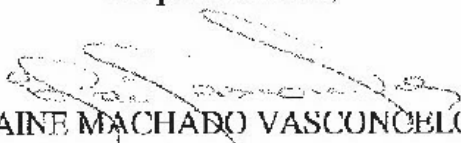
A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Tem o presente a finalidade de encaminhar a V. Ex.ª, em atendimento ao disposto no art. 59 da LRF c/c art. 5.º, inciso I da Lei n.º 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, alusivo ao período de setembro/2012 a agosto/2013.

Respeitosamente,



ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Desembargadora do Trabalho
Presidente do TRT da 10ª Região



140

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 150, segunda-feira, 30 de setembro de 2013

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 31, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

A Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 4887/2013, resolve:

Tornar público, nos termos do art. 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, relativo ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013.

FLAINE MACHADO VASCONCELOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RSF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		Despesa Executada (Últimos 12 meses)		RS Mil
DESPESA COM PESSOAL		Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (a+b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		343.024,95	472,73	343.497,68
Pessoal Ativo		251.634,48	435,46	252.069,94
Pessoal Inativo e Pensionista		91.390,47	37,27	91.427,74
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00	0,00
(II) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		82.851,44	39,41	82.890,85
Indenizações por Demissão e Lucrativos à Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00
Descontos de Decisão Judicial		0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		3.108,02	39,41	3.147,43
Inclusões e Retenções com Recursos Vinculados		79.742,51	0,00	79.742,51
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)		260.173,52	415,32	260.588,84
SATURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RELAÇÃO CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				625.351.567,19
QUOTA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - RTP sobre a RCL (V) = (III) x (IV) x 100		0,641597%	0,000095%	0,041596%
LIMITE MÁXIMO (Inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	0,401134%			651.324,40
LIMITE PRUDENCIAL (8.º inciso, art. 22 da LRF)	0,038916%			618.758,18
LIMITE DE ALERTEA (Inciso II do § 1º do art. 24 da LRF)	0,032722%			596.191,76

FONTE: SIAFI GERENCIAL - NUCAM/SEORF/INT 10ª Região

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64;

2) As despesas liquidadas com auxílio materialidade e auxílio funeral, no valor de R\$ 14,76 mil, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunta nº 16/SIAFI/SOP/MP/SUCEN/SF/INT-MF e no Acórdão nº 39/2012 - TCU - Plenário;

3) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), despesa liquidada no valor de R\$ 2.982,23 mil;

4) Despesas com Recuperação de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), despesa liquidada no valor de R\$ 2.619,50 mil;

5) Despesa de Precatórios da Administração Indireta: despesa liquidada no valor de R\$ 1.166,63 mil e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados no valor de R\$ 7.392,03 mil;

6) O montante das "Demais Despesas com Pessoal Ativo", R\$ 32.142,91 mil correspondem a contribuições patronais para o RPPS e R\$ 88,33 mil a contribuições previdenciárias ao INSS;

7) Não existe saldo na conta 19514.02.00 - Outros cancelamentos de RP, no Grupo de Despesa I, no período de janeiro a agosto/2013.

DES. FLAINE MACHADO VASCONCELOS
Presidente do Tribunal

GILVAN SILVA FERREIRA RAMOS
Diretor-Geral

MARINA ALFANI GATO RODRIGUES
Diretora de Despesa

WAGNER AZEVEDO DA SILVA
Coordenador de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2028, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Torna pública o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre (setembro/2012 a agosto/2013).

A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no exercício da Presidência, Desembargadora do Trabalho MARIA DAS GRAÇAS ALGERIM MARINHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre (setembro/2012 a agosto/2013), nos termos do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DAS GRAÇAS ALGERIM MARINHO

Ofício 1235/2013/SGP

Manaus, 30 de setembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor

Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS

Presidente do Congresso Nacional

Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar

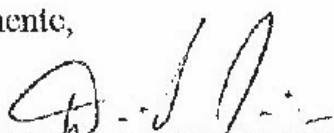
70165-900 – Brasília. DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar 101/2000 (LRF), c/c o art. 5º, I, da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência a Portaria 2028/2013/SGP, de 27.9.2013, que tornou público o Relatório de Gestão Fiscal (Despesas com Pessoal) deste Tribunal, referente ao 2º Quadrimestre de 2013 (setembro/2012 a agosto/2013), publicada no Diário Oficial da União no dia 30.9.2013, seção 1, páginas 140 e 141, conforme cópias anexas.

Respeitosamente,



DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR
Desembargador do Trabalho
Presidente do TRT da 11ª Região

PORTARIA Nº 2028/2013/SGP – Manaus, 27 de setembro de 2013


Torna público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre (setembro/2012 a agosto/2013).

A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no exercício da Presidência, Desembargadora do Trabalho MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

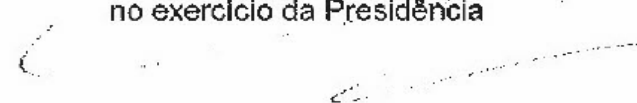
R E S O L V E:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre (setembro/2012 a agosto/2013), nos termos do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO
Vice-Presidente do TRT da 11ª Região,
no exercício da Presidência



OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 – SIM, 2 – NÃO)

2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL,
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 53, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimas 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	280.568,78	1.967,42	282.536,20
Pessoal Ativo	217.535,10	416,99	217.952,09
Pessoal Inativo e Pensionistas	63.033,68	1.550,43	64.584,11
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	58.764,59	1.945,28	60.710,27
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.914,46	1.945,28	4.859,74
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	55.850,53	0,00	55.850,53
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	221.803,79	22,14	221.825,93

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.161.567,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100		0,035462%	0,040004%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, n.º 20 da LRF) - <= %>	0,070848%		443.127,01
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= %>	0,067306%		420.970,66
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <= %>	0,063763%		398.814,31

FONTE: SIAFI-COP/TRT11-26/sep/2013 - 911h e 13m.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.726/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.726/64.

2) Os gastos com Auxílio Natalidade e Funeral, classificando como Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$ 3.732,00 e R\$ 17.160,04, respectivamente, excluídos da apuração deste RGF, em atendimento ao Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAF/SEPMF e no Acórdão nº 89/2012, do TCU.

3) Os gastos com Precatórios ficam na seguinte ordem: Precatórios da Administração Direta executados no valor de R\$ 8.796,00, Precatórios com Resquícios de Pequeno Valor (RPV), no valor de R\$ 399.195,18; Precatórios da Adm Indireta em: R\$ 90.520,00 e Outros Precatórios Judiciais na ordem de R\$ 343.343,890,00.

MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO
VICE-PRESIDENTE DO TRT DA 11ª REGIÃO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

JOSÉ COOPER BAIXISTA MOURA
DIRETOR GERAL E ORDENADOR DA DESPESA

GRACI DOS SANTOS CLAUDINO
DIRETORA DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, EM SUBSTITUIÇÃO

JOSÉ CARLOS CUNHA DE CARVALHO
DIRETOR DA COORDENAÇÃO DE PAGAMENTOS

JOSÉ DE ARIMATHÉA MATIAS FERNANDES
DIRETOR DA ASSESSORIA DO CONTROLE INTERNO



140

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 189, segunda-feira, 30 de setembro de 2013

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 11, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

A Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o conteúdo do Processo Administrativo nº 4.857/2013, resolve:

Tomar público, nos termos do art. 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, relativo ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013.

ELAINE MACHADO VASCONCELOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DIMENSIONAMENTO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RDF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesa Executada (Últimos 12 meses)		
	Liquidada (a)	Inscrita em Restos a Pagar não Processados (a)	Total (C=(A+B))
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	343.824,96	472,73	343.401,53
Pessoal Ativo	251.634,48	405,46	252.069,94
Pessoal Inativo e Pensionista	91.350,47	37,27	91.427,74
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
(*) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	32.851,44	39,41	82.890,85
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.108,92	19,41	3.348,24
Inativos e Pensionistas com Restos Vinculados	29.742,51	0,00	79.742,51
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	260.173,52	433,32	260.606,83
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			654.461.969,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,041597%	0,000669%	0,041668%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10,104135%		661.329,20
LIMITE ORÇAMENTAL (8 único, art. 22 da LRF)	10,000000%		618.758,18
LIMITE DE ALERTA (inciso I, do § 1º de art. 29 da LRF)	30,037272%		196.191,05

FONTE: SIAFI ORÇAMENTAL - JUCANSOR/EXT 1ª Região

Notas:

- 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- a) Despesa liquidada, considerando aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 53 da Lei 4.736/64;
- b) Despesa executada mas não liquidada, inscrita em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.736/64.
- 2) As despesas liquidadas com auxílio materialidade e auxílio funeral, no valor de R\$ 14,76 mil, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício Circular Conjunto nº 16/SIAFI/SOPMP-SUCONEXIN-MP e no Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário.
- 3) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada no valor de R\$ 2.858,23 mil.
- 4) Despesas com Precatórios de Despesa Ativa (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada no valor de R\$ 2.659,30 mil.
- 5) Despesa de Precatórios da Administração Indireta: despesa liquidada no valor de R\$ 1.166,67 mil e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados no valor de R\$ 7.392,03 mil.
- 6) Do montante das "Demais Despesas com Pessoal Ativo", R\$ 39.142,91 mil correspondem a contribuição pessoal para o RPPS e R\$ 88,33 mil a contribuições previdenciárias ao INSS.
- 7) Não existe saldo na conta 19514.02.00 - Outros cancelamentos de RP, no Grupo de Despesa 1, no período da janeiro a agosto/2013.

Des. ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Presidente do Tribunal

OLIVAN SILVA PEREIRA RAMOS
Diretor-Geral

MARINA ARAÚJO KATO RODRIGUES
Coordenadora de Despesas

WAGNER AZEVEDO DA SILVA
Coordenador de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.028, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre (setembro/2012 a agosto/2013).

A VICE-RESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no exercício da Presidência, Desembargadora do Trabalho MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre (setembro/2012 a agosto/2013), nos termos do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trt11.jus.br/relatoriofiscal>, pelo código 00012013093000140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 189, segunda-feira, 30 de setembro de 2013

Diário Oficial da União - Seção I

ISSN 1677-7042

141



ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 53, inciso I, alínea "a")
DESPESA COM PESSOAL

	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)			R\$ Mil
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	280.568,78	1.587,42	282.156,20	
Pessoal Ativo	217.535,10	436,99	217.972,09	
Pessoal Inativo e Pensionistas	63.033,68	1.150,43	64.184,11	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 18 da LRF) (II)	58.764,99	1.045,28	60.710,27	
Incentivos por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes da Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	2.914,46	1.945,28	4.859,74	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	55.850,53	1,00	55.851,53	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	221.803,79	22,14	221.825,93	

RECORTA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)
% de DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (IV) = (III c/ IV) * 100
LÍMITE MÁXIMO (Fórmula I, II e III, art. 20 da LRF) <= > 0,007848% 0,023462% 0,000004% 525.451.557,00 0,015466%

LÍMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) <= > 0,063306% 443.127,01

LÍMITE DE ALERTA (parágrafo II do art. 59 da LRF) <= > 0,063763% 420.970,66 358.811,31

FONTE: SIAFI - COPTRT 11-26/09/2013-911 h e 13m.

Nota: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Os gastos com Auxílio Natalidade e Funeral, classificados como Despesa de Pessoa e Benefícios com Sociais, no valor de R\$ 3.732,00 e R\$ 17.100,04, respectivamente, excluídos da apuração deste RGF, em atendimento ao Ofício-Circular Conjunto nº 169/SEAF/USJ/PAF e no Acórdão nº 894/2012, do TCU.

3) Os gastos com Precatórios ficaram na seguinte ordem: Precatórios da Administração Direta executados no valor de R\$ 8.796,60, Precatórios com Requisitos de Pequeno Valor (RPV), no valor de R\$590.195,18; Precatórios da Adm. Indireta em R\$90.520,00 e Outros Precatórios Judiciais na ordem de R\$143.890,00.

MARIA DAS GRAÇAS ALFERIM MARINHO
Vice-Presidente do Tribunal
Em exercício

JOSÉ COOPER BATISTA MOURA
Diretor Geral e Ordenador de Despesa

GRACI DOS SANTOS CLAUDINO
Diretora da Secretaria de Organização e Finanças
Em Substituição

JOSÉ CARLOS CUNHA DE CARVALHO
Diretor da Coordenação de Pagamento

JOSÉ DE ARIMATHÉIA MATIAS FERNANDES
Diretor do Serviço de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

PORTARIA Nº 485, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

O DESEMBARÇADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, regimentais e tendo em vista o conteúdo do

Processo TRT nº 030.25/85/2013, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2013, no Diário Administrativo Eletrônico da Justiça do Trabalho da 13ª Região e Diário Oficial da União, em cumprimento ao que dispõe o inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CARLOS COELHO DE MIRANDA FIGUEIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 53, inciso I, alínea "a")

	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)			R\$ Mil
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	280.568,78	1.587,42	282.156,20	
Pessoal Ativo	217.535,10	436,99	217.972,09	
Pessoal Inativo e Pensionistas	63.033,68	1.150,43	64.184,11	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 18 da LRF) (II)	58.764,99	1.045,28	60.710,27	
Incentivos por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes da Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	2.914,46	1.945,28	4.859,74	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	55.850,53	1,00	55.851,53	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.dia.gov.br/assinadigital.html>, pelo código 0001201309000141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/09/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2

Edição nº 1918 Extraordinária
Manaus - AM, Sexta-feira, 27 de Setembro de 2013.

Diário Oficial

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2024/2013/SGP - Manaus, 27 de setembro de 2013

Autoriza o deslocamento do servidor Elizoberto Pinheiro Mendes, Diretor da Secretaria da Corregedoria, à cidade de Humaitá no período de 29.9 a 3.10.2013.

A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no exercício da Presidência, Desembargadora do Trabalho MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a indicação do servidor Elizoberto Pinheiro Mendes, Diretor da Secretaria da Corregedoria, para acompanhar a Desembargadora do Trabalho e Corregedora, Eleonora Samier Gonçalves na Correlação Ordinária a ser realizada na Vara do Trabalho de Humaitá no período de 30.9 a 2.10.2013, conforme informação contida no Ofício nº 478/2013/SCR, da Secretaria da Corregedoria, datado a fls. 196-198 da MA-124/2013;
CONSIDERANDO o despacho Presidencial de 20.9.2013 proferido no expediente supracitado (Fls. 198), deferindo o deslocamento do referido servidor;

RESOLVO:

Art. 1º Autorizar o deslocamento do servidor ELIZOBERTO PINHEIRO MENDES, Diretor da Secretaria da Corregedoria, à cidade de Humaitá (AM) no período de 29.9 a 3.10.2013.

Art. 2º Considerar os dias 29.9 e 3.10.2013 como transitórios.

Art. 3º Conceder ao referido servidor quatro diárias e meia, no valor unitário de R\$ 343,20, no total de R\$ 1.431,45, já efetuados os descontos legais, atinentes ao período de 29.9 a 3.10.2013.

Art. 4º Determinar que seja apresentado pelo servidor ao Núcleo de Contabilidade o cartão do embarque, ou bilhete de passagem, ou relatório de viagem, nos termos da Resolução Administrativa nº 214/2009, alterada pela Resolução Administrativa 214/2009, alterada pela Resolução Administrativa 214/2009.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO
Vice-Presidente do TRT da 11ª Região,
no exercício da Presidência

PORTARIA Nº 2025/2013/SGP - Manaus, 27 de setembro de 2013

Designa a servidora Larissa Silva de Araújo, para substituir Elizoberto Pinheiro Mendes no Cargo de Diretor da Secretaria da Corregedoria.

A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no exercício da Presidência, Desembargadora do Trabalho MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a solicitação do Diretor da Secretaria da Corregedoria por meio do Memorando nº 357/2013/SCR, de 27.9.2013, protocolado sob o n. TRT-22516/2013;
CONSIDERANDO o deslocamento do servidor Elizoberto Pinheiro Mendes, ocupante do Cargo em Comissão, Código CU-03, de Diretor da Secretaria da Corregedoria, à cidade de Humaitá no período de 29.9 a 3.10.2013, conforme portaria nº 2024/2013.

RESOLVO:

Art. 1º Designar a servidora LARISSA SILVA DE ARAÚJO, ocupante do Cargo em Comissão, Código CU-02, de Diretora da Assessoria da Corregedoria, para substituir, cumulativamente, Elizoberto Pinheiro Mendes no cargo e período de 29.9 a 1ª a 3.10.2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO
Vice-Presidente do TRT da 11ª Região,
no exercício da Presidência

PORTARIA Nº 2026/2013/SGP - Manaus, 27 de setembro de 2013

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre (setembro/2012 a agosto/2013).

A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no exercício da Presidência, Desembargadora do Trabalho MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVO:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre (setembro/2012 a agosto/2013), nos termos da anexa desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO
Vice-Presidente do TRT da 11ª Região,
no exercício da Presidência

PORTARIA Nº 2026/2013/SGP - Manaus, 27 de setembro de 2013

Designa o servidor Paulo Roberto Dornelles Junior para substituir Elizoberto Pinheiro Mendes no Cargo de Diretor da Secretaria da Corregedoria.

A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no exercício da Presidência, Desembargadora do Trabalho MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a solicitação do Diretor da Secretaria da Corregedoria por meio do Memorando nº 357/2013/SCR, de 27.9.2013, protocolado sob o n. TRT-22516/2013;
CONSIDERANDO o deslocamento do servidor Elizoberto Pinheiro Mendes, ocupante do Cargo em Comissão, Código CU-03, de Diretor da Secretaria da Corregedoria, à cidade de Humaitá no período de 29.9 a 3.10.2013, conforme portaria nº 2024/2013.

RESOLVO:

Art. 1º Designar o servidor PAULO ROBERTO DORNELLES JUNIOR, ocupante de Função Comissionada, Código FC-05, de Assistente de Gabinete da Desembargadora do Trabalho Eleonora Samier Gonçalves, para substituir, cumulativamente, Elizoberto Pinheiro Mendes no Cargo no dia 30.9.2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO
Vice-Presidente do TRT da 11ª Região,
no exercício da Presidência

PORTARIA Nº 2027/2013/SGP - Manaus, 27 de setembro de 2013

Remove o servidor Wanderley de Paula Ferreira do Gabinete da Desembargadora do Trabalho Francisca Rita Alencar Albuquerque para a Seção de Transporte.

A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no exercício da Presidência, Desembargadora do Trabalho MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO, usando de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a solicitação da Desembargadora do Trabalho Francisca Rita Alencar Albuquerque por meio do Ofício nº 359/2013, de 26.9.2013, protocolado sob o n. TRT-023476/2013;

RESOLVO:

Art. 1º Remover o servidor WANDERLEY DE PAULA FERREIRA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Segurança, Classe C, Padrão 13, do Gabinete da Desembargadora do Trabalho Francisca Rita Alencar Albuquerque para a Seção de Transporte.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO
Vice-Presidente do TRT da 11ª Região,
no exercício da Presidência

SEÇÃO DE RECURSOS DE REVISTA

EDITAL 600/2013

De ordem do Desembargador do Trabalho, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, Lance público para conhecimento dos interessados, que DEBEMOS-SE SEGUIMENTOS AOS RECURSOS DE REVISTA, conforme despachos fundamentados constantes dos autos:

1ª TURMA

1. AGRADO DE PETIÇÃO-1123400-26.2007.5.11.0012

Requerente(s):	1. MUNICÍPIO DE MANAUS
Advogado(a)(s):	1. MAGDALENA ARAÚJO PEREIRA FERREIRA
Requerido(a)(s):	1. ROSILENY SILVA DA COSTA
	2. COOPRASC COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA
Advogado(a)(s):	1. REINILDA GUIMARÃES DO VALE (AM - 1392)

2. AGRADO DE PETIÇÃO-1197200-71.2007.5.11.0002

Requerente(s):	1. MUNICÍPIO DE MANAUS
Advogado(a)(s):	1. ANNECK COSTA MONTEIRO (AM - 2059)
Requerido(a)(s):	1. GELCINEI DE OLIVEIRA SOBRINHO
	2. COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA
Advogado(a)(s):	1. TASSYANE MARIANO GOMES e OUTRA (AM - 5563)

3. AGRADO DE PETIÇÃO-0022169-29.2010.5.11.0017

Requerente(s):	1. UNIÃO FEDERAL
Advogado(a)(s):	1. FRANCISCO AIRTON DEZENHA MARTINS
Requerido(a)(s):	1. SÉRGIO CLÁUDIO MENEZES FERREIRA
	2. ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO ORIENTADO - ASSUPERO
Advogado(a)(s):	1. IVES ALENCAR ALBUQUERQUE e OUTROS (AM - 5521)
	2. MÁRCIO FERREIRA JUCA e OUTROS (AM - 2172)

O presente EDITAL encontra-se disponível na internet, no seguinte endereço eletrônico: www.trt11.jus.br/diario.

Manaus, 27 de setembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO
Cynthia Maria Dornedi Ribulso
Diretora da Secretaria Geral da Judiciária
em substituição

OFÍCIO Nº 106/2013/PRESI

Florianópolis, 30 de setembro de 2013.

Exmo. Senhor

Senador **JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS**

Presidente do Congresso Nacional

Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar

CEP 70165-900 - Brasília/DF

Assunto: *Relatório de Gestão Fiscal – TRT da 12ª Região.*

Senhor Senador:

Atendendo os termos da Mensagem CFIN/CSJT nº 036/2013, datada de 18-09-2013, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CFIN/CSJT, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, uma cópia do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal (2º quadrimestre/2013), com demonstrativo da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida, referente ao período de setembro-2012 a agosto-2013.

Esclareço, por oportuno, que o referido Relatório foi publicado no Diário Oficial da União nº 188, do dia 27-09-2013, Seção 1, páginas 157 e 158.

Respeitosas saudações.



GISELE PEREIRA ALEXANDRINO
Desembargadora do Trabalho Presidente do
TRT da 12ª Região

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)

<IDENTIFICAÇÃO DA ESPERA DE GOVERNO> - <IDENTIFICAÇÃO DO PODER>

<IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO, QUANDO O DEMONSTRATIVO FOR DE ÓRGÃO>

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 À AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	437.290,11	931,13	438.221,24
Pessoal Ativo	334.756,16	317,74	335.073,90
Pessoal Inativo e Pensionistas	102.533,95	613,39	103.147,34
Outras despesas do pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	99.892,65	924,49	100.817,14
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	64,06	0,00	64,06
Despesas de Exercícios Anteriores	5.257,13	924,49	6.181,62
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	94.571,46	0,00	94.571,46
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	337.397,46	6,64	337.404,10

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		625.461.567,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV)*100	0,053944%	0,000001%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,124873%	781.032,62
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,118629%	741.980,99
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,112386%	702.929,36

FONTE: SIAFI/2012 e 2013 e Serviço de Orçamento e Finanças - 23/09/2013 - às 13h30min.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;
- As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, no valor de R\$ 41.443,10, relativo a despesas liquidadas, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 3/2012;
- Despesas com Previdência da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque) despesa liquidada (R\$ 67.530,02);
- Despesa Liquidada de Outros Previdenciários, Iniciais R\$ 1.721.759,88 e
- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), despesa liquidada R\$ 964.564,60.

GARIBALDI VADEU PEREIRA FERRIRA

Desembargador do Trabalho-Vice-Presidente no exercício da Presidência

SANDRO BELTRAME

Diretor da Secretaria Administrativa no exercício da
Direção GeralSILVANO ACINHO DE OLIVEIRA NETO
Assessor de Controle Interno

OFÍCIO GPRES Nº 009/2013

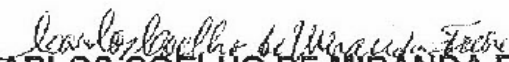
João Pessoa, 30 de setembro de 2013.

A sua Excelência o Senhor
SENADOR JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal
Brasília/DF

Senhor Senador,

Em cumprimento ao disposto no art. 59, da Lei Complementar nº 101/2000, c/c art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 bem como em atendimento à solicitação contida na Mensagem CFIN/CSJT Nº 036/2013, oriunda da Coordenadoria de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CFIN/CSJT, encaminhamos a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF deste Regional, correspondente ao 02º quadrimestre do exercício 2013.

Atenciosamente,


CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE
Desembargador Federal Presidente
TRT – 13ª REGIÃO/PB

SENADO FEDERAL – Praça dos Três Poderes
Anexo I, 15º Andar
Brasília/DF –
CEP: 70.165-900

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

Nº 189, segunda-feira, 30 de setembro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

1/1



ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2012 A AGOSTO 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL

R\$ Mil

	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	289.568,28	1.961,43	291.529,70
Pessoal Ativo	217.535,10	436,09	217.971,19
Pessoal Inativo e Pensionistas	61.033,68	1.525,34	62.559,02
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	58.764,99	1.915,28	60.680,27
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1,00	0,00	1,00
Despesas de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	7.914,46	1.915,28	9.829,74
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	55.852,53	0,00	55.852,53
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	221.503,79	22,14	221.525,93
ATUALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			675.461.557,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III x IV) ÷ 100	0,032818%	0,35462%	0,035466%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - até	0,067506%		443.127,01
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - até	0,067506%		443.127,01
LIMITE DE A 1912 (inciso II do art. 59 da LRF) - até	0,063763%		420.070,66

FONTE: SIAFI - CORTI 11/2013-911 e 1311

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agrupadas em:

a) Despesas liquidadas, ou seja, aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 6º da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.370/64.

2) Os gastos com Auxílio Reintegrante e Férias, considerados como Despesa de Pessoal e encargos com Sociais, no valor de R\$ 3.732,00 e R\$ 17.160,04, respectivamente, excluídos da apuração deste RGF, em conformidade com o Edital-Cred. In. Conjunto nº 6.514/SEF/MP e na Acórdão nº 894/2012, do TCU.

3) Os gastos com Procatórios ficaram na seguinte ordem: Procatórios da Administração Direta executados no valor de R\$ 8.750,00. Procatórios com Requisições de Pequeno Valor (RPV), no valor de R\$ 599.195,18. Procatórios da Adm. Indireta em R\$ 900.536,00 e Outros Procatórios Judiciais no orden de R\$ 343.890,00.

MARIA DAS GRACAS ALCEMIR MARIN (D)
Vice-Presidente do Tribunal
Em exercício

JOSE COOPER PATRISTIA MOURA
Diretora-Geral e Diretora de Despesa

GRACIELA SANTOS CLAUDINO (D)
Diretora de Sistema de Informação e Planilhas
Em exercício

JOSE CARLOS CUNHA DE CARVALHO
Diretor de Despesa e de Planejamento

JOSE DE ARMANDO A. MATTIAS FERREIRAS
Diretor do Serviço de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

POLEIA 87.485, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, regimentais e tendo em vista o constante no

Processo TRT nº 000 21885/2013, resolve:

Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao segundo quadrimestre da execução de 2013, no Diário Administrativo Eletrônico da Justiça do Trabalho da 13ª Região e Diário Oficial

da União, em cumprimento ao que dispõe o inciso III do art. 34 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CARLOS CAETANO DE MIRANDA - REBE

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2012 A AGOSTO 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL

R\$ Mil

	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	235.561,30	1.961,43	237.522,73
Pessoal Ativo	221.824,06	436,09	222.260,15
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.736,61	1.525,34	18.261,95
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	43.503,52	1.915,28	45.418,80
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1,00	0,00	1,00
Despesas de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	7.340,04	1.915,28	9.255,32
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.129,68	0,00	2.129,68
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	192.057,78	22,14	192.079,92

Este documento pode ser consultado no endereço eletrônico <http://www.trt13.jus.br/portal/portal>, pela sigla: 41012010900041

Documento assinado digitalmente conforme a MP nº 2.200-2, de 24/04/2004, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



142

ISSN 1677-7012

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 189, segunda-feira, 30 de setembro de 2013

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) - (I) - (II)	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	215.057,781	215.057,781
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567,00
50 DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (RCL/V)*100		0,034388%	0,000000%
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)		0,0315281%	477.673,42
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,5%		0,0315921%	101.510,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,5%		0,0306201%	350.108,96

FONTE: SIAFI 2012/2013 - NCNT - SPF, MUSE/2013 - 09-400.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas comprometidas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

As despesas com benefícios inscritas no valor de R\$ 4.354,00 e Auxílio Fúnebre no valor de R\$ 15.875,16, relativos a despesas liquidadas, foram excluídas em atendimento ao disposto no inciso c) do parágrafo único do art. 59 da LRF.

nº 8.554/2006, inciso III, art. 2º e Acórdão nº 885/2012 do TCU - Plenário.

Despesas com Precatórios de Administração Judicial executadas (RPPV) executadas por meio de desoneração patrimonial de crédito idêntico: R\$ 809.900,66.

Despesas com Precatórios de Administração Judicial executadas (RPPV) executadas por meio de desoneração patrimonial de crédito idêntico: R\$ 57.384,22.

Despesas com Precatórios de Administração Judicial executadas (RPPV) executadas por meio de desoneração patrimonial de crédito idêntico: R\$ 809.900,66.

Des. CARLOS COELHO DE MIRANDA FERREIRA
Presidente do TribunalLEONARDO MAROJA ARCOVERDE NÓBREGA
Diretor GeralCAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA
Diretor de Suporte e Apoio Técnico-ExecutivoARTHUR JOSÉ ALBUQUERQUE GADÊTTA
Diretor de Secretaria de Planejamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 63, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O DOUTOR MIRIAM GONÇALVES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 51 e § 2º da art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

ELAYDE ALBUQUERQUE DE CAMPOS COOPER

ANEXO

UNião - Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2012 a Agosto/2013

RGE - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c")

R\$ MIL

DESPESA COM PESSOAL	Liquidadas (a)	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
		Inscrição em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (a + b) (c)
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (II)	916.987,92	5.157,41	922.145,33
Pessoal Ativo	735.182,91	5.030,16	740.213,07
Pessoal Inativo e Pensionistas	171.805,01	118,25	171.923,26
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 14 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO CUMPRIDAS (art. 1º do art. 19 da LRF) (III)	143.750,65	3.178,65	146.929,30
Instituições por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Despesas de Encargos Anteriores	9.405,13	3.178,65	12.583,78
Instituições e Pensionistas com Despesas Vinculadas	134.345,52	0,00	134.345,52
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) - (I) - (II)	223.432,85	3.276,76	226.709,61

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567,00
50 DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (RCL/V)*100		0,034388%	0,000000%
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)		0,0315281%	1.369.460,61
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)		0,0306201%	1.409.987,58
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		0,0315921%	1.250.511,55

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e CCNTRE 15ª Região

23 set 2013 13h41m4

Notas:

I) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas comprometidas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Essa documentação pode ser verificada no endereço eletrônico <http://www.trt15.gov.br/arquivos/fiscal/>.

pelo código 0001201309000032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24.09.2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ofício nº 494/2013-GP

Porto Velho, 27 de setembro de 2013.

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – 2º quadrimestre de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em atendimento ao disposto no art. 118 da Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012), encaminho a Vossa Excelência cópia do Relatório de Gestão Fiscal – 2º quadrimestre de 2013, correspondente ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013, enviado para publicação mediante Portaria nº 2499, publicada no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 14ª Região.

Ao ensejo, reitero votos de elevada estima e distinguida consideração.

(assinado digitalmente)

Desembargador ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Presidente do TRT da 14ª Região

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar
70.165-900 – BRASÍLIA/DF

AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, Nº 600, CENTRO
PORTO VELHO/RO - CEP 76801-901
Telefone: (68) 3211-0301/0362 • FAX (68) 3211-0368

Portaria nº 2499, de 25 de setembro de 2013.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000,

RESOLVE:

TORNAR público o Relatório de Gestão Fiscal – 2º quadrimestre de 2013, correspondente ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013.

Publique-se.

(assinado digitalmente)
ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR

JUSTIÇA FEDERAL, TRABALHISTA
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (d) (mes 12 totais)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (II)	199.014,80	265,30	199.279,70
Pessoal Ativo	166.144,04	194,19	166.338,23
Pessoal Inativo e Pensionistas	32.890,46	11,11	32.901,47
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMEITADAS (I) 1º do art. 19 da LRF (III)	30.694,79	195,34	30.890,13
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes da Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.250,09	195,34	2.445,43
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.444,70		28.444,70
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (II - III)	168.319,71	9,96	168.339,57

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL = DTP sobre a RCL (IV) a (III) e / (IV) 100		0,026913 %	0,000002 %
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,043041 %		394.297,21
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,029887 %		274.584,37
LIMITE DE ALBERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,036737 %		354.267,50
POSTO: SIAFI GERENCIAL/SIAFI - SICA/SOF/FRF(1 - 2) Inc(201) - (Ib) e (IV)			

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 61 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 55, inciso II da Lei 4.320/64.

3) Despesas com Precatório de Sentenças Judiciais (ADM DIRETA E INDIRETA) foi de R\$ 85.101.971,01.

4) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV's) executadas por meio de descentralização externa de créditos (desaque): despesa liquidada R\$ 4.466.798,74

5) As despesas com auxílio natalidade foram de R\$ 1.866,00 e auxílio funeral de R\$ 1.531,00 relativo a despesas liquidadas, e de R\$ 305,20 e 1 relativo a despesas executadas por por inscrição de restos pagar não processados, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício Circular Conjunto nº 16/SEAP/SEJMP/SUCUN/STN-MF e na Acórdão nº 391.

(assinado digitalmente)
ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
 DESPESARIADOR PRESIDENTE


OSWALDO SILVA
 DIRETOR GERAL, em substituição

JAIME HERCULANO DE MELO FILHO
 DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA, em substituição

CLEUVA SILVA SALES DE SOUZA
 SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Imprensa Nacional - recibo de recebimento de ofício

Página 1 de 1.

Imprensa Nacional - Recibo		Página Principal		
Presidência da República Imprensa Nacional				
Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento				
A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:				
Data de envio: 26/09/2013 15:22:39				
Origem: Diretoria-Geral				
Operador: Waglan dos Santos Lima de Oliveira				
Ofício: 2684050				
Data prevista de publicação: 27/09/2013				
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1				
Forma de pagamento: Isento				
As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.				
Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MDS	Tamanho (cm)	Valor
6271150	DEM. DA DESPESA COM PESSOAL-25.9.13.rtf		32,00	
Total da matéria			32,00	R\$ 971,84
TOTAL DO OFÍCIO			32,00	R\$ 971,84

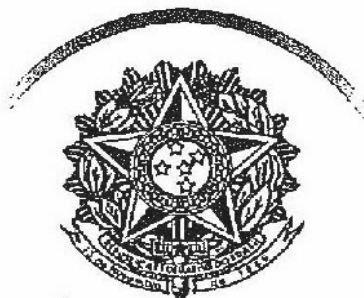
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHOBRASÍLIA
SUGESTÕES • CRÍTICAS • RECLAMAÇÕES

TEL: 0800-7043468

14ª REGIÃO

TEL: (69) 3211-6300

I N T E R N E T

Home Page: <http://www.trt14.jus.br>
E-mail: stt@trt14.jus.br**PRESIDÊNCIA**

FAX: (69) 3211-6368

COORDENADORIA-GERALSUGESTÕES • CRÍTICAS • RECLAMAÇÕES
ALÔ TRT: (69) 3211-6369 / (69) 3211-6370**DIRETORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL**TRANSMISSÃO DE ATOS PROCESSUAIS
FAX: (69) 3211-6413**RECURSOS**

1º Grau - (69) 9975-3057

2º Grau - (69) 9975-3040

DIÁRIO ELETRÔNICO

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

ANO VII - NÚMERO 181 PORTO VELHO, SEXTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO 2013

Sumário

PRESIDÊNCIA	01
DIRETORIA-GERAL DAS SECRETARIAS	05
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E DAS TURMAS	05
2ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO	06
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	08
SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL	09
DIRETORIA DE SERVIÇOS PROCESSUAIS E DE RECURSOS	10
DIRETORIA DE SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL E DISTRIBUIÇÃO	10
1ª VARA DO TRABALHO/PM/RO	10
2ª VARA DO TRABALHO/PM/RO	14
3ª VARA DO TRABALHO/PM/RO	16
4ª VARA DO TRABALHO/PM/RO	17
5ª VARA DO TRABALHO/PM/RO	18
6ª VARA DO TRABALHO/PM/RO	19
7ª VARA DO TRABALHO/PM/RO	21
8ª VARA DO TRABALHO/PM/RO	23
1ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES/RO	23
2ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES/RO	23
VARA DO TRABALHO DE BURITIS/RO	26
VARA DO TRABALHO DE CULCERADO DO OESTE/RO	27
VARA DO TRABALHO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO	27
VARA DO TRABALHO DE JARU/RO	28
1ª VARA DO TRABALHO DE JI-PARANÁ/RO	29
2ª VARA DO TRABALHO DE JI-PARANÁ/RO	30
VARA DO TRABALHO DE MACHADINHO D'OESTE/RO	32
VARA DO TRABALHO DE OURO PRETO DO OESTE/RO	33
VARA DO TRABALHO DE PIMENTA BUENO/RO	34
VARA DO TRABALHO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO	35
VARA DO TRABALHO DE VILHENA/RO	37
1ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC	40
2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC	42
3ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC	44
4ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC	47
VARA DO TRABALHO DE FEIJÓ/AC	48

**Presidência**

Portaria nº 2489, de 25 de setembro de 2013.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4-6-2000,

RESOLVE

TORNAR pública o Relatório de Gestão Fiscal - 2º quadrimestre de 2013, correspondente ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013.

Publique-se.

(assinado digitalmente)

ILSON ALVES PEGUENO JÚNIOR

* Republicada por incorreção no Relatório de Gestão Fiscal

assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: ROSIVAL SOUZA FARIAS, em: 26/09/2013 19:05, verificador: 12055808

JUSTIÇA FEDERAL TRABALHISTA
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013

RDF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (demonst. 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	199.024,80	205,20	199.230,00
Pessoal Ativo	166.144,04	194,15	166.338,23
Pessoal Inativo e Pensionistas	32.880,46	11,04	32.891,47
Outras despesas de pessoal decorrentes de custas de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II 1º do art. 19 da LRF) (II)	30.694,79	195,34	30.890,13
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Despesas de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.350,09	195,34	2.445,43
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.344,70		28.344,70
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	168.329,78	9,86	168.339,57

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			613.461.367,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100		0,026913 %	0,000002 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,053041 %		
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,039889 %		
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 3º da LRF) - <%>	0,056737 %		

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIAFI - SPCASOFT/RT14 - 23/04/2013 - 14h e 07min.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatório de Sentenças Judiciais (ADM DIRETA E INDIRETA) foi de R\$ 85.101.073,69.

3) Despesas com Regulações de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaques): despesa liquidada R\$ 4.466.798,74

4) As despesas com auxílio natalidade foram de R\$ 1.366,00 e auxílio funeral de R\$ 1.533,00 relativo a despesas liquidadas, e de R\$ 205,20 mil relativo a despesas executadas por por inscrição de restos a pagar não processados, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAF/SOFMP/SECORSTIN-MP e no Acórdão nº 894.

assinado digitalmente

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

OSWALDO SILVA
DIRETOR GERAL, em substituição

JAIMES HERCULANO DE MELO FILHO
DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA, em substituição

CLAUVA SILVA SALES DE SOUZA
SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ofício n.º 886/2013 – GP

Campinas, 30 de setembro de 2013.

À Sua Excelência o Senhor

SENADOR JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS

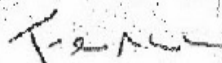
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Senador,

Ao tempo em que apresento meus cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 c/c o artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, a anexa cópia do Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao período de setembro/2012 a agosto/2013, deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Campinas, publicado no Diário Oficial da União – Seção 1 de hoje – 30/09/2013 - às fls. 142/143, e que está sendo disponibilizado também na Internet, no site deste Regional: <http://portal.trt15.jus.br>.

Cordialmente,



FLAVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER

Desembargador Presidente do Tribunal



142

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 189, segunda-feira, 30 de setembro de 2013

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 63, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

FLAVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Setembro/2012 a Agosto/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	916.987,92	5.157,41	922.145,33
Pessoal Ativo	745.182,91	5.039,16	750.222,07
Pessoal Inativo e Pensionistas	171.805,01	118,25	171.923,26
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	143.750,06	3.178,63	146.928,71
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	9.455,13	3.178,63	12.633,78
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	134.254,93	0,00	134.254,93
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	773.237,86	1.978,76	775.216,62

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV) * 100		0,123627%	0,00016%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,218952%		1.369.460,61
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,208004%		1.300.987,58
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 39 da LRF)	0,197057%		1.232.514,55

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e CCIN/IRT 15ª Região

25/set/2013, 15h03, min

**Notas:**

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
2. As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, no valor de R\$ 89,74 mil relativo a despesas liquidadas e de R\$ 13,64 mil relativo a despesas executadas por inscrição em Restos a Pagar não processados, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF e no Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário.
3. Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011-TCU Plenário, não foram incluídas:
 - a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 8.530,17 mil e despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$ 255,50 mil.
 - b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 7.478,91 mil.
4. Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006-TCU-Plenário não foi incluído o valor de R\$ 1.497,72 mil referente a "Precatórios da Administração Indireta".

IZABEL CRISTINA BRAGA ARROYO

Ordenadora de Despesas com Pessoal Substituta

ADRIANA MARTORANO AMARAL CORCHETTI

Diretora-Geral Substituta

MARCO ANTONIO FERNANDES

Responsável Controle Interno

Des. FLAVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER

Presidente do Tribunal

Ofício nº 639/2013/GP

São Luís, 24 de setembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar.
70.165-900 Brasília – DF.

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal ref. a setembro de 2012 a agosto de 2013

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no Art. 59 da Lei nº 101/2000 c/c Art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho o Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, de que tratam os artigos 48, 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000, de 4 de maio de 2000, relativo ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013.

Respeitosamente,



ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO
Desembargadora Presidente do TRT 16ª Região

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?

(1 - SIM 2 - NÃO)

2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	123.926,20	210,00	124.136,20
Pessoal Ativo	111.808,99	115,00	111.923,99
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.117,21	95,00	12.212,21
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.164,08	210,00	13.374,08
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Deveretes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Precatórios Anteriores	1.758,79	210,00	1.968,79
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.405,29	0,00	11.405,29
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	110.762,12	0,00	110.762,12

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	625.461.567,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,017709%	0,000000%	0,017709%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <5%>	0,026304%		164.521,44
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <3%>	0,024989%		156.295,31
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <2%>	0,023674%		148.069,27

FONTE: SIAFI - SIO/IRI 16, 23/08/2013 às 11h30min.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

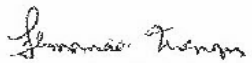
- Despesas liquidadas, consiste nas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 135, inciso II da Lei 4.320/64.

2) As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, no valor de R\$ 12,76 mil foram excluídas, em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto Nº 10/SEAF/USUP/MP-SUL/ONS/INME e no Acórdão 884/2012 - TCU - Plenário.

3) As despesas com Precatórios da Administração Direta totalizaram R\$ 115,39 mil e as despesas com Requisições do Pequeno Valor, R\$ 610,62 mil.



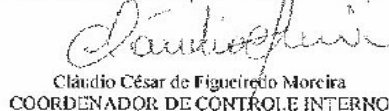
Ilka Pedra Silva Araújo
DESEMBARGADORA PRESIDENTE



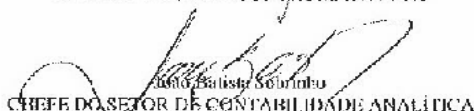
Fernanda Cristina Muniz Marques
DIRETOR GERAL SUBSTITUTA



Flávia Regina Régio Cordeiro
SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Cláudio César de Figueiredo Moreira
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO



João Batista Sombra
CHEFE DO SETOR DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

OFÍCIO TRT 18ª GP/DG/SOF Nº 19/2013

Goiânia, 30 de setembro de 2013.

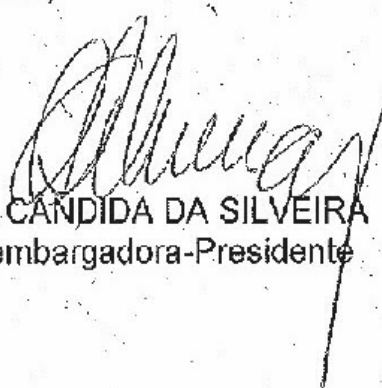
À Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: Encaminha Relatório de Gestão Fiscal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 117, da Lei nº 12.708/2012, encaminho, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2013, período setembro/2012 a agosto/2013, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 30 de setembro de 2013, página 143, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Atenciosamente,



ELZA CÂNDIDA DA SILVEIRA
Desembargadora-Presidente

NP 180, segunda-feira, 30 de setembro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

143



2 As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral no valor de R\$ 59,74 mil refere-se a despesas liquidadas e de R\$ 13,64 mil relativo a despesas executadas por inscrição em litis a pagar não processados, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício Circular Conjunta nº 16/SEAL/PROF/MP-SECON/SYN-MI e no Acórdão nº 894/2012 - TCU - Pleno.

3 Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011-TCU-Pleno, não foram incluídas:

a) Despesa com Previdência da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (despex), sendo despesa liquidada R\$ 8.530,17 mil e despesa inscrita em Rendas a Pagar Não Processados R\$ 235,50 mil.

b) Despesa com Resgates de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização interna de crédito (despex), sendo despesa liquidada R\$ 7.478,91 mil.

4 Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006-TCU-Pleno não foi incluído o valor de R\$ 1.397,72 mil referente a "Previdência da Administração Indireta".

IZABEL CRISTINA BRAGA ARBOVO

Coordenadora de Despesas com Pessoal

Substituta

ADRIANA MARIDRANO AMARAL CORCIETTI

Diretora Geral

Substituta

MARCO ANTONIO FERNANDES

Responsável Controle Interno

Des. FLAVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER

Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PORTARIA Nº 9, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013*

A DESEMBARACADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso das atribuições legais e regulamentares, resolve:

1) Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 4º trimestre de 2013, período setembro/2012 a agosto/2013, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

ELZA CÂNDIDA DA SILVEIRA

ANEXO

UNIO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
TRT 18ª REGIÃO DE ORÇAMENTO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RRE - ANEXO FISCAL - 44.30.12001.4.200.001

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS PERÍODO 12 MESES		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RENDAS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	244.499,11	48,04	244.547,15
Despesa Ativa	216.477,77	66,04	216.543,81
Pessoal Inativo e Previdenciário	28.021,34	0,00	28.021,34
Outras despesas de pessoal decorrentes do contrato de locação de (I) (II) do art. 10 da LRF	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPLETADAS (II) (I) do art. 19 da LRF (III)	27.871,34	0,00	27.871,34
Inscrições por Demissão e Indenização e Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Documentos de Pagamento (IV) (V)	0,00	0,00	0,00
Despesa de Inscricoes Antecipadas	27.871,34	0,00	27.871,34
Inscrições e Previdenciárias com Rendas a Pagar Não Processadas	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) - (I) - (II)	216.477,77	48,04	216.525,81

ANEXÃO DO CANCELAMENTO DO LÍMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		625.461.567,00
2. da DESPESA ATIVA COM PESSOAL - DTP (V) - (III) - (IV) (VI)	2.246.083,48	9.000.138,48
LÍMITE MÁXIMO (art. 11 e III, par. 2º da LRF) - (VII)	0,00	0,00
LÍMITE TRIBUTÁRIO (art. 11, par. 2º da LRF) - (VIII)	0,00	0,00
LÍMITE DE ALÍQUOTA (art. 11, par. 2º da LRF) - (IX)	0,00	0,00

NOTA: LÍMITE - (VII) - (VIII) - (IX) = 0,00

Nota: Devido a ausência de inscrição de despesas liquidadas decorrentes de créditos, não foram incluídas as despesas não liquidadas inscritas em rendas a pagar não processadas do período em análise. Desta forma, para maior transparência as despesas executadas estão registradas em:

1) Despesa de Inscricoes Antecipadas (RPV) em que há a inscrição de crédito no prazo de 30 dias, nos termos do art. 10 da Lei 4.726/64;

2) Despesa despendida em não liquidada, inscrita em rendas a pagar não processadas, decorrente de inscrição de crédito, por tempo de 30 dias, nos termos do art. 10 da Lei 4.726/64;

3) Despesa com auxílio natalidade e auxílio funeral no valor de R\$ 59.740 mil referente a despesas liquidadas e de R\$ 13.640 mil relativo a despesas executadas por inscrição em litis a pagar não processados, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício Circular Conjunta nº 16/SEAL/PROF/MP-SECON/SYN-MI e no Acórdão nº 894/2012 - TCU - Pleno.

4) Despesa com Resgates de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização interna de crédito (despex), sendo despesa liquidada R\$ 7.478,91 mil e despesa inscrita em Rendas a Pagar Não Processados R\$ 235,50 mil.

5) Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006-TCU-Pleno não foi incluído o valor de R\$ 1.397,72 mil referente a "Previdência da Administração Indireta".

Des. ELZA CÂNDIDA DA SILVEIRA

Presidente do Tribunal

ELIANE ATAÍDE DA SILVA

Diretora da Secretaria de Controle Interno

Substituta

SUZANA LAGE FERREIRA

Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

(*) Republizada por ter sido no DOU nº 188, de 27.9.2013, Seção 1, página 160, com incorreção no original.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.gov.br/autoridadeletrada>, pelo código 000/2013090000143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ofício nº456/2013/GP

Maceió, 27 de Setembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar.
Brasília - DF
CEP 70.165-900

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do TRT da 19ª Região.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, referente ao segundo quadrimestre de 2013, compreendendo o período de setembro de 2012 a agosto de 2013, o qual foi publicado no Diário Oficial da União – Seção 1, em 25/09/2013, p. 184, conforme cópia anexa.

Atenciosamente,



SEVERINO RODRIGUES DOS SANTOS
Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho
da Décima Nona Região

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM, 2 = NÃO)

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	126.109,00	210,00	126.319,00
Pessoal Ativo	113.506,00	5,00	113.511,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.603,00	205,00	12.808,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	12.458,00	3,00	12.461,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0,00
Decorrentes de Decisão Judicial			0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.883,00	3,00	1.886,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.575,00		10.575,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	113.651,00	207,00	113.858,00

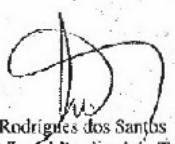
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL


RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,018171%	0,000033%	0,018204%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	0,037655%		238.517,55
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 21 da LRF) - < % >	0,035772%		223.741,68
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 39 da LRF) - < % >	0,033890%		211.965,80

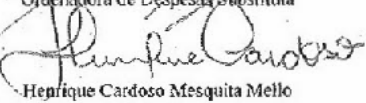
FONTE: SIAFI - TRT19/SOF/ Setor de Contabilidade, Setembro de 2013.

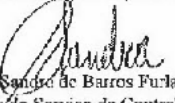
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 53 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64;
- A despesa com auxílio natalidade (R\$ 3,00) foi excluída em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAF/SOF/MP-SUCON/SHN-MF;
- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) R\$ 85,00.


Severino Rodrigues dos Santos
 Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região


Sheila Santos Rolim
 Ordenadora de Despesas Substituta


Henrique Cardoso Mesquita Mello
 Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças


Sandro de Barros Furlan
 Diretor do Serviço de Controle Interno



184

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 186, quarta-feira, 25 de setembro de 2013

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

ANEXO I - RRF - Art. 58, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL			
DESPESA EXECUTADAS (últimos 12 meses)	DESPESA NÃO EXECUTADAS (últimos 12 meses)	TOTAL	
(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (1)	369.048	65.279	434.327
Pessoal Ativo	141.432	2.104	143.536
Pessoal Inativo e Pensionistas	107.25	577	107.827
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (2) (3) do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPREENDIDAS (4) (5) (6) da LRF (7)	104.197	6.279	110.476
Indenizações por danos materiais e danos morais	0	0	0
Despesas de Terceiros Autorizadas	1412	2.259	3.671
Indenizações e Restituições com Recursos Municipais	92.633	0	92.633
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (8) = (1) - (4) - (5) - (6)	264.851	59	264.910
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA RECORRENTE LÍQUIDA - RCL (9)			625.461,56
5. DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - RCL (9) sobre	0,018121	0,000355%	0,018476%
LIMITE MÁXIMO (art. 11, II e III, art. 20 da LRF) - (10)	0,017654%		2.35.917,55
LIMITE POTENCIAL (art. 11, parágrafo único, art. 20 da LRF) - (11)	0,035714%		2.24.741,68
LIMITE DE ALERTA (art. 11, II e III, art. 20 da LRF) - (12)	0,033816%		218.965,30

DESPESAS NÃO COMPREENDIDAS (4) (5) (6) da LRF (7)	1.245,00	3,00	1.248,00
Indenizações por danos materiais e danos morais	0	0	0
Despesas de Terceiros Autorizadas	1.245,00	3,00	1.248,00
Indenizações e Restituições com Recursos Municipais	10.575,00		10.575,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (8) = (1) - (4) - (5) - (6)	13.651,00	259,00	13.890,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA RECORRENTE LÍQUIDA - RCL (9)			625.461,56
5. DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - RCL (9) sobre	0,018121	0,000355%	0,018476%
LIMITE MÁXIMO (art. 11, II e III, art. 20 da LRF) - (10)	0,017654%		2.35.917,55
LIMITE POTENCIAL (art. 11, parágrafo único, art. 20 da LRF) - (11)	0,035714%		2.24.741,68
LIMITE DE ALERTA (art. 11, II e III, art. 20 da LRF) - (12)	0,033816%		218.965,30

Fonte: SIAFESOP Setor de Contabilidade de 2013

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou o serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas comprometidas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processadas, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;
- Despesas com natureza material (R\$ 3.00) foi excluída em atendimento ao disposto no Ofício-Circular nº 16/SEPLAN/MP-SULCONS (R-16);
- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) Valor: R\$ 0,00

Des. SEVERINO RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do Tribunal

SHERLA DOS SANTOS ROLIM
Secretária de Despesa

HENRIQUE CARDOSO MESQUITA NELLO
Diretor de Secretaria de Administração e Finanças

SANDRA DE BARROS LURIAN
Diretora do Serviço de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

ATO Nº 170, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A DESPESAREGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação, no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 51 e 55, I, "a", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na forma do anexo único a esta Portaria.

RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

ANEXO I - RRF - Art. 58, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL			
DESPESA EXECUTADAS (últimos 12 meses)	DESPESA NÃO EXECUTADAS (últimos 12 meses)	TOTAL	
(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (1)	179.355,4	32,51	179.387,91
Pessoal Ativo	69.178,0	26,13	69.204,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.602,5	6,38	11.608,88
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (2) (3) do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPREENDIDAS (4) (5) (6) da LRF (7)	109.178	24,38	109.202,38
Indenizações por danos materiais e danos morais	0	0	0
Despesas de Terceiros Autorizadas	1.197,9	29,51	1.200,41
Indenizações e Restituições com Recursos Municipais	93.601	0	93.601
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (8) = (1) - (4) - (5) - (6)	70.177,9	4,13	70.182,03
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA RECORRENTE LÍQUIDA - RCL (9)			625.461,56
5. DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - RCL (9) sobre	0,011355	0,000076%	0,011431%
LIMITE MÁXIMO (art. 11, II e III, art. 20 da LRF) - (10)			10.750,43
LIMITE POTENCIAL (art. 11, parágrafo único, art. 20 da LRF) - (11)			10.750,43
LIMITE DE ALERTA (art. 11, II e III, art. 20 da LRF) - (12)			10.750,43

Fonte: SIAFESOP Setor de Contabilidade de 2013

Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

Des. ROSEMARIE DIEDRICH PIMFÃO
Presidente do Tribunal

ARNALDO ROGERIO PESTANA
Secretário de Despesa
Substituto

MÁRIO LUIZ KRUEGER
Diretor de Secretaria de Controle Interno

LUIZ CARLOS SANCHES
Diretor de Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Substituto

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1184, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A DESPESAREGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA QUINTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação, no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 51 e 55, I, "a", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na forma do anexo único a esta Portaria.

Des. SEVERINO RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do Tribunal

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGP - ANEXO I - RRF - Art. 58, inciso I, alínea "a") R\$ Milhar			
DESPESA COM PESSOAL			
DESPESA EXECUTADAS (últimos 12 meses)	DESPESA NÃO EXECUTADAS (últimos 12 meses)	TOTAL	
(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (1)	26.199,00	210	26.409,00
Pessoal Ativo	113.309,00	579	113.888,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.590,00	275,01	12.865,01
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (2) (3) do art. 18 da LRF)	0	0	0

Este documento pode ser consultado no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/portal/portal.asp>, pelo código 001/2013/007100/24

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

OFÍCIO DG N.º 185/2013**Aracaju, 30 de setembro de 2013.**

À Sua Excelência o Senhor

Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS

Presidente do Congresso Nacional

Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar, Brasília-DF

CEP: 70.165-900

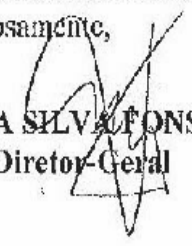
Assunto: Cópia da publicação do Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

De ordem da Exma. Desembargadora Presidente, Rita de Cássia Pinheiro de Oliveira, e em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) c/c art 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a V. Exª. cópia da publicação do **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**, relativo ao **2º quadrimestre do exercício 2013**, publicado no Diário Oficial da União nº 186 - Seção 1, edição de 25/9/2013, páginas 184/185.

Por oportuno, informo a V. Exª. que foi disponibilizado no Site: www.trt20.jus.br, no item "Contas Públicas", o presente Relatório.

Respeitosamente,


ARY DA SILVA FONSECA
Diretor-Geral

OFÍCIO TRT21 – GP Nº 551/2013

Natal/RN, 23 de setembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Presidente JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar,
70.165.900 - Brasília - DF

Referência: Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – 2º Quadrimestre 2013

Senhor Senador Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos e para fins do disposto no art. 117, da Lei 12.708/2012 (LDO 2013), cópia do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013, elaborado por este Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

Informo, ainda, que a Administração deste Regional providenciará a publicação do mencionado Relatório, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei complementar 101/2000 (Lei de responsabilidade Fiscal), inclusive por meio eletrônico (*site* www.trt21.jus.br).

Respeitosamente,



JOSE RÊGO JÚNIOR
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM, 2 = NÃO)

2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ ADI

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	155.512,62	0,00	155.512,62
Pessoal Ativo	136.700,92	0,00	136.700,92
Pessoal Inativo e Pensionistas	18.811,70	0,00	18.811,70
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.675,90	0,00	17.675,90
Inscrições por Remissão e Incentivos à Despesa Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.579,92	0,00	1.579,92
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.095,98	0,00	16.095,98
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	137.836,72	0,00	137.836,72

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III) x (IV) x 100	0,022038%	0,000000%	0,022038%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <5%>	0,038730%		141.140,64
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <5%>	0,036793%		130.128,61
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <5%>	0,034857%		118.016,58

LORR: SIAM - TR (21) SECAN/SOJ - 19/08/2013 - 13h e 35m.

Notas: Durante o exercício, soma de as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas: consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 55, inciso II do Lei 4.320/64.

2) As Despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral no valor de R\$ 1.86, relativas a Despesas Liquidadas, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício Circular Conjunto nº 16/SEAJ/SOJ/MP-SUCON/STN-MJ e no Acórdão nº 894/12 - TCU.

3) Despesas liquidadas com Precatórios da Adm. Direta, executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque): R\$ 312,11.

4) Despesas liquidadas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque): R\$ 4.795,62.

5) Despesas liquidadas com Precatórios da Adm. Indireta: R\$ 4.802,48.

6) O total das Despesas com Pessoal Ativo: R\$ 11.664,77 refere-se a Contribuição Patronal.

José Rogo Junior
Desembargador-Presidente

Carlo Henrique Brandão Teixeira
Ordenador de Despesas Substituto

Jairo de Almeida Dantas
Assessor de Controle Interno

Enock de Alva Cavalcante
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

Francisco Brindley Araújo do Nascimento
Gestor Financeiro

OFÍCIO GP Nº 287-1/2013.

Teresina-PI, 02 de outubro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar
70.165-900 **BRASÍLIA-DF**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, anexo, Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 2º Quadrimestre de 2013.

Despeço-me com meus cumprimentos cordiais, rendendo minhas homenagens.

Atenciosamente,


FRANCISCO METON MARQUES DE LIMA
Desembargador-Presidente

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?

(1 = SIM, 2 = NÃO)

2

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	70.584,88	107,60	70.692,48
Pessoal Ativo	73.651,03	88,83	73.739,86
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.933,85	8,77	3.942,62
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.647,33	107,60	5.754,93
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	48,05	0,00	48,05
Despesas do Exercício Anterior	1.716,34	98,83	1.815,17
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.881,91	8,77	3.890,68
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	73.937,55	0,00	73.937,55

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			635.461.567,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL: (V) = (III c / IV) * 100		0,011821%	0,000000%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 19 da LRF) - <%>	0,012223%		107.713,25
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,016362%		102.337,03
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,015501%		96.950,92

FONTE:

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material no serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

- 2) As despesas com auxílio assistência e auxílio funeral, respectivamente no valor de R\$1.866,00 e R\$22.911,74 relativo a despesas liquidadas, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAP/SOF/MP-SUCONSTIN-MF e no Acórdão nº 894/2012 - TCU Plenário.
- 3) Precatórios da Administração Direta e Indireta: despesa liquidada R\$3.402.275,30.
- 4) Requisição de Pequeno Valor (RPV): despesa liquidada R\$76.686,60.

Francisco Milton Marques de Lima
Desembargador-Presidente

Raquel Mendes Viana Monteiro
Raquel Mendes Viana Monteiro
Diretora-Geral de Administração

Adão Alves dos Santos
Adão Alves dos Santos
Coordenador de Controle Interno

Antonio Ferreira de Carvalho Sobrinho
Antonio Ferreira de Carvalho Sobrinho
Coordenador de Planejamento e Finanças



144

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 189, segunda-feira, 30 de setembro de 2013

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

ATO Nº 96, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

O DESEMBARADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares e tendo em vista os arts. 54 "II" e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2003, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região - 2º Quadrimestre de 2013, referente ao período de setembro/2012 a agosto/2013, na forma do anexo deste

Ato.

Art. 2º. Esta Ata entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO MEYON MARQUES DE LIMA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)			R\$ Mil
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo	29.554,88	107,60	29.662,48	
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.651,03	88,83	25.739,86	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º, da LRF)	1.933,85	18,77	1.952,62	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II 1º do art. 16, da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	5.617,33	107,60	5.724,93	
Decorrentes de Despedida Indolita	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	48,05	0,00	48,05	
Inativos e Pensionistas com Restos Vinculados	1.796,34	94,52	1.890,86	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.822,91	8,27	3.831,18	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	23.937,45	0,00	23.937,45	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				625.451.367,00
3% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP SOBRE A RCL (V) = (III x IV) x 100	0,00002%	0,000000%	0,00002%	601,3213%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,012221%				107.734,25
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) 0,0163621%				101.137,08
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do art. 49 da LRF) 0,013501%				96.950,92

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para melhor compreensão, as despesas executadas estão segregadas em:

- despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- despesas comprometidas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;
- As despesas com auxílio material e auxílio funeral, respectivamente no valor de R\$ 1.866,00 e R\$ 21.911,74 relativo a despesas liquidadas, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto 16/SEAL/SOFRAF-SICONSIN-MF e no Acórdão nº 894/2012 - TCU Plenário;
- Previdências da Administração Direta e Indireta: despesa liquidada R\$1.402.276,30;
- Requisição de Pequeno Valor (RPV): despesa liquidada: R\$76.686,60

Des. FRANCISCO MEYON MARQUES DE LIMA
Presidente do Tribunal

RAQUEL MENDES VIANA MONTENHO
Diretora-Geral de Administração

ADÃO ALVES DOS SANTOS
Coordenador de Controle Interno

ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO SOBRINHO
Coordenador de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

FORTALEZA Nº 3.260, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

Pública: Relatório de Gestão Fiscal.

O DESEMBARADOR DO TRABALHO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, observando o disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o constante da Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova a 5ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, resolve:

Publicar o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de setembro/2012 a agosto/2013, na forma do Anexo;

Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

ROBERTO BENHAR

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)			R\$ Mil
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo	174.383,23	16,24	174.399,47	
Pessoal Inativo e Pensionistas	160.350,44	0,00	160.350,44	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (1º do art. 18 da LRF)	13.991,38	10,24	13.991,38	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II 1º do art. 16 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	
	17.582,10	0,00	17.582,10	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.gov.br/tribtcrj023>, pela código 000120130924000144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-7 de 24.08.2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ofício nº 0253/2013/TRT/SOF/DG

Cuiabá - MT, 30 de setembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar
CEP 70.165-900 - Brasília - DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal - Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), comunico a Vossa Excelência a publicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de setembro/2012 a agosto/2013, no Diário Oficial da União - Seção 1, páginas 144 e 145, no dia 30 de setembro de 2013, por intermédio da Portaria TRT/DG/GP 3.200, de 26 de setembro de 2013.

Respeitosamente,



Tarcísio Régis Valente
Desembargador Presidente



144

ISSN 1977-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 189, segunda-feira, 30 de setembro de 2013

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

ATO Nº 96, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista os arts. 54º III e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000, resolve:

Art. 1º. Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região - 2º Quadrimestre de 2013, referente ao período de setembro/2012 a agosto/2013, na forma do anexo deste Ato.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO MITON MARQUES DE LIMA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGP - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)			R\$ Mil
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo	70.584,88	107,60	70.692,48	
Pessoal Inativo e Pensionistas	75.651,03	88,83	75.739,86	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	3.933,95	18,77	3.952,62	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (S 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.647,33	109,60	5.756,93	
Incentivos por Demissão e Indenizantes à Demissão Voluntária	0,00	1,00	1,00	
Decoratas de Decisão Judicial	0,00	1,00	1,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	1.716,34	98,83	1.815,17	
Indeniz e Pensionistas com Exercícios Anteriores	1.880,94	8,77	1.889,71	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) - (I + II)	82.027,15	1.105,60	83.132,75	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			425.461.367,00	
DE DEDUÇÃO (V) ALÍQUOTA PESSOAL - DIT SOBRE A RCL (VI) - (III x IV) x 100	0,011821%	0,000000%	0,011821%	
LIMITE MÁXIMO (Límite (I + II) x III, art. 20 da LRF) 0,012223%			102.727,24	
LIMITE PRUDENCIAL (transposto pelo art. 22 da LRF) 0,010362%			102.337,08	
LIMITE DE ALERTA (limite II do §1º do art. 59 da LRF) 0,013501%			111.001,92	

FONTE:

NOTA:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) despesas liquidadas, compreendendo aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) despesas comprometidas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
2) As despesas com auxílio financeiro e auxílio funeral, respectivamente no valor de R\$ 1.866,08 e R\$ 22.911,74 relativas a despesas liquidadas, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-1, circular nº 001/2013, de 16/05/2013, do TCU-Pleno.
3) Precatórios da Administração Direta e Indireta, Despesa Liquidada R\$3.402.276,30.
4) Requisição de Pequeno Valor (RPV): despesa liquidada: R\$ 26.686,50.

Des. FRANCISCO MITON MARQUES DE LIMA
Presidente do Tribunal

RAQUEL MENDES VIANA MOURA
Diretora-Geral de Administração

ADÃO ALVES DOS SANTOS
Coordenador de Controle Interno

ANTÔNIO FERREIRA DE CARVALHO SOBRINHO
Coordenador de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

PORTARIA Nº 3.208, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

Publica Relatório de Gestão Fiscal.

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, observando o disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o constante da Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova a 5ª edição do Manual do Demonstrativo FISCAL resolve:

Publicar o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de setembro/2012 a agosto/2013, na forma do Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

ROBERTO BENATAR

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGP - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)			R\$ Mil
	LÍQUIDAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (II)				
Pessoal Ativo	154.282,42	10,24	154.292,66	
Pessoal Inativo e Pensionistas	160.350,24	0,60	160.350,84	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	13.931,68	10,21	13.941,89	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (S 1º do art. 19 da LRF) (III)	12.582,10	0,00	12.582,10	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trt23.jus.br/portal/index.html>, pelo código 00012013027001044

De acordo com o documento digitalizado conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 189, segunda-feira, 20 de setembro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7042

145



Indenizações por Danos e Incentivos à Danos Voluntária
Despesas de Despesas Judiciais
Despesas de Despesas Administrativas
Despesas de Despesas com Recursos Unificadas
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)

0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
1.705,41	0,00	1.705,41
10.876,69	0,00	10.876,69
12.582,10	10,73	12.592,83

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)

IV da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP, a base RCL (IV) = III e Z (IV) (II)

LÍMITE MÁXIMO (recursos I, II e III, art. 20 da LRF) - LMF

LÍMITE FUNDACIONAL (art. 22 da LRF) - LMF

LÍMITE DE ALÍQUOTA (art. 1º de art. 42 da LRF) - LMF

FONTE: SIMI 2012 e 2013 e SIMI Descontos 2012 e 2013, 25/07/13, 14/08/13, 25/08/2013, 11/09/13.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.310/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 15, inciso II da Lei 4.310/64.

2) As despesas com auxílio material e auxílio fiscal, no total de R\$ 23.459,35 relativo a despesas liquidadas foram inscritas em atendimento ao disposto no Ofício Fiscal nº 16.561/2012 (MP/SE/EX/EN/11/2012) e no Acórdão nº 109/2012 - TCU - Paraná.

3) As despesas com Saneamento de Pequeno Valor, Administração Direta, somam R\$ 359.256,32 e as despesas com Execução, Administração Indireta, somam R\$ 158.030,41.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LÍMITE LÍQUIDO

0,023353%	0,023353%	825.581,31/00
0,023353%	0,023353%	0,023353%
0,023353%	0,023353%	214.258,08
0,023353%	0,023353%	203.491,67
0,023353%	0,023353%	192.751,27

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.394, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Prorroga o prazo previsto no art. 24 da Resolução CFC nº 1.393/13, que regulava o acesso à informação prevista na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do sistema informatizado de dados dos Conselhos Regionais e Federal de Contabilidade, resolve:

Art. 1º Prorroga-se até o dia 2 de janeiro de 2014 (dois mil e quatorze), o prazo estabelecido no art. 24 da Resolução CFC nº 1.393, de 19 de abril de 2013, publicada no DOU nº 79, de 25 de abril de 2013, Seção 1, Páginas 99, 100 e 101, para implementação das disposições necessárias à regulamentação da política de acesso à segurança da informação no âmbito do Sistema CFC/CRCs de acordo com as normas gerais estabelecidas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º Ficam mantidos os demais artigos e procedimentos previstos pela Resolução CFC nº 1.393/13.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 1.453, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Altera o § 2º do art. 18 da Resolução CFC nº 1.435/2013 que dispõe sobre as eleições diretas para os Conselhos Regionais de Contabilidade e de outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que, com exceção do Conselho representado pelo Distrito Federal, em 26 (vinte e seis) Conselhos que constituem o Pleno do Conselho Federal de Contabilidade residem fora da jurisdição da Sede do CFC;

CONSIDERANDO que a convocação de reunião extraordinária com 10 (dez) dias de antecedência, conforme previsto na Resolução Fiscal, poderá inviabilizar o quórum do Pleno no julgamento dos recursos de eleição dos Regionais;

CONSIDERANDO que a convocação de reunião extraordinária sem que o Pleno tenha um número suficiente de Conselheiros, além do prejuízo econômico, poderá acarretar em dificuldade para cancelamento de nova data e prejuízo ao calendário eleitoral

do Regional, uma vez que os recursos das eleições dos Regionais ao CFC tem caráter suspensivo, resolve:

Art. 1º O § 2º do art. 18 da Resolução CFC nº 1.435/2013, publicada no DOU nº 60, de 28 de março de 2013, Seção 1, páginas 133, 134 e 135, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. [...] (redação)

§ 2º O CFC terá o prazo de até 30 (trinta) dias para se manifestar em relação ao recurso eleitoral.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS
ENTIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES LIBerais
1ª CÂMARA RECURSALPAUTA DE JULGAMENTOS
3ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

DATA: 16 de outubro de 2013

INÍCIO: 14 horas

LOCAL: Sede do CFC

SDS - Ed. Boulevard Center Sul - 2012/0 - Brasília/DF

Fone (61) 3321-3328

RELATOR: Conselheiro LAUDIMIRO DE SOUZA CAVALCANTE

1º - Processo COFEI nº 1929/2010. Rele e Releor CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: TERRANUM CONS. DE IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-11753. 2º - Processo-COFEI nº 269/2012. Rele e Releor CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: GATA ADL IMOB. E PART. S/C LTDA-CRECI J-12579. 3º - Processo-COFEI nº 2440/2012. Rele e Releor CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: ALEXANDRE DA SILVA LOURENÇO-CRECI 58440. 4º - Processo COFEI nº 2415/2012. Rele e Releor CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: ALEXANDRE DA SILVA LOURENÇO-CRECI 58440. 5º - Processo-COFEI nº 2532/2012. Rele e Releor CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: GERALDO XAVIER DA SILVA-CRECI 12356. 6º - Processo-COFEI nº 2583/2012. Rele e Releor CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: GERALDO XAVIER DA SILVA-CRECI 12356. 7º - Processo-COFEI nº 2599/2012. Rele e Releor CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: MIGUEL ROMERO JUNIOR-CRECI 32381. 8º - Processo-COFEI nº 3142/2011. Rele: KLEBER DO NASCIMENTO. Releor CRECI 2º Região/SP. 9º - Processo COFEI nº 340/2012. Rele: URANIA BARBOSA GUEDES. Releor CRECI 2º Região/SP. 10º - Processo COFEI nº 3199/2011. Rele: ALEXANDRE GONÇALVES-CRECI 52429. Releor CRECI 2º Região/SP.

RELATOR: Conselheiro LAUDIMIRO DE SOUZA CAVALCANTE

1º - Processo COFEI nº 3324/2012. Rele e Releor CRECI 2º Região/SP "ex officio". Rele: SIMONE DA NASCIMENTO GALEA-CRECI 1395. 2º - Processo COFEI nº 3324/2012. Rele e

BENEDITA JULIANA CORRÊA DO AMARAL
Chefe da Coordenação de Apoio - CRUMT - 3410/03

ROBERTO ANACLETO DA CUSTIA
Secretário de Planejamento e Finanças

CARLA KOHLHASE RODA TIMOTHEO
Secretária de Auditoria e Controle Interno

FABIO RICARDO MORAES MARTINS
Coordenador de Despesa
Substituto

Des. ROBERTO BENATAR
Presidente do Tribunal
Em exercício

Releor: CRECI 2º Região/BA "ex officio". Releor: RENIVALDO BRITO SANTOS-CRECI 6546. 3º - Processo-COFEI nº 3352/2012. Rele e Releor: CRECI 3º Região/RS "ex officio". Releor: PATRICIA DA LUZ HAHN-CRECI 439405 e TATIANA DA LUZ HAHN-CRECI 32405. 4º - Processo-COFEI nº 2039/2012. Rele e Releor: CRECI 6º Região/PR "ex officio". Autor: EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SANTOS LTDA-CRECI J-1781. 5º - Processo-COFEI nº 2061/2012. Rele e Releor: CRECI 6º Região/PR "ex officio". Autor: JADIR PORTILHO MORANTE-CRECI 14185. 6º - Processo-COFEI nº 2274/2012. Rele e Releor: CRECI 3º Região/RS "ex officio". Releor: CAMATI, CAMATI & CAMATI LTDA-ME-CRECI J-22444 e RT ANTONIO SANCHES CAMATI-CRECI 315. 7º - Processo-COFEI nº 2175/2012. Rele e Releor: CRECI 2º Região/RS "ex officio". Autor: MARCO ANTONIO DOS SANTOS-CRECI 30898. 8º - Processo-COFEI nº 2278/2012. Rele e Releor: CRECI 3º Região/RS "ex officio". Autor: ISMAEL SCHIALELLI-CRECI 31541. 9º - Processo-COFEI nº 2282/2012. Rele e Releor: CRECI 3º Região/RS "ex officio". Releor: CAMATI, CAMATI & CAMATI LTDA-ME-CRECI J-22444 e RT ANTONIO SANCHES CAMATI-CRECI 31519. 10º - Processo-COFEI nº 2263/2012. Rele: ERNANE FERREIRA-CRECI 065. Releor: CRECI 24º Região/RO.

RELATOR: Conselheiro NEWTON MARQUES BARBOSA JÚNIOR/AMG

1º - Processo-COFEI nº 3262/2012. Rele e Releor: CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: W M EMP. IMOB. LTDA-CRECI J-16640. 2º - Processo-COFEI nº 2600/2012. Rele e Releor: CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: VALDEMIR CORDEIRO DE OLIVEIRA-CRECI 33143. 3º - Processo-COFEI nº 2601/2012. Rele e Releor: CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: VALDEMIR CORDEIRO DE OLIVEIRA-CRECI 33140. 4º - Processo-COFEI nº 023/2013. Rele e Releor: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Releor: DAMIANA BRANDÃO CARDOSO-CRECI 4401. 5º - Processo-COFEI nº 499/2011. Rele e Releor: CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: ALAN CLEMENTE FERREIRA-CRECI 3133. 6º - Processo-COFEI nº 500/2011. Rele e Releor: CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: ALAN CLEMENTE FERREIRA-CRECI 3133. 7º - Processo-COFEI nº 501/2011. Rele e Releor: CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: ALAN CLEMENTE FERREIRA-CRECI 3133. 8º - Processo-COFEI nº 264/2013. Rele e Releor: CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: TRICURY CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA-CRECI J-12221. 9º - Processo-COFEI nº 389/2012. Rele: MEIRE MARTIN VENTURA DE CARVALHO. Releor: CRECI 2º Região/SP. 10º - Processo-COFEI nº 451/2012. Rele: JOÃO CARLOS DE ARAÚJO LIMA. Releor: CRECI 2º Região/SP.

RELATOR: Conselheiro ALBERTO FERNANDES DE SOUSA/AMF

1º - Processo COFEI nº 2563/2012. Rele e Releor: CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: MARCO ANTONIO S. DE TOLEDO-CRECI 31199. 2º - Processo COFEI nº 2564/2012. Rele e Releor: CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: MARCO ANTONIO S. DE TOLEDO-CRECI 31199. 3º - Processo COFEI nº 2571/2012. Rele e Releor: CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: FÁTIMA CASTANHEIRA FUZARI-CRECI 61550. 4º - Processo-COFEI nº 2792/2012. Rele e Releor: CRECI 2º Região/SP "ex officio". Autor: GERIUDUS VOLIAN-CRECI 52534. 5º - Processo-COFEI nº 2825/2012. Rele e Releor: CRECI 2º Região/SP

OF/TRT/GP/N. 279/2013

Campo Grande, 30 de setembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal – setembro de 2012 a agosto de 2013**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, c/c art. 5º, inciso I, da Lei n. 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013.

Colho o ensejo para manifestar votos de elevada apreço e distinta consideração.

Respeitosamente,



FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA FILHO
Desembargador Presidente do Tribunal Regional
do Trabalho da 24ª Região

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	136.328,86		136.328,86
Pessoal Ativo	124.741,65		124.741,65
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.587,21		11.587,21
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	11.997,51		11.997,51
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes da Decisão Judicial	10,38		10,38
Despesas de Exercícios Anteriores	2.183,08		2.183,08
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.804,05		9.804,05
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	124.331,35		124.331,35
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,019878%	0,000000%	0,019878%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,036734%			229.757,05
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,034897%			218.269,20
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,033061%			206.781,35

FONTE: SIAFI, STN, SOf/TRT 24ª REGIÃO

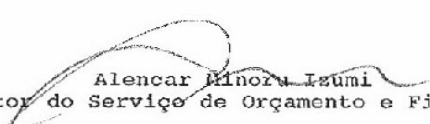
Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

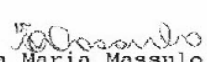
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.


2) As despesas com auxílio natalidade, no valor total de R\$ 2,46 mil, relativas às despesas liquidadas, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF e no Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R\$ 116,33 mil.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):


Alencar Minoza Izumi
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças


Edna Maria Massulo Elias
Diretora do Serviço de Controle Interno - Substituta


Francisco das Chagas Lima Filho
Desembargador Presidente

RELATÓRIO (GESTÃO FISCAL)

OFÍCIO Nº TRF2-OFI-2013/20569

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
Brasília - DF
CEP.: 70.160-900
/mas

Assunto: Demonstrativo - Balanço

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2013, publicado no DOU-1 em 26/09/2013, fls. 126/127, conforme determina o art. 118 da Lei 12.465 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 12/08/2011.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

SERGIO SCHWAITZER
Presidente



126

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 187, quinta-feira, 26 de setembro de 2013

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Paraná

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.200.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.200.000
02 061	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná	F	1	2	90	0	181	1.200.000
TOTAL - FISCAL									1.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.200.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região - Rio Grande do Norte

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							352.000
		PRODUTOS							
02 122	0571 1361	Construção da Sede da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região em Natal - RN							240.000
02 122	0571 1361 1262	Construção da Sede da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região em Natal - RN - No Município de Natal - RN							240.000
02 122	0571 14VZ	Edifício construído (percentual de construção física): 4	F	4	2	90	0	181	240.000
02 122	0571 14VZ 1262	Construção do anexo ao Complexo Judiciário Trabalhista Ministro Francisco Farias							142.000
		Construção do anexo ao Complexo Judiciário Trabalhista Ministro Francisco Farias - No Município de Natal - RN							142.000
		Anexo construído (percentual de construção física): 3	F	4	2	90	0	181	142.000
TOTAL - FISCAL									382.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									382.000

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 654, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1ª e 2ª Graus da 2ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2013, na forma do anexo, bem como a ciência sua publicação e disponibilização por meio do Internet, conforme previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO SCHWARTZER

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª E 2ª GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RDF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")
DESPESA COM PESSOAL

	R\$ mil		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.014.673,00	2.079,00	1.026.952,00
Pessoal Ativo	841.934,00	2.610,00	844.544,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	172.943,00	3.469,00	176.412,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	163.695,00	3.515,00	171.610,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	166,00	0,00	166,00
Despesas de Justiça Judicial	151,00	0,00	151,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.805,00	3.491,00	5.296,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	166.253,00	23,00	166.317,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tjrn.jus.br/acessofid.html>, pelo código 00012013092500126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 187, quinta-feira, 26 de setembro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

127



DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)	R\$46.782,00	R\$ 564,00	R\$47.346,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (conforme RCL IV) = (III + IV) * 100	855.481.267,00	8.000,00	863.481.267,00
LIMITE MÁXIMO (conforme L. 11.024, art. 20 da LRF) - <= >	0,256271%	1.906.816,43	1.908.723,14
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= >	0,253134%	1.525.715,61	1.527.240,95
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 22 da LRF) - <= >	0,231285%	1.435.414,79	1.436.850,29

FONTE: SIAP/Gerência

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

O percentual de limite máximo foi alterado através da Resolução nº 250, de 19/09/2013, do Conselho da Justiça Federal.

VÂNIA CRISTINA FERNANDES FREIRE SAMPAIO
Diretora da Secretaria de Controle Interno
Em exercício

ELIANE MONTECHIARI DE ALMEIDA SANCHES
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
Em exercício

ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA
Diretor da Secretaria Geral

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 476, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4/3/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum", CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4/3/2000, e art. 1º da Resolução nº 250, de 19/09/2013, do Conselho da Justiça Federal, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2013, no formato do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, nos termos previstos no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

NEWTON DE LACCA

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª E 2ª GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL

	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.390.424,77	1.291,84	1.391.716,61
Pessoal Ativo	1.192.131,89	1.179,80	1.193.311,69
Pessoal Inativo e Pensionistas	188.292,88	111,94	188.404,82
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de precatorização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	153.253,80	132,48	153.386,28
Indenizações por Demissão e Locatários à Demissão Voluntária	25,64	0,00	25,64
Despesas de Decisão Judicial	209,56	0,00	209,56
Despesas de Exercícios Anteriores	109,81	120,98	230,79
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	152.898,79	11,50	152.910,29
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.237.170,97	1.161,35	1.238.332,32
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			855.481.267,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (conforme RCL IV) = (III + IV) * 100	0,193358%	0,001352%	0,194710%
LIMITE MÁXIMO (conforme L. 11.024, art. 20 da LRF)	0,256271%		1.906.816,43
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,253134%		1.525.715,61
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 22 da LRF)	0,231285%		1.435.414,79

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;
- c) Conforme Acórdão nº 994/2012 - TCU - Plenário, não foram computadas as despesas com o auxílio-patrolidade e auxílio-funeral no montante das despesas com pessoal e encargos sociais;
- d) O limite máximo, limite prudencial e o limite de alerta foram alterados conforme Resolução Nº CJF-RES-2013-00250 de 19 de agosto de 2013;
- e) O valor de R\$ 1.003,78 (MIL) não foi deduzido, no item II, linha "despesas de exercícios anteriores", por tratar-se de despesa que pertence ao período de apuração, conforme as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para o exercício de 2013, do Ministério da Fazenda/STN, 3ª edição, página 312. O valor de R\$ 37,28 (MIL) refere-se às despesas de exercícios anteriores (fontes 156 e 169) e não computado no item "inativos e pensionistas com recursos vinculados".

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

ANDREA BUGANO PASSANEZI
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

AMELIO RABELO CUSTODIO
Diretor-Geral

OFÍCIO/PRESI/SECOI N. 230

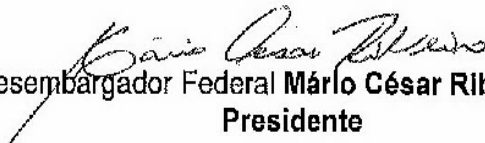
Brasília, 2 de outubro de 2013.

REF.: Relatório de Gestão Fiscal – 2.º Quadrimestre de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, referente ao 2.º Quadrimestre de 2013, publicado no DOU1 de 27/9/2013, pág. 152, conforme determina o art. 118 da Lei 12.465/2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência expressões de consideração e apreço.


Desembargador Federal **Márcio César Ribeiro**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF



152

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 188, sexta-feira, 27 de setembro de 2013

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 01/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 51 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar, no referencial do Conselho de Administração, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, referente ao 2º quadrimestre de 2013, na forma do Anexo, bem como autorizar sua publicação no Diário Oficial da União e na internet, até trinta dias após o encerramento do período a que se refere, conforme previsto no art. 55, § 2º da referida Lei.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") (25-Me)
DESPESA COM PESSOAL

	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	1.651.614,00	3.284,00	1.654.898,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.121.106,00	2.507,00	1.123.613,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	230.208,00	777,00	230.985,00
DESPESAS NÃO COMPATILIZADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			
Indenizações por Danos e/ou Lesões à Danos Voluntária	214.348,00	1.494,00	215.842,00
Decorrentes de Decisão Judicial		22,00	22,00
Despesas de Exercícios Anteriores	689,00		689,00
Inativos e Pensionistas com Restos a Pagar	1.102,00	1.273,00	2.375,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	212.557,00	199,00	212.756,00
	1.315.266,00	1.790,00	1.317.056,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.351.567,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = III e IV	0,230252%	0,000326%	0,230578%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=	0,457594%		2.740.823,68
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=	0,433248%		2.712.082,50
LIMITE DE ALERTA (art. 21 do § 1º do art. 59 da LRF) - <=	0,411635%		2.574.241,31

Fonte: Sistema Gerencial, Resolução CJF 250/2013 e Portaria STN 528/2013.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.302/64.

b) Despesas comprometidas e não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

JONICE DE PAULA RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

CARLOS FREDERICO MAIA DEZERRA
Diretor da Secretaria de Planejamento, Organização e Finanças

ROBERTO FILAS CAVALCANTE
Diretor Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

FORTALEZA Nº 801, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte - Período: setembro/2013 a agosto/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARA SILVA DE BRITO

ANEXO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	201.589	80
Sentenças Judiciais sem Precedentes (do Próprio Órgão)	166.307	10
Sentenças Judiciais com Precedentes (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	166.307	10
Pessoal Inativo e Pensionistas	35.291	70
Sentenças Judiciais sem Precedentes (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precedentes (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativos e Pensionistas	35.291	70
Outras despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.treba.org.br/portal>, pelo código 001701307700152

Documento assinado eletronicamente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Ofício nº 666/2013

São Paulo, 24 de setembro de 2013.

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Seja-me permitido vir à presença de Vossa Excelência para encaminhar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2013, ante o disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência meus protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Newton De Lucca
Desembargador Federal Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por **Newton De Lucca, Desembargador Federal Presidente**, em 24/09/2013, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 0156396 e o código CRC 9834A3C8.

RESOLUÇÃO Nº 476, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "*acta referendum*".

CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, e art. 1º da Resolução nº 250, de 19/8/2013, do Conselho da Justiça Federal.

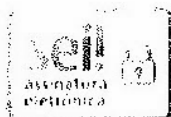
RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2013, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da *internet*, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

NEWTON DE LUCCA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Newton De Lucca, Desembargador Federal Presidente**, em 24/09/2013, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0155240** e o código CRC **AF576989**.

0015616-95.2013.4.03.8000

Certifico e dou fé que a Resolução nº 476, de 24 de setembro de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União - Seção 1, em 26/09/13, pág. 127.

DCOR - RF 1521

)4(177

Certifico e dou fé que a Resolução nº 476, de 24 de setembro de 2013, foi disponibilizada no DI- de 26/09/2013, edição 179/2013, págs. 4/7. Considera-se data de publicação o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada, nos termos do art. 4º, §§ 3º e 4º, da Lei 11.419/2006.

DCOR - RF 1521

)4(177

0155240v5

ANEXO
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.360.424,77	1.293,84	1.361.718,61
Pessoal Ativo	1.192.131,89	1.179,90	1.193.311,79
Pessoal Inativo e Pensionistas	168.292,88	113,94	168.406,82
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	153.253,80	132,48	153.386,29
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	35,64	0,00	35,64
Decorrentes de Decisão Judicial	269,56	0,00	269,56
Despesas de Exercícios Anteriores	109,81	120,98	230,79
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	152.838,79	11,50	152.850,29
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.207.170,97	1.161,35	1.208.332,32

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV)*100	0,193005%	0,000186%	0,193190%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,355468%		2.223.315,72
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,337695%		2.112.149,94
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,319921%		2.000.984,15

Fonte: SIAFI Gerencial

Notas:


1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Conforme Acórdão nº 894/2012 – TCU – Plenário, não foram computadas as despesas com o auxílio-natalidade e auxílio-funeral no montante das despesas com pessoal e encargos sociais.

3) O limite máximo, limite prudencial e o limite de alerta foram alterados conforme Resolução Nº CJF-RES-2013/00250 de 19 de agosto de 2013.


4) O valor de R\$ 1.003,78 (Mil) não foi deduzido, no item II, linha "despesas de exercícios anteriores", por tratar-se de despesa que pertence ao período de apuração, conforme as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para o exercício de 2013, do Ministério da Fazenda/STN, 5ª edição, página 512. O valor de R\$ 57,28 (Mil) referente às despesas de exercícios anteriores (fontes 156 e 169) está computado no item "inativos e pensionistas com recursos vinculados".


MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO

Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças


ANDRIA BUGANO PASSANEZI

Diretora da Subsecretaria de Controle Interno


AMELINO RABELO CUSTÓDIO

Diretor-Geral

OFÍCIO - 1604004 - CONIN/NAUDI

Porto Alegre, 07 de outubro de 2013.

Ao Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2013, em cumprimento às prerrogativas da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - em seus artigos 59 e 67, bem como ao que estabelece o Inciso I, art. 5º, da Lei nº 10.028/2000 que dispõe o seguinte: "*Art. 5º Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas: I - deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei;*".

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por Tadaaqui Hirose, Presidente, em 07/10/2013, às 19:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador 1604004 e o código CRC 2382D7B3.

RESOLUÇÃO Nº 149, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a aprovação e publicação do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2013.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 0005384-94.2013.4.04.8000, *ad referendum* do Conselho de Administração, e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2013, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRE-SE.



Documento assinado eletronicamente por Tadaaki Hirose, Presidente, em 19/09/2013, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador 1574737 e o código CRC FA0416D1.

<p>PODER JUDICIÁRIO</p> <p>JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 4ª REGIÃO</p> <p>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL</p> <p>DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL</p> <p>ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL</p> <p>SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013</p>			
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			RS Mil

DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)				
DESPESA COM PESSOAL		INSCRITAS EM		
		RESTOS A PAGAR		
		LIQUIDADAS	NÃO	TOTAL
		PROCESSADOS		
		(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		1.186.925,00	2.021,00	1.188.946,00
Pessoal Ativo		1.061.384,00	1.825,00	1.063.209,00
Pessoal Inativo e Pensionistas		125.541,00	196,00	125.737,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		120.911,00	2.021,00	122.932,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		3.065,00		3.065,00
Decorrentes de Decisão Judicial		515,00		515,00
Despesas de Exercícios Anteriores		2.778,00	2.021,00	4.799,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		114.553,00		114.553,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		1.066.014,00	0	1.066.014,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				625.461.567,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,170436 %	0,000000 %		0,170436 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -	0,305833 %			1.912.867,87
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,290541 %			1.817.224,48
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,275250 %			1.721.581,09
FONTE: SIAFI GERENCIAL				
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:				
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;				
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.				

WOLFGANG STRIEBEL

DIRETOR DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

ROBERTO CAPELETI

DIRETOR DA DIRETORIA FINANCEIRA

LUIZ IZIDORO ZORZO

DIRETOR-GERAL

RELATÓRIO

(GESTÃO FISCAL)

Of. GPR 37717 /2013 – TJDF

Brasília-DF, 25 de setembro de 2013.

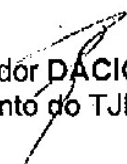
A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Palácio do Congresso Nacional, Ed. Principal, 1º andar, Gabinete da Presidência
70.165-900 – Brasília/DF

Assunto: Encaminha Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre/2013

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativo ao 2º quadrimestre/2013, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Atenciosamente,


Desembargador **DÁCIO VIEIRA**
Presidente do TJDF

UNIÃO - POD JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL -
Setembro/2012 a Agosto/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 53, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Set/12 a Ago/13)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.453.794.568,56	25.904.281,27
Pessoal Ativo	1.188.491.867,93	10.430.577,99
Pessoal Inativo e Pensionistas	265.302.700,63	15.470.703,28
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	271.979.439,36	25.569.931,27
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.577.773,06	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	7.026.395,86	25.569.931,27
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	262.375.270,44	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.181.815.129,20	731.350,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.182.146.479,20	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	625.461.567,000	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,189004%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,275000%	1.720.019,309
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,261250%	1.634.018,344
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 39 da LRF)	0,247500%	1.548.017,378

FONTE: SIAFI, Órgão 16.000 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 25 da Lei 4.320/64.

2) As despesas não computadas relativas a decisão judicial e exercícios anteriores devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF. Assim, para garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a despesa executada nesses títulos no período de setembro a dezembro/12, excluindo-se dessas as vinculadas às fontes 56/69.

4) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados correspondem à execução nas fontes 56/69.

PATYMA ORBACE DE BRITTO
Secretária Substituta de Recursos Orçamentários e Financeiros

JOÃO BATISTA DA SILVA
Secretário de Controle Interno

CHARLESTON REIS COUTINHO
Secretário-Geral

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – As matérias foram juntadas, respectivamente, aos **OFN's 31, 25, 35, 39 e 24/2013**, e publicadas no Diário do Senado Federal de 19/10/2013.

Os expedientes serão remetidos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – A Presidência recebeu do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, o **Aviso 1.556/2013**, na origem, autuado como **AVN 19/2013**, encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2013.

É o seguinte o Aviso, na íntegra:

AVISO Nº 19, DE 2013-CN


Aviso nº 1.556-GP/TCU

Brasília, 30 de setembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 188, de 27/9/2013, Seção I, página 92.

Respeitosamente,



JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

PORTARIA-TCU Nº 230, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013.

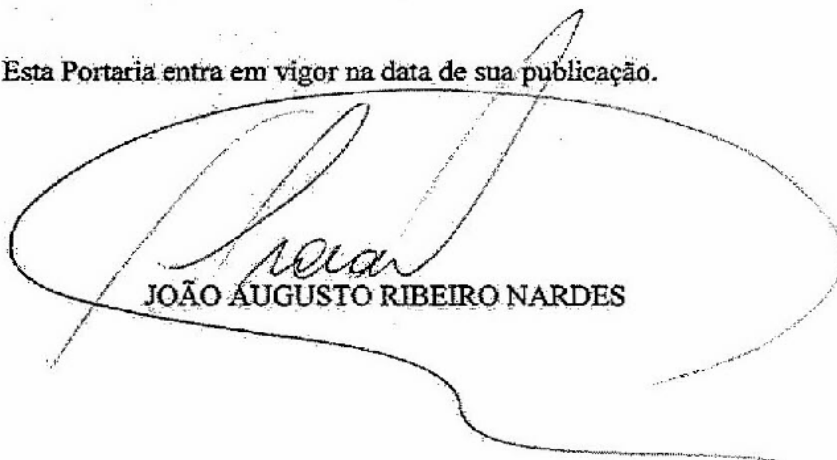
Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2013, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

ANEXO
UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ⁽¹⁾ (Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.220.551.370,73	9.705.178,24
Pessoal Ativo	782.141.906,30	9.671.357,53
Pessoal Inativo e Pensionistas	438.409.464,43	33.820,71
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	224.821.898,64	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	11.343.239,16	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	213.478.659,48	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	995.729.472,09	9.705.178,24
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	1.005.434.650,33	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	625.461.566.520,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,160751%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4300%	2.689.484.736,04
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4085%	2.555.010.499,23
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,3870%	2.420.536.262,43

Fonte: Siasi Gerencial 2012 e 2013; Portaria nº 528, de 16 de Setembro de 2013 (RCL).

Notas: (1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Eduardo M. Rezende
Eduardo Monteiro de Rezende
 Secretário-Geral de Administração

Eugênio Paccelli de Paula Corrêa
Eugênio Paccelli de Paula Corrêa
 Secretário de Controle Interno

Jose Elioma Oliveira Albuquerque
Jose Elioma Oliveira Albuquerque
 Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade



92

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 188, sexta-feira, 27 de setembro de 2013

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 250, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2013, na forma de anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")
DESPESA COM PESSOAL

		R\$ 1,00	
		Despesas Executadas (I)	
		Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados (II)
		(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		1.220.551.370,73	9.705.178,24
Pessoal Ativo		782.141.906,20	9.671.357,53
Pessoal Inativo e Pensionistas		438.409.464,43	33.820,71
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		0,00	0,00
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)		224.821.898,64	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial		0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		11.343.239,16	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		213.478.659,48	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)		995.729.472,09	9.705.178,24
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III) + (IIb)		1.005.454.650,33	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		625.461.565.520,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,160751%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4300%		2.689.484.726,04	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4085%		2.555.010.499,23	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,3870%		2.420.526.262,43	

Fonte: Siasi Gerencial 2012 e 2013; Portaria nº 525, de 16 de Setembro de 2013 (RCL).

Notas:

- (I) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas são segregadas em:
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

EDUARDO MONTEIRO DE REZENDE

Secretário-Geral de Administração

EUGÊNIO PACCELLI DE PAULA CORRÊA

Secretário de Controle Interno

JOSE ELIOMA OLIVEIRA ALBUQUERQUE

Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

PORTARIA Nº 251, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

ANEXO I

Promove ajustes na limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 49 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 28, incisos XXXIV e XXXIX, do Regimento Interno do TCU, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), combinado com o art. 49 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO), resolve:

Art. 1º Fica desimpedido para empenho e movimentação financeira o valor constante do Anexo I desta Portaria, havendo, em contrapartida, a indisponibilização de montante equivalente, nos termos apresentados no Anexo II desta Portaria, referente às ações consignadas ao Tribunal de Contas da União, na Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013 (LOA de 2013), sendo o valor total da limitação acumulada até o 4º bimestre do demonstrado no Anexo III desta Portaria.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior e considerando a abertura do crédito adicional suplementar objeto da Portaria-TCU nº 224, de 16 de setembro de 2013, fica alterado, na forma do Anexo IV desta Portaria, o Cronograma Anual de Desempenho Mensal com suas alterações posteriores, aprovado pela Portaria-TCU nº 102, de 16 de abril de 2013, no que concerne aos Grupos de Natureza de Despesa (GND) - Outras Despesas Correntes e Investimentos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

09000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Ampliação de limite de empenho e movimentação financeira

Em Reais

Projeto/Atividade	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
01.131.0550.2549.0001 - Comunicação e Divulgação Institucional	3.3.90.39	0100	1.000.000,00
Total			1.000.000,00

ANEXO II

03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Limitação de empenho e movimentação financeira

Em Reais

Atividade	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
01.032.0550.4018.0001 - Focalização da Aplicação dos Recursos P	3.3.90.39	0100	1.000.000,00
Total			1.000.000,00

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

- I - as receitas nêle arrecadadas;
- II - as despesas nêle legalmente empenhadas.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

- I - a origem e o objeto do que se deve pagar;
- II - a importância exata a pagar; (Vide Medida Provisória nº 581, de 2012)
- III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

- I - o contrato, ajuste ou acôrdo respectivo;
- II - a nota de empenho;
- III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;

V - com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19;

VI - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

§ 2º Observado o disposto no inciso IV do § 1º, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - na esfera federal:

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar;

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II - na esfera estadual:

- a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
- b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
- d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

III - na esfera municipal:

- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
- b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

I - o Ministério Público;

II - no Poder Legislativo:

- a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;
- b) Estadual, a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas;
- c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

III - no Poder Judiciário:

- a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;
- b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas a e c do inciso II do caput serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 6º (VETADO)

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

.....

Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

II - dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

IV - concessão de garantia: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;

V - refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

§ 1º Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 15 e 16.

§ 2º Será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.

§ 3º Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

§ 4º O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.

.....

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório

Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

I - Chefe do Poder Executivo;

II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;

III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;

IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 55. O relatório conterá:

I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;

b) dívidas consolidada e mobiliária;

c) concessão de garantias;

d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;

e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º;

II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

- 2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;
- 3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;
- 4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;
- c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.

§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas as informações relativas à alínea a do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51.

§ 4º Os relatórios referidos nos arts. 52 e 54 deverão ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo conselho de que trata o art. 67.

LEI Nº 10.028, DE 19 DE OUTUBRO DE 2000.

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

Art. 5ª Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas:

I – deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei;

II – propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei;

III – deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei;

IV – deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo.

§ 1º A infração prevista neste artigo é punida com multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

§ 2º A infração a que se refere este artigo será processada e julgada pelo Tribunal de Contas a que competir a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) –

Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, o calendário estabelecido será publicado.

É o seguinte o calendário:

Leitura: 18-10-2013

até 23/10	prazo para publicação da matéria;
até 7/11	prazo para apresentação de relatório;
até 14/11	prazo para apresentação de emendas ao relatório; e
até 21/11	prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 19 de outubro de 2013.

O Aviso segue à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, do Ministro Valmir Campelo, no Exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, o **Aviso 1.642/GP-TCU 2013**, na origem, que informa constatação de indícios de irregularidade grave em obra pública.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 19 de outubro do corrente.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 1.642-GP/TCU

Brasília, 16 de outubro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no **caput** do art. 98 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO 2013), informo a Vossa Excelência que, no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas da União, foram constatados indícios de irregularidade grave na seguinte obra:

. Construção da Vila Olímpica – Parnaíba/PI (TC-013.638/2013-0).

Por oportuno, esclareço que o relatório de auditoria do mencionado empreendimento poderá ser objeto de consulta no endereço eletrônico www.tcu.gov.br. O acesso às informações será permitido apenas para os usuários portadores de senha, conforme procedido no exercício passado.

Para tanto, informo que a operacionalização do processo de concessão ou atualização de senhas poderá ser realizada pelo contato da área de informática do Congresso Nacional com a Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia (Setic) deste Tribunal e que a referida página será atualizada de forma a conter as deliberações que vierem a ser proferidas em decorrência das auditorias.

Por fim, registro que esta Corte de Contas encontra-se à disposição de Vossa Excelência para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Respeitosamente, – **Valmir Campelo** na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 132, de 16 de outubro de 2013**, do Ministro de Estado do Turismo, em resposta ao Requerimento nº 583, de 2013, de informações, de autoria do Senador Jader Barbalho.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – O primeiro orador inscrito a ocupar a tribuna é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador, com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, para mim, hoje, é um dia muito feliz porque é Dia do Médico, e, coincidentemente, sendo médico, nós temos que não só parabenizar os médicos pelo seu dia, mas abordar os temas que interessam mais a profissão.

Eu não exerço mais a Medicina, mais a exerci intensamente, durante 15 anos, em situações precárias. No meu Estado, eu fui o primeiro médico com formação roraimense. Voltei para o meu Estado imediatamente, trabalhei em condições, eu diria, muito desfavoráveis. Éramos apenas quatro médicos para 200 mil habitantes, portanto, um para 50 mil. Atravessei vários momentos de aflição por falta até de fio sutura – equipamentos, nem se fala. Havia dois hospitais no interior que não tinham sequer raios X. Eu atendia semana sim, semana não. Na capital, Boa Vista, também. Apesar de existir um hospital da Diocese, um Hospital do Governo e uma maternidade do Governo, nós tínhamos poucos médicos para atender a esses três hospitais.

Então, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Quatro médicos para 200 mil habitantes, Senador?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Um para 50 mil, portanto, não é?

Então, nós enfrentamos esse trabalho. Depois, fui secretário de saúde. Consegui levar colegas da minha turma, que se formaram junto comigo. Fomos, portanto, levando alguns especialistas que eram indispensáveis, como pediatras, anestesistas, ortopedistas. Mesmo assim, nós não tínhamos sequer número suficiente para fazer uma escala de plantão. Então, nós vivíamos em plantão permanente.

Mas eu faço questão de registrar aqui que, na última quarta-feira, nós aprovamos, neste plenário, a Medida Provisória nº 621, de 2013, que trata do Programa Mais Médicos. Eu diria que esse programa está vindo com atraso, Senador Requião, de pelo menos 44 anos, que é o tempo que eu tenho de formado. No ano em que eu me formei, em Belém do Pará, a minha faculdade fez 50 anos de existência – a faculdade que foi a quarta do Brasil a ser criada. Naquele tempo, esse problema da falta de médicos se via lá em Belém, onde haviam sido formadas 44 turmas de médicos. Esse problema também se via nos Municípios colados em Belém. Isso não era novidade. E eu já disse aqui que, quando eu voltei para Roraima, por uma questão de sentimento, de ideal, nós éramos, como eu disse, quatro médicos para 200 mil habitantes.

Esse programa deveria ter sido feito há pelo menos quatro décadas. E aí eu quero dizer que têm culpa nisso as entidades médicas, que nunca souberam apresentar uma proposta concreta e fazer articulações para que esse modelo fosse implantado.

Eu cheguei a apresentar aqui, Senador Requião, um projeto que previa uma coisa mais simples: o médico formado no Brasil teria um registro provisório e seria obrigado a ir, durante um ano, para um Município onde não houvesse médicos. Depois ele voltava, recebia o seu registro definitivo e ficava onde quisesse. Mas isso aqui não andou – e tenho que dizer – por pressões corporativas. Também apresentei um projeto regulamentando a vinda de estrangeiros, não só com o Revalida, mas com outras exigências. Também não andou.

Esse programa, no início, provocou uma reação muito forte da classe médica, com certa razão. Mas, depois de muitas conversas, nós vimos que a medida provisória que veio podia ser aperfeiçoada e, para isso, tinha que haver um diálogo. E eu, como Relator Revisor, mas também um Relator, um Deputado médico também, nós fizemos essa interlocução com o Ministro

da Saúde, que sempre atendeu, seja por telefonema, seja indo lá, e nós conseguimos realmente colocar algumas medidas que aperfeiçoaram a medida provisória.

Apesar dessas divergências, mantivemos rico debate durante a sessão. Foi possível aprovar o texto, porque chegamos ao consenso de que se trata de uma medida emergencial – e isso é bom frisar. O programa não é uma solução definitiva para a questão da saúde no Brasil, longe disso. Não poderíamos, em sã consciência, ser contrários a colocar mais médicos onde eles são necessários.

Mas, Sr. Presidente, disse e repito: essa medida já veio tarde. Como disse há pouco, desde que me formei – vai fazer 45 anos este ano –, a carência de médicos já se fazia sentir no País. É lógico que o Programa Mais Médicos será um auxílio, mas, em si só, não resolve o problema de saúde no Brasil.

Curioso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, que aprovamos essa medida praticamente na véspera do Dia do Médico, comemorado hoje, dia 18 de outubro. Apesar de já ter me afastado do exercício da medicina há alguns anos, sempre mantive uma grande preocupação pelos temas relacionados à saúde. E hoje, no Dia do Médico, sinto-me na obrigação de dizer algumas palavras a respeito da situação do médico no nosso País.

Como sabemos, os cursos de medicina estão entre os mais concorridos e caros do Brasil. Portanto, formar um médico especialista, hoje, exige um grande investimento de tempo e dinheiro. Ao terminar os estudos, esse jovem profissional encontra um mercado de trabalho de difíceis condições. Se ele opta trabalhar no SUS, é obrigado a trabalhar por baixos salários e, muitas vezes, ou na maioria das vezes, em condições de total carência. Se decide abrir seu próprio consultório, precisa cobrar elevados honorários para custear despesa de anos de estudo e especializações constantes, ou se render aos planos de saúde, que, em sua grande maioria, eu diria na sua totalidade, não remuneram adequadamente o profissional médico.

Só para comentar sobre isso, Senador Requião, nos últimos anos, os planos de saúde foram reajustados em 400%, e a consulta paga ao médico foi reajustada em 25%. Então, vejam a desproporção: o plano de saúde, como intermediador, cobra do seu usuário uma mensalidade que subiu 400% e paga a quem realmente faz o trabalho, o profissional médico, uma remuneração inadequada.

Por isso, ser médico, no Brasil de hoje, Sr. Presidente, requer muito mais do que o compromisso que firmamos ao prestar o juramento de Hipócrates. Requer criatividade, dedicação e, sobretudo, coragem. Coragem para, muitas vezes, decidir sobre qual pa-

ciente vai viver e qual vai morrer – infelizmente, essa é uma realidade.

Porque há pacientes nos hospitais que ficam nos corredores. E ficam nos corredores, por que os médicos querem deixá-los nos corredores? Não. Ficam nos corredores seja porque faltam materiais e equipamentos para atendimento, seja porque não há leitos disponíveis – o que leva os médicos a terem de decidir entre o mais grave e o menos grave. Lamentavelmente, isso não é ficção, é a mais pura realidade de uma grande parte dos nossos médicos.

Então, pergunto: como fazer para reverter esse quadro?

Um primeiro passo, sem dúvida, é investir mais em saúde, é aprimorar os processos de gestão – e aqui acrescento –, é eliminar a corrupção que existe no setor de saúde. Infelizmente, ela existe de norte a sul e de leste a oeste deste País. É preciso aprimorar os processos de gestão, mas sem corrupção, para que possamos ter hospitais de qualidade em todo o território nacional.

Veja o exemplo da Rede Sarah, inegavelmente um grande sucesso. Sem dúvida é um modelo que precisa ser aplicado em grande escala em nosso País, porque já é sabido que não basta dar mais dinheiro para a saúde; é preciso que esse dinheiro seja gasto com eficiência, eficácia e efetividade, e isso só será feito se mudarmos os processos de gestão e combatermos, de forma implacável e exemplar, a corrupção no setor.

Igualmente importante é valorizar o profissional da medicina que se dedica ao SUS. Para isso, considero fundamental a criação da carreira de médico de Estado, como existe para os magistrados, para o Ministério Público – quando passa no concurso, o juiz é nomeado juiz substituto, passa por um período, digamos assim, de observação até ser titulado, ser chamado de juiz titular; então, ele vai ganhando mais a cada período que passa, e, como juiz substituto, normalmente, ele trabalha em comarcas do interior.

A carreira do médico, Sr. Presidente, deveria ser semelhante à de juiz, que, ao passar no concurso, é nomeado juiz substituto e vai para o interior. Após se tornar titular, o juiz tem a opção de escolher se retorna para a capital ou se fica no interior. Por sua vez, ao ser criada a carreira de médico de Estado, o Governo teria a prerrogativa de remover *ex officio* os médicos para aquelas localidades onde existe carência desses profissionais.

Além disso, valorizar um médico não significa apenas dar a ele um ótimo salário. É preciso que ele encontre condições para aplicar os tratamentos prescritos aos doentes. Não adianta, Sr. Presidente, o médico receitar um remédio e o paciente não ter dinheiro

para comprá-lo, como vemos nos Estados mais pobres, como é o caso do meu Estado de Roraima, até porque há uma ausência do Governo do Estado na assistência à saúde. Como disse, não adianta o médico prescrever um tratamento que não será eficaz porque o paciente vive em condições insalubres e de falta de higiene: esgotos a céu aberto, falta de abastecimento de água condigno. Tudo isso, realmente, leva a doenças que seriam evitadas simplesmente com ações governamentais. Aliás, uma grande parte de atendimentos ambulatoriais tem origem em pacientes que retornam com os mesmos sintomas, justamente porque vivem em ambientes insalubres, isto é, completamente sem nenhum requisito básico para que a pessoa fique sadia mesmo.

Por isso, considero fundamental na educação do nosso povo o ensino de regras básicas de higiene e de limpeza. Aliás, eu diria que o setor de educação, Senador Cristovam, que é um especialista nisso, padece dos mesmos males que o setor de saúde. Apenas, na educação, a pessoa fica só carente dos instrumentos, mas não morre por isso. Mas pode até morrer por isso, porque não tem os conhecimentos de cuidados básicos de higiene e de limpeza.

Ao mesmo tempo, é fundamental investir em saneamento básico, pois muitas das doenças são transmitidas pela água contaminada, e poderiam ser facilmente evitadas.

Valorizar o médico também significa lutar para que tenhamos mais ações preventivas em nosso País. Quantas consultas seriam evitadas se o nosso sistema de saúde priorizasse ações de prevenção? Sem dúvida, haveria uma grande economia de recursos e uma melhoria da qualidade do atendimento do médico do SUS, porque as filas diminuiriam muito.

O que eu quero mostrar com tudo isso, Sr. Presidente, é que os problemas de saúde estão relacionados a outras áreas também, como educação e saneamento básico, por exemplo; e que valorizar o médico requer muito mais do que apenas dar a ele um salário melhor, requer planejamento integrado de políticas públicas que permitam ao médico prescrever um tratamento de qualidade ao seu paciente.

Do ponto de vista do chamado sistema de saúde suplementar, que são os planos de saúde, também precisamos fazer, urgentemente, algumas mudanças.

Não é segredo para ninguém que as condições de trabalho dos médicos credenciados a planos e seguros de saúde deixam muito a desejar, no atendimento e nas condições de trabalho, e, por isso, interferem diretamente na qualidade dos serviços prestados aos pacientes, usuários que pagam os planos de saúde. O baixo valor dos honorários médicos pagos pelas em-

presas faz com que os profissionais tenham de atender a um maior número de pacientes em um mesmo espaço de tempo, o que muitas vezes faz com que o tempo da consulta seja menor do que o necessário, prejudicando a qualidade do atendimento.

Além disso, também é sabido que muitas empresas interferem nas solicitações feitas para exames e demais procedimentos, criam obstáculos para isso, contestando, inclusive, a necessidade da realização deles e orientando os profissionais a não mais os demandarem, ou seja, não pedir mais exames em grande número. São práticas que não podemos aceitar, porque prejudicam a saúde do povo brasileiro.

Lamentavelmente, as medidas regulatórias tomadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar têm se mostrado incapazes de impedir os prejuízos à saúde dos pacientes. De acordo com uma pesquisa da Associação Paulista de Medicina e do Datafolha, divulgada em agosto deste ano, apenas em São Paulo, oito em cada dez entrevistados – cerca de 7,7 milhões de pessoas – tiveram algum problema nos últimos dois anos, com seu plano de saúde. Além disso, de acordo com a pesquisa, pelo menos 100 mil consumidores entraram na Justiça contra os planos de saúde, só em São Paulo, no mesmo período.

Então, Sr. Presidente, essa é uma situação preocupante que precisa ser resolvida, não somente para benefício dos médicos, mas, sobretudo, da imensa legião de consumidores dos planos de saúde do nosso País.

Neste dia em que estamos celebrando o Dia do Médico, eu gostaria ainda, Sr^{as} e Srs. Senadores, de deixar aqui registrado o que considero um equívoco: os vetos apostos à Lei do Ato Médico, que passou 12 anos aqui, entre Senado e Câmara. É uma matéria que tramitou, portanto, com bastante tempo para que o Governo, as entidades médicas e as outras áreas dos profissionais de saúde pudessem realmente chegar a um...

A Senadora Lúcia Vânia fez um belíssimo trabalho na relatoria dessa matéria, e eu também cheguei a ser Relator em algumas comissões. Era uma matéria que contava com o consenso da Casa. Não é verdade, em absoluto, que os médicos estejam querendo assumir responsabilidades e atribuições da área de saúde como um todo. Não!

Como eu falei aqui, a Rede Sarah é um exemplo de atendimento interdisciplinar. Ali trabalham em equipe médicos, fisioterapeutas, enfermeiras, ou seja, há uma gama de profissionais de saúde que trabalham de maneira interdisciplinar.

Apenas é preciso definir, minimamente, quais são as competências do profissional da Medicina. E isso,

no meu entendimento, ficou muito prejudicado com os vetos apostos ao projeto.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, gostaria de mencionar ainda que precisamos introduzir mais humanidade na formação do médico. Apesar da massificação do sistema, precisamos resgatar a relação médico-paciente, para que ela seja uma relação duradoura, em que haja uma confiança recíproca. O médico precisa ver no paciente, sobretudo, um ser humano, e não uma doença. Por isso, precisamos reforçar a formação ética do profissional da Medicina. O médico não lida apenas com máquinas, com papéis nem com materiais. Lida, sobretudo – e sempre –, com a vida. A vida deve estar no centro de nossas preocupações, para que tenhamos, cada vez mais, uma medicina voltada para o ser humano e para a melhoria de sua qualidade de vida.

Deixo aqui os meus cumprimentos a todos os médicos do Brasil e, em especial, do meu Estado de Roraima, e também aos novos médicos estrangeiros recém-chegados ao nosso País, que se vêm somar a esse imenso esforço que estamos fazendo para que todos os brasileiros e as brasileiras possam ter uma vida com mais saúde e dignidade.

Para encerrar, Senador Acir, eu queria fazer um comentário à parte do que está aqui redigido. Por exemplo, o meu Estado e o Estado do Tocantins foram pioneiros em fazer um convênio com Cuba e levar médicos para atender no interior. E levamos. Como levamos também professores com mestrado e doutorado para iniciar o nosso curso de Medicina, que foi aberto graças à ousadia do reitor e de sua equipe naquela época.

Como eu estava sem mandato naquele período e participava do conselho universitário, eu tive o prazer de ir a Cuba, junto com outro colega, para tratar deste assunto: convocar médicos para atender a população e trazer médicos para começar o curso de Medicina. Foi um trabalho enorme abrir o curso lá, porque o Conselho Nacional de Saúde tinha o preconceito de fazer faculdade em lugares pequenos.

E o nosso curso já formou várias turmas, funciona há mais de dez anos. Esse curso é muito bem avaliado pelo MEC, justamente porque tem um projeto ousado, tem uma qualidade de professores muito boa, embora tenha começado com os médicos cubanos – não digo nem “embora”. Graças a Deus, começou, porque não havia outros professores do Brasil que se dispusessem a ir para lá. Mas, depois, com um ano ou dois anos de funcionamento, fomos abrindo concursos para os médicos, que passaram a ver no curso de Medicina de Roraima também uma oportunidade boa de dar a sua colaboração. E quero dizer: em Roraima, antes de Rondônia e antes do Acre. Quando eu me formei, só havia Medicina no Pará. Não havia no Amazonas, não

havia em nenhum Estado da Região Amazônica. Nós fizemos lá em Roraima – digamos assim – exatamente o que precisa ser feito.

Mas eu quero ressaltar que, nessa medida do Mais Médicos, foram introduzidas algumas sugestões que eu apresentei, de comum acordo com o Governo e com a classe médica, que foram: primeiro, reduzir para três anos apenas o período em que o médico pode atuar, no lugar para onde ele é designado pelo Ministério da Saúde, sem a revalidação do diploma. O Ministério vai, portanto, assumir essa responsabilidade. Depois dos três anos, se ele quiser continuar no programa ou ir trabalhar em outro lugar, ele tem que fazer revalidação do diploma.

Segundo, colocamos um item que dá ao Governo o prazo de cinco anos para construir, reformar e equipar as unidades de saúde. Porque é aquela história: é muito bom ter um médico, é melhor do que não ter; mas também ter um médico sem uma retaguarda mínima é temerário para ele e para o próprio paciente.

Colocamos também, como prevenção até, Senador Acir e Senador Requião, exigências bem claras para criação e funcionamento dos cursos de Medicina, porque senão, daqui a pouco começam a proliferar faculdades para todo lado, e o que vai acontecer? O que acontece com algumas profissões: cursos de baixa qualidade. E nós vamos começar a degradar a formação do médico no Brasil.

Por último, nós colocamos também uma exigência de que o médico, indo para aqueles lugares, não pode se ausentar daquele lugar nesses três anos de trabalho. Com isso, nós esperamos que medidas sejam feitas.

O Governo tomou a decisão de ampliar o número de vagas nas universidades federais, mas não tomou também a iniciativa de aumentar o número de professores e o número de laboratórios. Então, é preciso que haja, ao mesmo tempo, investimento nesse setor.

O Ministério da Saúde e o Ministério da Educação serão os carros-chefes para, realmente, nós darmos fim a essa triste realidade de que, no Brasil, nós temos mais de 400 mil médicos, e existem cidades e até bairros mais periféricos das cidades grandes sem nenhum médico. E por quê? Porque o médico simplesmente não quer ir? Não, porque o salário será o mesmo se ele ficar na capital, no grande centro, e porque os riscos na periferia são maiores, seja por questão de segurança pessoal, seja por falta de equipamento.

Então, é preciso que a gente faça esse diagnóstico, para usar uma palavra médica. E esse diagnóstico, para mim, está feito agora.

Nós temos de tratar o problema grande da saúde no Brasil em duas fases. Esta fase, claramente, eu identifiquei como emergencial, mas nós temos de tra-

balhar – e cabe muito ao Congresso fazer isso – para que essa emergência, esse tratamento de emergência se transforme num plano permanente de Estado, para que, realmente, um setor tão fundamental como a saúde não continue no descaso.

Eu, que não votei a favor da prorrogação da CPMF, na época, fui crucificado, e vejo que até hoje não sepultaram a CPMF. A toda hora vejo colegas aqui dizendo que o setor de saúde não está melhor porque tiraram a CPMF.

Ora, 14 anos de existência da CPMF não mudaram em nada o serviço de saúde. Pelo contrário, a CPMF, que tinha, no início, destino certo só para a saúde, passou a ser usada para a seguridade, passou a ser usada para fazer superávit primário, e roubaram muito dinheiro da CPMF. Então, no sistema de saúde, o paciente não se beneficiou com isso.

Eu quero realmente terminar, cumprimentando os médicos do meu Estado, os colegas médicos e as colegas médicas, os estudantes de Medicina do meu Estado e, por extensão, de todo o Brasil, com a certeza de que precisamos trabalhar mesmo juntos – Executivo e Legislativo –, para que possamos, de fato, melhorar essa realidade do País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Roberto Requião deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Mozarildo, pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra, agora, ao Senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná.

V. Ex^a tem o tempo necessário para fazer o seu pronunciamento, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srs. Senadores, eu venho à tribuna por dois motivos. Eu vou fazer algumas considerações sobre a crise global e o Mercosul, mas, inicialmente, quero falar, Senador Cristovam, sobre a minha perplexidade em relação à posição do nosso Governo Federal na questão do leilão de Libra.

Eu, durante a última campanha eleitoral, fiquei empolgado com a nossa Presidente Dilma Rousseff quando ela, respondendo a algumas declarações dos principais assessores de José Serra, colocou no ar um VT, um videotape, no qual afirmava que a privatização da Petrobras ou dos campos do Pré-sal eram um crime contra a Nação.

Eu redobrei os meus esforços na campanha da Presidente Dilma. Mas eis que, de repente, não mais

que de repente, tudo muda e a Presidente determina que o campo de Libra, o maior campo de petróleo conhecido no Brasil, talvez o maior campo de petróleo do planeta seja leiloado. E exclui a Petrobras, exigindo uma participação de R\$15 bilhões antecipados, que seriam posteriormente diminuídos do custo de produção do petróleo.

A sociedade civil protesta. Eu não consegui entender o leilão.

Eu queria um debate no Congresso Nacional. Tentei fazer um debate na bancada do meu Partido, o PMDB. Levei o Fernando Siqueira, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras. Tive dificuldade de levar o debate à frente. De certa forma, o debate não se deu pela interferência pesada do Líder do Governo, que é do meu Partido. Então, junto com o Senador Pedro Simon e o Senador Randolfe, elaboramos um projeto de decreto legislativo para sustar o leilão de Libra.

Ora, a Mesa é do meu Partido. O PMDB tem a Presidência do Senado, mas eis que mais uma surpresa surge, Senador Cristovam Buarque: a Mesa distribui o projeto de decreto legislativo para três comissões. Distribui para três comissões. E, na Comissão de Constituição e Justiça, informa-me o Senador Vital que o Líder do Governo pede para ser o relator. Pede para ser o relator, o pedido é atendido e ele leva o projeto para casa, e não o devolve mais. O leilão de Libra será feito no próximo dia 23, se não me engano, semana que vem, segunda ou terça-feira. E o projeto de decreto legislativo teria que passar por três comissões, e o relator não devolve o projeto, não faz a relatoria.

Então, Senador Cristovam, o que eu vejo é que não se estão contrapondo aos argumentos que contrariam o leilão de Libra; eles estão impedindo o debate. O Governo, com a ajuda do meu Partido, que tem a Mesa do Congresso Nacional na mão, está impedindo que o Senado da República debata os argumentos favoráveis e contrários.

É a mesma atitude da nossa Presidente. Ontem, ela assina um decreto determinando que o Exército Brasileiro seja mobilizado para impedir qualquer manifestação contra o leilão de Libra. É o Exército defendendo, então, a entrega do petróleo brasileiro, sem argumento. Não há argumento racional algum que justifique esse leilão que preda o Brasil e compromete o nosso futuro. Tudo se suporta apenas, no meu entender – e não tenho motivo para pensar de outra maneira até agora; nem a Presidente me deu um argumento, nem o Ministro das Minas e Energia –, nos R\$15 bilhões para viabilizar o superávit primário, uma antecipação, uma espécie de empréstimo. E o Brasil perde o leilão.

A Presidenta da Petrobras veio a uma das comissões e, implícita ou explicitamente, conforme preferirem os Srs. Senadores na interpretação que possam fazer, disse que não entendia por que se estava fazendo o leilão e que não havia empresa no Brasil mais capacitada para explorar Libra do que a Petrobras.

Estamos com o Exército na rua, em uma espécie de pinochetaço para impedir manifestações. Então, de repente, Senador, na ausência do debate no Congresso Nacional, na ausência do contraditório para a discussão das argumentações, vejo que a única manifestação de saúde cívica no Brasil está nas ruas, a manifestação do povo nas ruas, não dos predadores do tal do *black bloc*, que se comportam de uma forma boba, estúpida, intolerável, mas a manifestação de saúde está nas ruas com a juventude, com os sindicatos. E o Governo não quer discutir nada, vai leiloar de qualquer forma e convoca o Exército brasileiro para isso.

Fica aqui patente, Senador Cristovam, a minha indignação contra isso. Estão nos sonegando a oportunidade do debate. É um comportamento semelhante ao comportamento do Pinochet. Isso não significa, Senador Cristovam, que o nosso Governo não tenha algumas atitudes que devamos apoiar – por exemplo, a manutenção das políticas sociais –, mas agora parece que se reverte tudo. Sinalizam com o aumento dos juros, fazendo o jogo do mercado. Pressionados pelo mercado, vão desistindo das políticas sociais.

Talvez eu esteja enganado, mas vejo uma sensível mudança de comportamento do nosso atual Governo para o período em que o Presidente Lula foi Presidente da República. Não que o Lula não tenha cometido erros. Todos nós cometemos erros, somos passíveis e falíveis, passíveis de erros e extremamente falíveis como seres humanos na condução de uma Administração Pública, mas eu estou muito preocupado com o leilão de Libra.

Ontem, entrei com uma representação junto ao Ministério Público Federal. E, pelo telefone, para que ela não se perdesse como aconteceu com a Mesa do Senado, com o meu projeto de decreto legislativo – meu, do Senador Simon e do Senador Randolfe –, liguei para o Procurador-Geral, Janot, para dizer a ele que tinha entrado com a representação, que ela estava protocolada, para evitar que amanhã ou depois dissessem que ela foi extemporânea e que o Ministério Público não teve dela conhecimento. Além disso, no meu gabinete, preparamos uma ação popular, com a ajuda do Dr. Comparato e do Dalmo Dallari. Essa ação está sendo ajuizada ontem e hoje no Paraná.

Muito bem, não nos omitimos, fizemos o que tinha que fazer, mas o Senado da República, com um leilão na segunda ou na terça-feira, designar três Comissões

para examinar um decreto legislativo, e o Líder do Governo pedir para ser Relator e levar o projeto para Casa, negando-nos o contraditório, impossibilitando a discussão, é uma coisa realmente inusitada, que mostra que o Senado da República está doente, porque a saúde é o contraditório, é a vitalidade, é a discussão. Nós estamos doentes! E a saúde se manifesta nas ruas das principais cidades do Brasil.

O Senador Cristovam levanta o microfone para um aparte, que eu concedo com o máximo prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, eu estava pegando aqui umas informações mais detalhadas para poder fazer meu comentário a sua fala. Vou correr o risco de dizer como está na minha cabeça, sem ter tido tempo de checar plenamente. Eu vejo quatro grandes problemas nesse leilão que o senhor está trazendo aqui e contra o qual tem sido um batalhador. Primeiro é que o Governo não ouve. Apesar das manifestações, apesar de a Presidenta, de vez em quando, ir para a tribuna e parabenizar os que estão na rua, apesar de dizer que eles estão reivindicando porque receberam tanto que querem mais – o que, às vezes, me parece que é um deboche com os professores que estão na rua –, apesar de dizer que é preciso ouvir as ruas, não está ouvindo. Porque há um clamor. Há um clamor das pessoas conscientes em relação a pelo menos estudar melhor esse leilão. Então, este é o primeiro ponto: não ouve. O segundo é que toca em um símbolo que é a Petrobras. A Petrobras não é apenas uma empresa como a Exxon, como a British Petroleum. Não. Aqui a Petrobras é um símbolo, um símbolo de luta do povo na rua. A Petrobras não foi feita de cima para baixo. A Petrobras foi uma conquista do povo brasileiro, e o povo tem que ser respeitado. Além disso, é, hoje, uma empresa fundamental para o futuro, por causa das nossas reservas crescentes. Aliás, se não fosse a Petrobras o Brasil seria considerado um País sem petróleo. A Petrobras é que vem descobrindo petróleo. Está-se brincando com um símbolo, na medida em que pode se entregar o maior de todos os mananciais que nós temos para grupos externos, deixando a Petrobras com uma participação minoritária. Terceiro é que se está mexendo com um símbolo que é o Exército brasileiro. O Exército é para enfrentar guerra.

O Exército é para enfrentar o que antigamente se chamava o truste do petróleo, e não para proteger que empresas estrangeiras venham aqui se apropriar do nosso petróleo. E o Exército está sendo usado para quê? Para impedir manifestações. Isso lembra muito, há poucos anos, quando lutávamos contra o Exército nas mãos de ditadores, impedindo manifestações na rua. Hoje eles chamam para proteger o leilão. Amanhã

vão chamar para proteger as vidraças dos bancos. E vai chegar o dia em que o Exército, resistindo às pressões dos manifestantes, dará um tiro. E o Exército que mata jovens do seu próprio país perde toda a razão de ser, toda a razão de ser. Exército é para enfrentar inimigos estrangeiros, não para enfrentar brasileiros. Agora, tem um outro que está sendo esquecido por muitas pessoas. É que a Presidenta falou, insistiu, mandou um projeto de lei – embora eu já tivesse dado entrada aqui a algum; o Tasso Jereissati, junto comigo; o Aloysio, todos nós demos entrada em projeto para que os *royalties* do petróleo fossem para a educação, e ela passou por cima – e, felizmente, foi bom, porque assim se aprovou rapidamente, senão o PT teria ficado contra se fosse de autoria nossa, e aprovaram-se os *royalties* do petróleo. Mas, pelo que eu imagino, e estava neste momento tentando aperfeiçoar isso, neste caso, os *royalties* do petróleo viram bônus e assinatura. E poderão até ir para a educação daqui a 15, 20 anos. Até lá, esse dinheiro vai ficar para o superávit fiscal. Ou seja, ela está usando o Exército para proteger a tomada de recursos que pertencem à Petrobras, impedindo o povo de se manifestar, para não cumprir plenamente a própria lei de que ela tomou a iniciativa, para os *royalties* de petróleo irem para a educação. E, para concluir, o quinto ponto é o autoritarismo das direções do Senado diante da sua proposta. É inadmissível que o Senado tenha engavetado o seu pedido para que nós o analisássemos aqui, e o seu pedido não é nem para ficar contra para sempre, é para analisar...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – E numa gaveta com três fechaduras. Porque ele foi enviado para três Comissões, e o Líder do Governo pede para ser o Relator, leva para casa e não entrega, impedindo a discussão.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu me ofereço para, junto com o senhor, fazermos alguma representação à direção da nossa Casa, dizendo que o que se está fazendo ao impedir o debate disso antes do leilão é quase que um crime de lesa-pátria. É um crime de lesa-pátria, porque é o debate que esta Casa tem que fazer diante de algo tão importante para o futuro do Brasil, desrespeitando algo tão importante do passado do Brasil, conspurcando a imagem de uma das coisas que deveriam ser sagradas no Brasil, que são suas Forças Armadas, e negando que esse dinheiro vá para os *royalties* do petróleo, conforme a própria lei que ela determinou. Eu creio que, diante de tudo isso, fica uma profunda frustração e ainda uma maior preocupação. Se continuarmos sendo administrados dessa maneira, sem ouvir, usando o exército contra o povo para proteger leilão em que estrangeiros vão receber o nosso petró-

leo, sem mandar o dinheiro para onde deveria, que é a Educação, eu não vejo um bom futuro para o Brasil. E felizmente há vozes como a sua se levantando contra esse tipo de coisa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador, o nosso protesto não é o protesto dos *black blocs*. Nós não estamos quebrando o patrimônio público irrefletidamente nas ruas, mas eu faço aqui da tribuna do Senado um apelo.

Ainda nesta manhã, nós vamos publicar na minha página na internet: robertorequiao.com.br a íntegra da ação popular e do pedido de tutela antecipada. Vou utilizar também o Twitter, para divulgar a página e viabilizar o acesso, e o Facebook. E eu peço a quem nos assiste, neste momento, pela nossa televisão, e que nos ouve pela nossa rádio, o apoio.

Vamos divulgar os argumentos. A informação tem que ser passada para a população. O que o Governo está tentando é impedir a informação, utilizando o Exército para impor aquilo que, racional e logicamente, ele não pode demonstrar à sociedade civil e de que não pode convencê-la.

É um absurdo o que nós estamos fazendo. E eu repito: acreditei na Presidente Dilma quando ela, num videoteipe na televisão, dizia que era um crime o que o principal assessor do seu opositor José Serra propunha, a privatização da Petrobras e a privatização do pré-sal. Eu acreditei e continuo acreditando.

Não sei o que aconteceu com a Presidente agora, mas eu vi a sua cara satisfeita na televisão ontem quando assinava um decreto determinando que o Exército brasileiro fosse defender o entreguismo, garantir o leilão, impedir o protesto popular. Em vez de argumentos, balas de fuzil? É o calibre 762 que vai justificar a entrega do petróleo brasileiro?

Senador, eu tenho que admitir que podemos estar errados. De repente, o Governo está vendo alguma coisa que nós não estamos vendo. A nossa Presidente deve ter uma lucidez extraordinária que supere qualquer entendimento que possamos ter, mas a fuga do debate é a negação do argumento.

É através de razões inconfessáveis que esse leilão está sendo feito. Logo mais, antes do meio-dia, na minha página: robertorequiao.com.br, a íntegra da ação popular e, eu, pelo Twitter e pelo Facebook, estarei divulgando também. Não é *black bloc* irrefletido que resolve isso. É informação, é argumentação sólida, é debate aberto, é o contraditório no País. Não é com “pinochetaço” que se resolve a questão do petróleo no Brasil.

Senador Acir, na verdade, a minha intenção nesta manhã era falar sobre a crise global e o Mercosul. E é disso que vou tratar agora.

Tempos atrás, o Presidente Vladimir Putin classificou o fim da União Soviética como “a maior tragédia do século XX”. É possível, é possível que tenha sido. Não estou me referindo à visão ideológica da União Soviética, mas à unidade da União Soviética na consolidação dum bloco de sobrevivência nos mercados do mundo. É possível que seja. Mas, para nós latino-americanos, a maior tragédia de nossa história seria a frustração da unidade continental; no caso, a frustração do Mercosul.

Definitivamente, com o avanço da globalização imperial, as crises e as armadilhas que ela embute, não há para o Brasil, Venezuela, Argentina qualquer possibilidade de saídas isoladas, de caminhos próprios, de caminhos particulares. O brado brasileiro de “Independência ou Morte”, lançado em oposição à dominação colonial portuguesa, ou o brado de José Martí de “Pátria ou Morte”, fortemente ecoado por toda a América, talvez devessem ser substituídos hoje por “Integração ou Morte”. A nossa soberania, a nossa sobrevivência como nações não será mais possível, se recolhidos aos limites de nossas fronteiras, enclausurados, reclusos.

No entanto, essa não é a preocupação das chamadas elites, dos políticos, da mídia e do nosso continente. Quando a Mesa do Senado impede a discussão de um decreto legislativo que vai analisar o leilão de Libra, vemos que estamos escamoteando o grande debate nacional, e eu fico me perguntando que espécies de interesses existem atrás disso.

A ideia da integração, a integração como *conditio sine qua non*, encontra poderosa resistência, alimentada pelo comportamento que um dos maiores dramaturgos brasileiros classificava de “complexo de vira-lata”; ou seja, sabujice colonial.

Vejam, por exemplo, a reação das grandes redes brasileiras de comunicação e dos partidos conservadores à denúncia de que os Estados Unidos invadiram até mesmo o celular da Presidente Dilma, bisbilhotaram suas mensagens e conversas com ministros, além de devassarem os arquivos da estatal brasileira do petróleo, a Petrobras.

A mídia e a oposição, além de considerarem a espionagem “normal”, “legítima”, censuraram a Presidente pela reação ao atentado. Foi brilhante a reação, foi empolgante o discurso da Presidente na ONU, mas, depois, ao lado da práxis que é uma ideia que Sua Excelência expôs na ONU, vem a *poiesis*, que é uma ideia em ação, vem o leilão de Libra, sem nenhuma justificativa.

O episódio atesta que as nossas elites continuam fiéis ao princípio do alinhamento automático aos interesses norte-americanos, como há dois séculos

gravitavam obedientemente em torno das metrópoles europeias.

À medida que a crise avança sobre os nossos países – e não se trata mais de uma marolinha – aguçam-se os pendores coloniais das camadas dominantes.

Por mais de uma década, com o aumento da demanda de *commodities*, principalmente da parte da China, esses pendores, de certa forma, foram atenuados. Agora, com o decréscimo das exportações de grãos, minérios e carnes, emerge a inclinação colonial.

Assim, o projeto da Área de Livre Comércio das Américas, a falecida ALCA, que tanto havia encantado e atraído luminas do dependentismo, como Carlos Menem, Fernando Henrique Cardoso, Sanguinetti, Fujimori, Sánchez de Lozada, Salinas de Gortari e companhia, reaviva-se na forma de propostas de acordos bilaterais de livre comércio.

Mesmo que os números das relações comerciais entre os países do nosso continente desmintam os defensores desses arranjos, eles insistem nos acordos porque são movidos apenas pela possibilidade de ganhos circunstanciais, imediatos, e não pela ideia força de Brasil, Nação.

Integração ou Morte. Integração ou Inviabilidade do projeto nacional.

Mas não falo tão simplesmente de uma integração comercial, da quebra de barreiras alfandegárias. Isso é pouco, Senador Acir Gurgacz. É pouco, é limitado e é temporário. Uma integração efetiva, que signifique ganhos econômicos, estimule o desenvolvimento, rompa amarras do atraso, elimine a pobreza, a violência e os abismos sociais, essa integração deve ser também cultural, no sentido pleno e completo do conceito.

A nossa ambição deve ser nada menos do que a ambição de uma civilização latino-americana, iluminada pelo amor e pela solidariedade, pela justiça, pela paz e pela felicidade. Não menos que isso, essa é a nossa ambição.

Do ponto de vista brasileiro, não há mais como retornar desse caminho.

Veja, Senador Cristovam, em média, nos últimos quatro anos, mais de 30% de nossos produtos manufaturados foram exportados para países do Mercosul. Se acrescentarmos os demais países da América do Sul e da América Latina, vemos que 50% de nossos produtos industriais são exportados para o continente latino-americano. Quer dizer, a metade do que nossas indústrias produzem é consumida na América Latina.

A União Europeia consome 19,5% de toda a nossa produção industrial; os Estados Unidos, 13,5%; a China, pouco mais de 2%; e o restante do mundo, 14,8%.

Além de exportar mais para a América Latina, o continente paga melhor pelos nossos produtos. No

acumulado dos últimos 12 meses, o Brasil exportou US\$234,190 bilhões, vendendo seus produtos ao preço médio de US\$425 a tonelada.

Para a América Latina, exportamos US\$50,160 bilhões e vendemos os nossos produtos, Senador Cristovam, a US\$1.424 a tonelada, portanto, US\$1.000 a mais por tonelada do que vendemos, em média, para o mundo, porque nós vendemos para a América Latina produtos industrializados no Brasil.

A venda apenas para o Mercosul tem um preço médio ainda melhor: US\$1.534 a tonelada. Logo, a América Latina compra mais, paga melhor e importa produtos com valor agregado. Ainda assim, os nossos conservadores, fatia importante do chamado agronegócio e da grande mídia colonizada, servil, querem ver o nosso País amarrado a acordos bilaterais com os Estados Unidos e alguns países europeus.

Mais alguns dados, Senador Gurgacz. Enquanto, entre 2002 e 2012, as nossas exportações para os Estados Unidos cresceram 72%, os nossos negócios com a América Latina tiveram um incremento de 337%. Só para o Mercosul, o aumento foi de 579%. Da mesma forma, as nossas importações da América Latina e Caribe cresceram bem mais que as importações da União Europeia ou dos Estados Unidos.

Como diria o Presidente Chávez, o nosso norte é o sul. Integração ou morte, morte dos projetos nacionais.

Ou nos protegemos sob o guarda-chuva da integração ou nos expomos à pior de todas as tempestades geradas pelo desequilíbrio do capitalismo.

A premissa parece óbvia. Profundamente afetados pela crise financeira global, em recessão, porque vítimas de suas políticas de classes, para salvar o sistema bancário, os países europeus precisam desesperadamente vender, exportar. Aumentar as exportações e o superávit comercial, para substituir a demanda interna contraída com as tais “receitas de austeridade”, esta é a saída para a Europa do euro. E, como ensinou certa vez Lester Thurow, o papa da globalização, acerca do destino inevitável das montadoras de automóveis, o mapa da mina indica que o tesouro está no sul. Mais óbvio, Senador Cristovam, rigorosamente impossível, mas o cerco sobre nós, sobre o Brasil e sobre a América Latina amplia-se.

Os Estados Unidos anunciam a meta de dobrar as exportações a cada cinco anos. O Japão adota uma política cambial agressiva, para aumentar as exportações. A China intensifica e reforça o seu modelo exportador e de superávit comercial. Enfim, o nosso sistema comercial sofre assédios em todas as frentes.

Com o consumo interno contido, os países industrializados miram os mercados emergentes como a sua salvação.

Repico: a alternativa dos acordos bilaterais de livre comércio com os países desenvolvidos é a batalha de Davi sem a funda e com Golias fortemente armado.

Para nós, a única saída é o aprofundamento da integração cultural e produtiva do continente como eixo central para a retomada do nosso desenvolvimento e para a construção da grande nação latino-americana.

Apenas como bloco será possível a defesa do verdadeiro *dumping* comercial, que se engatilha contra nós.

Mais ainda: desta vez, o declínio da indústria manufatureira, em toda a América do Sul, não será compensado pelo aumento das exportações de *commodities*, como ocorreu nos anos 2000 até a crise, o que fez com que a própria crise batesse em nossos costados como uma “marolinha”, como disse o Presidente Lula.

Não, agora não. A China, esse insaciável Pantagruel engolidor de grãos, carnes e minérios, revela-se um tanto quanto indisposta, na sua saciedade que se reflete por todo o continente.

Integração produtiva e cultural ou morte. Morte dos projetos nacionais.

Como vimos, da parte de nossas malfadadas elites e seus porta-vozes mediáticos, nada a esperar. Talvez, Senador, a esperança esteja no grito das ruas.

Mas, desgraçadamente, da parte de nossos governos, em especial do Governo brasileiro, pouco a esperar em vista de uma política econômica inconsequente, que não contribui para a integração continental.

Se escapamos da recolonização explícita, escaçada, representada pela Alca; se superamos aqueles dias escuros, nebulosos, de predomínio de governos neoliberais, não conseguimos, até hoje, elaborar um projeto comum de construção da União Latino-Americana; um projeto que começasse em nossas casas, com a construção de nossas nações.

Como disse, o *boom* das *commodities* desfaz-se e, em combinação com uma política econômica errática, fortemente influenciada pelos pressupostos neoliberais.

Temos como herança a desindustrialização, a desqualificação do emprego, o desequilíbrio do balanço de pagamentos, a sangria da remessa de lucros para o exterior, a diminuição dos investimentos públicos, a ampliação da política de concessões, eufemismo envergonhado do nosso Governo para realizar as privatizações que está realizando.

De forma mais aguda ou menos aguda, são problemas que perpassam os países do Mercosul, da América Latina e Caribe. As reações, de maneira geral, são tópicas, limitadas. Vejam o caso brasileiro. O nosso Governo tange a economia a golpes de desonerações fiscais, ainda que essas desobrigações já tenham perdido a capacidade de estimular o consumo

e o investimento. Hoje, as desonerações talvez não tenham outros efeitos que os de favorecer o fantástico lucro das montadoras, que, depois das desonerações, multiplicaram por cinco os seus investimentos não no Brasil, mas fora do Brasil, e estimular a remessa de lucros das multinacionais para o exterior.

A espantosa enxurrada de dólares que, no último ano, temos exportado sob a rubrica de lucros e juros coincide com a exacerbação das desonerações.

A encrenca cambial também é um embaraço comum. Trata-se de um risco, um gravíssimo risco, a curto prazo, Senador Cristovam.

Quando se fala na potencialidade da crise cambial, os nossos países sacam como argumento suas reservas em dólares; no caso brasileiro, se não me engano, cerca de US\$370 bilhões de reservas. Mas perguntemos: um elevado nível de reservas resiste à combinação de déficit comercial, déficit em conta corrente, remessa crescente de lucros e juros para o exterior, redução dos investimentos externos e diminuição de exportações? Resiste? Não.

Foi por causa disso, e não para conter a inflação, que o Banco Central do Brasil voltou a aumentar os juros – está recorrendo ao capital especulativo e vadio mundial, na continuidade da política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Enfim, voltamos ao ciclo traiçoeiro de ter que alimentar a especulação externa para atrair aplicações financeiras.

Consequência inevitável: revalorizamos a nossa moeda, radicalizamos a tendência à desindustrialização, diminuímos a possibilidade de retomada das exportações, agravando o círculo vicioso da crise.

Some-se a isso a já referida crise dos países industrializados e temos ingredientes para um petardo de grande poder de destruição, uma vez que nós e nossos parceiros latinoamericanos não temos uma estratégia de enfrentamento da crise, não temos nem estratégia nem táticas para desarmar esta bomba.

Parece que não conseguimos entender, não entra em nossas cabeças, não alcança o entendimento governamental que a crise na Europa e nos Estados Unidos não é o vale de um ciclo que acabará entrando em um processo de retomada por vias naturais, arrebatando-nos juntos aos céus.

Antigamente, Senadores, as crises cíclicas do capitalismo eram revertidas por políticas fiscais e monetárias expansivas. Hoje, o sistema resiste às políticas fiscais expansivas e as políticas monetárias tornaram-se absolutamente ineficazes.

É a tal da armadilha de liquidez de que falava Keynes: as empresas têm dinheiro para investir, mas não investem porque não há demanda. É a armadilha keynesiana da liquidez.

Reforçando: as brutais políticas de contração adotadas pelos países europeus para salvarem o sistema financeiro, que travaram a retomada do crescimento e espalharam recessão e depressão, não nos deixam à parte de seus efeitos.

Integração ou falência dos projetos nacionais.

E o nosso Governo recorre a essas desonerações táticas sem um projeto nacional claro e definido e recorre, presentemente, à entrega do petróleo de Libra, que pode chegar a 15 bilhões de barris, para resolver um problema de superávit primário. As nossas ações contra o leilão de Libra, tanto a representação que fizemos ao Ministério Público como a ação popular para a qual pedimos tutela antecipada, poderá ser lida ainda hoje, nesta manhã, na minha página na Internet: robertorequião.com.br. E Utilizarei o Twitter e o Facebook para divulgá-las amplamente.

Não é de *black bloc* que precisamos; não é de destruição de patrimônio. Precisamos de informação, debate, coerência, do despertar do novo e saudável nacionalismo no País.

Obrigado, Presidente, pela tolerância proverbial de V. Ex^a com o tempo.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Parabéns, Senador Requião, pelo pronunciamento.

Concedo, agora, a palavra ao Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, fico feliz por ver aqui um grupo de crianças assistindo à nossa sessão, até porque o que eu vou falar diz respeito a vocês, pois farei referência aos professores.

Sr. Presidente, eu sou de uma geração nordestina que viu a luta de camponeses para saírem de uma semiescravidão. Eu vi greves de camponeses que até então eram proibidas, mas eles conseguiram fazê-las, graças a lutas, naquela época, não de sem-terras, mas de outros movimentos de defesa dos direitos dos trabalhadores no campo.

Aquelas greves, Senador Mozarildo, traziam prejuízos porque reduziam a produção de açúcar durante aqueles dias. Mesmo assim, era uma luta absolutamente necessária para dar direitos e construir um futuro melhor, inclusive na produção açucareira, tendo trabalhadores assalariados dignamente. Sem isso, a

nossa economia esbarraria na ineficiência do trabalho servil que então existia.

Senador, passados tantos anos...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Cristovam, peço um momentinho.

É oportuno que eu faço um registro porque o Senador Cristovam foi reitor da Universidade de Brasília, Ministro da Educação e é homem que cuida muito aqui da educação. Quero registrar aqui a presença, Senador Cristovam, dos alunos do ensino fundamental do colégio Inei-Sigma do Lago Sul do Distrito Federal. Sejam bem-vindos!

Quero esclarecer a vocês e aos professores que esta sessão de sexta-feira é uma sessão não deliberativa, em que não há votações, destinada a que os Senadores exponham os seus pensamentos, as suas preocupações, e debatam os temas nacionais. Portanto, é uma sessão dedicada somente a comunicações e debates.

Muito obrigado pela presença de vocês.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador Mozarildo, por ter feito referência à escola dos jovens.

Senador Mozarildo, passados tantos anos, eu já não mais adolescente, como naquela época, já não mais jovem, já quase septuagenário, vejo que o Brasil mudou e não mudou. Mudou porque agora os grevistas, os que lutam por direitos, são professores, não são camponeses. É uma mudança. É uma mudança substancial em direção à economia mais vinculada ao conhecimento. Mas é a mesma coisa, Senador Mozarildo, quando a gente percebe que, naquela época, a luta dos camponeses do Nordeste brasileiro e de outras partes do Brasil era uma luta pelos direitos deles e pela maior eficiência do sistema de exportação de açúcar. Hoje, a greve dos professores, que traz prejuízos à educação brasileira, é uma luta pelos direitos deles, como àquela época era a dos camponeses, e é uma luta para que melhore a educação, porque daqui para frente, os produtos que vão definir que este País é moderno, que este País é rico, que este País é livre, serão os produtos do conhecimento, e não mais os produtos da agroindústria açucareira, como era no meu tempo de jovem.

O Senador Requião fez há pouco, aqui, uma avaliação comparativa dos preços das nossas exportações, quando se destinam para a China e para a Europa, exportando bens agrícolas, bens primários – minério de ferro, soja –, e quando a gente exporta para os países latino-americanos, com bens industriais. Nessa comparação, Senador, que mostra como o preço dos bens industriais é maior por tonelada e por outros indicado-

res do que os preços dos nossos produtos agrícolas, ficaria ainda maior a diferença se nós colocássemos bens da indústria de alta tecnologia. Hoje, a indústria é muito melhor do ponto de vista de fazer a independência econômica do que a agricultura, sobretudo no longo prazo, porque a demanda dos bens agrícolas é limitada. Ela chega a um ponto em que, quando todos os estômagos estiverem saciados, ninguém vai comprar mais que aquilo, porque ninguém come mais do que é preciso, mas consome mais bens industriais do que é preciso. Todavia, esses nossos bens industriais ainda são prisioneiros da falta de um sistema econômico que produza bens da mais alta tecnologia.

O Brasil não vai se inserir na sociedade moderna, não vai se integrar corretamente, como dizia o Senador Requião em relação, especialmente, à América Latina, se nós não tivermos uma economia baseada no conhecimento, uma economia que produza esses bens que, hoje, geram sua própria demanda no mundo inteiro e que o Brasil não produz.

Nós temos mais de 200 milhões de telefones celulares e não os produzimos, embora montemos alguns aqui, mas tudo com tecnologia importada.

Cada um de vocês que está me ouvindo e que for à farmácia para comprar um remédio vai pagar *royalty* a algum laboratório na Suíça, ou nos Estados Unidos, ou na Inglaterra, porque, ainda que produzido aqui, usa uma fórmula que nós não criamos, salvo raras exceções, graças a investimento, por exemplo, na Fiocruz.

Pois bem, os nossos professores estão nas ruas, em muitas cidades do Brasil, e, em alguns casos, por longas semanas. Em outros casos, sendo perseguidos pela polícia, porque lutam pelos seus direitos, como aqueles antigos camponeses, e porque lutam para que o Brasil se insira na economia mundial, na sociedade do mundo, na cultura global com o conhecimento que nós possamos produzir.

Que inserção nós vamos ter de nossas crianças com as escolas degradadas que nós temos e com professores desmotivados pelos baixos salários e pelas péssimas condições de trabalho? Não teremos futuro. Não teremos futuro se não percebermos a gravidade do que significa professores mobilizados nas ruas em uma cidade a cada dia, em três, quatro, cinco cidades por dia, às vezes. E olhem que nem todas as mobilizações de professores chegam às televisões, só as das grandes cidades. Mas isso está acontecendo nas pequenas cidades, e em algumas, pior ainda, não está acontecendo porque os professores perderam a capacidade de indignação, se acostumaram à situação em que eles vivem, como, antes, os muitos camponeses, sem consciência, se mantinham à margem da luta pelos seus direitos.

Percebamos que, estando os professores, por todos os lados deste País, indignados, insatisfeitos e mobilizados, algo de errado está se passando no País e que um muro está sendo construído, o que vai impedir que a gente avance para o futuro da economia do conhecimento.

Percebamos que o que está acontecendo não é uma greve aqui, uma greve ali por força de um sindicato politizado. Hoje, é mais do que isso porque os sindicatos são municipais, são estaduais, não há um sindicato nacional. E as greves estão sendo nacionais, as mobilizações estão acontecendo em todas as partes. Há um clamor e uma indignação por parte dos professores do Brasil como, lá atrás, na minha adolescência, era dos camponeses brasileiros.

Não é possível que o Governo Federal continue tratando as greves em cada Estado, em cada cidade como uma coisa do prefeito e do governador. As greves de professores, quando se juntam, não são mais uma questão de prefeito ou de governador, elas são uma questão do País, são uma questão nacional, Senador Mozarildo; são uma questão de todo o Brasil, Senador Acir, são uma questão que diz respeito ao futuro da Nação brasileira. Não é mais um confronto de um sindicato com um prefeito apenas. Isso até pode acontecer em diversos casos, mas no conjunto, hoje, é muito mais do que isso. E a gente não percebe, não desperta.

Eu não vi um pronunciamento da Presidente Dilma sobre essas greves, aliás, nem do Ministro da Educação, porque eles se comportam como dizendo: educação? Criança? Isso é uma questão do prefeito, nós estamos aqui para discutir o leilão das reservas de petróleo de Libra. É isso que a Presidenta fala, é isso que ela pensa mesmo quando ela não fala nem diz. É isso. Criança? Educação? Isso é coisa dos prefeitos, isso é coisa dos governadores, não é coisa da Nação brasileira.

Nós vivemos um momento que exige um despertar. Já não despertamos para as manifestações de indignação de dezenas de milhares nas ruas contra o sistema inteiro, contra os serviços públicos em geral. E agora não despertamos para um caso específico da situação da educação brasileira, levando os professores a mobilizações por todo o Brasil.

Dá quase para dizer que hoje nós temos uma greve nacional de professores porque, divididos como eles são nos seus Municípios, nos seus Estados, eles estão fazendo tantas greves pequenas em cada um dos Estados e Municípios que a soma já é quase uma greve nacional. Pela insatisfação, pela indignação, eu diria mais, pela raiva que se sente hoje, manifestada, sobretudo, pelos professores diante do abandono da

educação e, aí, dentro do abandono da educação, o desprezo aos direitos dos professores.

E eu vou mais longe: apesar de tudo isso, está-se armando hoje, na República brasileira, um roubo do piso salarial do professor. Eles estão mobilizados por aumentos, inclusive pequenos, por aumentos que não têm a dimensão de que o Brasil precisa. Todas as contas mostram que, para termos os melhores jovens deste País escolhendo a profissão do magistério, precisaríamos pagar um salário acima de R\$9 mil por mês. E a luta dos professores é para chegar a R\$2 mil, a R\$2,2 mil.

E nós vemos uma realidade em que governadores e prefeitos dizem que não têm condições de atender. E é até possível. Por isso, vamos federalizar a educação. E exatamente porque eles não têm condições é eles deviam chegar aqui e dizer: Presidenta Dilma, aqui estão as escolas da minha cidade. Não quero as minhas escolas sem aulas, não quero minhas crianças sem escola e não tenho como pagar aquilo que é justo.

É assim que a gente faz quando um banco está quebrando: a gente entrega ao Banco Central, que salva as contas de todo mundo. Por que não salvamos a educação de nossas crianças quando o prefeito não puder pagar? E por que não destituímos o prefeito que, podendo pagar, não esteja gastando o dinheiro em educação – se houver alguns deles com essas condições?

Está-se armando um golpe para roubar o salário do professor a partir de janeiro do próximo ano. Há uma lei, aprovada aqui, sancionada pela Presidente, que diz que o piso salarial do professor deverá subir dos seus míseros R\$1,6 mil para quase míseros R\$1,9 mil. Pois bem. Os governadores estão trabalhando com o Ministério da Educação para trazer aqui uma lei, quem sabe uma medida provisória, rejeitando a lei que assegura o aumento para R\$1,9 mil e colocando um aumento em torno de R\$1,7 mil. Vão roubar R\$200,00 por mês de cada professor que ganha o piso. Vão roubar! Eu repito: vão roubar, porque é um direito adquirido por lei. É um direito que eles tem de que o salário deles, em janeiro, seja reajustado conforme a lei. É um direito adquirido. Será um golpe fazer essa redução para os professores que começarem a entrar agora, mas, para os professores que já estão no exercício, Senador Gim Argello, é destruir a ideia do direito adquirido. E não sei se o senhor já foi consultado para ser um dos patronos dessa lei, Senador Gim, mas está havendo consultas para que a Base do Governo apresente aqui um projeto de lei reduzindo o piso salarial do professor a partir de janeiro, ou para que a gente aprove uma medida provisória.

Não é possível que não se esteja vendo que os professores deste País estão mobilizados em quase

todas as partes do Território Nacional. Naquelas partes onde não estão mobilizados é porque estão tão abandonados que nem vontade de mobilização eles têm, se entregaram. Aliás, essa é a expressão que os pedagogos dizem: os professores, no Brasil, já se entregaram. Já se entregaram à letargia de um trabalho, de um esforço, que sabem que não vai conseguir atender todas às necessidades deles e nem do País. Deles, nas condições de vida a que têm direito; e, do País, no acesso a uma boa educação, para construir um economia integrada, inserida no mundo inteiro.

Parece mentira, mas 60 anos depois daquilo a que eu assistia, lá em Pernambuco, dos camponeses mobilizados, querendo melhores direitos e uma modernização do setor açucareiro, assisto hoje aos professores querendo a melhoria do Brasil na economia mundial, através daquele que é o maior dos recursos do futuro, que é o conhecimento, cuja origem não está em minas de ferro, está em escolas para crianças. Foi isso que mudou. Mudou aquilo que vem de fora. No lugar das minas de ferro, das minas de ouro que o Brasil teve, o Brasil está nas escolas. O mundo fez essa mudança. O Brasil não entendeu.

Da mesma maneira que demoramos tanto a entender que a escravidão tinha que terminar – fomos o último país do mundo a abolir a escravidão industrial no setor econômico –, estamos sendo o último a entender a necessidade do uso correto da escola como a fonte principal do futuro de um País. E esse abandono está claro, visto pela televisão, nas manifestações dos professores, nas greves dos professores, nas reivindicações pequenas, mínimas dos professores, e até mesmo, eu diria, na incapacidade de muitos prefeitos e governadores atenderem essas mínimas reivindicações.

Por isso, se este País quer realmente inserir-se no futuro, é preciso que o Governo Federal, que a Presidenta Dilma, que nós todos do Senado descobramos que há uma crise muito mais profunda do que greves que pipocam hoje pelo Brasil. É a greve de um sistema falido, que é o nosso sistema educacional, abandonado há tanto tempo. E que a única saída, além de atender a essas pequenas reivindicações de hoje, além de não deixar o rombo do piso salarial que querem fazer, é que nós façamos a revolução que, a meu ver, só virá pela federalização da educação de base no País.

É isto, Sr. Presidente, que eu tinha a manifestar nesta sexta-feira de manhã: a minha frustração ao ver que chego a essa idade e o Brasil continua o mesmo; apenas, em vez dos camponeses, são os professores em luta, porque, em vez de ser a economia açucareira, hoje é a economia do conhecimento, que está em marcha no mundo inteiro.

Eu terminaria aqui o meu discurso, mas o Senador Gim Argello pediu a palavra para um aparte, eu creio, que dou com muito prazer.

O Sr. Gim (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Para comentar sobre o aparte que o senhor me solicitou há pouco, dizendo que o Governo vai lutar para poder baixar o piso salarial dos professores. Eu quero lhe dizer que eu sempre acompanhei essa questão da educação e concordo com as suas posições, que o País só tem um caminho, o caminho da educação. Sou totalmente favorável e sempre lutei por isso também. E quero dizer ao senhor que, dependendo de mim, não se abaixa piso de professor. Se puder aumentar, é o que deveríamos fazer. Devemos lutar para aumentar o piso dos professores, para termos uma educação mais firme, uma educação dentro daquilo que sonhamos, de termos uma educação em que os alunos passem todo o dia nas escolas, a exemplo dos países que se desenvolveram muito mais que o nosso Brasil. Também gostaria de dizer ao senhor que essa luta da educação é uma luta em que o senhor sempre pôde contar comigo, e pode continuar contando, o senhor e todos os professores de nosso País. Porque ter bons professores significa que o nosso País vai se desenvolver, vai crescer onde precisa de desenvolvimento. Também sou a favor da parte intelectual, que os nossos jovens possam realmente ter um aprendizado melhor, para não ficarmos mais envergonhados quando verificamos, em pequenos concursos, pequenas provas, uma diferença intelectual muito grande, principalmente nas classes sociais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador. Isso me dá certa tranquilidade, porque sei da sua importância na formação das leis neste País, hoje em dia.

Mas os 27 governadores fizeram uma moção ao Governo, dizendo que não tinham como pagar o reajuste de quase 19%, propondo que fosse apenas 7%. E por conta dessa manifestação, que não é brincadeira – 27 governadores –, abriu-se uma negociação, que está sendo feita, hoje, através do Ministério da Educação, dos governadores e também da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). A negociação, por incrível que pareça, parece não ser como fazer para manter os 19%, mas até quanto baixar.

Isso é surpreendente, porque é deste Governo a lei do piso salarial, é deste Governo a lei do reajuste. O Ministro Fernando Haddad lutou para que esta lei fosse aprovada, esta lei que assegura um aumento, que hoje seria de quase 19%. O ex-Senador e Ministro Mercadante tem sido enfático na defesa desse direito. Mas eu temo que, como se diz por aí, a aritmética é mais forte do que a política, e os Governadores mos-

trem que não têm condições. Eu sou daqueles que defendem a aritmética. Agora, essa aritmética de os Governadores mostrarem que não podem deve livrá-los de pagar, mas não dos professores de receber. Busquemos outra fonte. Criemos aqui uma CPMF da Educação.

O Sr. Gim (Bloco União e Força/PTB – DF) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Emitamos Bônus do Tesouro. A gente não está emitindo bônus para dar dinheiro a empresário através do BNDES? Bilhões de reais não estão sendo financiados no BNDES, graças a Bônus do Tesouro? Aprovemos aqui a lei de origem, do então Senador Fernando Henrique Cardoso, do Imposto sobre as Grandes Fortunas. Temos como! Se os Governadores não têm, o Brasil tem.

Busquemos como respeitar a aritmética, encontrando dinheiro em outras partes. Não sacrifiquemos os direitos dos professores, que são os direitos das crianças, que são o futuro do Brasil, por causa da aritmética específica dos governadores e dos prefeitos. Trabalhem a aritmética nacional – e aí tem como. Aí tem como, porque, quando os empresários precisam de dinheiro, tem como. Quando é preciso exonerar impostos para vender mais produtos, tem como. Por que é que, quando é preciso mais dinheiro para pagar salário dos professores – mísero, não chega a dois mil, não chega a dois mil! –, não se tem e não se encontra de onde.

Eu estou disposto. Criemos uma comissão aqui para buscar de onde. Devo até lhe dizer que o Presidente Renan Calheiros criou a comissão para discutir o financiamento da educação. Eu sou o Relator dessa comissão. Estamos trabalhando, mas estamos trabalhando para o futuro.

Estamos trabalhando para o dia em que custo *per capita* do aluno for R\$9 mil por ano e o salário do professor for R\$9 mil por mês, que coincidam os dois números; mas não fujamos da responsabilidade de discutir o imediato.

Por isso, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, juntamente com a Comissão de Educação do Senado Federal, está programando uma audiência pública em que queremos ouvir os próprios governadores. Que eles tragam aqui as suas dificuldades, e que nós busquemos como resolver as dificuldades deles, mas não à custa dos professores, porque isso significará ser feito à custa do futuro do Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Muito bem, Senador Cristovam, pelo seu pronunciamento brilhante!

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Senador Mozarildo Cavalcanti, eu gostaria de fazer uso da palavra na condição de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB– RR) – V. Ex^a poderá fazer uso, neste momento, já que acabamos de ouvir um orador regularmente inscrito.

V. Ex^a tem a palavra pela Liderança do PTB.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, continuando o assunto em tela, colocado pelo nobre Senador Cristovam Buarque, quero dizer que podem contar com o meu integral apoio no sentido de que deveríamos, sim, fazer uma comissão aqui no Congresso Nacional, principalmente no Senado da República, Senador Cristovam, para que a gente possa desta comissão achar o caminho para que não seja tirado nenhum centavo de aumento dos senhores professores. Dezenove por cento, para quem ganha perto de R\$2 mil, ainda mais para ser professor das nossas crianças, realmente é muito pouco. Então, o senhor conte com o meu integral apoio sobre isso.

Devemos falar com o Presidente Renan Calheiros para construir essa comissão ou formalizar, da mesma forma como foi feito, agora, para buscar recursos para a segurança pública. Na semana passada, foi instalada uma comissão.

Todas as vezes em que nós realmente nos debruçamos em cima de procurar soluções, encontramos, como foi o caso específico, agora, da saúde. Esse aumento do valor das emendas, dando 50% ou 40% para a saúde, Senador Mozarildo Cavalcanti – a obrigatoriedade das emendas parlamentares –, e o Governo Federal chegando até 15% do valor investido na saúde pública do nosso País.

É de uma força-tarefa dessas que nós precisamos, também no caso da educação, para não correremos o risco de os 27 governadores – que devem ter seus motivos – dizerem para todos que não dão conta de dar o aumento.

Então, vamos procurar uma saída, através dessa comissão, de uma subcomissão, e o senhor pode contar comigo, Senador Cristovam Buarque, porque essa bandeira da educação o País todo reconhece que é a sua bandeira, e eu também ajudo a carregá-la, porque sou admirador de V. Ex^a e, mais do que isso, da educação em nosso País.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Permite-me, Senador?

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Permito, pois não.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só para dizer o seguinte: temos uma comissão criada pelo Presidente Renan, presidida pela Senadora Ângela Portela – eu sou o Relator –, para discutir o financiamento no longo prazo, ou seja, daqui a dez, vinte anos, quando a educação for a ideal, e não para quebrar o galho emergencialmente. Entretanto, se for o caso de pedir que essa comissão trabalhe de imediato, poderemos fazê-lo sem conspurcar o nosso trabalho de longo prazo. Continuaremos com nossas audiências, de propostas de longo prazo, e nos reuniremos. Mas talvez seja melhor até outra comissão, mais representativa e com mais preocupações da composição entre Bancadas, de tal maneira que o que sair não seja apenas um documento comum que a gente vai fazer de propostas de longo prazo, mas sim com soluções imediatas. Se for o caso, eu estou disposto não só a buscar nessa comissão que trabalha o longo prazo – desde que a Senadora Ângela Portela aceite, que é a Presidente – para buscarmos uma solução emergencial para o piso, mas, se for o caso, também criar uma nova comissão só para isso, e eu também estaria disposto a dar minha contribuição.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito bem, conte comigo nessa comissão. Vamos falar com o Presidente nessa semana e conte comigo. Vamos participar efetivamente, Senador Cristovam. Muito obrigado.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de dar um aviso a todos os pequenos, médios e grandes empresários deste País.

Desde ontem, foi publicado, no Diário Oficial da União, uma portaria conjunta da Procuradoria da Fazenda Nacional e da Receita Federal, reabrindo o prazo para o pagamento dos débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, de acordo com o texto da Medida Provisória nº 615, medida provisória que tivemos a honra de relatar.

Então, dizer a todo o empresariado do País que está reaberto, desde ontem, o prazo do Refis, o Refis da crise, aquele que foi colocado na Medida Provisória nº 615, que a Senhora Presidente da República sancionou e tornou-se lei. Desde ontem, está reaberto o prazo para todos aqueles que têm débitos até o ano de 2009 poderem refinanciar os seus débitos e aí, sim, ter todas as certidões e continuar sua vida empresarial ou da pessoa física com muita tranquilidade, porque sabemos que a carga tributária deste País é gigantesca e que muitos não podem acompanhar. Temos que ver isso também. Esse é um serviço do Senado da República, do Congresso Nacional. Enquanto não sai a reforma tributária, nós reabrimos o prazo do Refis.

Essa é uma notícia muito boa. Agora todos podem se organizar, nesses próximos 30 dias e entrar com os seus pedidos de parcelamento. Essa é uma notícia que sei que é alvissareira para muitos daqueles que querem voltar a ter a vida normal, ter suas certidões negativas para poderem continuar com suas empresas. Esse é um aviso que, calculo, é muito importante.

Eu gostaria de dizer também, Senador Mozarildo Cavalcanti, que, ontem, foi o lançamento e começou, hoje, a distribuição desse novo livro, que é a prestação de contas do PAC II, o 8º Balanço.

Esse material está à disposição já hoje nas bibliotecas do País, chegou aqui no Congresso Nacional, chegou às minhas mãos hoje. Nele, o Governo Federal faz uma prestação de contas de todo o PAC que está em obras em todo o nosso País.

Muito importante esse lançamento.

Quero parabenizar a Senhora Presidenta da República, a Ministra Miriam Belchior, ao Maurício Muniz, que é o Gerente Nacional do PAC, e a todos aqueles que participaram, todos os Ministérios envolvidos, que é o Governo inteiro, porque está mostrando que todas as áreas – a área de energia, de construção, a área de portos e aeroportos – estão mostrando que, realmente, o Brasil continua mudando – e o exemplo aqui é o Aeroporto de Brasília, que, depois de licitado, nunca mais parou de ter obras; outro aqui, vizinho nosso, o de Goiânia, que também teve reativadas as suas obras; e tantos outros portos e aeroportos. Realmente o País, agora, pegou o ritmo novamente. Depois da crise mundial de 2008, nós vínhamos nos recuperando e, agora, o País pegou o ritmo.

E essa prestação de contas do PAC nacional demonstra aí, Senador Acir Gurgacz, que realmente, agora, começamos a pegar ritmo novamente.

E o grande exemplo disso vai ser segunda-feira, com o leilão do Campo de Libra, onde o mundo todo vai dizer do interesse que tem de continuar investindo no nosso País.

Colocando isso, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, eu gostaria de falar também – falei sobre o PAC, sobre o Refis da crise, que os prazos estão abertos – da minha alegria também, novamente sobre o PAC, das obras que estão em andamento, em um ritmo muito acelerado, aqui no Distrito Federal, que é o BRT, o BRT Sul, que vai para o Gama e Santa Maria.

Há dois anos e meio, quando vim a esta tribuna anunciar que iriam começar as obras, foi no final de 2010 – foi em 2009, foi acertado em 2010, coloquei até na televisão, era um trenzinho que ia ter BRT, Gama e Santa Maria –, muita gente achou que era brincadeira, que não era sério.

Hoje em dia, quando as pessoas passam por lá, enxergam que realmente vai ser um novo modelo de modernidade urbana, porque ninguém aguenta mais esse trânsito tão pesado. Para vocês terem uma ideia, quem sai de Santa Maria ou do Gama para chegar ao Plano Piloto todos os dias perde quase uma hora. Há gente que perde mais de uma hora para chegar aqui. Com o BRT, esse tempo vai ser diminuído pela metade, BRT esse que deve ter inaugurado agora. Já foi inaugurada uma estação, mas deve ser inaugurado um trecho em fevereiro.

E também há uma excelente notícia para os moradores de Luziânia – ou de Luziânia para cá ou daqui para lá – ou de Valparaíso, do Céu Azul, da Cidade Ocidental, do Novo Gama até Luziânia é que no próximo PAC, no próximo lançamento do PAC, no próximo estudo feito... Quatro Estados que vão ser analisados na semana que vem. A Senhora Presidente da República vai lançar os PACs de mobilidade nos seus Estados. Há quatro Estados ainda à frente do Distrito Federal, mas eu acredito que, no mês de novembro ainda, será anunciado oficialmente que o BRT chegará até Luziânia, essa mesma obra, continuando a obra, dando dignidade também para os nossos irmãos da Região Integrada do Desenvolvimento Econômico, que é a Rida do Distrito Federal, de onde, todos os dias, um número impressionante... Uma pequena cidade, desculpe-me, uma média cidade brasileira todos os dias se transporta para o Plano Piloto, de onde vêm 300 mil pessoas para trabalhar aqui no Plano Piloto, Senador Mozarildo Cavalcanti. Trezentas mil!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Gim, permita-me ...

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) — ...uma observação, aliás, acho que oportuna, no momento em que V. Ex^a faz o seu pronunciamento.

O Senador Gim Argello é Senador aqui pelo Distrito Federal. Estão aqui nas nossas galerias os alunos do ensino fundamental de Ceilândia, Distrito Federal. Sejam bem-vindos à nossa sessão. Quero esclarecer que esta sessão de hoje não é deliberativa, portanto não há votação. É apenas destinada a que os Senadores, como está fazendo o Senador Gim Argello, coloquem os problemas e os acontecimentos dos seus Estados e do Brasil.

Muito obrigado a vocês.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, e parabéns aos alunos de Ceilândia, nossa querida Ceilândia, terra em que eu já morei também. Fui criado em Taguatinga. Parabéns, viu,

gente? É assim mesmo. Se Deus quiser, daqui a alguns anos, vocês vão estar aqui também. Vamos lá, continuem estudando!

Então, o que eu queria dizer a vocês? Que o BRT, que vai chegar até Luziânia, é muito importante para aquela população, como agora, mais duas estações do metrô da nossa Ceilândia vão até a Expansão do Setor O. E de lá, qual é a ideia? É ter um BRT também ligando Ceilândia – aproveitando que os alunos estão aqui – a Águas Lindas, porque só de Águas Lindas, todos os dias, Senador Mozarildo Cavalcanti, o número impressionante 70 mil pessoas vêm trabalhar aqui no Distrito Federal, aqui na Capital da República.

É bom que a população entenda que o Distrito Federal é um território muito pequeno e as cidades que ficam no Estado de Goiás estão grudadas na linha divisória. Então, há cidades aqui que só estão a 25 km de distância da linha divisória do Distrito Federal. Por isso essa área é chamada de região metropolitana ou conhecida como o entorno de Brasília. Essas pessoas são brasileiras como nós, vivem aqui na capital da República, trabalham aqui no Plano Piloto, que a gente chama de Brasília, mas essas pessoas também merecem, como todos, senão, vai haver um *apartheid* social... Imaginem vocês a pessoa vir daquela divisão, que é uma linha seca, é só uma... Muitas vezes, como é o caso de Valparaíso, só um asfalto divide o que é o Distrito Federal do que é o Estado de Goiás. Agora, as pessoas que moram no Distrito Federal vêm de BRT, confortavelmente, no ar condicionado, demorando pouco tempo, e o vizinho do lado, de 200m, é obrigado a demorar duas horas para chegar até aqui. Então, não é justo. A Senhora Presidente entendeu isso, o Governo entendeu isso, e vamos colocar então o BRT até Luziânia. Estamos lutando também para levar o BRT – os projetos estão prontos – até Águas Lindas.

Da mesma forma, Senador Mozarildo Cavalcanti, nós vamos ter BRT até Planaltina, chegando a Sobradinho, abrindo na região dos condomínios ali, para abastecer com o BRT os moradores e as pessoas que usariam este transporte. Também está colocado no plano de mobilidade do Distrito Federal um metrô até a Asa Norte, que está dentro dos seus projetos originais. O metrô, então, vai seguir até a ponta da Asa Norte, com várias estações, dando tranquilidade e conforto aos moradores aqui da nossa Asa Norte também.

Isso tudo é PAC, isso tudo é Governo Federal investindo no Distrito Federal, isso é meu trabalho, é fruto de um trabalho que a gente vem realizando há muitos anos, que é trazer recursos do Governo Federal para o Distrito Federal, trabalho que todos os Senadores fazem para os seus Estados e eu faço aqui pelo nosso Distrito Federal. Por quê? Porque Brasília

não para de crescer. Brasília foi sonhada e projetada para 500 mil habitantes, entre os anos 2000 e 2010. Hoje nós já temos 2,6 milhões de habitantes, com mais quase dois milhões na região metropolitana do Distrito Federal, ou na Ride ou na região do entorno, como queiram chamar. Então, nós temos que dar atenção por quê? É um polo do País em que foram desenvolvidas várias técnicas. Você vê que o desenvolvimento do cerrado, a plantação de soja, foi todo realizado no cerrado do Distrito Federal e foi expandido para todo o País. Hoje nós temos uma produção gigantesca que nasceu do fruto do sonho de Juscelino Kubitschek, que foi interiorizar o País.

Quero colocar essas palavras agora e dizer também da minha felicidade essa semana, Senador Mozarildo Cavalcanti, com vários projetos que foram votados aqui, importantíssimos, sendo um de autoria de V. Ex^a, autorizando a criação de novos Municípios. O País todo está falando sobre isso.

E aqui, na região metropolitana do Distrito Federal, na região de Goiás, há dois ou três Municípios que têm tamanho, condições e preenchem todos os pré-requisitos para nascerem. Criar mais esses Municípios aqui seria muito bom para o Estado de Goiás e para o Distrito Federal.

Parabenizo V. Ex^a, mais uma vez, por esse projeto.

Quero agradecer. Foi uma semana profícua de trabalho. Esta é uma prestação de contas. Quero agradecer também a todos os taxistas do Distrito Federal. Vários deles se manifestaram. Por onde passo, estão me agradecendo a sanção da lei da hereditariedade das concessões para as famílias dos taxistas.

Quero dizer que este é o nosso trabalho: atender a todas as categorias, a todos aqueles que realmente precisam. E o que é muito bom é que todos eles – é uma categoria muito bem informada – sabem que essa lei já havia sido vetada duas vezes, e não desistimos dela até que se tornasse uma lei que pudesse atender a todos.

Só foi explicada a verdade que aquela lei trazia, a necessidade de dar tranquilidade à família dos taxistas. A Senhora Presidente entendeu. Fomos até o ponto de apoio dos táxis do Distrito Federal, perto do aeroporto, para onde o Brasil todo também foi para participar e dizer da concordância com aquela lei e, mais do que isso, agradecer por termos realmente feito aquela lei para eles. Fico muito feliz, porque a semana inteira tem sido de pequenas homenagens que para mim falam muito fundo.

Por falar em lei que passou a valer e que está na sua plenitude, gostaria também de lembrar, Senador Acir Gurgacz, aquela lei que votamos aqui – o senhor e o Senador Mozarildo Cavalcanti –, que beneficia e faz

justiça às pessoas que têm algum tipo de deficiência física. Ela começa a vigorar já a partir da outra semana.

Já se passaram os seis meses que a lei deu como prazo para que a Previdência Social pudesse se adequar. É a lei da aposentadoria especial para os deficientes físicos, aqueles com deficiência leve, média ou grave. No caso da grave, só lembrando, a lei passa a vigorar, e todos aqueles que querem se aposentar podem entrar com seus pedidos já a partir do dia 3 de novembro.

No caso de deficiência grave, para cadeirante e tal, diminuiu em 10 anos o prazo de aposentadoria. Dez anos! Quer dizer, as pessoas que têm algum tipo de deficiência grave... Para a mulher, então, foi um terço: em vez de 30, só vai trabalhar 20 anos.

É o respeito que o Congresso Nacional, a Presidência da República, o Governo Federal, mas principalmente o Senado da República – a matéria foi votada aqui por unanimidade – tem para com os deficientes. Fiquei muito feliz por ter trabalhado, efetivamente, também nessa lei.

Gostaria de falar também sobre...

São tantas as matérias, Senador Acir Gurgacz. Pedi a V. Ex^a para falar na condição de líder e não ia me alongar muito. Na próxima segunda-feira, vou continuar... na próxima sexta-feira.

A partir de hoje, quero colocar todas as leis que estão em funcionamento e que já começaram a ter força de lei, como foi o caso, desde ontem, do Refis, da lei dos táxis, na semana passada, e dos conselheiros tutelares também, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Nesta semana, houve um encontro gigantesco na região metropolitana de Brasília. Mais de mil conselheiros tutelares do Brasil todo estiveram aqui para agradecer essa lei que nós conduzimos aqui, neste plenário, quando fomos relatores dos projetos de lei de autoria do Senador Arthur Virgílio, da Senadora Lúcia Vânia e de outros Senadores. Eu consegui compilar esses projetos e fazer uma lei que atendesse todos, que é a lei dos conselheiros tutelares, dando prazo certo para a votação, dando condições salariais para eles, dando dignidade aos conselheiros tutelares. Esta semana, estiveram aqui mais de mil conselheiros tutelares, que até fizeram uma homenagem e me deram uma placa de agradecimento. Quero dizer que não é para mim, não, tem de ser para todo o Congresso Nacional e para a Senhora Presidente da República, que sancionou essa lei, dando dignidade aos conselheiros tutelares. Agora eles estão brigando por melhores condições ainda de salário.

Dentro daquela sugestão que eu dei para V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, para que possamos atender também aos conselheiros tutelares em cada

Estado, aqui no Distrito Federal, eu fiz uma emenda pessoal para a nossa Ministra Maria do Rosário, que comprou os carros pelo Ministério. Fizemos um *kit* que até apelidaram de *kit* Gim. Ela comprou um carro, um Palio Weekend, para cada Conselho Tutelar do Distrito Federal e da região do entorno de Brasília, ou da Região Integrada do Distrito Federal, com 22 cidades. Compraram um carro para cada um, cinco computadores, impressora, bebedouros, ventiladores. Então, deram um *kit* para cada conselheiro tutelar do Distrito Federal e da região do entorno. Eu achei isso uma excelente ideia, Senador Acir Gurgacz, porque é uma emenda pessoal pela qual se pode atender a todos os Conselhos do seu Estado. Foi o que aconteceu: eu consegui atender a todos aqui do Distrito Federal.

Ontem, então, depois de alguns meses, eles se reuniram e vieram agradecer, sendo que, na semana que vem ou na outra semana, vão fazer um almoço, um encontro de trabalho para que possamos continuar enxergando as reivindicações dos conselheiros tutelares e atendendo a elas.

Essa é a pequena prestação de contas que eu tinha de fazer hoje, Senador Mozarildo Cavalcanti, dizendo que estamos prontos, dentro da nossa Bancada do PTB e do nosso Bloco.

Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Parabéns, Senador Gim, pelo seu pronunciamento.

Eu gostaria só de fazer um comentário, com relação ao Orçamento impositivo.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Na verdade, estão sendo impositivas às nossas emendas, que não representam nem 1% do Orçamento. Para que sejam aprovadas, o Governo está exigindo que apliquemos 50% na saúde. Eu, como médico, não tenho nenhuma dificuldade de fazer isso, mas os nossos Municípios não precisam só de investimento em saúde; precisam também na educação, nos transportes, na segurança.

Então, eu acho que é aquela história: está caindo em cima do mais fraco, porque todas as emendas parlamentares juntas não chegam a 1% do Orçamento. Quanto aos 99% que ficam com o Governo Federal, ele não tem obrigação com nenhum percentual.

Essa, Senador Gim, é uma crítica construtiva, porque eu sei da intenção da Presidente Dilma, mas é preciso passar do papel para a ação. Inclusive, nós aprovamos aqui o Programa Mais Médicos, de que fui o Relator-Revisor. Eu sou médico há 44 anos, mas

acho que temos de partir para algumas coisas mais concretas em favor realmente da população.

Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Acir Gurgacz, do PDT de Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Eu tenho trabalhado aqui no Senado, Senador Mozarildo, em função de vários segmentos, mas principalmente para os nossos agricultores brasileiros, em especial para a agricultura familiar, que tem um peso muito forte na economia do nosso País e, principalmente, na economia do nosso Estado de Rondônia.

A participação da agricultura familiar em Rondônia é de algo em torno de 80% da produção agrícola do nosso Estado. Portanto é o caminho que nós temos para fortalecer os Municípios, para fortalecer a economia do Estado e melhorar a qualidade de vida da população do nosso Estado de Rondônia.

E quero aqui enaltecer o trabalho que recebi do nosso amigo, também pedetista, Hélio Correia, que faz uma publicação do Anuário da Agricultura Familiar.

Em sua segunda edição, esse Anuário traz um panorama completo dos avanços da agricultura familiar no Brasil, que responde por 38% do valor total produzido pela agropecuária brasileira, envolvendo mais de 12 milhões de pessoas, o que corresponde a 74% do pessoal ocupado na agropecuária.

Essa publicação é um importante referencial de informações para quem quer compreender melhor como funciona a nossa agricultura e sua importância para a economia do nosso País.

Então, ficam aqui os meus cumprimentos ao Hélio Corrêa, que esteve conosco nesta semana e trouxe para nós esse anuário, com a publicação do que estamos produzindo no Brasil inteiro e o significado da importância da agricultura familiar. Portanto, meus cumprimentos tanto ao Hélio Corrêa como ao Edson Castro pelo trabalho.

Sr. Presidente, outro tema que eu trago nesta manhã refere-se a mais um seminário que nós transformamos em audiência pública e será realizado hoje à tarde, a partir das 14 horas, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para tratar das questões sociais, econômicas e ambientais que afetam a comunidade indígena Cinta Larga das terras indígenas de Roosevelt, Serra Morena, Aripuanã e Juína, localizadas nos Estados de Rondônia e Mato Grosso.

O seminário terá como objetivo avaliar a implantação de projetos direcionados àquelas comunidades

indígenas, especialmente os projetos destinados a proporcionar alternativas econômicas e sociais.

Contaremos com a participação de representantes da comunidade indígena, da Funai, do Ministério da Justiça, do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, do DNPM e do Secretário-Geral da Presidência da República, nosso amigo e colega, Ministro Gilberto Carvalho, a quem agradeço muito a participação nesse evento, que é tão importante para nós do Estado de Rondônia, mas principalmente para os nossos índios Cinta Larga.

Os representantes de setores organizados da sociedade previamente inscritos poderão se manifestar sobre o tema, e os telespectadores e os ouvintes de todo o Brasil também poderão participar do debate, que será transmitido ao vivo pela TV Senado e pela Rádio Senado. Quem quiser participar basta ligar para o 0800 612211 ou acessar o Twitter no endereço @AloSenado.

Nossa expectativa é sair desse debate com alguns encaminhamentos no sentido de construirmos alternativas de sustentabilidade para o povo Cinta Larga, para que eles possam ser beneficiados pelos programas sociais e assistenciais do Governo Federal, bem como serem incluídos no processo produtivo, e possam desenvolver as suas atividades tradicionais ou outras atividades que melhor se adaptem, e assim terem renda suficiente para viverem com segurança e terem uma melhor qualidade de vida.

Essa condição básica de cidadania é o mínimo que temos que assegurar para essa comunidade, que vive sobre uma grande riqueza, que é uma das maiores jazidas de diamante do mundo. Creio que a regularização da exploração mineral nessa área é uma das alternativas para que os índios Cinta Larga possam superar a condição de miséria em que vivem.

Portanto, creio que teremos um bom debate, e convido todos a participar, logo mais, às 14h, do seminário na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Os índios Cinta Larga têm uma riqueza enorme, mas vivem em condição de miséria. Temos que achar uma solução para isso.

Outro comunicado e um pedido que faço de apoio ao Governo Federal diz respeito à Lei nº 12.855, sancionada pela Presidenta Dilma no início de setembro deste ano. Essa lei institui uma indenização de R\$91,00 por dia de trabalho, em jornadas de oito horas, para auditores da Receita Federal, policiais federais e policiais rodoviários federais que trabalham em regiões fronteiriças ou em Municípios com dificuldade de fixação de seu efetivo. A lei já está em vigor, mas ainda não estão definidas as regiões estratégicas que vão

receber esse benefício, o que será feito em uma regulamentação por ato do Poder Executivo.

A nova lei beneficiará diretamente aqueles que são responsáveis pela linha de frente nas ações de fiscalização, vigilância e repressão ao contrabando, pirataria, tráfico de drogas, armas e munições na faixa de fronteira do Brasil com os demais países da América do Sul, bem como nos rincões da Amazônia. Essa indenização foi criada justamente para incentivar a permanência desses servidores públicos na faixa de fronteira e no interior do nosso País.

Essa é uma conquista não apenas desses profissionais, mas também de todos os brasileiros que vivem nessas regiões, que certamente contarão com os profissionais de todas as categorias da segurança pública mais estimulados a permanecer nesses locais, uma vez que terão melhores condições de trabalho e uma remuneração mais justa, para uma atuação mais tranquila na defesa dos cidadãos e da Nação brasileira.

Portanto, faço, aqui, um apelo à Presidência da República para que inclua os Municípios de Porto Velho e Ji-Paraná, assim como os demais Municípios de Rondônia que possuam unidades da PRF, da Polícia Federal, da Receita Federal, nessa faixa estratégica de Municípios em que os servidores serão beneficiados com essa indenização, que será muito importante para fixá-los nessas cidades.

Como exemplo da dificuldade de fixação do efetivo, colocamos a experiência da delegacia da Polícia Federal de Ji-Paraná, em Rondônia, que foi criada em 2000 e, desde então, passaram por essa delegacia mais de 150 servidores, sendo que somente dois criaram raízes definitivas e permanecem na cidade de Ji-Paraná. Situação semelhante ocorre na Delegacia da Polícia Federal de Porto Velho.

Portanto, esperamos o apoio e a intervenção direta da Ministra-Chefe da Casa Civil, nossa colega Senadora, Ministra Gleisi Hoffmann, no sentido de assegurar que os servidores federais elencados no art. 1º da Lei 12.885, de 2013, em exercício em Porto Velho, em Ji-Paraná e nos demais Municípios de Rondônia que possuam unidades da PRF, Polícia Federal e Receita Federal, passem a receber essa indenização, pois todos se enquadram perfeitamente nos requisitos dessa legislação.

Faço aqui, Presidente Mozarildo, também uma homenagem aos nossos médicos. A exemplo do que V. Exª fez há pouco, também dedico este dia aos nossos médicos, que têm um trabalho excepcional, têm uma responsabilidade enorme à frente da sociedade brasileira, cuidando dos nossos enfermos, cuidando de nós todos, porque todos nós precisamos ir ao médico. Até os médicos também têm de se consultar com seus

colegas. Portanto, eu parabeno todos os médicos pelo seu dia, um dia importante.

Esta semana, aliás, foi importantíssima com relação à atuação dos médicos.

Nós todos sabemos da importância dos médicos brasileiros e, nessa discussão que tivemos, nesse debate que tivemos – e V. Exª teve uma importância muito grande, Senador Mozarildo –, com relação a essa lei do Mais Médicos que acabamos aprovando aqui, essa MP, que acabamos aprovando aqui nesta Casa, o grande tema debatido e a grande preocupação de todos nós era de que os médicos brasileiros teriam todas as preferências e garantias, que a vinda de médicos estrangeiros com esse programa Mais Médicos não traria nenhum prejuízo aos médicos brasileiros.

Portanto, toda e qualquer negociação, todos os debates que fizemos, em primeiro lugar, estava a nossa preocupação com os médicos brasileiros.

Eu entendo que isso foi observado. Os médicos brasileiros têm essa garantia de que nada vai afetar as suas vidas, muito pelo contrário, nós temos o maior respeito pelos nossos médicos, o maior carinho pelos médicos brasileiros. Eles têm toda a nossa atenção, e temos a responsabilidade de defendê-los, seja aqui no Senado, seja em qualquer canto do nosso País, nós todos iremos sempre defendê-los. Portanto, ficam aqui os meus cumprimentos a todos os médicos do Brasil.

Outro tema que trago hoje, Sr. Presidente, é que na próxima segunda-feira, dia 21 de outubro, será mais um dia de homenagem e reconhecimento ao trabalho dos profissionais de Economia Doméstica. Isso porque foi no dia 21 de outubro de 1985, por meio da ação de representantes deste Congresso, que os profissionais formados em Economia Doméstica tiveram a alegria de ver sua profissão regulamentada pela Lei Federal nº 7.387, que veio a ter efeito com o Decreto nº 92.524, de 7 de abril de 1986.

Essa é uma profissão antiga no Brasil, cujo curso superior surge com a implantação do sistema de assistência técnica e extensão rural, em 1952, na então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Viçosa.

O curso que, inicialmente, estava vinculado ao atendimento da política de fomento agrícola empreendida pelo Governo Federal, com o apoio do governo norte-americano, foi implantado em outras instituições de ensino superior no País, assim como no ensino médio, em escolas agrotécnicas federais.

Na época, era necessário atender à demanda por um profissional, que em parceria com o engenheiro agrônomo, levaria apoio às famílias de produtores visando ao “produzir mais e melhor”. Era oferecida assistência e orientação às famílias do campo e da

periferia urbana, tendo em vista os problemas práticos das famílias, tais como: alimentação e nutrição, higiene e saúde, habitação, vestuário, cuidados com os membros da família e administração dos recursos disponíveis, dentre outros, visando à melhoria de condições socioeconômicas, do bem-estar social e da qualidade de vida de seus membros.

A criação dos cursos superiores em Economia Doméstica surge quando o Sistema Brasileiro de Extensão Rural estava em pleno crescimento e congregava as Associações de Crédito e Assistência Rural. O profissional foi amplamente absorvido pela Emater de cada Estado do Brasil. Daí a grande aptidão do profissional pelas ações de extensão rural.

Entre as décadas de 1970 e 1980, com as mudanças nos programas de governo, com a extinção de alguns órgãos responsáveis pela extensão rural, além das implicações advindas do êxodo rural e da urbanização das cidades, houve um deslocamento das atividades relacionadas ao atendimento das necessidades básicas de indivíduos, famílias e grupos sociais para o meio urbano. Tarefas que antes eram realizadas pelos membros da família e que garantiam sua sobrevivência e sua qualidade de vida, agora, foram terceirizadas para indústrias, comércios e prestadores de serviço.

O progresso da indústria de artefatos domésticos, da alimentação e vestuário, impôs uma revisão de valores e contribuiu para a migração do profissional de Economia Doméstica para os centros urbanos, onde, assim como no campo, a atenção à família, a solução racional de seus problemas e a preocupação com a educação do indivíduo para uma vida melhor constituem o objetivo da Economia Doméstica. Outra de suas finalidades é o melhoramento das comunidades e, conseqüentemente, a evolução da sociedade.

Este profissional tem sua formação garantida atualmente em Universidades Públicas Federais do Ceará, de Viçosa, na Rural do Rio de Janeiro e na Rural de Pernambuco, em cursos de licenciatura e bacharelado.

Nos últimos 10 anos, foram formulados e implantados nas instituições de ensino superior os programas de pós-graduação, que contam com um importante curso de mestrado em Economia Doméstica, na Universidade Federal de Viçosa, e outro de Estudo do Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, na Universidade Rural de Pernambuco. Esses cursos colaboraram com a ampliação da produção e publicação científica em periódico da profissão – a Oikos: Revista Brasileira de Economia doméstica e outros.

Antes mesmo da criação do curso superior, a partir da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, em 1942, foi incluído o ensino de Economia

Doméstica em todas as séries dos cursos ginásial, clássico e científico.

A disciplina existe até hoje no rol das disciplinas da Parte Diversificada do Currículo oferecido pelo MEC, mas, infelizmente, não está sendo mais oferecida em quase nenhuma escola brasileira. Fato estranho de se constatar, visto que as discussões sobre saúde e segurança alimentar, sustentabilidade, consumo e educação financeira, inclusão e diversidade se fazem mais do que necessários no mundo de hoje.

Os estudos da área de alimentação e nutrição permitem que se leve para a sala de aula um dos temas mais requisitados pelos estudantes, pois, por meio da prática, que pode ser feita desde a ida ao comércio para a compra até a produção e degustação do alimento, passando pela organização do espaço de preparo e pela análise de custo do produto, o que, desde cedo, incentiva o consumo consciente, tudo leva à interação com o cotidiano da família do estudante. Essas são algumas das muitas contribuições à formação de competências e habilidades dos cidadãos estudantes, dadas pelos professores de Economia Doméstica.

A atuação na área da alimentação para comunidades sadias visando à segurança alimentar e nutricional, que é garantida na lei que regulamenta a profissão, é realizada desde os primórdios, quando esse era o único profissional preparado para orientar as famílias do campo, acompanhando o engenheiro agrônomo.

Hoje, essa atuação se estende aos programas de Governo como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, aos programas de geração de renda por meio das agroindústrias familiares, aos bancos de alimentos e restaurantes comunitários e em empresas privadas de preparo de alimentos e comércio atacadista de alimentos, como redes de supermercados, garantindo, desde a produção até a comercialização, a qualidade do produto e a correta orientação para esse consumo.

Seus estudos na área de habitação permitem levar um olhar próprio para os programas de habitação do Governo, onde desde a identificação da família até as características da habitação podem ser avaliados e ponderados com os gestores dos programas.

Na esfera privada, atua nos serviços de alimentação para a coletividade sadia (restaurantes, cozinhas industriais e similares) por meio do controle de custos e qualidade; ações de educação e segurança alimentar nutricional; educação sanitária e para o consumo; implantação, acompanhamento e avaliação das boas práticas e muitas outras atividades.

Ressalta-se aqui também a importância do profissional de economia doméstica para a participação em programas e projetos que envolvem a erradicação

da fome, da miséria e da pobreza, condição essencial para a inclusão social e apropriação da cidadania e dignidade humana.

Esse profissional formado pelo curso superior de Economia Doméstica cumpre hoje um importante papel social no Brasil e no mundo, já que ele está representado nos cinco continentes com ações congregadas pela Federação Internacional de Economia Doméstica.

No Brasil, os economistas domésticos têm sua representação de classe garantida pela Associação Brasileira de Economistas Domésticos e o registro e fiscalização da atuação de seus profissionais garantidos a partir da Lei Federal nº 8.042, de 13 de junho de 1990, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Economistas Domésticos.

Na busca pela melhoria e adequação constante da formação do profissional, as instituições de ensino superior que oferecem o curso e as entidades representantes de classe aguardam, com muita expectativa, a homologação das diretrizes curriculares do curso de Economia Doméstica e esperam que os gestores públicos estejam constantemente atentos aos editais de concurso público, para garantirem o acesso desses profissionais às suas áreas de atuação, o que contribuirá com o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais justa e mais consciente.

Esta homologação se reveste de grande importância no momento em que discutimos a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Anater, que deverá abrir um novo campo de trabalho para estes profissionais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considerando todo o exposto neste discurso, reconhecemos a importância do profissional de Economia Doméstica para a sociedade e queremos parabenizar este que, sem dúvida, demonstra ser merecedor das justas homenagens prestadas em comemoração ao Dia Nacional do Economista Doméstico.

Então, ficam aqui os nossos cumprimentos a todos esses profissionais que atuam diretamente na família, orientando as nossas famílias brasileiras, principalmente as famílias de baixa renda, seja na área rural, seja na área urbana. É um trabalho importante, e precisamos incentivar as faculdades, as universidades, a terem esses cursos com mais acessibilidade à população brasileira.

Mais uma vez, Sr. Presidente, convido os nossos amigos que queiram participar da nossa audiência pública, que poderão fazê-lo hoje à tarde através da TV Senado, da Rádio Senado e se alguém quiser enviar alguma pergunta ou participar do debate poderá fazê-lo através do telefone 0800-612211, ou através do Twitter, no endereço @AloSenado. A nossa audiência pública começará às 14 horas em ponto, Sr. Presidente.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Parabéns, Senador Acir, pelo pronunciamento.

Antes de anunciar o próximo orador, o Senador Randolfe, a Presidência vai fazer a leitura de expedientes.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência comunica que será publicado no *Diário do Senado Federal* de 19 de outubro do corrente o **Relatório Parcial nº 4, de 2013**, da Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal, que concluiu pela apresentação de Projeto de Lei que “Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências”.

Nos termos do art. 142 do Regimento Comum, o projeto iniciará sua tramitação no Senado Federal.

É o seguinte o Relatório Parcial:

RELATÓRIO Nº 4, DE 2013-CN

Da COMISSÃO MISTA PARA A CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde seja comprovada a exploração de trabalho escravo.

RELATOR: Senador ROMERO JUCÁ

1- RELATÓRIO

No âmbito desta Comissão Mista para a Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição Federal (CMCLF), apresentou-se minuta de Projeto de Lei para regular a expropriação de propriedades rurais e urbanas onde seja comprovada a exploração de trabalho escravo.

A presente proposição traça os limites sob os quais se dará a desapropriação das propriedades em que for constatada a exploração de trabalho escravo, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Para isso define em seu art.1º que são passíveis de expropriação imóveis urbanos e rurais onde for explorada mão de obra escrava diretamente pelo proprietário somente após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Estabelece o conceito legal de trabalho escravo, para os fins que se destina e cria Fundo Especial de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins FUNPRESTIE, que tem por finalidade desenvolver ações em favor dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo/ seja na prevenção, seja na

realocação desse trabalhador junto ao mercado de trabalho e ainda promover ações de combate e prevenção ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

II - ANÁLISE

A escravidão é uma das faces mais cruéis da exploração humana e, atualmente, longe de ser uma questão confinada aos livros de história, é um problema atual, de incidência alarmante em todo o mundo, a exigir um trabalho maciço de conscientização e combate.

Ao contrário do que se possa imaginar, o trabalho escravo não ocorre somente em países mais pobres ou em desenvolvimento. Conforme dados da Organização Mundial do Trabalho – OIT, o trabalho forçado é um fenômeno global, sendo que nos países mais ricos encontram-se imigrantes, comumente crianças e mulheres, submetidos a tratamentos coercitivos nas mãos de intermediários ou agentes de empregos.

A expropriação de imóveis onde for encontrada mão de obra escrava é medida justa e necessária e pode representar um importante instrumento para eliminar a impunidade.

Nossa Constituição estabelece que toda propriedade rural ou urbana deve cumprir sua função social. Não pode, portanto, ser utilizada como instrumento de opressão ou submissão de qualquer pessoa.

A aprovação da PEC nº 438, de 2001, tende a influir decisivamente no enfraquecimento da impunidade - que junto com a ganância e a pobreza são os três sustentáculos do trabalho escravo no Brasil.

Ao institucionalizar oficialmente a possibilidade de perda do imóvel em que houver trabalho escravo, o país dará um sinal inequívoco de que está empenhado em inibir a prática desse tipo de crime que fere, não só as leis do trabalho, mas os fundamentos dos direitos humanos.

O risco de perda da propriedade se apresenta ainda como um contraponto a outro dos sustentáculos da escravidão: a ganância de certos empregadores. Contrabalançando pela hipótese do prejuízo que pode vir a ser causado pela expropriação de um bem valioso, o desmesurado afã pelo lucro que rege práticas como a do aliciamento ilegal, muitas vezes


adornado por falsas e atraentes promessas de bons salários, tende a perder força.

A proposição, como é evidente, representa um avanço histórico nas relações sociais e no respeito aos direitos humanos em nosso País.


III - VOTO

Por todo o exposto, consideramos recomendável o acolhimento, da minuta apresentada, na forma do seguinte Projeto de Lei Complementar de autoria do Colegiado.

Sala da Comissão,



, Presidente



Relator

PROJETO DE LEI Nº , DE 2013

Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os imóveis rurais e urbanos, onde for identificada a exploração de trabalho escravo diretamente pelo proprietário, serão expropriados e destinados à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário que foi condenado, em sentença penal transitada em julgado, pela prática da exploração do trabalho escravo, e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, conforme o art. 243 da Constituição Federal.

§ 1º Para fins desta Lei, considera-se trabalho escravo:

I – a submissão a trabalho forçado, exigido sob ameaça de punição, com uso de coação, ou que se conclui da maneira involuntária, ou com restrição da liberdade pessoal;

II – o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

III – a manutenção de vigilância ostensiva no local de trabalho ou a apropriação de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; e

IV – a restrição, por qualquer meio, da locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com empregador ou preposto.

§ 2º O mero descumprimento da legislação trabalhista não se enquadra no disposto no § 1º.

§ 3º Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá ao Fundo Especial de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins – FUNPRESTIE.

§4º Os imóveis rurais e urbanos de que trata o *caput* que, devido suas especificidades, não forem passíveis de destinação à reforma agrária e a programas de habitação popular, poderão ser vendidos e os valores decorrentes da venda deverão ser remetidos ao Fundo Especial de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins – FUNPRESTIE, de que trata o art. 3º.

§5º Nas hipóteses de exploração de trabalho em propriedades pertencentes à União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, ou em propriedades pertencentes às empresas públicas ou à sociedade de economia mista, a responsabilidade penal será atribuída ao respectivo gestor.

Art. 2º A ação expropriatória de imóveis rurais e urbanos em que forem localizadas a exploração de trabalho escravo observará a lei processual civil, bem como a necessidade de trânsito em julgado de sentença penal condenatória contra o proprietário que explorar diretamente o trabalho escravo

Art. 3º O Fundo Especial de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins – FUNPRESTIE, que tem por finalidade:

I – promover atendimento emergencial aos trabalhadores resgatados de trabalho escravo;

II – apoiar programas e iniciativas destinadas a esclarecer os trabalhadores urbanos e rurais sobre os seus direitos e garantias mínimas;

III – oferecer condições dignas de retorno ao trabalhador que foi deslocado ou se deslocou de seu local de residência e depois foi submetido a condições de trabalho desumanas ou degradantes;

IV – oferecer cursos de capacitação, reciclagem ou readaptação aos trabalhadores resgatados do trabalho escravo;

V – promover outras ações de apoio ao combate ao trabalho escravo, desumano ou degradante, e de compensação aos trabalhadores resgatados dessas condições.

VII – promover ações de combate e prevenção ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Art. 4º O FUNPRESTIE tem por fonte de recursos:

I – os valores decorrentes dos leilões dos bens de valor econômico expropriados em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo;

II – recursos orçamentários da União e créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

III – doações e contribuições a qualquer título de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, e de pessoas físicas;

IV – recursos provenientes de ajuste e convênios firmados com instituições públicas e privadas;

V – rendimentos de aplicações financeiras em geral.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Encontra-se em exame no Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 57-A, de 1999, de autoria do Senador Ademir Andrade. A proposição prevê a desapropriação das terras em que for constatada a exploração de trabalho escravo, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Há praticamente um consenso de que essa providência é justa, na medida em que não se pode compactuar com a existência, ainda, de bolsões de

exploração do ser humano, em que o trabalhador está submetido a condições indignas, com cerceamento total da liberdade e sem oferecimento de qualquer perspectiva de futuro. O grau de desumanidade presente nesses ambientes de trabalho é chocante e, via de regra, perceptível ao primeiro contato com as condições em que o trabalho se realiza.

Mas, no campo dos conceitos, as certezas não são tão claras e há uma carga de subjetividade nas análises dos fatos. O que é sumamente revoltante para alguns pode não o ser para outros, principalmente porque as condições de trabalho em geral não são lá essas maravilhas nos campos distantes, nas minas, nas florestas e nas fábricas de fundo de quintal.

Não é por outra razão que o Parecer do Senador Aloysio Nunes Ferreira, sobre a proposição supracitada, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta Casa, conclui pela necessidade do desenho de uma regulamentação prévia ou cautelar sobre o tema, que venha a ser analisada pelo Congresso Nacional, em calendário vinculado à aprovação da PEC nº 57-A, de 1999.

Então, para que tenhamos uma base jurídica mais clara a respeito dos limites da expropriação de propriedades urbanas e rurais, precisamos estabelecer um conceito legal aplicável ao trabalho escravo.

A própria Organização Internacional do Trabalho – OIT, que desenvolve esforços para erradicação do trabalho escravo há quase um século, não nos oferece um conceito muito claro. A Convenção nº 29, por exemplo, refere-se ao trabalho forçado ou obrigatório, que designa “todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade”. Esse conceito já não nos serve mais, pois os mecanismos de subjugação não se reduzem à ameaça e a espontaneidade da manifestação do trabalhador pode ser manipulada de diversas formas.

Por sua vez, a Convenção nº 105 da OIT já não arrisca um conceito. Passou-se a falar em “condições análogas à escravidão”, o que amplia bastante o número de condições de trabalho reprováveis, desumanas ou degradantes. Ao final, sabemos que o fator principal na definição do contexto em que ocorre o trabalho escravo é o tolhimento da liberdade do trabalhador com o objetivo de explorar o seu trabalho, mediante mecanismos os quais diversos.

Também a jurisprudência e a doutrina não conseguem oferecer uma definição cabal para o trabalho escravo. Isso não significa, obviamente, que ele seja imperceptível. Ele existe, é assustador em números e em violência. Aos operadores do direito cabe a responsabilidade de coibi-lo encontrando provas e indícios de que aquele trabalho que se encontra em execução está sendo realizado em condições de completa escravidão.

Nossa proposta, então, pretende viabilizar a expropriação das terras daqueles que exploram os trabalhadores, submetendo-os à escravidão. Trata-se de uma medida extrema, mas necessária. Infelizmente, os mecanismos atuais de fiscalização do trabalho e de criminalização mediante aplicação do Código Penal ainda não foram capazes de riscar essa vergonha de nosso mapa trabalhista. Até o momento, sempre que a exploração do trabalho escravo parece diminuir, criam-se de novas modalidades mais sutis e mais dissimuladas e essa prática odiosa, ressurge.


Criamos, ainda, um fundo para o qual serão destinados os recursos decorrentes dos leilões de bens apreendidos em decorrência da exploração de trabalho escravo e do tráfico ilícito de entorpecentes.

Por todos esses motivos, espera-se contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação de tão importante projeto para o povo brasileiro.

Sala das Sessões,



Senador ROMERO JUCÁ



CEZ. CANDIDO VACCAREZZA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 243. As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias.

.....

.....

CONVENÇÃO (29)
SOBRE O TRABALHO FORÇADO
OU OBRIGATÓRIO

Em vigor desde 1º de maio de 1932.

.....

Artigo 1º

1. Todo País-membro da Organização Internacional do Trabalho que ratificar esta Convenção compromete-se a abolir a utilização do trabalho forçado ou obrigatório, em todas as suas formas, no mais breve espaço de tempo possível.
 2. Com vista a essa abolição total, só se admite o recurso a trabalho forçado ou obrigatório, no período de transição, unicamente para fins públicos e como medida excepcional, nas condições e garantias providas nesta Convenção.
 3. Decorridos cinco anos, contados da data de entrada em vigor desta Convenção e por ocasião do relatório ao Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho, nos termos do Artigo 31, o mencionado Conselho de Administração examinará a possibilidade de ser extinto, sem novo período de transição o trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas e deliberará sobre a conveniência de incluir a questão na ordem do dia da Conferência.
-
-

**CONVENÇÃO (105)
CONVENÇÃO RELATIVA A ABOLIÇÃO DO
TRABALHO FORÇADO**

Em vigor desde 17 de janeiro de 1959.

.....
Artigo 1º

Todo País-membro da Organização Internacional do Trabalho que ratificar esta Convenção compromete-se a abolir toda forma de trabalho forçado ou obrigatório e dele não fazer uso:

- a) como medida de coerção ou de educação política ou como punição por ter ou expressar opiniões políticas ou pontos de vista ideologicamente opostos ao sistema político, social e econômico vigente;
 - b) como método de mobilização e de utilização da mão-de-obra para fins de desenvolvimento econômico;
 - c) como meio de disciplinar a mão-de-obra;
 - d) como punição por participação em greves;
 - e) como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa.
-
.....

DECRETO Nº 41.721, DE 25 DE JUNHO DE 1957.

*Revigorado pelo Decreto nº 95.461, de 11.12.1987
Promulga as Convenções Internacionais do Trabalho
de nº11,12,13,14,19,26,29,81,88,89,93,99,100 e 101,
firmadas pelo Brasil e outros países em sessões da
Conferência Geral da Organização Internacional do
Trabalho.*

.....
.....

DECRETO Nº 95.461, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987.

*Revoga o Decreto nº 68.796, de 23 de junho de 1971, e
revigora o Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957,
concernentes à Convenção nº 81, da Organização
Internacional do Trabalho.*

.....
.....

12ª Reunião da Comissão Mista criada pelo ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO E DA CÂMARA Nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Data: 17 de outubro de 2013, quinta-feira, às 14 horas.

Local: Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal

Assinam o Relatório, em 17 de outubro de 2013:

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTE
Romero Jucá (PMDB)	1. Kátia Abreu (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Jorge Viana (PT)	3. VAGO
Pedro Taques (PDT)	4. VAGO
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	5. VAGO
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	6. VAGO
Ana Amélia (PP)	7. VAGO

12ª Reunião da Comissão Mista criada pelo ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO E DA CÂMARA Nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Data: 10 de outubro de 2013, quinta-feira, às 14 horas.

Local: Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal

Assinam o Relatório, em 17 de outubro de 2013:

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTE
Cândido Vaccarezza (PT)	1. VAGO
Edinho Araújo (PMDB)	2. VAGO
Eduardo Barbosa (PSDB)	3. VAGO
Sergio Zvelter (PSD)	4. VAGO
Arnaldo Jardim (PPS)	5. VAGO
Miro Teixeira (PROS)	6. VAGO
VAGO	7. VAGO

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência designa a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares para integrarem, como titulares, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria, nos termos do **Ofício nº 125, de 2013**, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 125/2013-GLDBAG

Brasília, 17 de outubro de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares como titular, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria. – Senador **Wellington Dias**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a palavra o Senador Randolfe, que é do PSOL do Estado do Amapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima, nosso querido Estado irmão; senhores que nos ouvem pela Rádio Senado; senhores que nos assistem pela TV Senado.

Sr. Presidente, segunda-feira próxima, dia 21 de outubro. Se, nas próximas horas a Justiça Federal do Distrito Federal atender, em favor da Nação brasileira, à ação popular com pedido de cautela – interposta por mim, pelo Senador Pedro Simon e pelo Senador Roberto Requião –, estará, assim, socorrendo-nos de um crime que vai ser cometido contra a Nação brasileira.

Essa é a última medida que resta para impedir que, no próximo dia 21 de outubro, ocorra um crime contra a Nação brasileira, que é o leilão de Libra, visto que nenhuma das duas Casas do Congresso Nacional, tanto a Câmara dos Deputados, quanto o Senado Federal, quis apreciar o projeto de decreto legislativo apresentado por estes Parlamentares aqui, no Senado, e pela Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados, que suspendia o referido leilão.

O leilão, proposto pela Agência Nacional do Petróleo, oferta a área de Libra, do pré-sal, com potencialidade equivalente à atual produção de petróleo do País.

Essa área de Libra foi submetida à análise sísmica em profundidade. Seu volume esperado é de 26 bilhões e 42 bilhões de barris de petróleo.

Admite-se a área de Libra, só para atualizar dados e informações que eu trouxe anteriormente aqui

a esta tribuna, um baixo fator de recuperação da produção em torno de 30%. Pode-se chegar a um volume recuperável de petróleo de oito a 12 bilhões de barris.

É bom lembrar, Sr. Presidente, que toda a reserva nacional é atualmente de cerca de 16 bilhões de barris. Portanto, a capacidade de Libra é de 26 bilhões a 42 bilhões de barris. Atualmente, toda a reserva nacional é de 16 bilhões de barris. Libra possui, então, a capacidade de dobrar a produção de petróleo do País.

O primeiro aspecto, portanto, fundamental que deve ser considerado para o que estamos, há alguns meses, aqui, quase como pregando no deserto, é que o expressivo volume de recursos que está sendo ofertado pela Agência Nacional do Petróleo nesse leilão do pré-sal é de mais de 30 bilhões de barris de petróleo.

O edital da primeira licitação de partilha de produção estipula que a Petrobras será o operador, assegurando-lhe a participação mínima de 30% no consórcio. A participação da estatal no consórcio implicará sua adesão às regras do edital e à proposta vencedora. O critério apresentado é de melhor oferta de excedente de óleo para a União, ou seja, a proposta apresentada, o modelo que a ANP propõe é o chamado modelo já adotado de partilha.

É bom esclarecermos que a soma das reservas já conhecidas, 15 bilhões de barris e das reservas do pré-sal já descobertas pela Petrobras, que somam 54 bilhões de barris, representam um contingente de 69 bilhões de barris de reserva, o que equivale a aproximadamente 50 anos de autossuficiência da produção nacional desse produto. Tendo em vista que as previsões da ANP sobre autossuficiência eram de 15 anos, com 14 bilhões de barris.

Esses números são significativos para todos nós, Sr. Presidente. Disso decorre uma conclusão lógica. A conclusão é que não há qualquer urgência na licitação de uma das maiores reservas de petróleo do mundo. Essa é a conclusão lógica. Quem tem urgência nessa licitação não é o Brasil. Quem tem urgência nessa licitação é o mercado internacional. A pressão dessa licitação é por conta do mercado internacional e não pelos interesses brasileiros. É por isso que essa licitação vai ocorrer, a todo o custo, na próxima segunda-feira. E poucos têm dito isso.

Tanto é que a Agência Nacional do Petróleo, ré na nossa ação na Justiça Federal, que ainda não foi julgada – eu tenho ainda fé e esperança na Justiça Federal brasileira, horas restam ainda até segunda-feira e horas restam ainda até o leilão, então vou tratá-la como ré –, ignorou todas as regras do Direito e do Tribunal de Contas. Ignorou, inclusive, as atribuições básicas do Tribunal de Contas da União e liberou, sem essas regras, o edital de Libra. A Agência Nacional do Petróleo

leo, Gás Natural e Biocombustíveis liberou o edital de licitação do campo de Libra, no pré-sal, antes de obtido o aval do Tribunal de Contas da União, por meio de fiscalização prévia e concomitante processo licitatório.

Como todos nós sabemos, Sr. Presidente, o TCU possui como atribuição e condição *sine qua non*, condição prévia para sua atuação, a defesa dos recursos e finanças nacionais, a fiscalização de todas as licitações e produção do petróleo. É essa a atribuição prévia, é para isso que existe o Tribunal de Contas como órgão auxiliar do Poder Legislativo. Não foi dada ao TCU a sua prerrogativa de fiscalizar previamente, de fazer a prévia fiscalização do edital da licitação desse leilão a ser realizado pela Agência Nacional do Petróleo. Não foi assegurado ao Tribunal de Contas o cumprimento de sua atribuição prévia e fundamental. Houve uma flagrante ofensa à competência do TCU, fixada na Lei 8.443, fixada notadamente no art. 1, inciso I, da Lei 8.443, fixada na legislação infraconstitucional e fixada na própria Constituição.

Claramente, a Agência Nacional do Petróleo não cumpriu sequer a Constituição. A Constituição estipula, estabelece as atribuições do próprio Tribunal de Contas da União nos arts. 70 e 71 e no art. 174. E esses artigos da Constituição, numa clara ofensa às finanças nacionais, foram desrespeitados na atuação da Agência Nacional do Petróleo. Mas tudo isso foi desrespeitado em nome de quê? Em nome de fazer esse leilão na próxima segunda-feira a qualquer custo.

Mas não foi só isso que foi desrespeitado. Isso que eu estou falando não é novidade. Isso que eu estou falando foi ampla e francamente divulgado pela imprensa. Mas não foi só isso que a imprensa divulgou. Foi divulgada por todos os meios de comunicação e indignou todos nós a ação de espionagem da NSA americana, que chegou, inclusive, a bisbilhotar os e-mails da Presidente brasileira. Todos nós, inclusive a nossa Presidente, nos indignamos diante da ação da agência de espionagem norte-americana. Nós nos indignamos aqui no Parlamento. Nós nos solidarizamos com a nossa Presidente. E mais nos indignamos quando vimos que a fonte de dados da nossa economia, a nossa Petrobras, também foi espionada, também foi bisbilhotada.

Veio aqui, a este Senado, a presidente da Agência Nacional do Petróleo e veio aqui a presidente da Petrobras. Ambas nos confundiram que a fonte de dados do nosso petróleo é a Petrobras e deixaram claro que a fonte de dados foi violada. Foi a própria Presidente da República, Sr. Presidente, não foi ninguém mais do que a Presidente da República que disse que a ação de espionagem norte-americana tinha interesses

econômicos. Ora, quais são os interesses econômicos senão os interesses sobre o nosso pré-sal?

Diante de tão grave temeridade, por que manter, a todo custo, um leilão a participação de empresas estrangeiras? Diante de tamanha temeridade, por que manter a realização desse leilão na próxima segunda-feira? Diante da revelação de que o banco de dados do nosso petróleo foi violado, foi espionado pela empresa de inteligência norte-americana, por que manter esse leilão para ser realizado na próxima segunda-feira? Por que a pressa? Por que a celeridade? Por que manter a todo custo? Por que celebrar? Por que os banquetes com os senhores do mercado? Por que fazer um deleite ao deus mercado à custa do petróleo brasileiro, com tanta pressa, com tanta celeridade?

Ainda, Sr. Presidente, sobre a nossa Constituição, o Direito brasileiro claramente dispõe, no nosso art. 177, que o monopólio estatal ainda ficou mantido, em que pese, em 1995, ter sido aprovada a famigerada Emenda Constitucional nº 9, durante o governo Fernando Henrique, que inseriu, no ordenamento constitucional brasileiro, a possibilidade, e quebrou ali um monopólio estatal sobre o petróleo, inseriu ali a opção de contratação de empresas estatais ou privadas para exercerem a atividade que era antes exclusiva da União, sobre o domínio de exploração de recursos minerais.

O art. 20, inciso IX, da Constituição, combinado com o art. 176, define os recursos minerais como bens da União. A nossa Constituição é clara ainda em dizer que o petróleo, o gás natural e outros hidrocarbonetos, seus derivados, seu refino, o processamento, a pesquisa, a lavra, as jazidas e as reservas são patrimônio público.

É inaceitável que, quando celebramos 25 anos da mais avançada Carta constitucional que este País já elaborou, possamos aqui infringi-la tão descaradamente, como a estamos infringindo, em um de seus capítulos e dispositivos mais avançados.

Os dois modelos que os governos que se sucederam, pós-Constituição de 1988, têm imposto a partir de 1995, ambos são modelos de entrega e lesa-pátria. Diz o Governo do PSDB: o melhor modelo é o de concessão para os leilões do petróleo. Esse é a entrega total, é a entrega completa do patrimônio brasileiro aos interesses internacionais. Diz, por outro lado, que o modelo melhor é o do atual Governo, adotado nos últimos anos, o modelo de partilha, que vai ser o modelo adotado nesse leilão.

Tudo bem, é uma entrega pela metade. Ambos são modelos de entrega. Não aceitamos o modelo da entrega total e o modelo da entrega pela metade. Nós queremos o modelo da defesa dos interesses nacionais. Nós queremos o modelo da valorização da Petrobras.

Diz o Governo atualmente: “Não, mas esse modelo garante a participação de 30% para a Petrobras; garante à Petrobras 30% na participação da exploração”.

Ora, falam isso como se fosse uma concessão aos interesses brasileiros. Ora, isso está na lei. Isso não é um favor ao Brasil. Isso está como direito mínimo, que não poderiam tirar. Isso é conquista brasileira. A participação do Brasil está como conquista brasileira – conquista essa que todo dia, na mídia, tentam retirar, com manchetes, com editoriais nos jornais, tentando falar da incapacidade da Petrobras.

Mas não conseguem falar, não conseguem dizer que a nossa Petrobras é a maior e melhor empresa de exploração de petróleo em águas profundas do mundo. Não conseguem dizer isso. Aliás, até tentam, a qualquer custo, derrotar a Petrobras e o valor que ela tem. E tentam derrotá-la com leilões como esse, porque – vejam – leilões como esses acarretarão para a nossa Petrobras, para a nossa indústria nacional resultados como este aqui: “Tecnologia brasileira perderá espaço na exploração do pré-sal”.

É a isso que querem chegar com leilões como este, com matérias como esta do competente jornalista João Villaverde, do jornal *O Estado de S. Paulo*. Com esse tipo de exploração, eles querem chegar a isto: querem derrotar a indústria nacional, querem derrotar a Petrobras, querem derrotar o Brasil. Eles almejam dizer o seguinte: a Petrobras não tem condição de explorar, a Petrobras não tem condição de fazer a exploração, a Petrobras não tem condição de fazer a extração do petróleo em águas profundas.

Na verdade, eles dizem o que não é para chegarem ao que dizem. Na verdade, dizem o que não é para alcançarem isso daqui. Essa é que é a verdade. Com a exploração...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Senador Mozarildo, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Permita-me que eu cumprimente os visitantes aqui, nas nossas galerias, e diga a todos que esta sessão de sexta-feira é uma sessão não deliberativa e, portanto, não se vota nada. Ela é apenas destinada a, como está fazendo o Senador Randolfe, defender temas nacionais ou de seus Estados ou a debates com os Senadores que quiserem debater.

Muito obrigado pela presença de vocês.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Agradeço, Senador Mozarildo.

Quero dar um bom-dia a todos que estão presentes nas galerias do Senado.

Estou aqui utilizando as galerias do Senado para denunciar um dos maiores crimes de lesa-pátria que o Brasil poderá cometer... Aliás, o Brasil, não, as autoridades brasileiras poderão cometer na próxima segunda-feira, que é o leilão das reservas de pré-sal a ser realizado pela Agência Nacional do Petróleo. Um leilão que só interessa ao mercado internacional, um leilão que só atende aos interesses do mercado internacional e é contra a nossa Petrobras, um leilão que só atende aos interesses das multinacionais do petróleo.

Como eu ia dizendo, eles, na grande mídia, buscam dizer que a nossa Petrobras não tem condição de fazer a exploração. Na verdade, propagandeiam isso para dizer que os modelos possíveis de exploração são os dois existentes desde 1995, com a famigerada Emenda Constitucional nº 9, que abriu o nosso mercado, que quebrou o monopólio estatal do petróleo.

É porque, desde 1995, eles dizem que só existem duas possibilidades no Brasil: é o modelo de exploração da concessão, que é a entrega total. É o seguinte: riquezas brasileiras, entreguem para o mercado internacional. Esse é o modelo da concessão. Só pode ser isso. E existe a outra, que é a entrega camuflada, a entrega pela metade.

Esse da entrega total, presente nos governos do PSDB, é o chamado modelo da concessão. O dos governos atuais é a entrega pela partilha. Um entrega por inteiro; o outro entrega pelo meio. Ou entrega por inteiro ou entrega pela metade.

Na entrega por inteiro, é o modelo da concessão. O modelo da concessão é o seguinte: tira a Petrobras; tira a Petrobras, inclusive, da participação e deixa a Petrobras como coadjuvante, como figura decorativa.

No modelo, agora, da partilha, eles até fazem um teatrozinho: “Não, tem 30% da Petrobras ali. Deixa 30% da Petrobras”. Como se isso fosse um favor ao Brasil. Não, é a lei que diz. É a Lei nº 9.478, é a Constituição que impõem a necessidade da Petrobras.

Aí dizem que, na partilha, existe a participação da Petrobras. Existe, porque a lei impõe a necessidade mínima da participação da Petrobras, mas entrega ao meio. Tudo bem. Antes, era para a Exxon, era para as grandes do mercado internacional. Elas não vieram para esse; e elas não vieram para esse, porque não é o modelo da concessão, não é o da entrega total, mas é o modelo da partilha, que é a entrega pelo meio.

E, se não é para as grandes do mercado, agora é para os chineses. Eu não quero saber qual é a nacionalidade. Eu não quero saber se nós vamos entregar para os americanos, para os ingleses, ou se vamos entregar agora para os chineses. Eu não quero saber qual é a nação imperialista que vai agora tutelar as nossas

riquezas; se eles têm os olhos azuis dos americanos ou se têm os olhos puxados dos chineses.

Eu quero saber das riquezas nossas. Se nós temos empresa com tecnologia, com mais de 50 anos, que é a maior empresa brasileira com exploração de gás natural em águas profundas do mundo, por que nós não vamos explorar a maior reserva de gás natural já encontrada no Planeta?

Há outra coisa: se nós temos, no fundo do oceano, guardado, mais do que todas as nossas reservas de toda a nossa história, por que a pressa? Qual é a crise energética que temos? Por que a pressa de exploração? Por que a ditadura da pressa da exploração? Porque a ditadura não é do interesse nacional. A ditadura da pressa da exploração é para atender ao interesse das multinacionais do petróleo. Porque a ditadura não é debatida com o povo brasileiro. Porque a ditadura da pressa da exploração é para atender aos interesses internacionais.

Sr. Presidente, este Congresso Nacional não ouviu, não debateu, sequer houve um espaço para o debate dos nossos PDLs de suspensão do leilão de Libra, previsto para a próxima segunda-feira.

Ainda resta a ação cautelar, proposta por mim, pelo Senador Roberto Requião e pelo Senador Pedro Simon, que está na Justiça Federal aqui de Brasília. Eu espero que essa ação popular, com pedido de cautelar, como último suspiro, seja atendida pelo juiz da causa para suspender o leilão.

Não debato neste momento a não realização. Eu quero a suspensão do leilão para que possa ser debatido, para que seja debatido o porquê da pressa. Por que realizar um leilão com tanta pressa? Por que realizar esse leilão, se não houve a fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União? Não houve o acompanhamento do Tribunal de Contas da União, ferindo todos os dispositivos da legislação infraconstitucional, ferindo todos os dispositivos dos arts. 77 e 76 da nossa Carta Magna, da Constituição. O Tribunal de Contas

da União não foi ouvido antes para a realização desse leilão na próxima segunda-feira. O leilão será realizado sem o Tribunal de Contas da União ter sido ouvido previamente sobre esse processo licitatório. Esse leilão será realizado depois de toda a imprensa ter noticiado, repito, que os dados da nossa empresa de petróleo foram espionados pela NSA, agência de espionagem norte-americana – os dados do nosso petróleo foram espionados –; depois de a própria Presidente da República dizer que os interesses de espionagem foram interesses econômicos.

Eu não quis acreditar no que eu li ontem nos jornais. Parece-me que a Presidente da República quer acompanhar o leilão. Não! Eu acho que li errado ou, se ouvi, eu não ouvi. Deixem-me ver se eu entendi. A Presidente, que disse que os interesses de espionagem no Brasil eram econômicos, vai acompanhar um leilão que foi espionado por aqueles interesses que ela disse que eram econômicos? Não. Eu não acredito que a Presidente vai acompanhar um leilão que ela disse que pode ter sido espionado. Porque, se os interesses que foram espionados são econômicos, ela não pode acompanhar os eventuais interesses econômicos que foram espionados. Ela não irá acompanhar o leilão. Aliás, ela deve estar, junto comigo, torcendo para que a Justiça Federal, de hoje para segunda-feira, suspenda esse leilão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Parabéns, Senador Rاندolfе, pelo seu pronunciamento.

Eu quero só fazer um comentário. Getúlio Vargas, quando criou a Petrobras, disse claramente: “O petróleo é nosso”. Parece que mudou. Eu tenho muita honra de ser do PTB, fundado pelo Getúlio Vargas, mas parece realmente que a preocupação de ter o petróleo nosso está acabando.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 1.179, DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, do Senador Fernando Collor, que altera o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a fim de desonerar o trabalhador de qualquer participação no custo do Vale-Transporte.

RELATOR: Senador PAULO PAIM

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, que altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, para determinar que será ônus do empregador o custo total com as despesas do Vale-Transporte.

Ao justificar sua iniciativa, afirma o autor que isentar o trabalhador de qualquer participação no custo do Vale-Transporte trará para os trabalhadores um considerável aumento de renda e um impacto desprezível nos custos e preços das empresas.

Até o momento a proposição não foi objeto de emendas.

II – ANÁLISE

Em conformidade com os arts. 91, § 1º, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar, em caráter terminativo, proposições que digam respeito às relações de trabalho e matérias a elas correlatas.

Pretende-se promover alterações na legislação referente ao Vale-Transporte. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 e 22 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, a proposição está desprovida de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade no que se refere aos seus aspectos formais.

O Vale-Transporte, nos termos traçados pela Lei nº 7.418, de 1985, é uma antecipação feita pelo empregador do valor gasto com transporte pelo empregado, para que este se desloque de sua residência para o local de trabalho e vice-versa, por meio do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos. Entende-se por deslocamento a soma dos segmentos que compõem a viagem do beneficiário, por um ou mais meios de transporte, entre sua residência e o local de trabalho.

Nos termos da legislação em vigor, o empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico.

O empregado cuja despesa com deslocamento seja inferior a 6% do seu salário-base, pode optar pelo recebimento antecipado do Vale-Transporte, mas, nessa hipótese, o valor a ser descontado do salário do será o equivalente ao total dos vales concedidos.

Vejamos dois exemplos para entendermos a dinâmica do desconto:

Situação 01:

- Salário: R\$ 678,00
- Quantidade de vales a serem concedidos: 44
- Custo dos vales: R\$ 88,00 (R\$ 2,00 x 44 Vales)
- Cálculo do desconto:
- 6% do Salário: R\$ 40,68
- A empresa somente poderá descontar do salário do empregado R\$ 40,68, arcando com os R\$ 47,32 restantes.

Situação 02:

- Salário: R\$ 1.500,00
- Quantidade de Vales a serem concedidos: 44
- Custo dos Vales: R\$ 88,00 (R\$ 2,00 x 44 Vales).
- Cálculo do desconto:
 - 6% do Salário: R\$ 90,00
 - A empresa descontará R\$ 88,00 do empregado, não arcando com qualquer parcela de custo..

Nos termos do art. 2º da Lei nº 7.418/85, o valor pago a esse título, não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos; não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e não se configura como rendimento tributável do trabalhador.

Todos os trabalhadores têm direito a receber, quando solicitado. O Vale-Transporte destina-se somente aos deslocamentos indispensáveis à prestação do trabalho, ou seja, exclusivamente para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

O projeto que ora analisamos, altera somente o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 1985, para isentar o trabalhador da sua participação nos custos do adiantamento.

Ao fazê-lo, provoca uma verdadeira revolução na sistemática da concessão do Vale-Transporte vez que, sem a referida restrição do desconto, todos os trabalhadores, independentemente do valor da sua remuneração, passarão a receber o valor devido a título de Vale-Transporte.

Trata-se, sem dúvida alguma, de medida ousada, porém necessária, para garantir aos trabalhadores do nosso país essa conquista tão necessária, ainda mais se considerado, como muito bem ponderou o autor da proposição, que essa alteração fará grande diferença no orçamento dos empregados e não causará tanto impacto nos custos das empresas.

Lembramos, nesse ponto, por oportuno, que essas despesas da empresa podem ser abatidas de sua receita para fins de apuração de seu lucro tributável, portanto, prejuízo não haverá para a classe produtiva.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013.

Sala da Comissão, 16 de outubro de 2013.

Senador WALDEMAR MORA
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

Relator



Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 50ª REUNIÃO, DE 16/10/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR WALDEMAR MOKA

RELATOR: SENADOR PAULO PAIM

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Paulo Paim (PT) <i>RELATOR</i>	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lidice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemar Moka (PMDB) <i>PRESIDENTE</i>	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cicero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Osvaldo Sobrinho (PTB)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2013

TITULARES					SUPLENTE				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPPLY (PT)				
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPPLY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOSÉ PIMENTEL (PT)	X			
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)	X			
JOÃO DURAL (PDT)	X				5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)					7- LIDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)					1- SÉRGIO SOUZA	X			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					2- VAGO				
CASILDO MALDANER (PMDB)					3- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)	X				5- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
ANA AMÉLIA (PP)	X				6- BENEDITO DE LIRA (PP)				
PAULO DAVIM (PV)					7- SÉRGIO PETECAO (PSD)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB)	X			
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					3- PAULO BAUER (PSDB)				
OSVALDO SOBRINHO (PTB)	X				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)	X				2- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				
JOÃO RIBEIRO (PR)					3- VAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 16 / 10 / 2013.

Obs.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 172, § 8º - RSP)

Atualizada em 19/09/2013

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**
.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - desapropriação;

III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V - serviço postal;

VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII - comércio exterior e interestadual;

IX - diretrizes da política nacional de transportes;

X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI - trânsito e transporte;

XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV - populações indígenas;

XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XVII - organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012) (Produção de efeito)

XVIII - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX - sistemas de consórcios e sorteios;

XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII - seguridade social;

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

XXV - registros públicos;

XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza;

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX - propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012) (Produção de efeito)

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

LEI Nº 7.418, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1985.

Institui o Vale-Transporte e dá outras providências.

Art. 2º - O Vale-Transporte, concedido nas condições e limites definidos, nesta Lei, no que se refere à contribuição do empregador: (Artigo renumerado pela Lei 7.619, de 30.9.1987)

a) não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos;

b) não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

c) não se configura como rendimento tributável do trabalhador.

Parágrafo único. (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)

.....

Art. 4º - A concessão do benefício ora instituído implica a aquisição pelo empregador dos Vales-Transporte necessários aos deslocamentos do trabalhador no percurso residência-trabalho e vice-versa, no serviço de transporte que melhor se adequar. (Artigo renumerado pela Lei 7.619, de 30.9.1987) (Vide Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)

Parágrafo único - O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico.

.....

OFÍCIO Nº 257/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

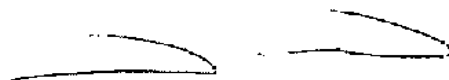
Brasília, 16 de outubro de 2013.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, que *altera o parágrafo único do art. 4º da Lei 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a fim de desonerar o trabalhador de qualquer participação no custo do Vale-Transporte*, de autoria do Senador Fernando Collor.

Respeitosamente,



Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECERES

Nºs 1.180, 1.181 E 1.181-A, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, da Senadora Ana Rita, que altera o caput do art. 136 da CLT, para determinar que a concessão de férias do trabalhador seja precedida de consulta pelo empregador sobre a data de seu gozo (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011).

PARECER Nº 1.180, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)
(Em audiência, nos termos do Requerimento nº 448, de 2012)

RELATOR: Senador ALVARO DIAS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 369, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, pretende, basicamente, determinar que a data da concessão das férias, pelo empregador, seja precedida de consulta à pessoa empregada interessada.

Ao justificar sua iniciativa, a autora registra a existência do art. 10 da Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), revista em 1970 e ratificada pelo Brasil em 23 de setembro de 1998, segundo a qual as pessoas empregadas serão consultadas sobre a melhor ocasião para o gozo de férias, a menos que esse momento seja fixado em regulamento, acordo coletivo, sentença arbitral ou qualquer outra maneira conforme a prática nacional.

Por meio do Requerimento nº 284, de 2012, foi determinado que o PLS nº 369, de 2011, passasse a tramitar em conjunto com o PLS nº 552, de

2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, devendo as matérias retornarem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa.

O PLS nº 552, de 2011, também altera o art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a ele acresce § 3º, para dispor sobre a concessão de férias aos empregados membros de uma mesma família, mesmo que não trabalhem no mesmo estabelecimento.

Na sua justificação, o autor argumenta que a fixação do período em que o empregado desfrutará suas férias é uma prerrogativa do empregador. A manutenção desse princípio é de fundamental importância para a preservação do bom funcionamento da empresa. Não obstante, essa prerrogativa não pode ignorar as possibilidades de repouso e lazer ao alcance do trabalhador e, no caso em questão, dos membros de uma mesma família.

Por força da aprovação do Requerimento nº 448, de 2012, a tramitação conjunta desses projetos foi submetida à apreciação preliminar desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Não foram apresentadas emendas aos referidos projetos de lei durante o prazo regimental.

No âmbito dos trabalhos, foi por mim apresentada emenda substitutiva aos projetos em análise (Emenda nº 1), motivando a apresentação de outra emenda substitutiva (Emenda nº 2) pelo Senador Agripino Maia.

II – ANÁLISE

A matéria que se pretende disciplinar, período de concessão de férias, pertence tradicionalmente ao ramo do Direito do Trabalho e inclui-se entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da Constituição.

Quanto à iniciativa e à competência para legislar, portanto, não há impedimentos formais constitucionais. Além disso, não identificamos aspectos regimentais que obstem a aprovação da matéria.

No mérito, ninguém mais duvida que o ideal é que haja uma consulta ao empregado sobre o melhor momento para o gozo de férias. Caso contrário, pode haver frustração, desencontro de datas entre familiares e um custo mais elevado, na alta estação, para a realização do sonho de viajar.

Além disso, como já referido, deve-se considerar que a Convenção nº 132 da OIT deu nova inteligência ao art. 136 da CLT.

Com efeito, de acordo com o art. 10 da citada Convenção, a ocasião em que as férias serão gozadas será determinada pelo empregador, após consulta à pessoa empregada interessada na questão ou seus representantes, a menos que seja fixada por regulamento, acordo coletivo, sentença arbitral ou qualquer outra maneira conforme a prática nacional. Para fixar a ocasião do período de gozo das férias serão levadas em conta as necessidades do trabalho e as possibilidades de repouso e diversão ao alcance da pessoa empregada.

Verifica-se, claramente, que a fixação da data em que o empregado deverá gozar férias, ainda que seja decorrente de um ato privativo do empregador, não pode ser um ato solitário e arbitrário, pois deverá atender, sempre que possível, às necessidades do trabalhador.

O que se busca, enfim, é a harmonia entre empregados e empregadores para que, ao final das férias, as relações voltem a fluir com a normalidade desejada, sem animosidades nem desavenças. A fixação do período de gozo de férias, por outro lado, não pode servir para constranger o empregado a pedir demissão ou abrir mão de outras oportunidades positivas. As relações de produção devem ser mantidas, sem que se desrespeitem os direitos de empregados e empregadores.

Assim, com o intuito ampliar e conferir maior efetividade ao que determina o art. 136 da CLT, os dois projetos de leis são compatíveis e complementares. No entanto, em vista do disposto no art. 260, II, "b" do Regimento Interno do Senado Federal, o PLS nº 552, de 2011, deverá ser declarado prejudicado, mas seu conteúdo será incorporado ao substitutivo apresentado ao PLS nº 369, de 2003.

A Emenda nº 2 do Senador José Agripino visa aprimorar o dispositivo que determina o processo de fixação da época de férias do empregado. O espírito da proposta foi preservado, qual seja, a busca da harmonia entre empregados e empregadores. A emenda em apreço, mantém a consulta ao empregador por parte do empregado, mas exime o primeiro de fundamentar a decisão final junto ao trabalhador. O autor da Emenda argumenta que somente o empregador tem condições de auferir quantos e quais funcionários são necessários para o pleno funcionamento da empresa.

Além disso, em empresas maiores, seria problemática a discussão com cada trabalhador acerca do período de gozo de férias de forma personalizada, o que poderia acarretar situação de desconforto para o empregador e para os empregados que poderiam entrar em disputa pelas melhores datas de férias. Via de regra, as empresas já têm como praxe conceder férias nos períodos desejados pelos empregados, salvo em situações que possam vir a prejudicar o bom andamento da empresa.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela prejudicialidade do PLS nº 552, de 2011, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, na forma do seguinte Substitutivo, que, dentre outras alterações, acata a Emenda nº 2.

EMENDA Nº 1 – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2011

Altera o art 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a concessão de férias de acordo com as necessidades de trabalho e os interesses dos empregados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 136 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 136. A época da concessão das férias deverá levar em conta as necessidades do trabalho e os interesses do empregado, mas, inexistindo concordância quanto à definição do período em que serão gozadas ou acordo ou convenção coletiva a respeito, caberá ao empregador a prerrogativa de fixar as datas, dando ciência ao empregado da decisão.

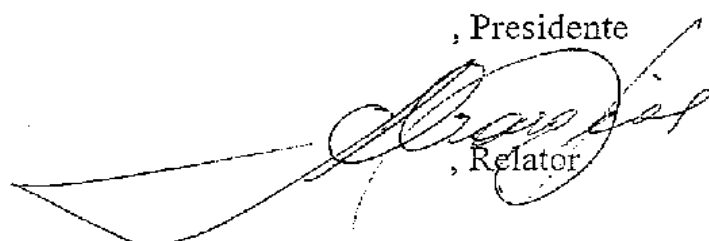
§ 1º Os membros de uma mesma família terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disso não resultar prejuízo para o serviço na empresa ou nas empresas em que trabalharem.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, os empregados deverão comprovar, no prazo previsto no art. 135, a opção de concessão das férias do outro ente familiar empregado.

§ 3º O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de julho de 2013.

, Presidente

, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, de 2011, QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM: PLS
552/2011

ASSINAM O PARECER, NA 41ª REUNIÃO, DE 09/07/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)

PARECER Nº 1.181, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Sociais)
(1º Pronunciamento, em turno único)

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 369, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, que altera o caput do art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para determinar que a data da concessão das férias, pelo empregador, seja precedida de consulta à pessoa empregada interessada.

Na sua justificativa, a eminente autora informa sobre a existência do art. 10 da Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), revista em 1970 e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.197, de 5 de outubro de 1999, segundo a qual as pessoas empregadas serão consultadas sobre a melhor ocasião para o gozo de férias, a menos que esse momento seja fixado em regulamento, acordo coletivo, sentença arbitral ou qualquer outra maneira conforme a prática nacional.

Por meio do Requerimento nº 284, de 2012, foi determinado que o PLS nº 369, de 2011, passasse a tramitar em conjunto com o PLS nº 552, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, devendo as matérias retornarem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa.

O PLS nº 552, de 2011, também altera o art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a ele acresce § 3º, para dispor sobre a concessão de férias aos empregados membros de uma mesma família, mesmo que não trabalhem no mesmo estabelecimento.

Na sua justificação, o autor argumenta que a fixação do período em que o empregado desfrutará suas férias é uma prerrogativa do empregador. A manutenção desse princípio é de fundamental importância para a preservação do bom funcionamento da empresa. Não obstante, essa prerrogativa não pode ignorar as possibilidades de repouso e lazer ao alcance do trabalhador e, no caso em questão, dos membros de uma mesma família.

Por força da aprovação do Requerimento nº 448, de 2012, a tramitação conjunta desses projetos foi submetida à apreciação preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Naquela Comissão, na sessão de 9 de julho de 2013, foi aprovado o Relatório do ilustre Senador Alvaro Dias, que concluiu pela apresentação de uma emenda substitutiva aos projetos de lei, que ora se encontram para discussão e deliberação nesta CAS.

A referida emenda substitutiva altera a redação integral do art. 136 da CLT, estabelecendo o seguinte:

a) concessão de férias: a época da concessão das férias deverá levar em conta as necessidades do trabalho e os interesses do empregado, mas, inexistindo concordância quanto à definição do período em que serão gozadas ou acordo ou convenção coletiva a respeito, caberá ao empregador a prerrogativa de fixar as datas, dando ciência ao empregado da decisão.

b) férias em família: os membros de uma mesma família terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disso não resultar prejuízo para o serviço na empresa ou nas empresas em que trabalharem.

c) prazo: para o cumprimento do disposto no § 1º do art. 136, os empregados deverão comprovar, no prazo previsto no art. 135, que é de 30 (trinta) dias, a opção de concessão das férias do outro ente familiar empregado.

d) férias escolares: o empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

Durante a tramitação foram apresentadas emendas aos projetos em análise, um do Senador Álvaro Dias (Emenda nº 1), motivando a apresentação de outra emenda substitutiva (Emenda nº 2) pelo Senador Agripino Maia, ambas ao PLS nº 369, de 2011, e uma terceira (Emenda nº 1), pela Senadora Ana Amélia, ao PLS nº 552, de 2011.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 22, I da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a concessão de férias insere-se no âmbito normativo do referido dispositivo constitucional.

Além disso, por não se tratar de matéria cuja iniciativa seja privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e dos Tribunais Superiores, aos parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

Quanto à atribuição da Comissão de Assuntos Sociais para o exame de tão importantes proposições, o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a ela confere tal prerrogativa.

No mérito, ninguém mais duvida que o ideal é que haja uma consulta ao empregado sobre o melhor momento para o gozo de férias. Caso contrário, pode haver frustração, desencontro de datas entre familiares e um custo mais elevado, na alta estação, para a realização do sonho de viajar.

Além disso, como já referido, deve-se considerar que a Convenção nº 132 da OIT deu nova interpretação ao art. 136 da CLT.

Com efeito, de acordo com o art. 10 da citada Convenção, a ocasião em que as férias serão gozadas será determinada pelo empregador, após consulta à pessoa empregada interessada na questão ou seus representantes, a menos que seja fixada por regulamento, acordo coletivo, sentença arbitral ou qualquer outra maneira conforme a prática nacional. Para fixar a ocasião do período de gozo das férias serão levadas em conta as necessidades do trabalho e as possibilidades de repouso e diversão ao alcance da pessoa empregada.

Verifica-se, claramente, que a fixação da data em que o empregado deverá gozar férias, ainda que seja decorrente de um ato privativo do empregador, não pode ser um ato solitário e arbitrário, pois deverá atender, sempre que possível, às necessidades do trabalhador.

O que se busca, enfim, é a harmonia entre empregados e empregadores para que, ao final das férias, as relações voltem a fluir com a normalidade desejada, sem animosidades nem desavenças. A fixação do período de gozo de férias, por outro lado, não pode servir para constranger o empregado a pedir demissão ou abrir mão de outras oportunidades positivas. As relações de trabalho devem ser mantidas, sem que se desrespeitem os direitos de empregados e empregadores.

Assim, com o intuito ampliar e conferir maior efetividade ao que determina o art. 136 da CLT, os dois projetos de leis são compatíveis e complementares. No entanto, em vista do disposto no art. 260, II, "b" do Regimento Interno do Senado Federal, o PLS nº 552, de 2011, deverá ser declarado prejudicado, mas seu conteúdo será incorporado ao substitutivo apresentado ao PLS nº 369, de 2003.

As emendas apresentadas já foram incorporadas ao texto parcialmente nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e como dito anteriormente, revitalizaram a redação do art. 136 da CLT, compondo interesses de ambas as partes, empregados e empregadores.

Assim, para evitar que as proposições se eternizem em sua tramitação, aquiescemos com os termos da emenda substitutiva aprovada pela CAE, que avança no sentido de dar mais dignidade ao trabalhador, sua família, e aos menores de dezoito anos em idade escolar.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela prejudicialidade regimental do PLS nº 552, de 2011, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, na forma da emenda substitutiva aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Sala da Comissão, 2 de outubro de 2013.

Senador WALDEMIR MOKA
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente


Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**IV – DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão de Assuntos Sociais, em Reunião realizada nesta data, aprova, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAE-CAS (Substitutivo), ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita,

EMENDA Nº 1-CAE-CAS**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2011**

Altera o art 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a concessão de férias de acordo com as necessidades de trabalho e os interesses dos empregados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 136 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 136. A época da concessão das férias deverá levar em conta as necessidades do trabalho e os interesses do empregado, mas, inexistindo concordância quanto à definição do período em que serão gozadas ou acordo ou convenção coletiva a respeito, caberá ao empregador a prerrogativa de fixar as datas, dando ciência ao empregado da decisão.

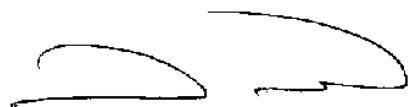
§ 1º Os membros de uma mesma família terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disso não resultar prejuízo para o serviço na empresa ou nas empresas em que trabalharem.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, os empregados deverão comprovar, no prazo previsto no art. 135, a opção de concessão das férias do outro ente familiar empregado.

§ 3º O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 2 de outubro de 2013.



Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Comissão de Assuntos Sociais - CAS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, de 2011, QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM: PLS 552/2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 47ª REUNIÃO, DE 02/10/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

SEN. WALDEMIR MOKA

RELATOR: SEN. PAULO PAIM

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Paulo Paim (PT) <i>RELATOR</i>	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PST)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB) <i>PRESIDENTE</i>	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Osvaldo Sobrinho (PTB)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDA Nº 1-CAE-CAS (SUBSTITUTIVO) AO PLS Nº 369, DE 2011
(Fica prejudicado o PLS nº 552, de 2011, que tramita em conjunto)

TITULARES		SUPLENTE									
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC, PRB, PSOL)											
PAULO PAIM (PT)	RELATOR	X									
ÂNGELA PORTELA (PT)		X									
HUMBERTO COSTA (PT)											
WELLINGTON DIAS (PT)		X									
JOÃO DURAL (PDT)		X									
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)		X									
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)		X									
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO						
WALDEMIR MOKA (PMDB)		Presidente									
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)											
CASILDO MALDANER (PMDB)		X									
VITAL DO RÉGO (PMDB)											
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)											
ANA AMÉLIA (PP)		X									
PAULO DAVIM (PV)											
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO						
CÍCERO LUCENA (PSDB)		X									
LÚCIA VÂNIA (PSDB)		X									
JOSÉ AGRIPINO (DEM)											
OSVALDO SOBRINHO (PTB)		X									
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO						
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)											
EDUARDO AMORIM (PSC)		X									
JOÃO RIBEIRO (PR)											

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 02 / 10 / 2013.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)



Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 19/09/2013

PARECER Nº 1.181-A, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Sociais)
(2º Pronunciamento, em turno suplementar)

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Tramitam nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado⁴ (PLS) nº 369, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, e o PLS nº 552, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella. Ambas as proposições alteram o art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a concessão de férias aos empregados.

Na sessão de 9 de julho de 2013 as proposições foram aprovadas na forma da emenda substitutiva aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos-CAE, assim redigida:

“EMENDA Nº 1-CAE-CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2011

Altera o art 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a concessão de férias de acordo com as necessidades de trabalho e os interesses dos empregados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 136 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 136. A época da concessão das férias deverá levar em conta as necessidades do trabalho e os interesses do empregado, mas, inexistindo concordância quanto à definição do período em que serão gozadas ou acordo ou convenção coletiva a respeito, caberá ao empregador a prerrogativa de fixar as datas, dando ciência ao empregado da decisão.

§ 1º Os membros de uma mesma família terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disso não resultar prejuízo para o serviço na empresa ou nas empresas em que trabalharem.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, os empregados deverão comprovar, no prazo previsto no art. 135, a opção de concessão das férias do outro ente familiar empregado.

§ 3º O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

II – ANÁLISE

O eminente Senador Cyro Miranda apresenta emenda que pretende a supressão dos §§ 1º e 2º do art. 136 da CLT, alterados pelo art. 1º do PLS nº 369, de 2011.

Argumenta que a obrigatoriedade de coincidência do período de gozo das férias do empregado com a do cônjuge que trabalhe em empresa diversa deve ser vista com cautela, pois não se pode retirar a autonomia do empregador no que concerne ao fluxo de funcionários.

E mais adiante resume seu pensamento consignando que a “responsabilidade do empregador pelos riscos do empreendimento é medida de proteção ao trabalhador e deve ser garantida por meio de instrumentos que assegurem a livre gestão empresarial.”

A previsão estabelecida nos §§ 1º e 2º que se pretende introduzir ao art. 136 da CLT é, ainda, alvo de grande resistência por parte dos empregadores. O direito que os membros de uma família teriam para gozar férias em idêntico período, mesmo trabalhando em empresas diferentes é tema controverso para os empresários e de difícil operação, sendo aconselhável que os instrumentos normativos (acordos e convenções coletivas de trabalho) disponham sobre o tema.

Assim, para não prejudicar ainda mais a tramitação da matéria, aquiescemos com renitência, para que a referida possa ser aprovada.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da Emenda nº 1, do Senador Cyro Miranda, apresentada em face do Substitutivo CAE-CAS, aprovado em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, ora em votação de turno suplementar.

Sala da Comissão, 16 de outubro de 2013.

Senador WALDEMIR MOKA
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou, após discussão em Turno Suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, nos termos da Emenda nº 1-CAS do Turno Suplementar, de iniciativa do Senador Cyro Miranda.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2011

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2011

Altera o art 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a concessão de férias de acordo com as necessidades de trabalho e os interesses dos empregados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

4.

Art. 1º O art. 136 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 136. A época da concessão das férias deverá levar em conta as necessidades do trabalho e os interesses do empregado, mas, inexistindo concordância quanto à definição do período em que serão gozadas ou acordo ou convenção coletiva a respeito, caberá ao empregador a prerrogativa de fixar as datas, dando ciência ao empregado da decisão.

Parágrafo único. O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de outubro de 2013.



Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Comissão de Assuntos Sociais - CAS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, de 2011, QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM: PLS 552/2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 50ª REUNIÃO, DE 16/10/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

Senador Waldemir Moka

RELATOR:

Senador Paulo Paim

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Paulo Paim (PT) <i>Relator</i>	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lidice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Oswaldo Sobrinho (PTB)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2011

TITULARES				SUPLENTE			
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)							
PAULO PAIM (PT)	X						
ÂNGELA PORTELA (PT)	X						
HUMBERTO COSTA (PT)				X			
WELLINGTON DIAS (PT)	X						
JOÃO DURVAL (PDT)	X						
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)							
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)							
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)							
WALDEMIR MOKA (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)							
CASILDO MALDANER (PMDB)							
VITAL DO RÉGO (PMDB)							
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)	X						
ANA AMÉLIA (PP)							
PAULO DAVIM (PV)							
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)							
CÍCERO LUCENA (PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO			
LÚCIA VÂNIA (PSDB)							
JOSÉ AGRIPINO (DEM)							
OSVALDO SOBRINHO (PTB)	X						
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)							
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X						
JOÃO RIBEIRO (PR)							

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 16/10/2013.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RF)

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 19/09/2013


COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDA DE AUTORIA DO SENADOR CYRO MIRANDA AO
SUBSTITUTIVO AO PLSNº 369, DE 2011

TITULARES					SUPLENTE				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOSÉ PIMENTEL (PT)	X			
WELLINGTON DIAS (PT)	X				4- ANA RITA (PT)				
JOÃO DURVAL (PDT)	X				5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)					7- LIDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)					1- SÉRGIO SOUZA	X			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					2- VAGO				
CASILDO MALDANER (PMDB)					3- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
VITAL DO RÉGO (PMDB)					4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)	X				5- ROMERO JUCA (PMDB)				
ANA AMÉLIA (PP)					6- BENEDITO DE LIRA (PP)				
PAULO DAVIM (PV)					7- SÉRGIO PETECÃO (PSD)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB)	X			
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					3- PAULO BAUER (PSDB)				
OSVALDO SOBRINHO (PTB)	X				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)	X				2- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				
JOÃO RIBEIRO (PR)					3- VAGO				

TOTAL: 1A SIM: 10 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 16 / 10 / 2013.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 131, § 8º - RISF)


Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 19/09/2013

EMENDA Nº 2 – CAS (SUBSTITUTIVO)

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2011

Altera o art 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a concessão de férias de acordo com as necessidades de trabalho e os interesses dos empregados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

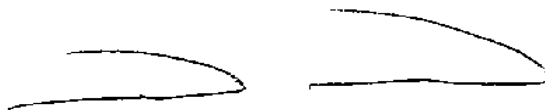
Art. 1º O art. 136 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 136.** A época da concessão das férias deverá levar em conta as necessidades do trabalho e os interesses do empregado, mas, inexistindo concordância quanto à definição do período em que serão gozadas ou acordo ou convenção coletiva a respeito, caberá ao empregador a prerrogativa de fixar as datas, dando ciência ao empregado da decisão.

Parágrafo único. O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de outubro de 2013.



Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012) (Produção de efeito)

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 136 - A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

§ 1º - Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

§ 2º - O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

DECRETO Nº 3.197, DE 5 DE OUTUBRO DE 1999.

Promulga a Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Férias Anuais Remuneradas (revista em 1970), concluída em Genebra, em 24 de junho de 1970.

Artigo 10

1. - A ocasião em que as férias serão gozadas será determinada pelo empregador, após consulta à pessoa empregada interessada em questão ou seus representantes, a menos que seja fixada por regulamento, acordo coletivo, sentença arbitral ou qualquer outra maneira conforme à prática nacional.

2. - Para fixar a ocasião do período de gozo das férias serão levadas em conta as necessidades do trabalho e as possibilidades de repouso e diversão ao alcance da pessoa empregada.

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OFÍCIO Nº 258/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

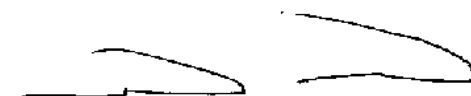
Brasília, 16 de outubro de 2013.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, após discussão em Turno Suplementar, aprovou Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, que *altera o caput do art. 136 da CLT, para determinar que a concessão de férias do trabalhador seja precedida de consulta pelo empregador sobre a data de seu gozo.*

Respeitosamente,



Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, que reapresenta projeto da então Senadora Serys Slhessarenko, arquivado ao final da legislatura passada. A medida pretende, basicamente, determinar que a data da concessão das férias, pelo empregador, seja precedida de consulta à pessoa empregada interessada.

Ao justificar sua iniciativa, a autora registra a existência do art. 10 da Convenção nº 132, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), revista em 1970 e ratificada pelo Brasil em 23 de setembro de 1998, segundo a qual as pessoas empregadas serão consultadas sobre a melhor ocasião para o gozo de férias, a menos que esse momento seja fixado em regulamento, acordo coletivo, sentença arbitral ou qualquer outra maneira conforme a prática nacional.

Registra, além disso, que o período de férias possui *fundamentos de natureza biológica, pois visa a neutralizar os problemas psicofisiológicos oriundos da fadiga decorrente do trabalho; de caráter social, porquanto possibilita ao trabalhador viver, como ser humano, na comunidade a que pertence, praticando atividades recreativas, culturais ou físicas*. As férias, além disso, permitem o aprimoramento do conhecimento, o convívio estreito com a família e, em última instância, um melhor rendimento na execução do trabalho.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A matéria que se pretende disciplinar, período de concessão de férias, pertence tradicionalmente ao ramo do Direito do Trabalho e se inclui entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Está, também, relacionada entre os temas desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na forma do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, ou seja, relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.

Quanto à iniciativa e à competência para legislar, portanto, não há impedimentos formais constitucionais. Além disso, não identificamos aspectos regimentais que obstem a aprovação da matéria.

No mérito, ninguém mais duvida que o ideal é que haja uma consulta ao empregado sobre o melhor momento para o gozo de férias. Caso contrário, pode haver frustração, desencontro de datas entre familiares e um custo mais elevado, na alta estação, para a realização do sonho de viajar.

O que se busca, enfim, é a harmonia entre empregados e empregadores para que, ao final das férias, as relações voltem a fluir com a normalidade desejada, sem animosidades nem desavenças. A fixação do período de gozo de férias, por outro lado, não pode servir para constranger o empregado a pedir demissão ou abrir mão de outras oportunidades positivas.

Com relação ao mérito, consideramos que podem ser feitos alguns ajustes na redação proposta, com o objetivo de melhor atender o objetivo que se pretende.

Em primeiro lugar, o texto do *caput* previsto para o art. 136 da CLT prevê a consulta, mas não especifica o que ocorrerá se o empregado, por exemplo, não aceitar a fixação das férias naquele período. Trata-se de mera consulta que pode ter resposta positiva ou negativa.

Identificamos também uma incompatibilidade com o art. 135 da CLT que afirma: “A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias. Dessa participação o interessado dará recibo”. Haveria uma participação e uma consulta no mesmo dia.

Como solução, sugerimos então que o empregador informe o empregado, na forma do citado art. 135, e, havendo resistência e falta de acordo, ele seja autorizado a fixar as férias, fundamentando as razões de sua decisão e dando ciência ao interessado..

III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, com a seguinte emenda.

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2011

Altera o *caput* do art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a época de concessão de férias, de acordo com as necessidades do trabalho e os interesses do empregado, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 136.** A época da concessão das férias deverá levar em conta as necessidades do trabalho e os interesses do empregado, mas,

inexistindo concordância quanto à definição do período em que serão gozadas ou acordo ou convenção coletiva a respeito, caberá ao empregador a prerrogativa de fixar as datas, fundamentando a decisão e dando ciência ao interessado.

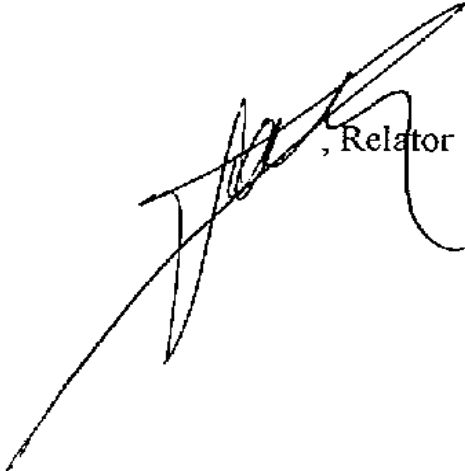
.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over the text of the President and the Reporter. The signature is composed of several overlapping loops and strokes, with a long horizontal line extending from the left side.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.

A proposição altera o § 1º e acrescenta § 3º ao art. 136 da CLT.

Na sua justificação o eminente autor argumenta que a fixação do período em que o empregado desfrutará suas férias é uma prerrogativa do empregador. A manutenção desse princípio é de fundamental importância para a preservação do bom funcionamento da empresa. Imagine-se se um grande número de empregados decidisse sair de férias ao mesmo tempo. Muitos prejuízos poderiam advir a essa empresa, podendo, inclusive, paralisá-la, parcial ou totalmente.

Essa prerrogativa conferida ao empregador, no entanto, não pode ignorar as possibilidades de repouso e lazer ao alcance do trabalhador e, no caso em questão, de membros de uma mesma família.

A proposição busca, assim, valorizar a família, especialmente nos momentos de férias, o que é salutar e desejável por todos.

Até a presente data não foram apresentadas emendas às proposições no âmbito desta Comissão.

II – ANÁLISE

4

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre o presente projeto, em caráter terminativo.

Proposições destinadas a regulamentação do direito a férias inserem-se no campo do Direito do Trabalho.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, ambas as proposições estão desprovidas de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, merecendo apenas um pequeno reparo redacional para incluir o acréscimo do § 3º ao art. 136 da CLT, o que fazemos na forma das emendas ao final propostas.

Como já relatado anteriormente, a presente proposição pretende a unificação, sempre que possível, das férias dos membros de uma mesma família.

Além disso, como já referido neste projeto de lei, deve-se considerar que a Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho – OIT deu nova inteligência ao art. 136 da CLT.

Com efeito, de acordo com o art. 10 da citada Convenção, a ocasião em que as férias serão gozadas será determinada pelo empregador, após consulta à pessoa empregada interessada em questão ou seus representantes, a menos que seja fixada por regulamento, acordo coletivo, sentença arbitral ou qualquer outra maneira conforme a prática nacional.

Para fixar a ocasião do período de gozo das férias serão levadas em conta as necessidades do trabalho e as possibilidades de repouso e diversão ao alcance da pessoa empregada.

Verifica-se, claramente, que a fixação da data em que o empregado deverá gozar férias, ainda que seja decorrente de um ato privativo do empregador, não pode ser um ato solitário e arbitrário, pois deverá atender, sempre que possível, as necessidades do trabalhador.

Assim, com o intuito ampliar e conferir maior efetividade ao que determina o § 1º do art. 136 da CLT, foram propostas as duas alterações constantes desta proposição. A primeira, para inserir no referido dispositivo a orientação contida no art. 10 da Convenção nº 132 da OIT, adotada em 1970 e cuja aprovação pelo Congresso Nacional foi sucedida de ratificação pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, tornando-a de cumprimento obrigatório.

A segunda alteração visa ampliar a possibilidade hoje contida na lei, de os familiares que trabalhem em uma mesma empresa gozarem férias no mesmo período. Para os que sejam empregados em empresas distintas, insere-se regra nova, contida no § 3º, para o processamento do pleito.

Por fim, no caso de impasse quanto à definição do período em que serão usufruídas as férias, caberá ao empregador fixar o seu período de gozo, mas este deverá fundamentar a decisão e dar ciência, por escrito, aos interessados, em paridade com a formalidade exigida pela CLT para a comunicação de férias ao empregado.

Por derradeiro, lembramos que os incisos III e IV do art. 1º, e o art. 226 da CF prestigiam a proposta, com base no primado de que a família tem proteção especial do Estado.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, com as emendas a seguir propostas:

EMENDA 01 – CAS

A ementa do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, passa a ter a seguinte redação:

“Altera o art. 136 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para modificar a redação do seu § 1º e acrescentar § 3º, fixando novas disposições para a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.”

EMENDA 02 - CAS

O art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, passa a ter a seguinte redação:

“**Art. 1º** O art. 136 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT passa a vigorar acrescido do § 3º e com a seguinte alteração de redação ao seu § 1º:

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.

A proposição altera o § 1º e acrescenta § 3º ao art. 136 da CLT.

Na sua justificação o eminente autor argumenta que a fixação do período em que o empregado desfrutará suas férias é uma prerrogativa do empregador. A manutenção desse princípio é de fundamental importância para a preservação do bom funcionamento da empresa. Imagine-se se um grande número de empregados decidisse sair de férias ao mesmo tempo. Muitos prejuízos poderiam advir a essa empresa, podendo, inclusive, paralisá-la, parcial ou totalmente.

Essa prerrogativa conferida ao empregador, no entanto, não pode ignorar as possibilidades de repouso e lazer ao alcance do trabalhador e, no caso em questão, de membros de uma mesma família.

A proposição busca, assim, valorizar a família, especialmente nos momentos de férias, o que é salutar e desejável por todos.

Até a presente data não foram apresentadas emendas às proposições no âmbito desta Comissão.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre o presente projeto, em caráter terminativo.

Proposições destinadas a regulamentação do direito a férias inscrevem-se no campo do Direito do Trabalho.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, ambas as proposições estão desprovidas de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, merecendo apenas um pequeno reparo redacional para incluir o acréscimo do § 3º ao art. 136 da CLT, o que fazemos na forma das emendas ao final propostas.

Como já relatado anteriormente, a presente proposição pretende a unificação, sempre que possível, das férias dos membros de uma mesma família.

Além disso, como já referido neste projeto de lei, deve-se considerar que a Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho – OIT deu nova inteligência ao art. 136 da CLT.

Com efeito, de acordo com o art. 10 da citada Convenção, a ocasião em que as férias serão gozadas será determinada pelo empregador, após consulta à pessoa empregada interessada em questão ou seus representantes, a menos que seja fixada por regulamento, acordo coletivo, sentença arbitral ou qualquer outra maneira conforme a prática nacional.

Para fixar a ocasião do período de gozo das férias serão levadas em conta as necessidades do trabalho e as possibilidades de repouso e diversão ao alcance da pessoa empregada.

Verifica-se, claramente, que a fixação da data em que o empregado deverá gozar férias, ainda que seja decorrente de um ato privativo do empregador, não pode ser um ato solitário e arbitrário, pois deverá atender, sempre que possível, as necessidades do trabalhador.

Assim, com o intuito ampliar e conferir maior efetividade ao que determina o § 1º do art. 136 da CLT, foram propostas as duas alterações constantes desta proposição. A primeira, para inserir no referido dispositivo a orientação contida no art. 10 da Convenção nº 132 da OIT, adotada em 1970 e cuja aprovação pelo Congresso Nacional foi sucedida de ratificação pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, tornando-a de cumprimento obrigatório.

A segunda alteração visa ampliar a possibilidade hoje contida na lei, de os familiares que trabalhem em uma mesma empresa gozarem férias no mesmo período. Para os que sejam empregados em empresas distintas, insere-se regra nova, contida no § 3º, para o processamento do pleito.

Por fim, no caso de impasse quanto à definição do período em que serão usufruídas as férias, caberá ao empregador fixar o seu período de gozo, mas este deverá fundamentar a decisão e dar ciência, por escrito, aos interessados, em paridade com a formalidade exigida pela CLT para a comunicação de férias ao empregado.

Por derradeiro, lembramos que os incisos III e IV do art. 1º, e o art. 226 da CF prestigiam a proposta, com base no primado de que a família tem proteção especial do Estado.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, com as emendas a seguir propostas:

EMENDA nº

A ementa do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, passa a ter a seguinte redação:

“Altera o art. 136 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para modificar a redação do seu § 1º e acrescentar § 3º, fixando novas disposições para a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.”

EMENDA nº

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 136 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, passa a vigorar acrescido do § 3º e com a seguinte alteração de redação ao seu § 1º:

Art. 136.

§ 1º Os membros de uma mesma família terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disso não resultar prejuízo para o serviço na empresa ou nas empresas em que trabalharem. Havendo discordância quanto à definição do período em que serão usufruídas, ou acordo ou convenção coletiva que disponha a respeito, caberá aos empregadores fixarem o seu período de gozo, fundamentando a decisão e dando ciência, por escrito, aos interessados.

.....

§ 3º Para o cumprimento do disposto no §1º deste artigo, os empregados deverão comprovar, no prazo previsto no art. 135, a opção de concessão das férias do outro ente familiar empregado. (NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente

 Relator

PARECERES

Nºs 1.182 E 1.183, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para dar maior transparência à cláusula indenizatória desportiva do contrato especial de trabalho desportivo, assim como exigir que percentual desta seja utilizado para a quitação de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas.

PARECER Nº 1.182, DE 2013 (Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

RELATORA: Senadora **LÍDICE DA MATA**

I – RELATÓRIO

Encontra-se sob exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 428, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, que traz alterações aos arts. 27 e 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, a Lei Pelé, de forma a criar novas regulações a respeito da cláusula indenizatória desportiva.

Pelo art. 1º da proposição, acrescenta-se o inciso VI ao § 6º do art. 27 da Lei Pelé, com o objetivo de acrescer a exigência da apresentação de lista de investidores que tenham direito a parcelas da cláusula indenizatória desportiva àquelas já existentes no dispositivo, a fim de que entidades desportivas citadas no **caput** do mesmo artigo possam obter financiamento com recursos públicos ou fazer jus a programas de recuperação econômico-financeiros.

O art. 2º da proposição pretende acrescentar dois novos parágrafos (§§ 7º e 8º) ao art. 28 da Lei Pelé, renumerando-se os atuais §§ 7º a 10 para §§ 9º a 12.

Pelo § 7º proposto, no registro do contrato especial de trabalho desportivo de qualquer atleta na entidade de administração do desporto deve haver a especificação sobre a existência ou não de investidores que tenham direito a parcelas da cláusula indenizatória desportiva.

Já o § 8º visa a ajudar o saneamento dos débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas dos clubes, com a obrigação da utilização de pelo menos 10% da cláusula indenizatória para a quitação desses débitos.

Por fim, o art. 3º contém a cláusula de vigência. A lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o autor afirma que:

[...] constantemente os direitos econômicos são negociados com terceiros estranhos às atividades esportivas, conhecidos como “investidores”, que adquirem percentuais proporcionais ao total investido.

O autor continua asseverando que:

Vemos, pois, que, com o fim do instituto do “passe” na Lei Pelé, surgiu a figura do “investidor”, ao qual interessa a negociação do atleta, por cessão ou transferência, antes do término do contrato de trabalho por decurso de prazo. Visto que qualquer cessão ou transferência de atleta, profissional ou não, depende de sua formal e expressa anuência, consoante o art. 38 da Lei Pelé, a pressão passa a recair sobre o jogador profissional, como se observou em vários episódios recentes de negociações entre clubes. [...]

Por isso, é importante que se cobre a transparência dos contratos de negociação de parcela dos “direitos econômicos” [...]

Após a apreciação da CE, a matéria irá à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde caberá a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem a respeito de normas gerais sobre desportos, entre outros assuntos. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 428, de 2012, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

Desta Comissão, espera-se, em particular, a análise sobre o mérito da proposição, que consideramos de grande louvor, pois, pelos dispositivos que pretende acrescentar à Lei Pelé, traz mais transparência à cláusula indenizatória desportiva, prevista no art. 28, inciso I, do Estatuto do Esporte, e chamada, popularmente, de “direitos econômicos” sobre o atleta.

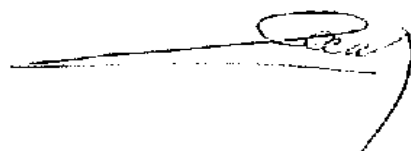
Concordamos com o autor no que diz respeito à pressão de muitos investidores sobre o jogador profissional, relatados na mídia em vários episódios recentes de negociações entre clubes. Os profissionais tornam-se, muitas vezes, como “ações” em bolsas de valores e o talento transforma-se em fonte ordinária de especulação.

O projeto encontra-se lavrado conforme a boa técnica legislativa. Não observamos óbices quanto à legalidade e à constitucionalidade da proposição, que serão ainda objeto de exame mais aprofundado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), à qual cabe decisão terminativa.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2012.

Sala da Comissão,



, Presidente

Edineia da Costa e Sousa, Relatora

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 25ª REUNIÃO, DE 11/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. ANA AMÉLIA

RELATOR: SEN. RICARDO FERRAÇO

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lidice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB)
VAGO	9. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Valdir Raupp (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Luiz Henrique (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Ana Amélia (PP)	6. VAGO
Benedito de Lira (PP)	7. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	8. VAGO
Kátia Abreu (PSD)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	5. Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
VAGO	2. João Vicente Claudino (PTB)
VAGO	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
VAGO	4. VAGO

PARECER Nº 1.183, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador SÉRGIO SOUZA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 428, de 2012, promove alterações na Lei nº 9.615, de 1998, a Lei Pelé, por meio de acréscimos a seus arts. 27 e 28. O art. 1º do projeto propõe modificar o art. 27 da referida lei, por meio do acréscimo do inciso VI ao seu § 6º, estabelecendo a obrigação da apresentação de lista de investidores que tenham direito a parcelas da cláusula indenizatória desportiva prevista na Lei.

O art. 2º, por seu turno, propõe acrescentar os §§ 7º e 8º ao art. 28 daquela lei, estabelecendo a obrigação de, no registro do contrato especial de trabalho desportivo na entidade de administração do desporto, a entidade também registrar a lista de investidores com quem ela tenha negociado parcelas da cláusula indenizatória. Além disso, prevê que pelo menos dez por cento do valor recebido em tal condição devem ser utilizados para abatimento de eventuais débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas havidos pelas entidades de prática desportiva.

Por fim, o art. 3º do projeto estabelece a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Na justificação da proposição, o autor observa que, embora a Lei Pelé disponha que a cláusula indenizatória desportiva é devida exclusivamente à entidade de prática desportiva à qual está vinculado o atleta, frequentemente os direitos econômicos têm sido negociados com terceiros estranhos às atividades esportivas. A figura do “investidor”, termo que se disseminou no meio esportivo, surge, portanto, após o fim do instituto do “passe” e, de acordo com o autor do projeto, faz-se necessário, por meio da alteração da legislação em vigor, garantir maior transparência financeira e administrativa e a moralidade na gestão esportiva.

A proposição em exame foi apresentada em 28 de novembro de 2012 e recebeu despacho para a análise das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e deste colegiado, que deve se manifestar em caráter terminativo. Na CE, o projeto recebeu parecer favorável.

A proposição não foi objeto de emendas.

II – ANÁLISE

De acordo com o disposto no inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), incumbe à Comissão de Assuntos Sociais manifestar-se sobre proposições que tratem de relações de trabalho e condições para o exercício de profissões, tema abordado pela proposição em tela.

Deve esta Comissão, portanto, manifestar-se a respeito da proposição no que concerne aos aspectos atinentes ao exercício da profissão de atleta.

É sabido que, atualmente, a Lei Pelé não determina que todas as partes eventualmente envolvidas nas negociações relativas às contratações e que tenham direito a porcentagem futura do valor da cláusula indenizatória por ocasião da venda de atletas profissionais sejam discriminadas.

O projeto que ora examinamos corrige essa distorção e traz maior transparência a tais transações. Não há dúvida quanto ao fato de que o atleta profissional e todo o ambiente desportivo serão beneficiados em virtude da adoção de medida de tal natureza.

Além disso, ao determinar a utilização de, pelo menos, dez por cento do valor da cláusula indenizatória para a amortização de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas dos clubes, o projeto estabelece obrigação condizente com o interesse público.

É, portanto, meritória e oportuna a proposição.

Tendo em vista o caráter terminativo da análise da matéria, é necessário que esta Comissão se pronuncie sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos projetos sob sua análise. Não encontramos óbice algum no que respeita a esses aspectos.

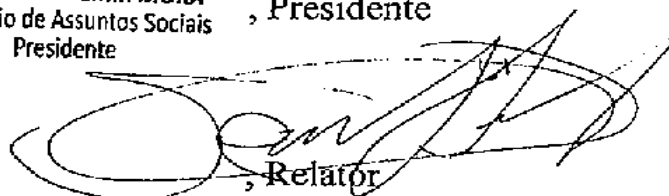
A Constituição Federal determina, em seu art. 24, IX, que compete à União instituir diretrizes sobre desporto, matéria tratada pela proposição em tela. De outra parte, a deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no seu art. 48, não havendo restrição à iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 também da Lei Maior.

III – VOTO

Tendo em vista o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2012.

Sala da Comissão, 16 de outubro de 2013.

Senador **WALDEMIR MOKA**, Presidente
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente


, Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 50ª REUNIÃO, DE 16/10/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN WALDEMIR MOKA

RELATOR: SEN SÉRGIO SOUZA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Osvaldo Sobrinho (PTB)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO


PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, DE 2012

TITULARES				SUPLENTE			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
X		PAULO PAIM (PT)		1- EDUARDO SUPLICY (PT)			
X		ÂNGELA PORTELA (PT)		2- MARTA SUPLICY (PT)			
X		HUMBERTO COSTA (PT)		3- JOSÉ PIMENTEL (PT)	X		
X		WELLINGTON DIAS (PT)		4- ANA RITA (PT)	X		
X		JOÃO DURVAL (PDT)		5- LINDBERGH FARIAS (PT)			
		RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)		6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)			
		VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)		7- LIDICE DA MATA (PSB)			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
		WALDEMIR MOKA (PMDB)		1- SÉRGIO SOUZA	X		
		ROBERTO REQUIÃO (PMDB)		2- VAGO			
		CASILDO MALDANER (PMDB)		3- EDUARDO BRAGA (PMDB)			
		VITAL DO RÊGO (PMDB)		4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)			
X		JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)		5- ROMERO JUCÁ (PMDB)			
		ANA AMÉLIA (PP)		6- BENEDITO DE LIRA (PP)			
		PAULO DAVIM (PV)		7- SÉRGIO PETECÃO (PSD)			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
		CÍCERO LUCENA (PSDB)		1- AÉCIO NEVES (PSDB)			
		LÚCIA VÂNIA (PSDB)		2- CYRO MIRANDA (PSDB)	X		
X		JOSÉ AGRIPINO (DEM)		3- PAULO BAUER (PSDB)			
		OSVALDO SOBRINHO (PTB)		4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
		MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)		1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)			
		EDUARDO AMORIM (PSC)		2- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)			
		JOÃO RIBEIRO (PR)		3- VAGO			

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 16 / 10 / 2013.

Obs.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 131, § 8º - RISF)

Atualizada em 19/09/2013


Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998.

Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

.....

Art. 27. As entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais e as entidades de administração de desporto ou ligas em que se organizarem, independentemente da forma jurídica adotada, sujeitam os bens particulares de seus dirigentes ao disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, além das sanções e responsabilidades previstas no caput do art. 1.017 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na hipótese de aplicarem créditos ou bens sociais da entidade desportiva em proveito próprio ou de terceiros. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 2003)

.....

§ 6º Sem prejuízo de outros requisitos previstos em lei, as entidades de que trata o caput deste artigo somente poderão obter financiamento com recursos públicos ou fazer jus a programas de recuperação econômico-financeiros se, cumulativamente, atenderem às seguintes condições: (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

.....

V - apresentar suas demonstrações financeiras, juntamente com os respectivos relatórios de auditoria, nos termos definidos no inciso I do art. 46-A desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

§ 7º Os recursos do financiamento voltados à implementação do plano de resgate serão utilizados: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)

.....

Art. 28. A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva, no qual deverá constar, obrigatoriamente: (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

.....

§ 7º A entidade de prática desportiva poderá suspender o contrato especial de trabalho desportivo do atleta profissional, ficando dispensada do pagamento da remuneração nesse período, quando o atleta for impedido de atuar, por prazo ininterrupto superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de ato ou evento de sua exclusiva responsabilidade, desvinculado da atividade profissional, conforme previsto no referido contrato. (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

§ 8º O contrato especial de trabalho desportivo deverá conter cláusula expressa reguladora de sua prorrogação automática na ocorrência da hipótese prevista no § 7º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

§ 9º Quando o contrato especial de trabalho desportivo for por prazo inferior a 12 (doze) meses, o atleta profissional terá direito, por ocasião da rescisão contratual por culpa da entidade de prática desportiva empregadora, a tantos doze avos da remuneração mensal quantos forem os meses da vigência do contrato, referentes a férias, abono de férias e 13º (décimo terceiro) salário. (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

§ 10. Não se aplicam ao contrato especial de trabalho desportivo os arts. 479 e 480 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

.....

Art. 38. Qualquer cessão ou transferência de atleta profissional ou não-profissional depende de sua formal e expressa anuência. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 2000)

.....

OFÍCIO Nº 259/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 16 de outubro de 2013

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2012, que *altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para dar maior transparência à cláusula indenizatória desportiva do contrato especial de trabalho desportivo, assim como exigir que percentual desta seja utilizado para a quitação de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas*, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

Respeitosamente,



Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECERES

Nºs 1.184 E 1.185, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012, do Senador Antonio Carlos Valadares, que modifica o caput do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências, para fixar a contribuição do PIS/PASEP para as pessoas físicas, urbanas e rurais, na condição de empregadoras e para estender aos seus empregados o pagamento do abono salarial anual.

PARECER Nº 1.184, DE 2013 **(Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)**

RELATOR: Senador WALDEMIR MOKA

I – RELATÓRIO

Deu entrada nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que propõe modificação da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro

de 1990 e da Lei nº 9.715, 25 de novembro de 1998, para incluir entre os beneficiários do abono salarial anual os empregados, urbanos e rurais, de empregadores pessoas físicas, que passam a contribuir para o PIS/PASEP, com base na folha de salários de seus empregados.

O PLS nº 165, de 2012, foi inicialmente encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais – CAS, em decisão terminativa. Por força do Requerimento nº 837, de 2013, a matéria foi remetida para apreciação desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo a mim a relatoria da proposição, o que faço a seguir.

O Projeto de Lei em comento, em seu art. 1º, altera o *caput* do art. 9º da Lei nº 7.998, de 1990, para estender aos empregados de pessoas físicas, urbanas e rurais, o benefício do abono salarial.

Em seu art. 2º, altera a Lei nº 9.715, de 1998, visando, do mesmo modo, a compatibilização da Legislação vigente, garantindo o contribuição dos empregadores pessoas físicas, urbanas e rurais, para o PIS/PASEP.

No período regimental não foram apresentadas emendas à matéria.

II – ANÁLISE

No que se refere à constitucionalidade e à regimentalidade, entendo não haver vícios que prejudiquem o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012. O texto segue a boa técnica legislativa, sendo dotado de concisão, clareza e objetividade.

Compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, análise do mérito da proposição, nos termos do art. 104-B, incisos XVI e XXI, do Regimento Interno do Senado Federal - RISF.

O PLS 165, de 2012, visa estender aos trabalhadores empregados por pessoas físicas o benefício do abono salarial. Para tanto a proposição prevê a contribuição desses empregadores pessoas físicas ao PIS/PASEP, fonte de custeio do abono salarial, de acordo com o art. 239 da Constituição Federal.

O abono salarial é um benefício pago anualmente, no valor de um salário mínimo, aos trabalhadores que perceberam em média até dois salários mínimos mensais no ano anterior. Para fazer jus a esse abono, o trabalhador deve estar cadastrado há no mínimo cinco anos no PIS/PASEP, além de ter trabalhado com vínculo empregatício por pelo menos trinta dias no ano anterior.

Ao estender aos trabalhadores empregados por pessoas físicas o abono salarial, o PLS em apreço vem potencializar o alcance social daquele benefício. Além disso, a proposição vem atender aos reclamos das entidades representativas dos trabalhadores rurais, que têm reiteradamente pleiteado que os trabalhadores do campo venham a ter acesso aos mesmos benefícios que os demais empregados vinculados a pessoas jurídicas.

Na área rural, os números são bastante imprecisos. Entretanto, se considerarmos os trabalhadores temporários como um parâmetro de estimativa do grupo a ser mais afeto pela extensão do abono salarial, podemos ter uma ideia inicial do alcance da proposição. De um total de 14,1 milhões de trabalhadores, cerca de 15% são temporários, o que nos dá um volume inicial de mais de um milhão de novos beneficiários.

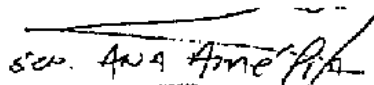
Cumprе ressaltar, ainda, que a referida iniciativa beneficia também os trabalhadores domésticos, cujos vínculos empregatícios junto a pessoas físicas se assemelham aos dos trabalhadores rurais. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, o Brasil tem cerca de 7,2 milhões de empregados domésticos. De acordo com os dados da PNAD/TBGE, 30,7 % desses empregados domésticos percebem até dois salários mínimos mensais e mantêm vínculo empregatício formal (carteira assinada). Isso significa dizer que mais de dois milhões de trabalhadores doméstico, em sua grande maioria mulheres, serão beneficiados pelo PLS 165, de 2012.

A ampliação do alcance da proposição é, portanto, vigorosa, podendo beneficiar, em um primeiro momento, cerca de três milhões de trabalhadores.

III – VOTO


Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165 de 2012.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2013.



sen. Ana Amélia

, Presidente



sen. Wladimir Moka

, Relator

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 25ª REUNIÃO, DE 03/10/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

SEN. ANA AMÉLIA

RELATOR:

SEN. WALDEMIRO MOKA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Zeze Perrella (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Castido Maldaner (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Ana Amélia (PP) (Presidente)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Kátia Abreu (PSD)	7. Garibaldi Alves (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyrol Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Ruben Figueiró (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Oswaldo Sobrinho (PTB)	3. Cicero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
	2. Blairo Maggi (PR)

PARECER Nº 1.185, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador **WALDEMIR MOKA**

I - RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012, que tem por objetivo incluir entre os beneficiários do abono salarial anual os empregados, urbanos e rurais, de empregadores pessoas físicas, que passam, doravante, a contribuir para o programa do PIS/PASEP, com base na folha de salários de seus empregados.

Ao justificar sua iniciativa, o autor argumenta:

A exclusão dos empregados de pessoas físicas, sejam elas urbanas ou rurais, constitui-se em odiosa discriminação, pois no gênero são todos empregados, não cabendo a distinção, mesmo sem uma fonte de custeio fixa ou específica.

Buscamos, desta forma, atender aos anseios das entidades representativas dos trabalhadores rurais, que tem dentre suas reivindicações básicas, a percepção do abono salarial, assim como já percebido pelos demais empregados vinculados a pessoas jurídicas.

No ambiente rural, empregados que trabalham lado a lado e contribuem com seu suor para que o Brasil tenha esse desempenho econômico fantástico na área da agricultura e da pecuária, são tratados pela própria lei de forma distinta.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, discutir e deliberar sobre projetos de lei que versem sobre matérias atinentes às relações de trabalho e seguridade social.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos qualquer óbice de natureza jurídica ou constitucional à proposta. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

Sob o aspecto material, a proposição alinha-se e dá efetividade ao disposto no artigo 239, § 3º, da Constituição Federal, que determina que *aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual (...).*

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

A proposição em discussão pretende disciplinar a inclusão entre os beneficiários do abono salarial anual dos empregados, urbanos e rurais, de empregadores pessoas físicas.

No mérito, não há reparos a fazer à proposta, eis que o direito que se assegura é fundamental para um tratamento isonômico de todos os trabalhadores empregados, sejam eles vinculados a pessoas jurídicas ou a pessoas físicas.

Como se sabe, o abono salarial consiste no pagamento de um salário mínimo anual aos trabalhadores que receberam em média até dois salários mínimos mensais no ano anterior, estão cadastrados no PIS ou PASEP há pelo menos cinco anos, e que tenham trabalhado no ano anterior com vínculo empregatício por, pelo menos, trinta dias.

Infelizmente, por falta de regulamentação legal, os empregados domésticos e os trabalhadores (urbanos ou rurais) empregados por pessoas físicas não têm direito a esse abono.

De acordo com a Caixa Econômica Federal, em 2011, cerca de 16 milhões de trabalhadores sacaram o abono salarial, num montante aproximado de R\$ 8,5 bilhões.

Segundo estimativas, o impacto gerado pelo referido abono na renda anual do trabalhador de baixa renda beneficiado situa-se, em média, em pouco mais de 5%, correspondendo, todavia, a uma complementação de renda significativa a esse trabalhador. No mês em que recebe o benefício, o impacto na renda pode alcançar aproximadamente 70% dela (ou seja, o benefício do abono salarial acaba servindo como uma espécie de 14º salário àquele trabalhador).

Nesse contexto, a medida vem em boa hora e atende, principalmente, antiga reivindicação das entidades representativas dos trabalhadores rurais e das empregadas domésticas.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012.

Sala da Comissão, 16 de outubro de 2013.

Senador Cyro Miranda, Presidente Eventual


, Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 50ª REUNIÃO, DE 16/10/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Eventual Senador Cyro Miranda

RELATOR: Senador Waldemir Moka

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Duval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cicero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Oswaldo Sobrinho (PTB)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	3. VAGO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo.

§ 3º - Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

.....

Art. 9º É assegurado o recebimento de abono salarial no valor de um salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, aos empregados que:

.....

LEI Nº 9.715, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998.

Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.

.....

OFÍCIO Nº 260/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS


Brasília, 16 de outubro de 2013

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012, que *modifica o caput do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências, para fixar a contribuição do PIS/PASEP para as pessoas físicas, urbanas e rurais, na condição de empregadoras e para estender aos seus empregados o pagamento do abono salarial anual*, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Respeitosamente,

 *Senador Cyro Miranda*
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

*DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO*

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **WALDEMIR MOKA**

I - RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012, que tem por objetivo incluir entre os beneficiários do abono salarial anual os empregados, urbanos e rurais, de empregadores pessoas físicas, que passam, doravante, a contribuir para o programa do PIS/PASEP, com base na folha de salários de seus empregados.

Ao justificar sua iniciativa, o autor argumenta:

A exclusão dos empregados de pessoas físicas, sejam elas urbanas ou rurais, constitui-se em odiosa discriminação, pois no gênero são todos empregados, não cabendo a distinção, mesmo sem uma fonte de custeio fixa ou específica.

Buscamos, desta forma, atender aos anseios das entidades representativas dos trabalhadores rurais, que tem dentre suas reivindicações básicas, a percepção do abono salarial, assim como já percebido pelos demais empregados vinculados a pessoas jurídicas.

No ambiente rural, empregados que trabalham lado a lado e contribuem com seu suor para que o Brasil tenha esse desempenho econômico fantástico na área da agricultura e da pecuária, são tratados pela própria lei de forma distinta.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, discutir e deliberar sobre projetos de lei que versem sobre matérias atinentes às relações de trabalho e seguridade social.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos qualquer óbice de natureza jurídica ou constitucional à proposta. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

Sob o aspecto material, a proposição alinha-se e dá efetividade ao disposto no artigo 239, § 3º, da Constituição Federal, que determina que *aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual (...).*

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

A proposição em discussão pretende disciplinar a inclusão entre os beneficiários do abono salarial anual dos empregados, urbanos e rurais, de empregadores pessoas físicas.

No mérito, não há reparos a fazer à proposta, eis que o direito que se assegura é fundamental para um tratamento isonômico de todos os trabalhadores empregados, sejam eles vinculados a pessoas jurídicas ou a pessoas físicas.

Como se sabe, o abono salarial consiste no pagamento de um salário mínimo anual aos trabalhadores que receberam em média até dois salários mínimos mensais no ano anterior, estão cadastrados no PIS ou PASEP há pelo menos cinco anos, e que tenham trabalhado no ano anterior com vínculo empregatício por, pelo menos, trinta dias.

Infelizmente, por falta de regulamentação legal, os empregados domésticos e os trabalhadores (urbanos ou rurais) empregados por pessoas físicas não têm direito a esse abono.

De acordo com a Caixa Econômica Federal, em 2011, cerca de 16 milhões de trabalhadores sacaram o abono salarial, num montante aproximado de R\$ 8,5 bilhões.

Segundo estimativas, o impacto gerado pelo referido abono na renda anual do trabalhador de baixa renda beneficiado situa-se, em média, em pouco mais de 5%, correspondendo, todavia, a uma complementação de renda significativa a esse trabalhador. No mês em que recebe o benefício, o impacto na renda pode alcançar aproximadamente 70% dela (ou seja, o benefício do abono salarial acaba servindo como uma espécie de 14º salário àquele trabalhador).

Nesse contexto, a medida vem em boa hora e atende, principalmente, antiga reivindicação das entidades representativas dos trabalhadores rurais e das empregadas domésticas.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 257 a 260, de 2013**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunicam a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Lei do Senado nºs 242, de 2013; 369, de 2011; 428 e 165, de 2012**, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício nº 257/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 16 de outubro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, que altera o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a fim de desonerar o trabalhador de qualquer participação no custo do Vale-Transporte, de autoria do Senador Fernando Collor.

Respeitosamente, – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Ofício nº 258/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 16 de outubro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, após discussão em Turno Suplementar, aprovou Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, que altera o caput do art. 136 da CLT, para determinar que a concessão de férias do trabalhador seja precedida de consulta pelo empregador sobre a data do seu gozo.

Respeitosamente, – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Ofício nº 259/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 16 de outubro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2012, que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para dar maior transparência à cláusula indenizatória desportiva do contrato especial de trabalho desportivo, assim como exigir que percentual desta seja utilizado para a quitação de débitos fiscais,

previdenciários e trabalhistas, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

Respeitosamente, – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Ofício nº 260/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 16 de outubro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012, que modifica o caput do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências, para fixar a contribuição do PIS/PASEP para as pessoas físicas urbanas e rurais, na condição de empregadoras e para estender aos seus empregados o pagamento do abono salarial anual, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Respeitosamente, – Senador **Cyro Miranda**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com referência aos **Ofícios nºs 257 a 260, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 242, de 2013; 369, de 2011; 428 e 165, de 2012**, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana do professor, nossos parabéns a todos aqueles que contribuem na construção da história do nosso país, formando cidadãos de bem, edificando sonhos e colaborando com o aperfeiçoamento de uma sociedade verdadeiramente pensante.

Algumas ponderações precisam ser feitas. A principal delas, eu diria, é o fato de Mato Grosso, de acordo com levantamento feito em maio deste ano pela Confederação nacional dos Trabalhadores em Educação, ser um dos quatro estados que cumprem integralmente a Lei do Piso (11.738/2008) e paga à categoria o valor assegurado em lei, de R\$ 1.569,19.

Tive a oportunidade de, junto com professores e trabalhadores, contribuir com a educação no Estado e diria que ela avançou e muito na minha gestão, por isso faço questão de destacar os números, pois são oficiais do Ministério da Educação e mostram que – no índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Ensino Médio da rede pública estadual–, Mato Grosso saltou de 2,6 (em 2005 – ano em que o índice começou a ser implementado pelo Governo Federal) para a nota 2,9 (no ano de 2009). Esse índice chegou, em 2011, a 3,2 de média.

Temos registrados nos anais da educação brasileira, um Mato Grosso, de 2005 – com escolas de Ensino Fundamental, (fase inicial 1º ao 4º ano) atingindo nota 3,6 – e que saltou para 4,9 (em 2009), ficando em 5º lugar no ranking nacional entre as escolas públicas. Já nas séries finais (5º ao 9º ano) os avanços também foram significativos, saindo da nota 2,9 (em 2005) para 4,2 (no ano de 2009).

Ou seja, entreguei o Governo em abril de 2010, com um sistema público educacional, segundo dados do Ideb, atingindo nota 4,9 para os anos iniciais escolares, 4,2 para o ensino fundamental e 2,9 para o médio. Dos 24 Centros de Formação de Professores (Cefapros) existentes, 23 participaram do exame do ENEM dos quais 19 conseguiram nota acima da média. Com esses resultados, Mato Grosso ficou em 2º lugar entre as escolas públicas do país e foi considerado o Estado que mais cresceu nos índices de maneira uniforme, na média entre todas as escolas estaduais.

Os investimentos também significaram mudanças de outros números e realidades em nosso estado. De 2003 a 2010, foram construídas cerca de 150 novas escolas e outras 500 foram reformadas. Nesse mesmo período, o Governo pôs fim à existência de unidades escolares de madeira, pau a pique, e em contêineres, que por muitos anos foram utilizadas como local para praticar o ensino.

O salário dos professores teve um aumento real de 35,3% (de janeiro de 2003 a abril de 2010); ou seja, a inflação medida pelo INPC – no período – foi de 53% e a correção salarial total concedida pelo Governo de 88,3%, assim sendo, o ganho real da categoria, já deduzidas às perdas inflacionárias, foi dos 35,3 %.

Dos 23 Centros de Formação de Professores (Cefapros), que hoje são referência para todo o país, 15 foram construídos na gestão Maggi. E ainda, 42 etnias indígenas do Estado integram, hoje, o processo de formação educacional. Também foram criados 24 Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) com a proposta impactante de atender a necessidade daqueles que precisavam estudar, mas estavam fora da sala de aula. Foi um passo significativo para colocar

o Estado dentro de um cenário ao menos mais digno quando o assunto é a Educação.

Os índices projetados e esperados para o Estado pelo Governo Federal já foram superados. Mato Grosso atingiu, em 2011, metas previstas para 2015 nos índices de Desenvolvimento da Educação Básica e do Ensino Fundamental (Ideb), segundo dados divulgados, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) em agosto de 2012.

Os dados são: 5,1 nas séries iniciais (1º ao 5º); 4,3 nas séries finais (6º ao 9º) e 3,1 no Ensino Médio – notas que apontam avanços de até dois pontos no comparativo com os mesmos índices divulgados em 2009 (4,9 – 4,2 e 2,9). As projeções do Ideb vão até 2021, quando esses mesmos índices devem atingir em Mato Grosso: 5,8 – 4,9 e 4,4 respectivamente.

Comprovou-se, desta forma, que no ano passado o Ensino Médio na rede estadual já atingia projeções previstas para 2013, enquanto que o Fundamental avançou para possíveis índices de 2015. Números que mostram o que de fato foi deixado como legado para a educação mato-grossense.

No entanto, sabemos que no Brasil como um todo, o sistema ainda está longe do ideal, isso é público. Mas, atribuo à falta de qualidade no ensino não só a questões de estado, e sim à falta de conscientização da sociedade, que por muitas vezes desconhece seu papel.

Assim sendo, ou conseguimos um comprometimento das famílias junto à escola, ou não vejo como mudar essa realidade no ensino!

Semana passada, por exemplo, a revista *Veja* trouxe em sua edição um artigo da escritora Lya Luft no qual aborda uma das questões que considero mais sérias na atualidade brasileira: A queda significativa na qualidade da educação.

A Universidade de São Paulo (USP), nossa principal referência de ensino superior de qualidade, já não faz mais parte das 200 melhores universidades do mundo.

Segundo a escritora, andamos com problema de raciocínio. Não aprendemos a pensar, a observar, argumentar, portanto não sabemos como organizar nosso pensamento. A exigência aos alunos baixou assustadoramente de nível, e com isso, o ensino entrou em queda vertiginosa.

Ainda segundo ela, lá pela década de 60, importamos a idéia de que ensinar é antipático e, aprender ou estudar, é crueldade infligida pelos adultos. Tabuada – continua a escritora -, nem pensar. Ortografia, longe de nós. É preciso esforçar-se, e caprichar (muito) para ser reprovado.

E ainda, continua Lya Luft, quando um professor tenta impor autoridade, possivelmente ele, e não o aluno

malcriado, será chamado pela direção e repreendido. Caso tenha sido mais severo, quem sabe será ainda processado pelos pais.

O acesso à universidade, devido a esse baixo nível do ensino médio, reduziu-se a um facilitarismo assustador. Jovens adentram ao ensino superior sem o menor preparo.

E aí cabe uma pergunta simples: O que queremos com isso? Profissionais sem preparo? Engenheiros ou médicos ou até mesmo professores que nada saibam acerca de suas profissões e sem a compreensão do mundo em que vivem?

Lya esclarece em seu artigo que quem escreve não é uma ficcionista, e sim uma observadora. Mas seu artigo parece ficção. Infelizmente, é a nossa triste realidade.

A minha realidade me mostrou como fazer. Não costumo contar com a sorte. Logo cedo, meus pais me ensinaram o quanto era difícil a vida sem estudo. Seus exemplos ainda marcam minha história de vida.

Certa vez, minha mãe chegou a levar-me pela orelha até o ponto de ônibus para ir à escola. Da minha casa em São Miguel do Iguaçu até a onde eu estudava em Curitiba era necessário percorrer uma distância de 600Km e eu queria trabalhar, mas ela dizia que o estudo era a garantia do meu futuro. Então, quando me formei engenheiro agrônomo, entreguei-lhe meu diploma!

Meus pais eram pobres, sem terra e sem teto quando se casaram. E nos ensinaram que nada vem sem esforço!

Hoje, as mães e pais têm essa mesma preocupação com a qualidade do ensino que é oferecido a seus filhos? A família assume o papel de educar? De oferecer bons exemplos ou simplesmente delega essa tarefa aos professores nas escolas, aos amigos ou a rua?

E os professores, que autoridade têm para exigir que seus alunos se empenhem, que compreendam a importância de uma boa educação para seu futuro?

O que será desses jovens que passam o horário das aulas em seus celulares, trocando mensagens, navegando na rede com seus smartphones ou até mesmo fora das salas de aula, nos corredores, como

se escola fosse playground? Como se ali fosse local de lazer tão somente? Que chances terão no mercado de trabalho cada vez mais competitivo e seletivo?

Quero lembrar aqui a impressionante história da pequena Malala, a menina paquistanesa que aos 12 anos de idade desafiou o regime fundamentalista Talibã para continuar indo à escola! Aos 15 anos foi baleada na cabeça em uma tentativa do grupo de silenciá-la. Malala sobreviveu. Escreveu o livro “Eu sou Malala”, que conta como essa história improvável e extraordinária aconteceu. Essa adolescente, agora com 16 anos, concorreu ao Nobel da Paz como a mais jovem indicada na existência da premiação.

Tomei o exemplo de Malala para destacar que temos vários paradigmas na Educação que precisam ser quebrados e muitos problemas que necessitam ser transpostos, mas que nada é impossível!

A ausência da participação da família na educação dos filhos é, para mim, o primeiro e mais importante obstáculo a ser atravessado para se chegar a um ensino de qualidade. É no seio familiar onde tudo começa. A família é a célula matriz da sociedade e se quisermos mudar o futuro que se avizinha sombrio, precisamos investir seriamente no presente.

Temos exemplos em todo o mundo: Japão, China, Coreia do Sul, foram países que enfrentaram o desafio de preparar as gerações futuras e criaram um sistema educacional de médio e longo prazo, onde a eficiência tanto do ensino quanto do aprendizado era o objetivo comum – do governo e também da sociedade.

Sejamos honestos, temos um sistema de ensino sucateado ao longo de décadas.

Quando daremos o primeiro passo para mudar essa triste realidade? Continuaremos tão somente fazendo pleito por melhores salários?

A grande questão é: A quem preocupa a formação de cidadãos brasileiros?

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 51 minutos.)

ATA DA 137ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE AGOSTO DE 2013

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 130, de 23 de agosto de 2013)

RETIFICAÇÕES

No Sumário, às páginas nºs 56361 e 56362, *onde se lê:*

2.4.7 – Discursos

[...]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE –
Destaque à importância da educação para o
desenvolvimento econômico do País..... 56546

2.4.8 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Leia-se:

2.4.7 – Discursos

[...]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE –
Destaque à importância da educação para o
desenvolvimento econômico do País..... 56546

SENADORA ANA AMÉLIA – Crítica à falta
de transparência do Governo Federal em relação à
contratação dos médicos cubanos; e outro assunto..... 56552

2.4.8 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Às páginas nºs 56578 a 56580 e ~~56640~~ a 56648, republique-se, por erro gráfico, os Pareceres nºs 33 e 42 a 44/2013-CN:

PARECER Nº33 , DE 2013-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre as Mensagens MCN nº 15/2010, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 a Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, do Primeiro Bimestre de 2010”; MCN nº 38/2010, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao segundo bimestre de 2010”; MCN Nº 88/2010, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional”; MCN nº 129/2010, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referentes ao Quarto Bimestre de 2010”; e MCN nº 168/2010, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional referente ao 5º bimestre de 2010”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **GONZAGA
PATRIOTA**

Relator ad hoc: Jorge Brito

1- RELATÓRIO

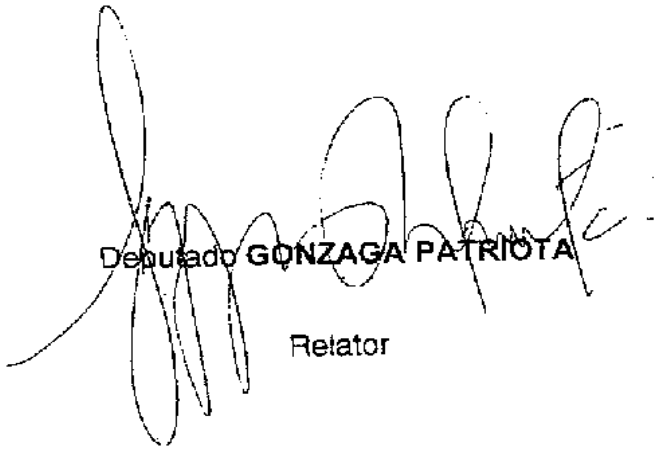
Em atendimento ao art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 - LDO 2010, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 15, de 2010-CN, da Mensagem nº 38, de 2010-CN, da Mensagem nº 88, de 2010-CN, da Mensagem nº 129, de 2010-CN e da Mensagem nº 168, de 2010-CN, relatórios de avaliação de receitas e despesas referentes, respectivamente, aos primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto bimestres de 2010.

II. VOTO

Os relatórios de avaliação propiciam ao Congresso Nacional o acompanhamento das projeções de receitas e despesas da União dentro de determinado exercício, com vistas a auxiliar o processo de fiscalização e a confirmar a adequação dos esforços para o cumprimento das metas fiscais previstas na LDO. Não obstante a relevância desse documento, passados três anos, seu debate não tem mais o condão de permitir qualquer mudança nos rumos da política fiscal do período.

Recomendo, portanto, o arquivamento dos processos. É o meu relatório.

Sala da Comissão, em de 2013.



Deputado **GONZAGA PATRIOTA**

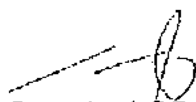
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Sexta Reunião Ordinária, realizada no dia 13 de agosto de 2013, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado JORGE BITTAR, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Deputado Gonzaga Patriota) pelo **ARQUIVAMENTO** das seguintes matérias: **Mensagem nº 15/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, do Primeiro Bimestre de 2010"; **Mensagem nº 38/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao segundo bimestre de 2010"; **Mensagem nº 88/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional"; **Mensagem nº 129/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referentes ao Quarto Bimestre de 2010"; e **Mensagem nº 168/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional referente ao quinto bimestre de 2010".

Compareceram os Senhores Senadores Lobão Filho, Presidente, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Moraes e os Deputados Bruno Araújo, Primeiro Vice-Presidente, Guilherme Campos, Terceiro Vice-Presidente, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Andre Moura, André Zacharow, Bohn Gass, Carlos Brandão, Carlos Magno, Chico Lopes, Claudio Cajado, Daiva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Iriny Lopes, João Dado, Jorge Bittar, José Alton, José Rocha, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nílida Gondim, Osvaldo Reis, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Berzoini, Roberto Britto, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Valtenir Pereira, Weliton Prado e Weverton Rocha.

Sala de Reuniões, em 13 de agosto de 2013.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente


Deputado JORGE BITTAR
Relator *ad hoc*

PARECER Nº 42 , DE 2013-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Ofício nº 16, de 2012-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, o relatório de atividades da Autoridade Pública Olímpica – APO, referente ao segundo semestre de 2011.

Relator: **Senador Aníbal Diniz**

Relator ad hoc: Jorge Brito

1 RELATÓRIO

A Autoridade Pública Olímpica – APO, autarquia em regime especial criada sob a forma de consórcio público por meio da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, vinculada ao Ministério do Esporte, encaminhou ao Congresso Nacional, por meio do Ofício nº 09/2012/PRESI-APO, de 16.02.2012 (Nº 16, de 2012-CN), relatório de atividades realizadas no segundo semestre de 2011.

O referido Ofício foi encaminhado ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que nos designou relator da matéria.

2 ANÁLISE DA MATÉRIA

A Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, que ratificou o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO, estabelece em seu art. 6º que “a APO enviará ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paraolímpico Internacional”.

As atividades da APO tiveram início com a nomeação de Márcio Fortes de Almeida para sua Presidência, no dia 7 de julho de 2011. O relatório encaminhado ao Congresso Nacional abrange todas as atividades desenvolvidas desde a referida nomeação.

O documento encaminhado apresenta diversas informações sobre a Autarquia, o histórico dos atos desde a sua criação, traz explicações sobre suas responsabilidades institucionais e estrutura orgânica, sua estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais e amplo relatório sobre as atividades desenvolvidas.

No âmbito do Orçamento da União, no Ministério dos Esportes, foi criada a Unidade Orçamentária 51.204 – Autoridade Pública Olímpica, com a funcional programática 27.811.0181.20EE.0001 – Apoio à Implantação, Gestão e Manutenção da Autoridade Pública Olímpica – APO. O quadro abaixo mostra a execução orçamentária da APO no exercício financeiro de 2012, por Grupo de Natureza de Despesa – GND e Modalidade de Aplicação – MA. Entretanto, no Relatório em análise, não é apresentada a prestação de contas dos R\$ 20,6 milhões pagos em 2011.

51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

51204 - AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA – APO

20EE - APOIO À IMPL., GESTÃO E MANUT. DA AUTORIDADE DE PÚBLICA OLÍMPICA - APO
(Em R\$)

GND	Autorizado	Empenhado	Pago
1	20.634.000,00	6.770.000,00	6.770.000,00
3	30.000.000,00	14.030.000,00	13.911.550,00
4	20.000.000,00	0,00	0,00
TOTAL	70.634.000,00	20.800.000,00	20.681.550,00

3 VOTO

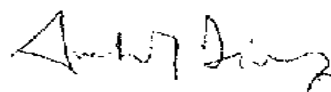
Este Relator recomenda que nos próximos relatórios semestrais de atividades seja apresentada pela Autoridade Pública Olímpica – APO, além das descrições das reuniões e das atividades burocráticas, realizadas mês a mês, a prestação de contas detalhada dos gastos efetuados, no âmbito do Orçamento da União, no Ministério dos Esportes, na Unidade Orçamentária 51.204 – Autoridade Pública Olímpica, na funcional programática 27.811.0181.20EE.0001 – Apoio à Implantação, Gestão e Manutenção da Autoridade Pública Olímpica – APO.

Assim sendo, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Ofício nº 09/2012/PRESI-APO, de 16.02.2012 (Nº 16 de 2012-CN), que encaminhou ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, relatório semestral de atividades realizadas pela APO no segundo semestre de 2011, e determine o encaminhamento da matéria ao arquivo.

Sala da Comissão, em 11 de junho de 2013

Senador **ANÍBAL DINIZ**

Relator



CONCLUSÃO


A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na Sexta Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2013, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado JORGE BITTAR, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Senador Aníbal Diniz) pelo **ARQUIVAMENTO** do **Ofício nº 16/2012-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO referente ao 2º semestre de 2011”.

Compareceram os Senhores Senadores Lobão Filho, Presidente, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Moraes e os Deputados Bruno Araújo, Primeiro Vice-Presidente, Guilherme Campos, Terceiro Vice-Presidente, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Andre Moura, André Zacharow, Bohn Gass, Carlos Brandão, Carlos Magno, Chico Lopes, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Iriny Lopes, João Dado, Jorge Bittar, José Ailton, José Rocha, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Osvaldo Reis, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Berzoini, Roberto Britto, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Valtenir Pereira, Weliton Prado e Weverton Rocha.

Sala de Reuniões, em 13 de agosto de 2013.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado JORGE BITTAR
Relator *ad hoc*

PARECER Nº43 , DE 2013-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Ofício nº 55, de 2012-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, o relatório de atividades da Autoridade Pública Olímpica – APO, referente ao primeiro semestre de 2012.

Relator: **Senador Aníbal Diniz**

Relator ad hoc: Jorge Bitar

1 RELATÓRIO

A Autoridade Pública Olímpica – APO, autarquia em regime especial criada sob a forma de consórcio público por meio da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, vinculada ao Ministério do Esporte, encaminhou ao Congresso Nacional, em 29 de outubro de 2012, por meio do Ofício nº 147/2012/PRESI-APO, de 29.10.2012 (Nº 55, de 2012-CN), relatório de atividades realizadas no primeiro semestre de 2012.

Referido Ofício foi encaminhado ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que nos designou relator da matéria.

2 ANÁLISE DA MATÉRIA

A Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, que ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO, estabelece em seu art. 6º, que “a APO enviará ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paraolímpico Internacional”.

O relatório semestral encaminhado ao Congresso Nacional limitou-se a descrever as reuniões e as atividades burocráticas, realizadas mês a mês pelos seguintes órgãos da APO: I - Conselho Público Olímpico; II - Presidência; III - Conselho de Governança; IV - Conselho Fiscal; e V - Diretoria Executiva. Lista também as atividades previstas para o segundo semestre de 2012. Apresentou, também, as atividades que estavam previstas para o segundo semestre de 2012.

No âmbito do Orçamento da União, no Ministério dos Esportes, foi criada a Unidade Orçamentária 51.204 – Autoridade Pública Olímpica, com a funcional programática 27.811.0181.20EE.0001 – Apoio à Implantação, Gestão e Manutenção da Autoridade Pública Olímpica - APO. O quadro abaixo mostra a execução orçamentária da APO no exercício financeiro de 2012, por Grupo de Natureza de Despesa – GND e Modalidade de Aplicação - MA. Entretanto, no Relatório em análise, não é apresentada a prestação de contas dos R\$102,5 milhões pagos em 2012.

51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

51204 - AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA - APO

20EE - APOIO À IMPL., GESTÃO E MANUT. DA AUTORIDADE DE PÚBLICA OLÍMPICA - APO

(Em R\$)

GND	MA	Autorizado	Empenhado	Pago	RP Inscrito
1	71	73.533.153,00	73.533.153,00	73.533.153,00	0
3	71	75.010.603,00	29.000.000,00	29.000.000,00	0
4	71	6.333.333,00	1.000.000,00	0	0
TOTAL	-	154.877.089,00	103.533.153,00	102.533.153,00	118.450,00

3 VOTO

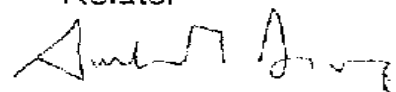
Este Relator recomenda que nos próximos relatórios semestrais de atividades, seja apresentada pela Autoridade Pública Olímpica – APO, além das descrições das reuniões e das atividades burocráticas, realizadas mês a mês, a prestação de contas detalhada dos gastos efetuados no âmbito do Orçamento da União, no Ministério dos Esportes, na Unidade Orçamentária 51.204 – Autoridade Pública Olímpica, na funcional programática 27.811.0181.20EE.0001 – Apoio à Implantação, Gestão e Manutenção da Autoridade Pública Olímpica – APO.

Assim sendo, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Ofício nº 147/2012/PRESI-APO, de 29.10.2012 (Nº 55 de 2012-CN), que encaminhou ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, relatório semestral de atividades realizadas pela APO no primeiro semestre de 2012, e determine que a matéria seja encaminhada ao arquivo.

Sala da Comissão, em 11 de junho de 2013

Senador **ANÍBAL DINIZ**

Relator



CONCLUSÃO


A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na Sexta Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2013, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado JORGE BITTAR, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Senador Aníbal Diniz) pelo **ARQUIVAMENTO** do **Ofício nº 55/2012-CN**, que "Encaminha o Relatório de Atividades desenvolvidas pela APO no primeiro semestre de 2012".

Compareceram os Senhores Senadores Lobão Filho, Presidente, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Moraes e os Deputados Bruno Araújo, Primeiro Vice-Presidente, Guilherme Campos, Terceiro Vice-Presidente, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Andre Moura, André Zacharow, Bohn Gass, Carlos Brandão, Carlos Magno, Chico Lopes, Claudio Cajado, Dalva Figuelredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Iriny Lopes, João Dado, Jorge Bittar, José Aírton, José Rocha, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Osvaldo Reis, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Berzoini, Roberto Britto, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Valtenir Pereira, Weliton Prado e Weverton Rocha.

Sala de Reuniões, em 13 de agosto de 2013.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado JORGE BITTAR
Relator *ad hoc*

PARECER Nº 44 , DE 2013-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Ofício nº 23, de 2013-CN, que encaminha relatório de atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica – APO, no segundo semestre de 2012.

Relator: **Senador Aníbal Diniz.**

Relator ad hoc: Jorge Butler

1 RELATÓRIO

A Autoridade Pública Olímpica – APO, autarquia em regime especial criada sob a forma de consórcio público por meio da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, vinculada ao Ministério do Esporte, encaminhou ao Congresso Nacional, por meio do Ofício nº 069/2013/PRESI-APO, de 17.05.2013 (Nº 23, de 2013-CN), relatório de atividades realizadas no segundo semestre de 2012.

Referido Ofício foi encaminhado ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que nos designou relator da matéria.

2 ANÁLISE DA MATÉRIA

A Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, que ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO, estabelece em seu art. 6º, que “a APO enviará ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paraolímpico Internacional”.

O relatório semestral encaminhado ao Congresso Nacional, com 144 páginas, limitou-se a descrever as reuniões e os seminários que faziam parte do calendário de eventos oficiais, e as atividades burocráticas, realizadas mês a mês no segundo semestre de 2012, pelos seguintes órgãos da APO: I - Conselho Público Olímpico; II - Presidência; III - Conselho de Governança; IV - Conselho

Fiscal; e V - Diretoria Executiva. Lista também, as atividades previstas para o segundo semestre de 2012. Apresentou também as atividades que estavam previstas para o primeiro semestre de 2013.

No âmbito do Orçamento da União, no Ministério dos Esportes, foi criada a Unidade Orçamentária 51.204 – Autoridade Pública Olímpica, com a funcional programática 27.811.0181.20EE.0001 – Apoio à Implantação, Gestão e Manutenção da Autoridade Pública Olímpica - APO. O quadro abaixo mostra a execução orçamentária da APO no exercício financeiro de 2012, por Grupo de Natureza de Despesa – GND e Modalidade de Aplicação - MA. Entretanto, no Relatório em análise, não é apresentada a prestação de contas dos R\$102,5 milhões pagos em 2012.

51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

51204 - AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA - APO

20EE - APOIO À IMPL., GESTÃO E MANUT. DA AUTORIDADE DE PÚBLICA OLÍMPICA - APO
(Em R\$)

GND	MA	Autorizado	Empenhado	Pago	RP Inscrito
1	71	73.533.153,00	73.533.153,00	73.533.153,00	0
3	71	75.010.603,00	29.000.000,00	29.000.000,00	0
4	71	6.333.333,00	1.000.000,00	0	0
TOTAL	-	154.877.089,00	103.533.153,00	102.533.153,00	118.450,00

3 VOTO

Este Relator recomenda que nos próximos relatórios semestrais de atividades seja apresentada pela Autoridade Pública Olímpica – APO, além das descrições das reuniões e das atividades burocráticas, realizadas mês a mês, a prestação de contas detalhada dos gastos efetuados, no âmbito do Orçamento da União, no Ministério dos Esportes, na Unidade Orçamentária 51.204 – Autoridade Pública Olímpica, na funcional programática 27.811.0181.20EE.0001 – Apoio à Implantação, Gestão e Manutenção da Autoridade Pública Olímpica – APO.

Assim sendo, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Ofício nº 069/2013/PRESI-APO, de 17.05.2013 (Nº 23, de 2013-CN), que encaminhou ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, relatório semestral de atividades realizadas pela APO no segundo semestre de 2012, e determine seu encaminhamento ao arquivo.

Sala da Comissão, em 1º de julho de 2013


Senador **ANÍBAL DINIZ**

Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na Sexta Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2013, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado JORGE BITTAR, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Senador Aníbal Diniz) pelo **ARQUIVAMENTO** do Ofício nº 23/2013-CN, que “Encaminha o Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica – APO no segundo semestre de 2012”.

Compareceram os Senhores Senadores Lobão Filho, Presidente, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Moraes e os Deputados Bruno Araújo, Primeiro Vice-Presidente, Guilherme Campos, Terceiro Vice-Presidente, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Andre Moura, André Zacharow, Bohn Gass, Carlos Brandão, Carlos Magno, Chico Lopes, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Iriny Lopes, João Dado, Jorge Bittar, José Ailton, José Rocha, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Osvaldo Reis, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Berzoini, Roberto Britto, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Valtenir Pereira, Wellton Prado e Weverton Rocha.

Sala de Reuniões, em 13 de agosto de 2013.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado JORGE BITTAR
Relator *ad hoc*

SENADO FEDERAL

ATA DA 148ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 5 DE SETEMBRO DE 2013

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 140**, de 6 de setembro de 2013)

RETIFICAÇÃO

À página 60646, onde se lê:

**1.2.9 – Ofício do Primeiro-Secretário da
Câmara dos Deputados**

Nº 259/2013, comunicando o envio à sanção
do Projeto de Lei do Senado nº 46/2011.

Leia-se:

**1.2.9 – Ofício do Primeiro-Secretário da
Câmara dos Deputados**

Nº 259/2013, comunicando o envio à sanção
do Projeto de Lei da Câmara nº 46/2011.

SENADO FEDERAL

ATA DA 178ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE OUTUBRO DE 2013

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 167, de 15 de outubro de 2013)

RETIFICAÇÃO

Às páginas 71662 a 71685, republique-se, por erro no título da matéria, o Veto Parcial nº 40, de 2013.

VETO PARCIAL Nº 40, DE 2013

aposto ao

Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2013
(oriundo da Medida Provisória nº 615, de 2013)

(Mensagem nº 91/2013-CN – nº 421/2013, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2013 (MP nº 615/13), que "Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); altera os prazos previstos nas Leis nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e nº 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis nºs 12.666, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 4.870, de 1º de dezembro de 1965; e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Saúde manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 19

“Art. 19. Os arts. 15 e 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 15. A farmácia e a drogaria terão, obrigatoriamente, a assistência de farmacêutico responsável técnico, inscrito no Conselho Regional de Farmácia, na forma da lei.

.....’ (NR)

‘Art. 36.’

§ 1º São vedadas a intermediação e a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais entre diferentes empresas, ainda que sejam estas farmácias, drogarias, ervanárias e postos de medicamentos.

§ 2º É permitida a centralização total da manipulação em apenas um dos estabelecimentos de uma mesma empresa, inclusive a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais entre farmácias e drogarias, desde que em filiais pertencentes a uma mesma empresa.’ (NR)”

Razões do veto

“As alterações propostas impactam duplamente o setor farmacêutico, em particular as micro e pequenas farmácias e drogarias. De um lado, a exigência da presença de farmacêutico não leva em conta a realidade do setor, onerando-as excessivamente. Além disso, a norma vigente já assegura a presença de um técnico responsável inscrito no Conselho Regional de Farmácia. Por outro lado, as possibilidades de captação de receitas entre farmácias e drogarias de uma mesma empresa e de centralização da manipulação de medicamentos em um único estabelecimento deveriam ser acompanhadas de medidas que garantam a qualidade e a eficácia dos medicamentos, evitando riscos à saúde da população. A manipulação magistral de medicamentos tem como característica sanitária básica a individualização do preparo do medicamento, o que permite o adequado controle do processo, não sendo recomendada sua aproximação com práticas de produção industrial.”

Já o Ministério da Justiça opinou pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

Art. 28

“Art. 28. O § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 6º

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI do caput deste artigo, os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais e os integrantes das escoltas de presos referidos no caput deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V, VI e VII.

.....’ (NR)”

Razões do veto

“A legislação já assegura a possibilidade de porte para defesa pessoal, conforme a necessidade individual de cada agente. A ampliação das hipóteses de porte de arma para profissionais fora de serviço deve ser acompanhada das devidas precauções legais, a fim de que a medida não afronte a política nacional de combate à violência e o Estatuto do Desarmamento. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional uma proposta que regule mais detalhadamente o assunto.”

Os Ministérios da Justiça, da Fazenda e a Advocacia-Geral da União solicitaram, ainda, veto aos seguintes dispositivos:

Arts. 35, 36 e 37

“Art. 35. A associação de fornecedores de cana-de-açúcar, constituída e organizada de acordo com os incisos XVII a XXI do art. 5º da Constituição Federal e o art. 53 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), tem legitimidade para representar os seus associados judicial e extrajudicialmente, na forma da lei e de seu estatuto social.

§ 1º No exercício da representação de seus associados, a associação de fornecedores de cana-de-açúcar tem poderes para, na forma de seu estatuto social:

I - assistir-lhes e representá-los na negociação e formalização de contratos de fornecimento de cana-de-açúcar com terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, inclusive com unidades industriais que adquirirem a cana como insumo;

II - fiscalizar o cumprimento das cláusulas estabelecidas nos contratos de fornecimento de cana-de-açúcar firmados por seus associados, sendo-lhe garantido, inclusive, o acompanhamento do recebimento dos produtos pela unidade industrial adquirente, em especial a pesagem da carga e a análise laboratorial da sua qualidade realizadas por esta, quando for o caso;

III - representar os associados extrajudicialmente e judicialmente, podendo inclusive propor ações de natureza coletiva, respeitada a legislação especial, quando for o caso.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá atuar como conciliador das controvérsias entre fornecedores de cana-de-açúcar e as unidades industriais, quando solicitado pelas partes interessadas.

Art. 36. O fornecedor de cana-de-açúcar poderá, mediante disposição expressa em contrato de fornecimento de cana ou por correspondência com comprovação de recebimento, determinar à pessoa física ou jurídica adquirente de sua produção que proceda à retenção, sobre o valor a ele devido, das obrigações pecuniárias associativas por ele assumidas perante a associação de fornecedores de cana-de-açúcar à qual estiver filiado e efetue o pagamento diretamente a esta última.

§ 1º Alternativamente ao disposto no caput, o fornecedor de cana-de-açúcar poderá autorizar a associação à qual estiver associado, por meio de deliberação em assembleia, a encaminhar correspondência determinando a retenção das obrigações pecuniárias associativas diretamente à pessoa física ou jurídica adquirente de sua produção rural.

§ 2º No caso de a obrigação referida no caput estar prevista em contrato de fornecimento de cana, este constituirá, desde sua celebração, título executivo extrajudicial em favor da associação de fornecedores à qual se destinarem as obrigações pecuniárias, desde que atendidos os requisitos dispostos no inciso II do art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

§ 3º A pessoa física ou jurídica que reter o valor das obrigações definidas no caput e não proceder ao seu devido repasse na forma estabelecida no contrato ou na correspondência estará sujeita à responsabilização penal, nos termos do art. 168 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), sem prejuízo da responsabilidade civil.

Art. 37. O art. 64 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

Art. 64. A contribuição de interesse de categoria econômica prevista no art. 144 do Decreto-Lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941 (Estatuto da Lavoura Canavieira - ELC), é tornada *ad valorem* e fixada em 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o preço da comercialização da cana-de-açúcar pelo fornecedor e será cobrada, fiscalizada, arrecadada e administrada diretamente pelas entidades beneficiárias, conforme a seguinte distribuição:

I - 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) para a manutenção dos órgãos específicos de representação dos fornecedores; e

II - 0,05% (cinco centésimos por cento) para a manutenção da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil.

§ 1º É assegurado às cooperativas de crédito constituídas até 1º de agosto de 2013, desde que formadas exclusivamente por fornecedores de cana-de-açúcar, o direito de cobrar, fiscalizar, arrecadar e administrar a contribuição de 1% (um por cento) calculada sobre o preço da comercialização da cana-de-açúcar pelo fornecedor, com a finalidade de aumento das quotas de capital nas cooperativas.

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada).

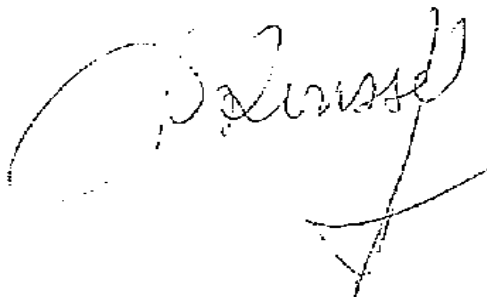
§ 2º As cooperativas de crédito previstas no § 1º e os órgãos regionais específicos de representação dos fornecedores poderão, mediante assembleia geral, deliberar sobre a redução e o restabelecimento da parcela da contribuição a eles destinados, na forma do seu estatuto." (NR)"

Razão dos vetos

"Os dispositivos violam a liberdade de associação de que tratam os incisos XVII, XVIII, XX e XXI do art. 5º da Constituição, ao impor condições e limites para o funcionamento de associação, tratando, inclusive, de obrigações pecuniárias associativas e contribuições que fogem às constitucionalmente previstas. Além disso, a proposta cria intervenção desnecessária no setor, ao fixar, em lei, termos de relações privadas entre fornecedores e suas associações e órgãos de representação. Tais regras devem ser fixadas pelos próprios envolvidos por meio de deliberação no âmbito privado."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 9 de outubro de 2013.



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:**(*) PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2013
(oriundo da Medida Provisória nº 615/2013)**

Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); altera os prazos previstos nas Leis nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e nº 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis nºs 12.666, de

(*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 4.870, de 1º de dezembro de 1965; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É a União autorizada a conceder subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar afetados por condições climáticas adversas referente à safra 2011/2012 na Região Nordeste.

Parágrafo único. O Poder Executivo estabelecerá as condições operacionais para a implementação, a execução, o pagamento, o controle e a fiscalização da subvenção prevista no **caput**, observado o seguinte:

I – a subvenção será concedida aos produtores fornecedores independentes diretamente ou por intermédio de suas cooperativas, em função da quantidade de cana-de-açúcar efetivamente vendida às usinas de açúcar e às destilarias da área referida no **caput**, excluindo-se a produção própria das unidades agroindustriais e a produção dos respectivos sócios e acionistas;

II – a subvenção será de R\$ 12,00 (doze reais) por tonelada de cana-de-açúcar e limitada a 10.000 (dez mil) toneladas por produtor fornecedor independente em toda a safra 2011/2012; e

III – o pagamento da subvenção será realizado em 2013 e 2014, referente à produção da safra 2011/2012 efetivamente entregue a partir de 1º de agosto de 2011, observados os limites estabelecidos nos incisos I e II deste parágrafo.

Art. 2º É a União autorizada a conceder subvenção econômica às unidades industriais produtoras de etanol combustível que desenvolvam suas atividades na área referida no **caput** do art. 1º, referente à produção da safra 2011/2012.

§ 1º A subvenção de que trata o **caput** deste artigo será concedida diretamente às unidades industriais, ou por intermédio de suas cooperativas ou do respectivo sindicato de produtores regularmente constituído, no valor de R\$ 0,20 (vinte centavos de real) por litro de etanol efetivamente produzido e comercializado na safra 2011/2012.

§ 2º O Poder Executivo estabelecerá as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.

§ 3º A aplicação irregular ou o desvio dos recursos provenientes de subvenção econômica de que tratam este artigo e o art. 1º sujeitarão o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

Art. 3º Observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, para o fim de concessão das subvenções de que tratam os arts. 1º e 2º, ficam os beneficiários, as cooperativas e o sindicato de produtores regularmente constituído dispensados da comprovação de regularidade fiscal para efeito do recebimento da subvenção.

Art. 4º Fica reduzida a 0 (zero) a alíquota da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre os valores efetivamente recebidos exclusivamente a título da subvenção de que tratam os arts. 1º e 2º.

Art. 5º A Lei nº 12.666, de 14 de junho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º É a União autorizada a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível e para renovação e implantação de canaviais, com os objetivos de reduzir a volatilidade de preço e de contribuir para a estabilidade da oferta de álcool.

.....

§ 4º A autorização para a concessão de subvenção e para a contratação das operações de financiamento para estocagem de álcool combustível e para renovação e implantação de canaviais é limitada a 5 (cinco) anos, contados da publicação oficial desta Lei.

.....” (NR)

Art. 6º Para os efeitos das normas aplicáveis aos arranjos e às instituições de pagamento que passam a integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), nos termos desta Lei, considera-se:

I – arranjo de pagamento – conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de determinado serviço de pagamento ao público aceito por mais de um recebedor, mediante acesso direto pelos usuários finais, pagadores e recebedores;

II – instituidor de arranjo de pagamento – pessoa jurídica responsável pelo arranjo de pagamento e, quando for o caso, pelo uso da marca associada ao arranjo de pagamento;

III – instituição de pagamento – pessoa jurídica que, aderindo a um ou mais arranjos de pagamento, tenha como atividade principal ou acessória, alternativa ou cumulativamente:

a) disponibilizar serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento;

b) executar ou facilitar a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento;

c) gerir conta de pagamento;

d) emitir instrumento de pagamento;

e) credenciar a aceitação de instrumento de pagamento;

f) executar remessa de fundos;

g) converter moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, credenciar a aceitação ou gerir o uso de moeda eletrônica; e

h) outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento, designadas pelo Banco Central do Brasil;

IV – conta de pagamento – conta de registro detida em nome de usuário final de serviços de pagamento utilizada para a execução de transações de pagamento;

V – instrumento de pagamento – dispositivo ou conjunto de procedimentos acordado entre o usuário final e seu prestador de serviço de pagamento utilizado para iniciar uma transação de pagamento; e

VI – moeda eletrônica – recursos armazenados em dispositivo ou sistema eletrônico que permitem ao usuário final efetuar transação de pagamento.

§ 1º As instituições financeiras poderão aderir a arranjos de pagamento na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º É vedada às instituições de pagamento a realização de atividades privativas de instituições financeiras, sem prejuízo do desempenho das atividades previstas no inciso III do caput.

§ 3º O conjunto de regras que disciplina o uso de instrumento de pagamento emitido por sociedade empresária destinado à aquisição de bens ou serviços por ela ofertados não se caracteriza como arranjo de pagamento.

§ 4º Não são alcançados por esta Lei os arranjos de pagamento em que o volume, a abrangência e a natureza dos negócios, a serem definidos pelo Banco Central do Brasil, conforme parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, não forem capazes de oferecer risco ao normal funcionamento das transações de pagamentos de varejo.

§ 5º O Banco Central do Brasil, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, poderá requerer informações para acompanhar o desenvolvimento dos arranjos de que trata o § 4º.

Art. 7º Os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento observarão os seguintes princípios, conforme parâmetros a serem estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, observadas as diretrizes do Conselho Monetário Nacional:

I – interoperabilidade ao arranjo de pagamento e entre arranjos de pagamento distintos;

II – solidez e eficiência dos arranjos de pagamento e das instituições de pagamento, promoção da competição e previsão de transferência de saldos em moeda eletrônica, quando couber, para outros arranjos ou instituições de pagamento;

III – acesso não discriminatório aos serviços e às infraestruturas necessários ao funcionamento dos arranjos de pagamento;

IV – atendimento às necessidades dos usuários finais, em especial liberdade de escolha, segurança, proteção de seus interesses econômicos, tratamento não discriminatório, privacidade e proteção de dados pessoais, transparência e acesso a informações claras e completas sobre as condições de prestação de serviços;

V – confiabilidade, qualidade e segurança dos serviços de pagamento; e

VI – inclusão financeira, observados os padrões de qualidade, segurança e transparência equivalentes em todos os arranjos de pagamento.

Parágrafo único. A regulamentação deste artigo assegurará a capacidade de inovação e a diversidade dos modelos de negócios das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento.

Art. 8º O Banco Central do Brasil, o Conselho Monetário Nacional, o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estimularão, no âmbito de suas competências, a inclusão financeira por meio da participação do setor de telecomunicações na oferta de serviços de pagamento e poderão, com base em avaliações periódicas, adotar medidas de incentivo ao desenvolvimento de arranjos de pagamento que utilizem terminais de acesso aos serviços de telecomunicações de propriedade do usuário.

Parágrafo único. O Sistema de Pagamentos e Transferência de Valores Monetários por meio de Dispositivos Móveis (STDM), parte integrante do SPB, consiste no conjunto formado pelos arranjos de pagamento que disciplinam a prestação dos serviços de pagamento de que trata o inciso III do art. 6º, baseado na utilização de dispositivo móvel em rede de telefonia móvel, e pelas instituições de pagamento que a eles aderirem.

Art. 9º Compete ao Banco Central do Brasil, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional:

I – disciplinar os arranjos de pagamento;

II – disciplinar a constituição, o funcionamento e a fiscalização das instituições de pagamento, bem como a descontinuidade na prestação de seus serviços;

III – limitar o objeto social de instituições de pagamento;

IV – autorizar a instituição de arranjos de pagamento no País;

V – autorizar constituição, funcionamento, transferência de controle, fusão, cisão e incorporação de instituição de pagamento, inclusive quando envolver participação de pessoa física ou jurídica não residente;

VI – estabelecer condições e autorizar a posse e o exercício de cargos em órgãos estatutários e contratuais em instituição de pagamento;

VII – exercer vigilância sobre os arranjos de pagamento e aplicar as sanções cabíveis;

VIII – supervisionar as instituições de pagamento e aplicar as sanções cabíveis;

IX – adotar medidas preventivas, com o objetivo de assegurar solidez, eficiência e regular funcionamento dos arranjos de pagamento e das instituições de pagamento, podendo, inclusive:

a) estabelecer limites operacionais mínimos;

b) fixar regras de operação, de gerenciamento de riscos, de controles internos e de governança, inclusive quanto ao controle societário e aos mecanismos para assegurar a autonomia deliberativa dos órgãos de direção e de controle; e

c) limitar ou suspender a venda de produtos, a prestação de serviços de pagamento e a utilização de modalidades operacionais;

X – adotar medidas para promover competição, inclusão financeira e transparência na prestação de serviços de pagamentos;

XI – cancelar, de ofício ou a pedido, as autorizações de que tratam os incisos IV, V e VI do **caput**;

XII – coordenar e controlar os arranjos de pagamento e as atividades das instituições de pagamento;

XIII – disciplinar a cobrança de tarifas, comissões e qualquer outra forma de remuneração referentes a serviços de pagamento, inclusive entre integrantes do mesmo arranjo de pagamento; e

XIV – dispor sobre as formas de aplicação dos recursos registrados em conta de pagamento.

§ 1º O Banco Central do Brasil, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, disciplinará as hipóteses de dispensa da autorização de que tratam os incisos IV, V e VI do **caput**.

§ 2º O Banco Central do Brasil, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, poderá dispor sobre critérios de interoperabilidade ao arranjo de pagamento ou entre arranjos de pagamento distintos.

§ 3º No exercício das atividades previstas nos incisos VII e VIII do **caput**, o Banco Central do Brasil poderá exigir do instituidor de arranjo de pagamento e da instituição de pagamento a exibição de documentos e livros de escrituração e o acesso, inclusive em tempo real, aos dados armazenados em sistemas eletrônicos, considerando-se a negativa de atendimento como embaraço à fiscalização, sujeita às sanções aplicáveis na forma do art. 11.

§ 4º O Banco Central do Brasil poderá submeter a consulta pública as minutas de atos normativos a serem editados no exercício das competências previstas neste artigo.

§ 5º As competências do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil previstas neste artigo não afetam as atribuições legais do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nem as dos outros órgãos ou entidades responsáveis pela regulação e supervisão setorial.

§ 6º O Banco Central do Brasil, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, definirá as hipóteses que poderão provocar o cancelamento de que trata o inciso XI do **caput** e os atos processuais necessários.

Art. 10. O Banco Central do Brasil poderá, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, estabelecer requisitos para a terceirização de atividades conexas às atividades fins pelos participantes dos arranjos de pagamento e para a atuação de terceiros como agentes de instituições de pagamento.

§ 1º O instituidor do arranjo de pagamento e a instituição de pagamento respondem administrativamente pela atuação dos terceiros que contratarem na forma do **caput**.

§ 2º Não se aplica o disposto no **caput** caso a entidade não participe de nenhuma atividade do arranjo de pagamento e atue exclusivamente no fornecimento de infraestrutura, como os serviços de telecomunicações.

Art. 11. As infrações a esta Lei e às diretrizes e normas estabelecidas respectivamente pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil sujeitam a instituição de pagamento e o instituidor de arranjo de pagamento, bem como seus administradores e os membros de seus órgãos estatutários ou contratuais, às penalidades previstas na legislação aplicável às instituições financeiras.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não afasta a aplicação, pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, das penalidades cabíveis por violação das normas de proteção do consumidor e de defesa da concorrência.

Art. 12. Os recursos mantidos em contas de pagamento:

I – constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da instituição de pagamento;

II – não respondem direta ou indiretamente por nenhuma obrigação da instituição de pagamento nem podem ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial em função de débitos de responsabilidade da instituição de pagamento;

III – não compõem o ativo da instituição de pagamento, para efeito de falência ou liquidação judicial ou extrajudicial; e

IV – não podem ser dados em garantia de débitos assumidos pela instituição de pagamento.

Art. 13. As instituições de pagamento sujeitam-se ao regime de administração especial temporária, à intervenção e à liquidação extrajudicial, nas condições e forma previstas na legislação aplicável às instituições financeiras.

Art. 14. É o Banco Central do Brasil autorizado a acolher depósitos em benefício de entidades não financeiras integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Art. 15. É o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e instruções necessárias ao seu cumprimento.

§ 1º No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o Banco Central do Brasil, tendo em vista diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, definirá as condições mínimas para prestação dos serviços de que trata esta Lei.

§ 2º É o Banco Central do Brasil autorizado a estabelecer, para os arranjos de pagamento, os instituidores de arranjo de pagamento e as instituições de pagamento já em funcionamento, prazos para adequação às disposições desta Lei, às normas por ele estabelecidas e às diretrizes do Conselho Monetário Nacional.

Art. 16. É a União autorizada a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da Dívida Pública Mobiliária

Federal, a valor de mercado e até o limite dos créditos totais detidos, em 1º de março de 2013, por ela e pela Eletrobrás na Itaipu Binacional.

§ 1º As características dos títulos de que trata o **caput** serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º Os valores recebidos pela União em decorrência de seus créditos na Itaipu Binacional serão destinados exclusivamente ao pagamento da Dívida Pública Federal.

Art. 17. Fica reaberto, até 31 de dezembro de 2013, o prazo previsto no § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como o prazo previsto no § 18 do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, atendidas as condições estabelecidas neste artigo.

§ 1º A opção de pagamento ou parcelamento de que trata este artigo não se aplica aos débitos que já tenham sido parcelados nos termos dos arts. 1º a 13 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e nos termos do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

§ 2º Enquanto não consolidada a dívida, o contribuinte deve calcular e recolher mensalmente parcela equivalente ao maior valor entre:

I – o montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas; e

II – os valores constantes no § 6º do art. 1º ou no inciso I do § 1º do art. 3º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, conforme o caso, ou os valores constantes do § 6º do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, quando aplicável esta Lei.

§ 3º Por ocasião da consolidação, será exigida a regularidade de todas as prestações devidas desde o mês de adesão até o mês anterior ao da conclusão da consolidação dos débitos parcelados pelo disposto neste artigo.

§ 4º Aplica-se a restrição prevista no § 32 do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, aos débitos para com a Anatel, que não terão o prazo reaberto nos moldes do **caput** deste artigo.

Art. 18. É a União, por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), autorizada a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência.

§ 1º É dispensada a licitação para a contratação prevista no **caput**.

§ 2º Os recursos destinados à realização das atividades previstas no **caput** serão depositados, aplicados e movimentados no Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por ele liderado.

§ 3º Para a consecução dos objetivos previstos no **caput**, o Banco do Brasil S.A., ou suas subsidiárias, realizará procedimentos licitatórios, em nome próprio ou de terceiros, para adquirir bens e contratar obras, serviços de engenharia e quaisquer outros serviços técnicos especializados, ressalvados os casos previstos em lei.

§ 4º Para os fins previstos no § 3º, o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias poderão utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

§ 5º Para a contratação prevista no caput, o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias seguirão as diretrizes e os critérios de remuneração e de gestão de recursos definidos em ato da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR).

Art. 19. Os arts. 15 e 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. A farmácia e a drogaria terão, obrigatoriamente, a assistência de farmacêutico responsável técnico, inscrito no Conselho Regional de Farmácia, na forma da lei.

.....” (NR)

“Art. 36.

§ 1º São vedadas a intermediação e a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais entre diferentes empresas, ainda que sejam estas farmácias, drogarias, ervanárias e postos de medicamentos.

§ 2º É permitida a centralização total da manipulação em apenas um dos estabelecimentos de uma mesma empresa, inclusive a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais entre farmácias e drogarias, desde que em filiais pertencentes a uma mesma empresa.” (NR)

Art. 20. O inciso I do § 4º do art. 2º da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

§ 4º

I – se, no prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contado da sua publicação, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação, de acordo com o cronograma previsto na proposta de criação;

.....” (NR)

Art. 21. O prazo de 48 (quarenta e oito) meses previsto no inciso I do § 4º do art. 2º da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com a redação dada por esta Lei, aplica-se às Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) criadas a partir de 23 de julho de 2007, desde que não tenha sido declarada a sua caducidade até a publicação desta Lei.

Art. 22. O art. 10 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10. O Conselho Nacional de Trânsito (Contran), com sede no Distrito Federal e presidido pelo dirigente do órgão máximo executivo de trânsito da União, tem a seguinte composição:

.....
XXIV – 1 (um) representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

XXV – 1 (um) representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

.....” (NR)

Art. 23. Sem prejuízo do disposto na Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, nas operações e transações realizadas no sistema financeiro nacional, inclusive por meio de instrumentos regulados por lei específica, o documento digitalizado terá o mesmo valor legal que o documento que lhe deu origem, respeitadas as normas do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. As normas mencionadas no caput disporão sobre o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a produção, classificação, tramitação, uso, avaliação, arquivamento, reprodução e acesso ao documento digitalizado e ao documento que lhe deu origem, observado o disposto nos arts. 7º a 10 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, quando se tratar de documentos públicos.

Art. 24. O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

Parágrafo único. Os atos e termos processuais poderão ser formalizados, tramitados, comunicados e transmitidos em formato digital, conforme disciplinado em ato da administração tributária.”
(NR)

“Art. 64-A. Os documentos que instruem o processo poderão ser objeto de digitalização, observado o disposto nos arts. 1º e 3º da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012.”

“Art. 64-B. No processo eletrônico, os atos, documentos e termos que o instruem poderão ser natos digitais ou produzidos por meio de digitalização, observado o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

§ 1º Os atos, termos e documentos submetidos a digitalização pela administração tributária e armazenados eletronicamente possuem o mesmo valor probante de seus originais.

§ 2º Os autos de processos eletrônicos, ou parte deles, que tiverem de ser remetidos a órgãos ou entidades que não disponham de sistema compatível de armazenagem e tramitação poderão ser encaminhados impressos em papel ou por meio digital, conforme disciplinado em ato da administração tributária.”

Art. 25. O art. 65 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 65. O ingresso no País e a saída do País de moeda nacional e estrangeira devem ser realizados exclusivamente por meio de instituição autorizada a operar no mercado de câmbio, à qual cabe a perfeita identificação do cliente ou do beneficiário.

.....

§ 2º O Banco Central do Brasil, segundo diretrizes do Conselho Monetário Nacional, regulamentará o disposto neste artigo, dispondo, inclusive, sobre a forma, os limites e as condições de ingresso no País e saída do País de moeda nacional e estrangeira.

.....” (NR)

Art. 26. O art. 7º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

I – o valor aduaneiro, na hipótese do inciso I do **caput** do art. 3º desta Lei; ou

.....” (NR)

Art. 27. A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12. Os serviços de utilidade pública de transporte individual de passageiros deverão ser organizados, disciplinados e fiscalizados pelo poder público municipal, com base nos requisitos mínimos de segurança, de conforto, de higiene, de qualidade dos serviços e de fixação prévia dos valores máximos das tarifas a serem cobradas.” (NR)

“Art. 12-A. O direito à exploração de serviços de táxi poderá ser outorgado a qualquer interessado que satisfaça os requisitos exigidos pelo poder público local.

§ 1º É permitida a transferência da outorga a terceiros que atendam aos requisitos exigidos em legislação municipal.

§ 2º Em caso de falecimento do outorgado, o direito à exploração do serviço será transferido a seus sucessores legítimos, nos termos dos arts. 1.829 e seguintes do Título II do Livro V da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

§ 3º As transferências de que tratam os §§ 1º e 2º dar-se-ão pelo prazo da outorga e são condicionadas à prévia anuência do poder público municipal e ao atendimento dos requisitos fixados para a outorga.”

Art. 28. O § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI do **caput** deste artigo, os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais e os integrantes das escoltas de presos referidos no **caput** deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição,

mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V, VI e VII.

.....” (NR)

Art. 29. Fica suspensa a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda de soja classificada na posição 12.01 e dos produtos classificados nos códigos 1208.10.00 e 2304.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ipi), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

Art. 30. A partir da data de publicação desta Lei, o disposto nos arts. 8º e 9º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, não mais se aplica aos produtos classificados nos códigos 12.01, 1208.10.00, 2304.00 e 2309.10.00 da Tipi.

Art. 31. A pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido calculado sobre a receita decorrente da venda no mercado interno ou da exportação dos produtos classificados nos códigos 1208.10.00, 15.07, 1517.10.00, 2304.00, 2309.10.00 e 3826.00.00 e de lecitina de soja classificada no código 2923.20.00, todos da Tipi.

§ 1º O crédito presumido de que trata o caput poderá ser aproveitado inclusive na hipótese de a receita decorrente da venda dos referidos produtos estar desonerada da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

§ 2º O montante do crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins a que se refere o caput será determinado, respectivamente, mediante aplicação, sobre o valor da receita mencionada no caput, de percentual das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, correspondente a:

I – 27% (vinte e sete por cento), no caso de comercialização de óleo de soja classificado no código 15.07 da Tipi;

II – 27% (vinte e sete por cento), no caso de comercialização de produtos classificados nos códigos 1208.10.00 e 2304.00 da Tipi;

III – 10% (dez por cento), no caso de comercialização de margarina classificada no código 1517.10.00 da Tipi;

IV – 5% (cinco por cento), no caso de comercialização de rações classificadas no código 2309.10.00 da Tipi;

V – 45% (quarenta e cinco por cento), no caso de comercialização de biodiesel classificado no código 3826.00.00 da Tipi;

VI – 13% (treze por cento), no caso de comercialização de lecitina de soja classificada no código 2923.20.00 da Tipi.

§ 3º A pessoa jurídica deverá subtrair do montante do crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins que apurar na forma prevista no § 2º, respectivamente, o montante correspondente:

I – à aplicação do percentual de alíquotas previsto no inciso I do § 2º sobre o valor de aquisição de óleo de soja classificado no código 15.07 da Tipi utilizado como insumo na produção de:

- a) óleo de soja classificado no código 1507.90.1 da Tipi;
- b) margarina classificado no código 1517.10.00 da Tipi;
- c) biodiesel classificado no código 3826.00.00 da Tipi;
- d) lecitina de soja classificado no código 2923.20.00 da Tipi;

II – à aplicação do percentual de alíquotas previsto no inciso II do § 2º sobre o valor de aquisição dos produtos classificados nos códigos 1208.10.00 e 2304.00 da Tipi utilizados como insumo na produção de rações classificadas nos códigos 2309.10.00 da Tipi.

§ 4º O disposto no § 3º somente se aplica em caso de insumos adquiridos de pessoa jurídica.

§ 5º O crédito presumido não aproveitado em determinado mês poderá ser aproveitado nos meses subsequentes.

§ 6º A pessoa jurídica que até o final de cada trimestre-calendário não conseguir utilizar o crédito presumido de que trata este artigo na forma prevista no **caput** poderá:

I – efetuar sua compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II – solicitar seu ressarcimento em espécie, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 7º O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente à pessoa jurídica que industrializa os produtos citados no **caput**, não sendo aplicável a:

- I – operações que consistam em mera revenda de bens;
- II – empresa comercial exportadora.

§ 8º Para os fins deste artigo, considera-se exportação a venda direta ao exterior ou a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.

Art. 32. Os créditos presumidos de que trata o art. 31 serão apurados e registrados em separado dos créditos previstos no art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, no art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e no art. 15 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e poderão ser ressarcidos em conformidade com procedimento específico estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo único. O procedimento específico de ressarcimento de que trata o **caput** somente será aplicável aos créditos presumidos apurados pela pessoa jurídica em relação a operação de comercialização acobertada por nota fiscal referente exclusivamente a produtos cuja venda no mercado interno ou exportação seja contemplada com o crédito presumido de que trata o art. 31.

Art. 33. O art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

§ 1º

I – cerealista que exerça cumulativamente as atividades de limpar, padronizar, armazenar e comercializar os produtos **in natura** de

origem vegetal classificados nos códigos 09.01, 10.01 a 10.08, exceto os dos códigos 1006.20 e 1006.30, e 18.01, todos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM);

.....
§ 10. Para efeito de interpretação do inciso I do § 3º, o direito ao crédito na alíquota de 60% (sessenta por cento) abrange todos os insumos utilizados nos produtos ali referidos.” (NR)

Art. 34. Os arts. 54 e 55 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 54.

I – insumos de origem vegetal classificados nas posições 10.01 a 10.08, exceto os dos códigos 1006.20 e 1006.30, e na posição 23.06 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), quando efetuada por pessoa jurídica, inclusive cooperativa, vendidos:

.....” (NR)

“Art. 55.

I – o valor dos bens classificados nas posições 10.01 a 10.08, exceto os dos códigos 1006.20 e 1006.30, e na posição 23.06 da NCM, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física;

.....” (NR)

Art. 35. A associação de fornecedores de cana-de-açúcar, constituída e organizada de acordo com os incisos XVII a XXI do art. 5º da Constituição Federal e o art. 53 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), tem legitimidade para representar os seus associados judicial e extrajudicialmente, na forma da lei e de seu estatuto social.

§ 1º No exercício da representação de seus associados, a associação de fornecedores de cana-de-açúcar tem poderes para, na forma de seu estatuto social:

I – assistir-lhes e representá-los na negociação e formalização de contratos de fornecimento de cana-de-açúcar com terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, inclusive com unidades industriais que adquirirem a cana como insumo;

II – fiscalizar o cumprimento das cláusulas estabelecidas nos contratos de fornecimento de cana-de-açúcar firmados por seus associados, sendo-lhe garantido, inclusive, o acompanhamento do recebimento dos produtos pela unidade industrial adquirente, em especial a pesagem da carga e a análise laboratorial da sua qualidade realizadas por esta, quando for o caso;

III – representar os associados extrajudicialmente e judicialmente, podendo inclusive propor ações de natureza coletiva, respeitada a legislação especial, quando for o caso.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá atuar como conciliador das controvérsias entre fornecedores de cana-de-açúcar e as unidades industriais, quando solicitado pelas partes interessadas.

Art. 36. O fornecedor de cana-de-açúcar poderá, mediante disposição expressa em contrato de fornecimento de cana ou por correspondência com comprovação de recebimento, determinar à pessoa física ou jurídica adquirente de sua produção que proceda à retenção, sobre o valor a ele devido, das obrigações pecuniárias associativas por ele assumidas perante a associação de fornecedores de cana-de-açúcar à qual estiver filiado e efetue o pagamento diretamente a esta última.

§ 1º Alternativamente ao disposto no caput, o fornecedor de cana-de-açúcar poderá autorizar a associação à qual estiver associado, por meio de deliberação em assembleia, a encaminhar correspondência determinando a retenção das obrigações pecuniárias associativas diretamente à pessoa física ou jurídica adquirente de sua produção rural.

§ 2º No caso de a obrigação referida no caput estar prevista em contrato de fornecimento de cana, este constituirá, desde sua celebração, título executivo extrajudicial em favor da associação de fornecedores à qual se destinarem as obrigações pecuniárias, desde que atendidos os requisitos dispostos no inciso II do art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

§ 3º A pessoa física ou jurídica que reter o valor das obrigações definidas no caput e não proceder ao seu devido repasse na forma estabelecida no contrato ou na correspondência estará sujeita à responsabilização penal, nos termos do art. 168 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), sem prejuízo da responsabilidade civil.

Art. 37. O art. 64 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 64. A contribuição de interesse de categoria econômica prevista no art. 144 do Decreto-Lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941 (Estatuto da Lavoura Canavieira – ELC), é tornada ad valorem e fixada em 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o preço da comercialização da cana-de-açúcar pelo fornecedor e será cobrada, fiscalizada, arrecadada e administrada diretamente pelas entidades beneficiárias, conforme a seguinte distribuição:

I – 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) para a manutenção dos órgãos específicos de representação dos fornecedores; e

II – 0,05% (cinco centésimos por cento) para a manutenção da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil.

§ 1º É assegurado às cooperativas de crédito constituídas até 1º de agosto de 2013, desde que formadas exclusivamente por fornecedores de cana-de-açúcar, o direito de cobrar, fiscalizar, arrecadar e administrar a contribuição de 1% (um por cento) calculada sobre o preço da comercialização da cana-de-açúcar pelo fornecedor, com a finalidade de aumento das quotas de capital nas cooperativas.

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada).

§ 2º As cooperativas de crédito previstas no § 1º e os órgãos regionais específicos de representação dos fornecedores poderão, mediante assembleia geral, deliberar sobre a redução e o restabelecimento da parcela da contribuição a eles destinados, na forma do seu estatuto.” (NR)

Art. 38. São extintas todas as obrigações, inclusive as anteriores à data de publicação desta Lei, exigidas de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado com fundamento nas alíneas “a” e “c” do caput do art. 36 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, preservadas aquelas já adimplidas.

Art. 39. Os débitos para com a Fazenda Nacional relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras, vencidos até 31 de dezembro de 2012, poderão ser:

I – pagos à vista com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício, de 80% (oitenta por cento) das multas isoladas, de 45% (quarenta e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal; ou

II – parcelados em até 60 (sessenta) prestações, sendo 20% (vinte por cento) de entrada e o restante em parcelas mensais, com redução de 80% (oitenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 80% (oitenta por cento) das multas isoladas, de 40% (quarenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal.

§ 1º Poderão ser pagos ou parcelados pelas pessoas jurídicas, nos mesmos prazos e condições estabelecidos neste artigo, os débitos objeto de discussão judicial relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se à totalidade dos débitos, constituídos ou não, com exigibilidade suspensa ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, ainda que excluído por falta de pagamento.

§ 3º Para usufruir dos benefícios previstos neste artigo, a pessoa jurídica deverá comprovar a desistência expressa e irrevogável de todas as ações judiciais que tenham por objeto os tributos indicados no caput e renunciar a qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações.

§ 4º O sujeito passivo que possuir ação judicial em curso na qual requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos, para fazer jus à inclusão dos débitos abrangidos pelos referidos parcelamentos no parcelamento de que trata este artigo, deverá desistir da respectiva ação judicial e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a referida ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso V do caput do art. 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), até o prazo final para adesão ao parcelamento.

§ 5º Os depósitos existentes vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados nos termos deste artigo serão automaticamente convertidos em pagamento definitivo, aplicando-se as reduções previstas no **caput** ao saldo remanescente a ser pago ou parcelado.

§ 6º As reduções previstas no **caput** não serão cumulativas com quaisquer outras reduções admitidas em lei.

§ 7º Na hipótese de anterior concessão de redução de multas ou de juros em percentuais diversos dos estabelecidos no **caput**, prevalecerão os percentuais nele referidos, aplicados sobre o saldo original das multas ou dos juros.

§ 8º Enquanto não consolidada a dívida, o contribuinte deve calcular e recolher mensalmente parcela equivalente ao montante dos débitos objeto do parcelamento, dividido pelo número de prestações pretendidas.

§ 9º O pedido de pagamento ou de parcelamento deverá ser efetuado até 29 de novembro de 2013 e independerá de apresentação de garantia, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal.

§ 10. Implicará imediata rescisão do parcelamento, com cancelamento dos benefícios concedidos, a falta de pagamento:

I – de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não; ou

II – de até 2 (duas) prestações, estando pagas todas as demais ou estando vencida a última prestação do parcelamento.

§ 11. É considerada inadimplida a parcela parcialmente paga.

§ 12. Rescindido o parcelamento:

I – será efetuada a apuração do valor original do débito, restabelecendo-se os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores;

II – serão deduzidas do valor referido no inciso I as prestações pagas.

§ 13. Aplica-se ao parcelamento de que trata este artigo o disposto no **caput** e nos §§ 2º e 3º do art. 11, no art. 12, no **caput** do art. 13 e no inciso IX do art. 14 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 14. Ao parcelamento de que trata este artigo não se aplicam:

I – o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000; e

II – o § 10 do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

§ 15. A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas competências, editarão os atos necessários à execução do parcelamento de que trata este artigo.

Art. 40. Os débitos para com a Fazenda Nacional, relativos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes da aplicação do art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, vencidos até 31 de dezembro de 2012 poderão ser:

I – pagos à vista, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício, das multas isoladas, dos juros de mora e do valor do encargo legal; ou

II – parcelados em até 120 (cento e vinte) prestações, sendo 20% (vinte por cento) de entrada e o restante em parcelas mensais, com redução de 80% (oitenta por cento)

das multas de mora e de ofício, de 80% (oitenta por cento) das multas isoladas, de 40% (quarenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se à totalidade dos débitos, constituídos ou não, com exigibilidade suspensa ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, ainda que excluído por falta de pagamento.

§ 2º Para inclusão no parcelamento de que trata este artigo dos débitos que se encontram com exigibilidade suspensa nas hipóteses previstas nos incisos III a V do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), o sujeito passivo deverá desistir expressamente e de forma irrevogável, total ou parcialmente, da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta e, cumulativamente, renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundamentam os referidos processos administrativos e as ações judiciais.

§ 3º O sujeito passivo que possuir ação judicial em curso na qual requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos, para fazer jus à inclusão dos débitos abrangidos pelos referidos parcelamentos no parcelamento de que trata este artigo, deverá desistir da respectiva ação judicial e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a referida ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso V do caput do art. 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), até o prazo final para adesão ao parcelamento.

§ 4º Os depósitos existentes vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados nos termos deste artigo serão automaticamente convertidos em pagamento definitivo, aplicando-se as reduções previstas no caput ao saldo remanescente a ser pago ou parcelado.

§ 5º As reduções previstas no caput não serão cumulativas com quaisquer outras reduções admitidas em lei.

§ 6º Na hipótese de anterior concessão de redução de multas ou de juros em percentuais diversos dos estabelecidos no caput, prevalecerão os percentuais nele referidos, aplicados sobre o saldo original das multas ou dos juros.

§ 7º Os contribuintes que optarem pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos deste artigo poderão liquidar os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício ou isoladas, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011, desde que continuem sob seu controle até a data da opção pelo pagamento ou parcelamento.

§ 8º Na hipótese do disposto no § 7º:

I – o valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação, sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa, das alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente;

II – somente será admitida a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incorridos pelas empresas controladas até 31 de dezembro de 2011.

§ 9º A dívida objeto do parcelamento será consolidada na data do seu requerimento e será dividida pelo número de prestações indicadas pelo sujeito passivo, não podendo a parcela ser inferior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

§ 10. Enquanto não consolidada a dívida, o contribuinte deve calcular e recolher mensalmente parcela equivalente ao montante dos débitos objeto do parcelamento, dividido pelo número de prestações pretendidas, observado o disposto no § 9º.

§ 11. Os pedidos de parcelamento deverão ser efetuados até 29 de novembro de 2013 e independem de apresentação de garantia, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal.

§ 12. Implicará imediata rescisão do parcelamento, com cancelamento dos benefícios concedidos, a falta de pagamento:

I – de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não; ou

II – de até 2 (duas) prestações, estando pagas todas as demais ou estando vencida a última prestação do parcelamento.

§ 13. É considerada inadimplida a parcela parcialmente paga.

§ 14. Rescindido o parcelamento:

I – será efetuada a apuração do valor original do débito, restabelecendo-se os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores;

II – serão deduzidas do valor referido no inciso I as prestações pagas.

§ 15. Aplica-se ao parcelamento de que trata este artigo o disposto no caput e nos §§ 2º e 3º do art. 11, no art. 12, no caput do art. 13 e nos incisos V e IX do art. 14 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 16. Ao parcelamento de que trata este artigo não se aplicam:

I – o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000; e

II – o § 10 do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

§ 17. A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas competências, editarão os atos necessários à execução do parcelamento de que trata este artigo.

Art. 41. O § 1º do art. 37 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se somente aos bens novos adquiridos ou construídos destinados a empreendimentos cuja concessão, permissão ou autorização tenha sido outorgada a partir da data da publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018,

.....” (NR)

Art. 42. Revogam-se:

I – os §§ 4º e 5º do art. 7º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004;

II – o inciso II do § 3º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004;

III – o art. 47 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e

IV – o art. 36 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965.

Art. 43. Esta Lei entra em vigor:

I – a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, em relação ao disposto no art. 34 desta Lei;

II – na data de sua publicação, para os demais dispositivos.

COMISSÃO DIRETORA

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2013

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia doze de setembro de dois mil e treze, na sala de audiências da Presidência do Senado Federal, reuniu-se a Comissão Diretora, com a presença do Senador Renan Calheiros, Presidente e dos Senadores Jorge Viana, Primeiro Vice-Presidente; Flexa Ribeiro, Primeiro-Secretário; João Durval, Terceiro Suplente e Casildo Maldaner, Quarto Suplente. O Senhor Presidente, Senador Renan Calheiros, declarou abertos os trabalhos e deu início ao exame das matérias administrativas. Item 1: Apreciação da proposta de reestruturação do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo do Senado Federal e do Congresso Nacional. O Senhor Primeiro-Secretário prestou esclarecimentos sobre a matéria, salientando que se tratava do resultado de um trabalho técnico conduzido pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo do Senado Federal. Em seguida, o Ato foi aprovado. Item 2: Proposta de Ato da Comissão Diretora que dispõe sobre os critérios para a redistribuição da cota de correspondências, e revoga os Atos da Comissão Diretora nºs 25, de 1991, 13, de 1995, e 07, de 2004. Dada a palavra ao Senhor Primeiro-Secretário, este fez uma breve justificativa da nova regulamentação, realçando que, além de trazer parâmetros mais justos para a fixação da cota postal de cada unidade da federação, a proposta também gera economia de despesas para o Senado Federal. Por fim, os Senadores aprovaram modificações no Ato da Comissão Diretora nº 13/2013. Esgotada a pauta administrativa, o Senhor Presidente comunicou aos Senadores que gostaria de discutir nas próximas reuniões a implantação de um programa de melhoria da qualidade do gasto público no âmbito do Senado Federal. Em seguida, passou-se ao exame das matérias legislativas que constarão da ata da reunião da Mesa do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dez horas e oito minutos, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando que eu, Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos, Diretora-Geral do Senado em exercício, lavrasse a presente Ata que, após assinada pelos membros da Comissão Diretora presentes, vai à publicação.

Senador Renan Calheiros - Presidente, **Senador Jorge Viana** - 1º Vice-Presidente, **Senador Flexa Ribeiro** - 1º Secretário, **Senador João Durval** - 3º Suplente de Secretário, **Senador Casildo Maldaner** - 4º Suplente de Secretário.

Observações:

- *Publicação extraída do Boletim original nº: 5132, Seção 2, de 16/10/2013*

COMISSÃO DIRETORA**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 24, de 2013**

Disciplina o planejamento das contratações do Senado Federal para o exercício de 2014.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi conferida pelo inciso I do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 233 do Regulamento Orgânico do Senado Federal, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, **RESOLVE**:

Art. 1º Este Ato disciplina o planejamento do Senado Federal para as contratações a se realizarem no exercício de 2014.

Art. 2º As contratações observarão o Plano Estratégico Institucional do Senado Federal estabelecido pelo Comitê de Governança e Gestão Estratégica.

Parágrafo único. A elaboração dos Planos de Contratações buscará a eficiência, a economicidade, a racionalização e a transparência nos gastos públicos.

Art. 3º Os órgãos solicitantes reunirão as contratações necessárias para o ano de 2014 em documento intitulado Plano de Contratações Setorial, que terá por base o respectivo Portfólio de Projetos e Proposta Orçamentária, e conterà, para cada item a ser contratado, os seguintes elementos:

- I - número e título do item da respectiva proposta orçamentária;
- II - especificação do objeto;
- III - CATMAT ou CATSER do objeto a ser contratado, quando cabível;
- IV - justificativa da contratação;
- V - estimativa de custo;
- VI - data para entrega do objeto.

§ 1º Os Escritórios Setoriais de Gestão acompanharão e prestarão assessoria na elaboração dos Planos de Contratações Setoriais.

§ 2º Os órgãos solicitantes submeterão os planos de contratações setoriais à Diretoria-Geral até o dia 1º de novembro de 2013.

Art. 4º A Secretaria de Administração de Contratações - Sadcon elaborará o Plano de Contratações do Senado Federal para 2014 a partir dos Planos de Contratações Setoriais encaminhados pela Diretoria-Geral e definirá as datas em que os Termos de Referência ou os Projetos Básicos deverão estar concluídos e ser entregues à Sadcon, bem como estabelecerá outras regras a serem observadas pelos órgãos solicitantes para a adequada instrução do processo de contratação.

§ 1º O Plano de Contratações do Senado Federal conterá calendário de compras, admitida a adequação das datas informadas pelos órgãos solicitantes para entrega do objeto à capacidade de atendimento da Sadcon e aos prazos dos procedimentos legais necessários.

§ 2º A Sadcon submeterá o Plano de Contratações do Senado Federal para 2014 ao Diretor-Geral até o dia 1º de dezembro de 2013.

Art. 5º O Diretor-Geral submeterá o Plano de Contratações à aprovação da Comissão Diretora do Senado Federal.

Parágrafo único. O Diretor-Geral, uma vez aprovado o Plano de Contratações do Senado Federal para 2014, determinará a respectiva publicação no Portal da Transparência.

Art. 6º O Diretor-Geral, havendo disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa, considerada a natureza da demanda, poderá determinar excepcionalmente sua inclusão no Plano de Contratações para 2014, aprovado conforme o art. 5º deste Ato.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 10 de outubro de 2013. **Senador Renan Calheiros** - Presidente, **Senador Romero Jucá** - 2º Vice-Presidente, **Senador Flexa Ribeiro** - 1º Secretário, **Senador Ciro Nogueira** - 3º Secretário, **Senador João Durval** - 3º Suplente de Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 5323 Seção 2, de 11/10/2013

COMISSÃO DIRETORA**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 25, de 2013**

Modifica a redação do inciso V, alíneas "b", "c", "d" e "e", incluindo alíneas "f" e "g" do artigo 258 e altera o artigo 262, inciso X e XI, todos do Anexo II do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências legais e regulamentares, em especial o disposto no art. 430, da Parte II, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013,

Considerando as disposições do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, que modificou a estrutura organizacional do Senado Federal;

Considerando a necessidade de racionalizar, com a unificação dos almoxarifados do Senado Federal, a estrutura orgânica da Coordenação de Administração de Suprimentos e Almoxarifados, da Secretaria de Patrimônio do Senado Federal;

Considerando a necessidade de sanar possíveis conflitos de atribuições entre os almoxarifados setoriais das Unidades Administrativas do Senado Federal, RESOLVE:

Art. 1º O presente Ato modifica a redação do artigo 258 inciso V, alíneas "b", "c", "d", "e", e altera o artigo 262, incisos X e XI, todos do Anexo II do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013.

Art. 2º O inciso V, alíneas "b", "c", "d", "e" do artigo 258, Anexo II, do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 258

V - Coordenação de Administração e Suprimento de Almoxarifados, à qual compete coordenar, orientar e controlar a execução das atividades dos seguintes almoxarifados: Central, de Alimentos, Médico-Hospitalar, Engenharia, da SETELE, da COELET, da SEGRAF e do PRODASEN com as seguintes unidades subordinadas: (NR)

b) Serviço de Administração de Almoxarifados, ao qual compete receber provisoriamente, registrar, classificar, guardar e controlar a distribuição dos materiais de almoxarifado adquiridos pelo Senado Federal, por meio de registros no sistema informatizado; promover a guarda, sob requisição restrita, dos bens de almoxarifado adquiridos por iniciativa das diversas unidades administrativas da Casa; auxiliar a conferência dos materiais recebidos, de acordo com as orientações e procedimentos estabelecidos, em conjunto com o SECQEC e o SECQEE/ Diretoria-Adjunta da Secretaria de Patrimônio; elaborar inventários físicos de materiais para controle dos estoques; supervisionar as atividades dos almoxarifados subordinados; e executar outras tarefas correlatas, bem como gerenciar os estoques dos produtos, materiais e insumos dos almoxarifados: Central, de Alimentos, Médico-Hospitalar, e de Engenharia; zelando para que as condições ambientais fiquem dentro dos padrões preestabelecidos; emitir relatório interno destinado ao Serviço de Planejamento e Suprimento de Bens de Almoxarifado visando informar os materiais em ponto de ressuprimento; e executar outras tarefas correlatas; (NR)

c) Serviço de Almoxarifado de Informática, ao qual compete, sob a supervisão e

orientação técnica do Serviço de Administração de Almoxarifados, gerenciar os estoques dos produtos, materiais e insumos típicos da área de tecnologia da informação; manter os produtos adequadamente armazenados, zelando para que as condições ambientais fiquem dentro dos padrões preestabelecidos; emitir relatório interno destinado ao Serviço de Planejamento e Suprimento de Bens de Almoxarifado visando informar os materiais em ponto de resuprimento; e executar outras tarefas correlatas; (NR)

d) Serviço de Almoxarifado de Produtos Gráficos ao qual compete, sob a supervisão e orientação técnica do Serviço de Administração de Almoxarifados e em conjunto com a COGEP/SEGRAF, gerenciar os estoques dos produtos, materiais e insumos típicos da indústria gráfica; manter os produtos adequadamente armazenados, zelando para que as condições ambientais fiquem dentro dos padrões preestabelecidos; instruir os processos de aquisição que serão convalidados pela COGEP/SEGRAF quanto às especificações técnicas e quantidades solicitadas nos Termos de Referências; emitir relatório interno destinado ao Serviço de Planejamento e Suprimento de Bens de Almoxarifado visando informar o ponto de dos materiais; e executar outras tarefas correlatas; (NR)

e) Serviço de Planejamento e Suprimento de Bens de Almoxarifado, ao qual compete realizar, nos almoxarifados sob a coordenação, orientação e controle da Coordenação de Administração e Suprimento de Almoxarifados, estudos de consumo de materiais, gerando dados estatísticos necessários ao planejamento dos estoques, elaborando a programação das necessidades de material, com o objetivo de gerar o calendário de compras; realizar, em conjunto com o Serviço de Administração de Almoxarifados, levantamentos e estudos necessários ao saneamento dos estoques; emitir relatório interno visando informar os materiais em ponto de resuprimento para os demais almoxarifados do Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas;" (NR)

Art. 3º Acrescenta-se a alínea "f" ao inciso V do § 2º do artigo 258 do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, nos seguintes termos:

"Art. 258.....

§ 2º -.....

V -.....

f) Serviço de Almoxarifado da COTELE, ao qual compete, sob a supervisão e orientação técnica do Serviço de Administração de Almoxarifados, por profissional com qualificação técnica, indicado e/ou aprovado pela COTELE/SINFRA, cumprindo horários compatíveis com as atividades daquela Coordenação, gerenciar os estoques dos produtos, materiais e insumos de telecomunicações; manter os produtos adequadamente armazenados, zelando para que as condições ambientais fiquem dentro dos padrões preestabelecidos e executar outras tarefas correlatas;" (NR).

Art. 4º Acrescenta-se a alínea "g" ao inciso V do § 2º do artigo 258 do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, nos seguintes termos:

"Art. 258.....

§ 2º -.....

V -.....

g) Serviço de Almoxarifado da COELET, ao qual compete, sob a supervisão e orientação técnica do Serviço de Administração de Almoxarifados, por profissional com qualificação técnica, indicado e/ou aprovado pela COELET/SINFRA, cumprindo horários compatíveis com as atividades daquela Coordenação, gerenciar os estoques dos produtos, materiais e insumos de telecomunicações; manter os produtos adequadamente armazenados, zelando para que as condições ambientais fiquem dentro dos padrões preestabelecidos e executar outras tarefas correlatas;" (NR)

Art. 5º Ficam extintas as atribuições dos serviços "g" do inciso X e "c" do inciso XI do art. 262, face à transferência e criação estabelecidas nos artigos 3º e 4º do presente Ato.

Art. 6º Este Ato entra em vigor em 1º de novembro de 2013.

Sala de Reuniões, 10 de outubro de 2013. **Senador Renan Calheiros** - Presidente, **Senador Romero Jucá** - 2º Vice-Presidente, **Senador Flexa Ribeiro** - 1º Secretário, **Senador Ciro Nogueira** - 3º Secretário, **Senador João Durval** - 3º Suplente de Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 5333 Seção 2, de 11-10-2013

COMISSÃO DIRETORA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 26, de 2013

Dá nova redação ao art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 18, de 2006, para redefinir os órgãos que serão representados na Comissão Permanente de Acumulação de Cargos.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no art. 233 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação aprovada pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, e tendo em vista a nova estrutura orgânica do Senado Federal, RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 18, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Para receber, examinar e julgar os documentos necessários ao exercício das competências definidas no artigo precedente, o Presidente do Senado Federal designará a Comissão Permanente de Verificação de Acumulação de Cargos Públicos, composta por representantes da Presidência do Senado Federal, Primeira-Secretaria, Diretoria-Geral, Advocacia-Geral, Secretaria de Controle Interno e Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo único. Os membros da Comissão Permanente de Verificação de Acumulação de Cargos Públicos serão designados pelo prazo de 2 (dois) anos, permitida uma recondução." (NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 10 de outubro de 2013. **Senador Renan Calheiros** - Presidente, **Senador Romero Jucá** - 2º Vice-Presidente, **Senador Flexa Ribeiro** - 1º Secretário, **Senador Ciro Nogueira** - 3º Secretário, **Senador João Durval** - 3º Suplente de Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº. 5553, Seção 2, de 11/10/2013

COMISSÃO DIRETORA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 27, de 2013

Revoga a Decisão da Comissão Diretora de 28 de outubro de 2005, que aprovou o Parecer nº 242/2005-ADVOSF, e determina a aplicação do item 9.2.1 do Acórdão nº 2602/2013, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi conferida pelo inciso I do art. 98, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 233 do Regulamento Orgânico do Senado Federal, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013,

Considerando a consulta formulada pela Mesa do Senado Federal ao Tribunal de Contas da União, que deu origem ao processo nº TC 019.100/2009-4,

Considerando o teor do Acórdão nº 2.602/2013, do Plenário do Tribunal de Contas da União, oriundo do referido processo, RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Decisão da Comissão Diretora de 28 de outubro de 2005, exclusivamente no que se refere à aprovação do Parecer nº 242/2005-ADVOSF.

Art. 2º Determinar a imediata aplicação no âmbito do Senado Federal do disposto no item 9.2.1 do Acórdão nº 2.602/2013, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Art. 3º A Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal adotará as providências necessárias ao imediato cumprimento deste Ato.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 10 de outubro de 2013. **Senador Renan Calheiros** - Presidente, **Senador Romero Jucá** - 2º Vice-Presidente, **Senador Flexa Ribeiro** - 1º Secretário, **Senador Ciro Nogueira** - 3º Secretário, **Senador João Durval** - 3º Suplente de Secretário.

Observações:

- *Publicação extraída do Boletim original nº: 5333 Seção 2, de 11/10/2013*

PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DESIGNAÇÃO**ATO DO PRESIDENTE Nº 44, de 2013**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º Ficam designados para integrar a Comissão instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 18, de 2006, os servidores **LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO**, matrícula 56422, **BRENO GOMES DA SILVA MESQUITA**, matrícula 222383, **GUSTAVO ANTONIO MENDONÇA DE FREITAS**, matrícula 42873, **CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA**, matrícula 50110, **PEDRO LEONARDO TONACO ALEXANDRE**, matrícula 254750, **JOÃO HENRIQUE PEDERIVA**, matrícula 53706, e **ALBERTO MACHADO CASCAIS MELEIRO**, matrícula 53275.

Art. 2º A Comissão de que trata este Ato será presidida pelo primeiro membro designado no artigo anterior, o qual será substituído, nos eventuais afastamentos e/ou impedimentos, pelo segundo membro.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se os Atos do Presidente nºs 46, de 2006, 326, de 2009 e 335, de 2009.

Senado Federal, 10 de outubro de 2013. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 5333 Seção I, de 11-10-2013

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-PTB - Osvaldo Sobrinho* (S)
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-21 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PMDB/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2
PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Anibal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF

Vanessa Grazziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 14

PSDB-11 / DEM-3

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Morais.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 14

PTB-7 / PR-5 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Ribeiro.	PR/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR
Osvaldo Sobrinho.	PTB/MT

SDD - 1

Vicentinho Alves.	TO
------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco Parlamentar Minoria.	14
Bloco Parlamentar União e Força.	14
SDD.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Oswaldo Sobrinho* (Bloco-PTB-MT)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos -

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 21 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106,110)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>SDD - 1</p> <p>Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1° de março de 2011.

4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSCM Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.

44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSV ALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.

79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

Leitura: 10/07/2013

Instalação: 03/09/2013

Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Roberto Requião (PMDB-PR) ^(1,8)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) ^(1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽²⁾	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾
Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).

2. Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Aníbal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).

3. Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).

4. Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).

5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).

6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 115/2013-GLDBAG).

8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDDB).

9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDDB).

10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 18/10/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 18/11/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 02/12/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 16/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(6,10,11,13)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Recebimento de emendas perante as Comissões : 21/08/2013 a 18/10/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 21/10/2013 a 18/11/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 19/11/2013 a 02/12/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 06/12/2013 a 16/12/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

*****. Em 20.08.2013, foi lido o Ofício nº 39/2013-CT Reforma Código Penal, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 1.034, de 2012; a reabertura dos prazos; e a prorrogação, por mais cinco dias úteis, do prazo para apresentação de emendas.

*****. Em 28.08.2013, foi lido o Ofício nº 40/2013-CT Reforma Código Penal, que solicita a prorrogação do prazo para apresentação de emendas até o dia 13 de setembro de 2013 e, consequentemente, a recontagem dos demais prazos.

*****. Em 12.09.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.050, de 2013, que prorroga o prazo para apresentação de emendas na Comissão até o dia 18 de outubro de 2013.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios Nºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

14. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

**2) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado n°s 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 28/11/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS

PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012

PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012

PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

*****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

*****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

*****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

*****. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).

11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

***. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

****. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)**

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

6) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Instalação: 14/03/2013

Prazo final: 12/06/2013

Prazo prorrogado: 09/12/2013

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(5,6,8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

***. Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

***. **Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**

****. Em 04.09.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.029, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

8. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes ⁽¹⁾

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

Prazo final: 02/06/2013

Prazo final prorrogado: 09/12/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

Roberto Charles de Menezes Dias

Técio Lins e Silva

Luís Alexandre Rassi

Sergio Alexandre Meneses Habib

Marco Aurélio Belizze

Maurício Kuehne

Augusto Eduardo de Souza Rossini

Luciano Losekann

Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:

*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.

**. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

***. Em 01.10.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.153, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 70 dias.

1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias. (Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

Instalação: 03/04/2013

Prazo final: 30/09/2013

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateaubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Roberta Maria Rangel

Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim

Adacir Reis

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

***. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

****. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.

*****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

*****. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

*****. Foi publicado o Relatório Final no suplemento ao Diário do Senado Federal de 3/10/2013.

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012

Instalação: 17/04/2013

Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,3,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).
9. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

**10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA
ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL**

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 20/12/2013

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

***. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

**11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL**

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha

VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto

RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

Prazo final: 03/12/2013

MEMBROS

João Otávio de Noronha

Fábio Ulhoa Coelho

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Arnoldo Wald

Bruno Dantas Nascimento

Cleantho de Moura Rizzo Neto

Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho

Daniel Beltrão de Rossiter Correia

Eduardo Montenegro Serur

Felipe Lückmann Fabro

Jairo Saddi

Marcelo Guedes Nunes

Márcio Souza Guimarães

Newton de Lucca

Osmar Brina Corrêa-Lima

Paulo de Moraes Penalva Santos

Ricardo Lupion Garcia

Tiago Asfor Rocha Lima

Unie Caminha

Notas:

*. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

***. Em 1.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 42, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 30 dias.

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Felipe Costa Geraldês

Telefone(s): 3303 4854

E-mail: sscepi@senado.leg.br

12) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 8.666/1993)

Finalidade: Atualizar e modernizar a Lei nº 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.
(Ato do Presidente nº 19, de 2013)

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)

RELATOR REVISOR: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Ato do Presidente do Senado Federal: 28/05/2013

Instalação: 13/06/2013

Prazo final: 12/08/2013

Prazo final prorrogado: 11/11/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senadora Kátia Abreu (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Wilder Moraes (DEM)

Notas:

*. Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICON.

***. Em 2.7.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 28, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 60 dias.

***. Prazos recontados, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

****. Em 30.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 41, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 30 dias.

1. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

**13) CESP - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES
PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Ato do Presidente nº 36, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

**14) CESP - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA
O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL**

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.
(Atos do Presidente n.ºs 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

Senador Sérgio Souza (PMDB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n.º 37, de 2013.

***. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n.º 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Anibal Diniz (PT) ^(41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ⁽⁵⁷⁾
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(36,37,49,50,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PMDB) ^(23,25,43,44,55,59,60,82)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(30,79,81)	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,45)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,67,75,78)
Blairo Maggi (PR) ^(26,27,28,53,67)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(38,39,51,52,67,71,72,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)

4. João Ribeiro (PR) (21,67,77,80)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares, e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 88/2013-BLUFOR).
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
 7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
 8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Of. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- ***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Domelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
 2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
 3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).
- *. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. VAGO ^(23,30,35,49)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(50,52)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
João Ribeiro (PR) ^(28,29,32,39,41,47,48,51)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)** "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

9. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

10. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

12. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

17. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

18. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

19. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

20. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

23. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

24. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

25. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(23,82)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,87,89)
Ana Rita (PT) ^(54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,75)
Anibal Diniz (PT) ^(6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(8,78)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁶⁾	8. Lindbergh Farias (PT) ^(91,93)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁷⁾	9. Wellington Dias (PT) ⁽⁹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) ^(2,4,16,20,27,39,50,76,94,98)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(1,15,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,76)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(13,16,39,50,52,53,63,64,76)
Sérgio Souza (PMDB) ^(39,50,76)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(14,16,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,76,103,105)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,76)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,76)
Sérgio Petecão (PSD) ^(40,41,43,70,73,76)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,76,104)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁹⁴⁾	9. Lobão Filho (PMDB) ^(88,95,96,97,102)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(71,72,99,100)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(11,71,85)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁵⁾	5. Cyro Miranda (PSDB) ^(85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(38,59)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸¹⁾	1. Gim (PTB) ^(5,45,65,80,81)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,81,83,84)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(10,45,79,81)
Magno Malta (PR) ⁽⁸¹⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(19,21,34,35,66,67,81)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸¹⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,81,90,101)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL— determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012-GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (Of. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,68)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³⁰⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁸⁰⁾	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(19,41,44,60,2)
Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) ^(41,44,60)
VAGO ^(17,41,60,74)	5. Pedro Simon (PMDB) ^(41,44,75)
Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(20,41,44)
Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PMDB) ^(41,44,60,81)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(59,3)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(59,70,5)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(59,4)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(8,42,43,59,61,62,76,78)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(39,48)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66)
Gim (PTB) ^(66,71,72,73,77)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(40,66,67,1)
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(11,24,66,79)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(34,35,57,66,73)
VAGO ^(24,58,66)	4. VAGO ^(49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)** "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cicero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodrê Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO
AMBIENTE ESCOLAR**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(11,64)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(63,67)
Acir Gurgacz (PDT) ^(8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) ⁽⁶⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) ^(16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) ^(9,10,19,21,55,75)	6. VAGO ^(6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(50,52,72,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(50,54)
José Agripino (DEM) ^(15,23,24)	3. Cyro Miranda (PSDB) ^(23,45,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(33,40)	
Blairo Maggi (PR) ^(1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) ^(2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,49,51,59,65)	2. VAGO ^(39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (Of. nº 046/2011 - GLPTB / Of. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 - GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽²⁰⁾	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).

20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽¹⁾

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾	1. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).

2. Em 01.10.2013, os Senadores Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) ^(10,37,38,72)	6. Lídice da Mata (PSB) ^(21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Roberto Requião (PMDB) ^(58,67,75)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,8,25,32,58,75)
VAGO ^(2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO ^(16,30,58,62,74)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽⁷⁴⁾	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(3,7,15,34,44,61,71)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(17,35,43,52)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(41,49)	
Magno Malta (PR) ^(1,54,65)	1. VAGO ^(45,53,65)
Gim (PTB) ^(9,42,64,65,69)	2. VAGO ^(63,65)
Eduardo Lopes (PRB) ^(65,73)	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cicero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cicero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipenibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB)
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(7,48)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Aníbal Diniz (PT) ^(5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(10,30,45,55,56)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,47)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) ^(19,20,37,47,54)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDB nº 192/2012).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUD/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(8,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(19,20)
Acir Gurgacz (PDT) ^(30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Lídice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(10,25,54,2,3)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(5,6,12,14,26,27,29,50,53,54,71)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(51,55,65)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(51,1,4)	3. VAGO ^(7,51,61,4)
Wilder Moraes (DEM) ^(28,36)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(28,37,68,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(24,40)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(35,45,57,60)	2. VAGO ^(60,66)
João Ribeiro (PR) ^(34,60,62,63,69)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)** "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (Of. nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
 12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
 13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- ***. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(10,49)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,9,16,18)
Kátia Abreu (PMDB) ^(42,57)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,36)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(30,50,51,52,55)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
João Ribeiro (PR) ^(50,53,54,56)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(3,4,5,7,8)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO ^(10,11)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶²⁾	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(17,62)
Kátia Abreu (PMDB) ^(75,31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) ^(24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,60,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,9,14,60)
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(74,72)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(37,45)	
Gim (PTB) ^(1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) ^(24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPSDB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(16,29,39,41)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Walter Pinheiro (PT) ^(3,8)	3. Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Wilder Moraes (DEM) ⁽⁷⁾	2. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	1.
Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.

2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).

3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).

4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).

5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).

6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).

7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013.

8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer**Telefone(s):** 3303-3487 (ou 2024)**E-mail:** csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Aníbal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) ⁽²⁾	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 13/09/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR

Atualização: 13/09/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTBVAGO ⁽²⁾**PP**

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

Ricardo Ferraço (ES)

PT

Anibal Diniz (AC)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoB

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizadaAndré Lima ⁽³⁾**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles ⁽³⁾**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni ⁽³⁾**Atualização:** 11/07/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.n° 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾
PT
Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾
PTB
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
João Durval (BA) ⁽⁷⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹²⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽³⁾
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRF nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO ³**

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)⁸
2º Vice-Presidente: ^{8 e 9}
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
^{7 e 9}	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**3-** Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.**4-** Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.**5-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.**6-** Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.**7-** Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.**8-** Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.**9-** O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.**10-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airtton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) ^{7 e 12}
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ¹¹	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) ¹⁰
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

7- Designado o Deputado Genécias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.

9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.

10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.

11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.

12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genécias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**Relator do PLDO / 2014:** Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)**Relator da Receita:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)**RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airtton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Moraes (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{18, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 28}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 28}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 18 e 28}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{8, 10 e 25}	2. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) ^{8, 10, 28, 30 e 31}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador João Vicente Claudino, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador João Vicente Claudino em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

- 19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24-** Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25-** Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26-** Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27-** Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29-** Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31-** Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 21}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 13}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 13}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 20}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 20}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

21- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) ^{3, 6 e 7}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino ⁴
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 8}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos do Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos do Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 30-9-2013⁴
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	
Edinho Araújo (PMDB/SP)	
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Jorge Viana (PT/AC)	
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA ²**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA ²**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
 sccn@senado.gov.br
 www.senado.gov.br/ccs

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima ²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer ²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling ²**Designação:** 07.05.2013**Deputados**

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha ³
Eduardo Azeredo	
Vago ⁴	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Vago ⁶	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Cassido Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Gim ⁸
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz ⁵
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares ⁴	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Moraes	Jayme Campos (DEM/MT) ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Luiz Henrique ⁹	Eduardo Amorim

(Atualizada em 26.09.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado seu desligamento, conforme Of. Nº 759/2013-PSDB.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. Nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.brwww.camara.gov.br/mercosul



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

